

VOLUME DE ESTUDOS



I SEMINÁRIO
MULHERES COM HISTÓRIA
E O 25 DE ABRIL DE 1974

PÂMELA CABREIRA, LIVIA SAMPAIO, TERESA MELO, ANA CATARINA MAIA E ANA BARRADAS
COORDENAÇÃO



VOLUME DE ESTUDOS

**I SEMINÁRIO
MULHERES COM HISTÓRIA
E O 25 DE ABRIL DE 1974**

PÂMELA CABREIRA, LIVIA SAMPAIO, TERESA MELO, ANA CATARINA MAIA E ANA BARRADAS

COORDENAÇÃO



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

I Seminário Mulheres com História e o 25 de Abril de 1974

CORDENAÇÃO

Pâmela Cabreira, Livia Casimiro Sampaio, Teresa Melo, Ana Catarina Maia e Ana Barradas.

AUTORES

Alex Azevedo, Ana Barradas, Ana Rita Monteiro, Ana Rita dos Santos Cardoso, Andreia Santos Silva, Andreia Rodrigues, Dalila Maira Teixeira Milheiro, Daniela Sofia Neto, Dulce Morgado Neves, Maria Irene Fonseca e Sá, Maria João Silvestre, Marília Gago, Nuno Prates, Pâmela Peres Cabreira, Paulo Marques Alves, Ricardo Hipólito, Tatiana Matos e Vera Araújo.

EDITORIA

Universidade Autónoma de Lisboa | Autónoma Edições

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Raquel Medina Cabeças

REVISÃO

Autónoma Edições

DESIGN E PAGINAÇÃO

Raquel Medina Cabeças

CAPA

UMAR/Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães

ISBN 978-989-9002-61-6

DOI <https://doi.org/10.26619/978-989-9002-61-6>

NOTA

As ideias apresentadas nos conteúdos escritos publicados no Livro de Atas são de inteira responsabilidade da respectiva autoria e podem não representar as opiniões ou posições da Comissão Organizadora do *I Seminário | História Com Mulheres e o 25 de Abril de 1974*.

A reprodução de imagens é de responsabilidade única das autoras e autores.

A Cooperativa de Ensino Universitário, entidade instituidora da Universidade Autónoma de Lisboa, promove a produção científica em vários segmentos culturais, valorizando a relação entre a comunidade académica e a sociedade. Desta forma, apoia a edição desta publicação, contribuindo para a divulgação do conhecimento.

ÍNDICE

REVOLUÇÃO E MULHERES.....	6
Maria Velho da Costa	
INTRODUÇÃO: POR UMA HISTÓRIA COM MULHERES.....	7
Pâmela Cabreira, Livia Casimiro Sampaio, Teresa Melo, Ana Catarina Maia e Ana Barradas	
AS ESTUDANTES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA DÉCADA DE 1960 EM COIMBRA: UM OLHAR A PARTIR DO JORNAL ESTUDANTIL <i>Via LATINA</i>.....	10
Daniela Sofia Neto	
ABORTO: DIREITO AO NOSSO CORPO – A LONGA LUTA PELA DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO EM PORTUGAL. O DEBATE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1974-1984).....	18
Andreia Filipa Courela Rodrigues	
SEXUALIDADE E O 25 DE ABRIL.....	27
Ana Barradas	
A AUTOGESTÃO E O PODER POPULAR DURANTE O PREC: AS TRABALHADORAS DA FÁBRICA SOGANTAL.....	33
Pâmela Peres Cabreira	
A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL DURANTE O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO.....	45
Paulo Marques Alves	
UMA MULHER MILITANTE: O PROCESSO DE ADESÃO À AÇÃO MILITANTE SINDICAL DE JOANA	56
Paulo Marques Alves	
ANA HATHERLY - PALAVRAS E ARTE EM LIBERDADE.....	66
Dalila Maira Teixeira Milheiro	
3 MULHERES, 3 HISTÓRIAS: ARTE, GÊNERO E REVOLUÇÃO.....	74
Vera Araújo	
MARIA CLEMENTINA CARNEIRO DE MOURA (1898-1992): MULHER ARTISTA, PROFESSORA, MILITANTE, CIDADÃ, DEMOCRATA EXEMPLAR.....	84
Andreia Santos Silva	
NAS ENTRELINHAS DA RESISTÊNCIA: MATERNIDADE E INFÂNCIA NO BOLETIM <i>A VOZ DAS CAMARADAS</i>.....	97
Dulce Morgado Neves, Ana Rita Monteiro e Tatiana Matos	

TODOS DIFERENTES, TODAS IGUAIS: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA FIGURA FEMININA NAS ANTOLOGIAS DE PORTUGUÊS DO TERCEIRO AO QUINTO ANO DO ESTADO NOVO E DA SÉTIMA À NONA CLASSE DA DÉCADA DE NOVENTA, EM VIGOR NO ESPAÇO MOÇAMBICANO.....	105
Maria João Silvestre	
A MULHER ALPIARCENSE NO TRABALHO E NA POLÍTICA: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA.....	110
Nuno Prates, Ricardo Hipólito	
“A EVOLUÇÃO DA LIBERDADE DA MULHER EM PORTUGAL”: IDEIAS DE ESTUDANTES ACERCA DE GÊNERO E MUDANÇA EM HISTÓRIA.....	128
Alex Azevedo, Marília Gago	
AS MULHERES E O PREC.....	138
Ana Barradas	
O TRABALHO FEMININO E OS SEUS CONDICIONALISMOS DURANTE O ESTADO NOVO (1933- 1974).....	146
Ana Rita dos Santos Cardoso	
ONDE ESTAVAS E O QUE FAZIAS TU, MULHER PORTUGUESA EMIGRANTE, NO DIA 25 DE ABRIL DE 1974?.....	155
Maria Irene e Sá	
NOTAS BIOGRÁFICAS.....	163

REVOLUÇÃO E MULHERES

MARIA VELHO DA COSTA

CRAVO, LISBOA: MORAES EDITORES, 1975

*Elas fizeram greves de braços caídos.
Elas brigaram em casa para ir ao sindicato e à junta.
Elas gritaram à vizinha que era fascista.
Elas souberam dizer salário igual e creches e cantinas.
Elas vieram para a rua de encarnado.
Elas foram pedir para ali uma estrada de alcatrão e canos de água.
Elas gritaram muito.
Elas encheram as ruas de cravos.
Elas disseram à mãe e à sogra que isso era dantes.
Elas trouxeram alento e sopa aos quartéis e à rua.
Elas foram para as portas de armas com os filhos ao colo.
Elas ouviram falar de uma grande mudança que ia entrar pelas casas.
Elas choraram no cais agarradas aos filhos que vinham da guerra.
Elas choraram de ver o pai a guerrear com o filho.
Elas tiveram medo e foram e não foram.
Elas aprenderam a mexer nos livros de contas e nas alfaias das herdades abandonadas.
Elas dobraram em quatro um papel que levava dentro uma cruzinha laboriosa.
Elas sentaram-se a falar à roda de uma mesa a ver como podia ser sem os patrões.
Elas levantaram o braço nas grandes assembleias.
Elas costuraram bandeiras e bordaram a fio amarelo pequenas foices e martelos.
Elas disseram à mãe, segure-me aqui nos cachopos, senhora, que a gente vai de camioneta a Lisboa dizer-lhes como é.
Elas vieram dos arrabaldes com o fogão à cabeça ocupar uma parte de casa fechada.
Elas estenderam roupas a cantar, com as armas que temos na mão.
Elas diziam tu às pessoas com estudos e aos outros homens.
Elas iam e não sabiam para aonde, mas que iam.
Elas acendem o lume.
Elas cortam o pão e aquecem o café esfriado.
São elas que acordam pela manhã as bestas, os homens e as crianças adormecidas.*

INTRODUÇÃO: POR UMA HISTÓRIA COM MULHERES

Em *Um Quarto Só Meu*, Virgínia Wolf afirmou que “pela maior parte da História, ‘anônimo’ foi uma mulher”. A intenção da qual emerge e atravessa a proposta desta coletânea recai justamente no desejo de resgatar sujeitas históricas que permaneceram olvidadas das narrativas, reflexões e ações dominadas pelo patriarcado ou na relação de gênero baseada na desigualdade (Segato, 2020) e que, de forma consciente, compreenderam-se como agentes e construtoras dos e nos processos sociohistóricos desta mesma História.

O I Seminário História com Mulheres e o 25 de Abril é uma iniciativa que surge partindo de diferentes pontos do conhecimento e da vertente que analisa o sexo, o gênero, a raça e a classe com o mesmo objetivo: trazer à tona a existência, a presença e a ação concreta de mulheres que, ao longo dos anos e lugares, demarcaram as várias dimensões do quotidiano, e os contornos de um país recém-democrático, através das suas formas de agir durante o Período Revolucionário em Curso (PREC).

A escolha deste tema não se deu sem razão. Após 50 anos da ruptura revolucionária do 25 de Abril de 1974, continuamos a deparar-nos com uma historiografia que não privilegia nem demarca as ações de mulheres ao longo deste período. Posto isto, é fundamental salientar que atualmente testemunhamos novos esforços, sobretudo por parte de investigadoras, para compreender o período do 25 de Abril de 1974 enquanto espaço de vitórias, conquistas, disputas, derrotas e contradições, onde desempenharam papéis estratégicos na condução deste processo. Além da perspectiva historiográfica, é relevante destacar o papel da comunicação social como “uma peça importante nas lutas políticas e nas transformações que então se operam” (Rezola & Gomes, 2014). Seja por meio dos jornais ligados a grupos políticos, dos periódicos diários ou das controvérsias que envolveram a rádio e a televisão nas disputas entre militares, partidos e organizações populares, tais tópicos são fontes fundamentais para compreender o passado revolucionário, objetivo que buscamos cumprir com as discussões encetadas ao longo deste encontro.

Com o intuito de ultrapassar o fato que as mulheres são submetidas a um “oceano de silêncio”, buscamos trazer para as conversas contribuições que visassem promover uma reflexão colectiva sobre o seu papel histórico considerando uma abordagem interseccional que tivesse em conta principalmente o gênero, mas também classe, e raça, sem criar, no entanto, sobreposições entre si.

Neste sentido, as intervenções que constituíram o corpo do evento contribuíram para o aprofundamento de noções entre o passado, o presente e o vislumbre do futuro, com a centralidade das mulheres neste percurso. Daniela Sofia Neto, com o texto intitulado “As estudantes no movimento estudantil da década de 1960 em Coimbra: um olhar a partir do jornal estudantil *Via Latina*”, revela as nuances da dinâmica estudantil nos anos 60 do século XX e o incremento da participação feminina no associativismo, principalmente nos primeiros anos do movimento estudantil. Em “Todos diferentes, todas iguais: análise das representações da figura feminina nas antologias de Portu-

guês do terceiro ao quinto ano do Estado Novo e da sétima à nona classe da década de noventa, em vigor no espaço moçambicano”, Maria João Silvestre analisa as representações da figura feminina neste objecto, situando a discussão do biológico e do social no interior da análise sobre a condição da mulher dentro de pressupostos dialéticos através da análise de livros didáticos. Em “A evolução da liberdade da mulher em Portugal”: ideias de estudantes acerca de género e mudanças em História”, Alex Azevedo e Marília Gago trazem as conclusões de um modelo implementado em duas escolas do Norte de Portugal, cuja estrutura permitiu trabalhar não apenas competências escolares, mas também responder às necessidades e curiosidades de estudantes acerca da evolução do papel da mulher no século XX em Portugal e dos conceitos principais desta temática.

Na relação entre mulher e sexualidades, contamos com as reflexões de Andreia Filipa Courela em “Aborto: direito ao nosso corpo – a longa luta pela despenalização do aborto em Portugal. O debate na Assembleia da República (1974-1984)”, sobre os impactos social e legal da mentalidade conservadora e misógina enraizada na sociedade portuguesa na despenalização do acesso à interrupção da gravidez entre 1974 e 1984. Ana Barradas, por sua vez, destriça as lutas, condições e resistências femininas no texto “Sexualidades e o 25 de Abril”.

No quadro geral da temática deste Seminário, contamos com o artigo de Dulce Morgado Neves, Ana Rita Monteiro e Tatiana Matos, “Nas entrelinhas da resistência: maternidade e infância no boletim *A Voz das Camaradas*”. As autoras buscam investigar como, no contexto da clandestinidade, a maternidade era representada. Paulo Marques Alves em “Uma mulher militante: o processo de adesão à ação militante sindical de Joana” analisa a ação militante de Joana (nome fictício para uma mulher atuante no movimento sindical), fundamental para o 25 de Abril. Também no texto “a participação das mulheres no movimento sindical durante o período revolucionário” o autor apura a participação feminina na direção sindical nos movimentos que fizeram parte da Revolução dos Cravos, observando ainda quem eram as mulheres que ascenderam a estes cargos de direção. Ana Barradas, em “As mulheres e o PREC” nos indica qual era a condição das mulheres durante o Processo Revolucionário Em Curso, em números e depoimentos.

Maria Irene da Fonseca e Sá aborda, de sua perspectiva, as entrelinhas da vida emigrante no texto “Onde estavas e o que fazias tu, mulher portuguesa emigrante, no dia 25 de Abril de 1974?”

No campo do trabalho, Nuno Prates e Ricardo Hipólito, no capítulo “A mulher alpiarcense no trabalho e na política: Histórias de resistência” investigam sobre o trabalho no campo, e como se deram as lutas e a clandestinidade para as mulheres em Alpiarça (distrito de Santarém). Pâmela Peres Cabreira apura as circunstâncias das mulheres trabalhadoras em “A autogestão e o poder popular durante o PREC: as trabalhadoras da fábrica Sogantal” onde nos convida a pensar em suas forças e solidariedades, naquela determinada situação. Ana Rita dos Santos Cardoso, no capítulo “O trabalho feminino e os seus condicionalismos durante o Estado Novo (1933-1974)” estuda que profissões sofreram deliberações de cunho sexista no Estado Novo percebendo assim qual era o papel da mulher na sociedade.

No universo das artes, Dalila Maria Teixeira Milheiro recupera a acção artística na construção colectiva do processo revolucionário português a partir da artista portuense Ana Hatherly em “Ana Hatherly – palavras e arte em liberdade”. Andreia Santos Silva, no capítulo “Maria Clementina Carneiro de Moura (1898-1992): mulher artista, professora, militante, cidadã, democrata exemplar” nos relata a vida e obra desta artista lisboeta, aliadas ao seu interesse por causas sociais, especialmente a militância pelas mulheres e sua atuação no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP). Por

fim, em “3 mulheres, 3 histórias: arte, género e revolução”, Vera Araújo analisa a imagem do corpo na perspectiva de denúncia através das obras de três artistas portuguesas, Clara Menéres, Helena Almeida e Emília Nadal.

Desta feita, acreditamos que a iniciativa deste Seminário é orgânica, plástica e aberta. Consideramos necessário recuperar o que existe na memória colectiva, preencher os vazios e reconstruir a vida. Como tal, temos justamente como objectivo plantar ideias como sementes que nascem quer da autonomia de pesquisa quer da transmissão das experiências, e na multiplicidade de percepções sobre o papel dinâmico que envolve a pluralidade ao longo da História. Buscamos discutir e analisar os diferentes atravessamentos que a condição feminina vivenciou nos últimos anos do período estadonovista, principalmente com o advento da Revolução de 25 de Abril. O que mudou, como mudou, e de que forma podemos, a partir dessas trocas e conhecimentos, pensar nos contributos deste marco histórico para a sociedade atual.

Pâmela Cabreira
Livia Casimiro Sampaio
Teresa Melo
Ana Catarina Maia
Ana Barradas

Lisboa, 2025

AS ESTUDANTES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA DÉCADA DE 1960 EM COIMBRA: UM OLHAR A PARTIR DO JORNAL ESTUDANTIL VIA LATINA

DANIELA SOFIA NETO

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

INTRODUÇÃO

Durante o Estado Novo, Portugal revelou-se um terreno árido para a emergência de temáticas feministas, realçando-se a firmeza no campo ideológico e político relativamente ao cuidado do lar, à glorificação da maternidade e à inerente missão de esposa (Cova & Pinto, 1997). É também evidente o edifício jurídico que cerceava a mulher no seio de uma moral católica e conservadora, sendo exemplos a Constituição de 1933 e o Código Civil de 1966 ao instituírem desigualdades de género em torno da subordinação conjugal e social da mulher (Freire, 2020).

O movimento estudantil em Portugal, na transição para a década de 1960 ficou marcado pelo alargamento do, até então, elitizado ensino superior, com a presença de outras camadas sociais e do crescimento exponencial do número de mulheres (Garrido, 2022). No entanto, a ideologia patriarcal permaneceu fortemente enraizada e enquanto os estudantes do sexo masculino gozavam de autonomia ao nível dos comportamentos, as mulheres permaneciam numa posição de subalternidade (Carreiro, 2004).

Com a dinâmica estudantil do início da década de 1960 e com o incremento da participação feminina no associativismo, a “questão feminina” adquire protagonismo a par da intervenção estudantil na oposição ao estado novo, numa altura em que ainda não se tinham desbloqueado os limites à incursão de um *modus operandi* feminista (Cardina, 2009).

NOTAS METODOLÓGICAS

Este trabalho assenta na análise temática dos artigos do jornal estudantil *Via Latina* (VL)¹. Para tal, foram lidos todos os números do jornal disponíveis e posteriormente transcritos aqueles onde havia uma referência à mulher (tendo considerado esta a categoria principal). Optei por considerar apenas os artigos informativos e de opinião e por excluir poemas e outras formas literárias, por considerar que tal análise requeria a mobilização de outras técnicas.

Recorri aos princípios da análise temática elencados por Braun & Clarke (2006) para identificar, analisar e interpretar os principais temas. Primeiramente selecionei os artigos de acordo com o período temporal em questão e, como tal, iniciei a codificação na edição n.º 80 (17 de maio de 1958), recuando em relação ao ano de 1960, por considerar necessário um enquadramento do momento de viragem, tanto na redação

¹ O jornal *Via Latina* chegou à comunidade estudantil em 1889 e durou até ao ano seguinte (9 de maio) com a publicação de apenas 12 números. Surgiu novamente em maio de 1924 (número único), maio de 1933, maio de 1937 (número comemorativo), abril de 1938 e apresentou-se de forma bastante mais regular, a partir de 1941 (Lamy, 1990). Na década de 1980 e em 2000 recuperou-se a sua publicação, mas com um formato diferente.

do jornal, como no próprio movimento estudantil coimbrão. O último número lido foi o 149 (dezembro de 1968). Importa, no entanto, ter em consideração mudanças na estrutura orgânica do associativismo (balançada entre listas de esquerda, de oposição ao regime, e listas propostas pelo regime) e atender os momentos de suspensão (pelo regime) desde órgão de comunicação no período indicado.

A imprensa estudantil apresenta-se como um espaço coletivo de expressão da comunidade académica, onde se encontram registos pertinentes para a análise das vivências e entendimentos de estudantes (Augusto, 2000). Contudo, importa não olvidar que a comunidade estudantil enfrentava a censura, que impedia de publicar qualquer tipo de crítica ou reflexão, numa sociedade vigiada em que era crime expressar uma opinião (Garrido, 2022). Assim, os artigos apresentados no jornal (e também analisados), são devidamente assinados e são publicados porque se integram dentro das linhas editoriais. Por um lado, refletem a visão da responsável pela redação da VL seria o presidente da Direção-Geral (DG) e por outro lado, coadunam-se com o espartilho provocado pela censura vigente na época (Augusto, 2000).

AS ESTUDANTES NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA DÉCADA DE 1960 EM COIMBRA: UM OLHAR A PARTIR DO JORNAL ESTUDANTIL *VIA LATINA*

Quando a VL rompe em 1941 é marcada por apelos aos contributos femininos, conforme se lê: “não fazia sentido que, sendo parte da população universitária feminina *Via Latina* não tivesse uma páginas feminina” (Barrôco, 1941, p. 7). A este apelo seguem-se respostas coadunáveis com aquilo que era permitido durante o regime, mas, com o passar do tempo, abrem-se brechas para visões mais emancipadoras relativamente às mulheres.

AS MULHERES NO CONTEXTO ACADÉMICO

O contexto das mulheres no ensino superior é, à época, marcado por fatores estruturais que não se podem dissociar do clima de opressão vivido no Estado Novo. Ressoa, por isso, a denúncia do patriarcado e o facto de se viver sob a norma masculina: “A Universidade está estruturalmente fundamentada em princípios masculinos” (M. F., 1959).

Outro fator estrutural diz respeito a noções de moral veiculadas pelo Estado Novo, conforme se pode depreender da leitura de um excerto a uma entrevista feita a uma Madre encarregada das raparigas num Lar: “O espírito feminino é mais susceptível nestes assuntos que o vosso [dos entrevistadores] (...). Poderíamos, em cada caso concreto, avaliar se a rapariga tem ou não formação moral que nos levasse a confiar nela inteiramente.” («*Via Latina* no Lar da Imaculada Conceição», 1959, p. 7). Os Lares femininos, administrados pelas congregações católicas, foram os lugares onde a maioria das estudantes deslocadas habitaram e requeriam o cumprimento de regras destinadas à manutenção da moral (e.g., horários). Estas regras refletiam a rigidez da educação católica e partiam do princípio que as estudantes seriam inaptas para lidar com a sua própria condição biológica (Réquio, 2016).

Com a feminização do ensino superior há também a ideia de que este tem de se adaptar às necessidades das mulheres e ao papel que ocupavam na sociedade, pugnando-se por mudanças ao nível da componente letiva. Atenda-se, por exemplo, às Conclusões da Semana de Estudos Universitários promovida pelo Centro Académico de Democracia Cristã, em que se aborda a separação das cadeiras fundamentais e aces-

sórias e, dentro destas, a existência de um determinado número de cadeiras de opção, atendendo a presença da mulher na Universidade («Votos e conclusões da “Semana de Estudos Universitários” do C.A.D.C», 1960).

Será igualmente neste sentido que, em 1949, foi fundado o Conselho Feminino (CF) («Alvorada no meio académico — O Conselho Feminino», 1949), com o propósito de romper com a indiferença da rapariga universitária através de um organismo composto por uma representante por Faculdade do sexo feminino. Foi com este organismo que se propôs a realização de atividades específicas para mulheres e que fossem um complemento à formação adquirida no Ensino Superior. Tanto a criação unidades curriculares acessórias (ainda que não havendo nada que comprove que tal aconteceu), como a criação do CF são indícios de que se previa uma educação para as mulheres com competências que seriam uma extensão do seu papel na sociedade e no interior das famílias.

No que concerne às vivências, destaca-se a dicotomia público/privado, reveladora do modo como as mulheres foram sendo mantidas no domínio privado e os homens remetidos à esfera pública, o que se manifesta no seio académico, em diferentes atividades, locais e modos de estar:

as piadas das latadas, certos aglomerados de rapazes “em locais estratégicos” (aqui estratégico significa por onde passam muitas raparigas), certos dichotes que alguns rapazes universitários se consideram no direito de dizer à passagem das colegas, etc. Sintomas alarmantes? Não os considero como tal. Sintomas de imoralidade? Tão pouco. Acho apenas que são vestígios dum passado, em que homem e mulher eram dois estranhos, de vidas inteiramente compartimentadas, em que para ele havia a rua, a boémia (a célebre boémia coimbrã), o galanteio, a piadinha apimentada... E para ela, o recolhimento do lar, a tímida admiração pela irreverência e liberdade dele, o rubor perante as pilhérias de um certo tom muito masculino... (Nicolau, 1961, pp. 2; 15).

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL

Dada a contextualização das mulheres na academia, depreende-se, desde logo, a parca participação no associativismo estudantil. Porém, a dinâmica associativa impregnada pela DG/AAC com a eleição de Carlos Candal (com uma lista conotada com as esquerdas) em 1960/1961, teve efeitos no tocante a esta participação.

No que diz respeito ao CF e conforme se lê nas páginas da VL, as atividades eram maioritariamente ligadas à culinária e também a palestras sobre puericultura («Porta Férrea: Conselho Feminino», 1959). Com a viragem na AAC, os destinos no CF passam a ser outros, nomeadamente com a introdução de novas temáticas, que realçam a preocupação face à parca participação das estudantes: “Serão debatidos assuntos como o desinteresse da universitária pela vida associativa; suas causas; a caloiira e a integração na vida associativa; aspectos reais dos Lares” («Conselho Feminino», 1961, p. 12).

É também nesta viragem que se lê nas páginas da VL a ata da I Assembleia Geral das alunas da UC (em 1960), que destaca precisamente o absentismo quanto à participação no associativismo: “Numa academia de que relevante parte é composta por raparigas — talvez 40% que não para menos — é extraordinário o desapego da universitária pelos assuntos e movimentos emanados da sua associação. O desinteresse é notório — íamos escrever «escandaloso»: aparente meia dúzia de raparigas com cargos dirigentes

em algumas secções, a presença da MULHER não se faz sentir na A. A. («I Assembleia Geral das Alunas da UC», 1960). Este excerto permite dar conta da paradoxal resistência das estudantes em serem ouvidas num período que ia sendo marcado (sobretudo na Europa) pelas reivindicações em torno da emancipação. Destaca-se, assim, a fraca mobilização das estudantes em desafiar o seu papel dentro da academia.

A participação das estudantes foi aumentando de forma gradual e, no “I Fim de Semana de Convívio”, realizado entre 4 e 5 de fevereiro de 1961, foi sentida esta presença: “As raparigas universitárias tiveram também uma participação bastante activa. Foi pena que isso só tivesse acentuado no fim. De qualquer modo, o seu contributo ficou assaz destacado, especialmente em virtude do tom enérgico, mas contido e muito justo, com que o problema da mulher e da universitária começou a ser tratado, infelizmente já nos últimos momentos” (Moitalina, 1961, p. 6).

Contrariamente a esta visão, houve mesmo quem considerasse que as mulheres simplesmente não quiseram (pela sua vontade) estar presentes e ocupar o seu tempo com o associativismo, pela ideia difundida na época de que a atividade política seria para os homens: “E porque é que estavam tão poucas raparigas? Não me digam que não podiam sair dos lares àquela hora! (...). Não se quiseram maçar ou pensaram que aquilo era coisa de homens politiquices, etc.?” (L., 1961).

Posteriormente, a presidente do CF à data alude ao progresso relativo a uma maior participação das mulheres no associativismo, embora longe do ideal, tanto quantitativa como qualitativamente (Gersão, 1961).

O CONVÍVIO ENTRE OS E AS ESTUDANTES

É no início dos anos 60 que rompe uma hecatombe em torno do convívio entre homens e mulheres estudantes, com um artigo escrito por um *Dux Veteranorum*, Joaquim Cantante Garcia, intitulado “Um problema momentoso: As relações entre rapazes e raparigas”. Nele diz-nos que qualquer rapaz ou rapariga que sejam avistados juntos, a horas menos habituais, perpetraram ou perpetrarão qualquer ato moralmente condenável (Garcia, 1961). Com este artigo, num tom cauteloso, alerta para o olhar conservador e a moral dominante veiculados pelo regime e que atentam aos “perigos” da proximidade entre os e as estudantes (Bebiano & Silva, 2004). Assinado pelo *Dux*, este artigo é significativo e ilustra a emergência de novas sensibilidades que se vão criando no seio da academia, especialmente tendo em consideração o peso que detinha em termos de opinião junto da facção boémia e tradicionalista coimbrã (Augusto, 2000).

Quase um ano mais tarde, o mesmo autor volta a abordar este problema do convívio, defendendo a alteração dos entendimentos quanto ao papel da mulher na sociedade:

É necessário começar, pois, urgentemente, a alterar condições de educação que continuem a preparar a mulher, quase exclusivamente para a conservação “física” do Lar; e que o Homem seja instruído na plena aceitação do construtivo valor que para a sua vida representa uma Mulher não subalternizada, activa e inteligentemente participante do seu dia-a-dia (Garcia, 1961, p. 2).

Apesar do crescendo ao nível das reflexões na VL em torno da relação entre os e as estudantes, o debate intensifica com o “I Fim de Semana Inter-Academias”. No âmbito deste convívio, que teve a participação de estudantes de Lisboa e do Porto, organizou-se um colóquio com vários temas, entre eles “a situação da mulher portugue-

sa e as jovens universitárias sujeitas a hábitos preconceituosos e retrógrados” (Tavares, 2008, p. 98). O debate prolongou-se pela noite dentro em algumas Repúblicas, abertas à confraternização com universitárias (*idem*).

Como se depreende da leitura dos números seguintes da VL, seguiram-se uma série de acontecimentos: foram espalhados panfletos anónimos pela cidade relativos a imoralidades que teriam sido cometidas no convívio entre homens e mulheres²; Assembleias Magnas em que o assunto é o foco do debate; e crescem na VL o número de artigos relativos à relação entre os e as estudantes.

Toda esta conjuntura fica ainda mais inflamada, semanas depois, com a publicação de um texto anónimo (assinado por A., mas que mais tarde se percebeu que o seu autor foi Artur Marinha de Campos) intitulado “Carta a uma Jovem Portuguesa”. Com inspiração em Simone de Beauvoir, este texto apresenta-se como uma fagulha para um debate sobre a liberdade sexual numa época em que não era permitido:

A minha realidade é igual à tua. Somos jovens. A minha liberdade não é igual à tua. Separa-nos um muro, alto e espesso, que nem tu nem eu construímos. A nós, rapazes, de viver do lado de cá, onde temos uma ordem social que em relação a vós nos favorece. Para vós, raparigas, o lado de lá desse muro; o mundo inquietante da sombra e da repressão mental. Do estatismo e da imanência (A., 1961, p. 1).

Particularmente crítica em relação aos padrões dominantes da moral sexual, esta Carta daria conta de contradições que se vinham a revelar na sociedade portuguesa (Garrido, 1996). Assim, o teor desta reflete sobre a opressão das mulheres em todos os aspetos da sua condição social, censurando os padrões da moral dominante e preconizando a emancipação social da mulher.

Tens de derrubar connosco o muro que nos separa. Tens de participar na mesma frente, na frente das nossas reivindicações para a construção duma melhor realidade juvenil. Tens de fugir ao isolamento e ao mundo fechado e diferente das raparigas entre si. Tens de entrar no nosso mundo errado, mas errado por tu não estares lá (...). Só assim verdadeiramente te conhecerei. Saberei o sabor do teu corpo, a cor dos teus cabelos e dos teus olhos. Só então te poderei amar; não na sofreguidão, na ansiedade e na mentira, mas sim à luz dum dia jovem, à luz do que nasce e floresce; dentro da colectividade estudantil (A., 1961, p. 4).

Este excerto denota o clima de pretensão da dissolução de costumes que vin-gava na academia (e que se ia esgotando cada vez mais), pedindo, de forma muito desafiadora dos cânones da época, que a rapariga saltasse este muro. Numa sociedade fechada e moralista, a publicação da carta gerou um momento de agitação desprezível, registando-se movimentos de apoio, mas mais notoriamente, de crítica ao seu conteúdo (Cardina, 2008).

² Embora extravase a análise documental em torno da *Via Latina*, é importante ter em consideração o teor destes panfletos anónimos, como são exemplos: “Convívium, poderoso revitalizador à base de sexualina”; “Parques de Convívio: Botânico, Sereia, Choupal, Penedo da Saudade, Penedo da Meditação. Ressaca do Convívio – Clínica Dr. Daniel de Matos”. São ilustrativos da ideia de que este convívio se traduziu em relações sexuais e em possíveis gravidezes (a Clínica Dr. Daniel de Matos diz respeito a uma maternidade). Estes panfletos encontram-se disponíveis no Museu Académico da Universidade de Coimbra na pasta relativa ao Conselho Feminino.

PAPEL DA MULHER (ESTUDANTE) NA SOCIEDADE

Tendo em conta que “A Universitária em Portugal não pode nem deve separar-se de toda a mulher de toda e qualquer classe” («O Convívio em Coimbra», 1961, p. 11), importa compreender o modo como se olha para o seu papel na sociedade após a passagem pelo ensino superior. Um pouco por todas as edições da VL são espelhadas narrativas coadunáveis com aquilo que era permitido durante o regime para as mulheres.

Destaco, no entanto, o número seguinte à publicação da “Carta a uma Jovem Portuguesa” em que são apresentados resultados de um inquérito dirigido a estudantes pertencentes às secções culturais, desportivas e organismos autónomos da AAC. Por um lado, prevalece uma clara alusão à ideia de que o papel na Universidade é importante para que se tornem melhores mães, esposas e cuidadoras do lar: “Quer-me parecer que o papel da mulher é sempre o mesmo, independentemente da época em que vive: preparar-se para a sua missão de Esposa e Mãe e cumpri-la o melhor que puder”(«Inquérito à jovem portuguesa», 1961, p. 6). Estas narrativas refletem aquilo que lhes é permitido durante o regime ditatorial, remetendo as mulheres para a esfera privada e ligada a conceções da primeira vaga do movimento feminista, nomeadamente a ideia de que a educação fará delas melhores mães e esposas (Okin, 2008).

Por outro lado, há quem pugne para uma alteração destes preceitos e entenda que a discussão em torno do papel das mulheres no século XX deva ser no sentido da emancipação. Tal como se lê: “Quanto a mim a Mulher do séc. XX é aquela que trabalha e que é independente economicamente, e portanto se pode equiparar ao homem, não necessitando de lhe estar submetida seja por que razão for. Creio que só assim a Mulher percorre o bom caminho – só assim terá verdadeira consciência das suas responsabilidades (»Inquérito à jovem portuguesa», 1961, p. 7).

CONCLUSÃO

Com esta análise procurei dar conta do modo como as mulheres estudantes, apesar de fortemente condicionadas pela pertença de género, colocaram em curso atividades e opiniões desafiadoras do que era, à data, a condição da mulher na sociedade. Por um lado, há traços que permitem conceber a estudante de acordo com o ideal de mulher no Estado Novo, através do tipo de narrativas veiculadas — a ideia de que o ensino superior será importante para as suas funções na sociedade, no lar e no matrimónio.

Por outro lado, o ano letivo 1960/1961 acabou por ser uma arena onde se esgrimam argumentos sobre a mulher em torno da moral e dos costumes, consubstanciados sobretudo na “Carta a uma Jovem Portuguesa” e na dinâmica do “I Fim de Semana de Convívio”. Ambos os momentos concorrem para que a visibilidade da participação das mulheres na academia e na sociedade adquirissem fortes contornos sociais, extravasando inclusivamente a UC.

A análise que apresento tem limitações que se prendem com os “silêncios” e as “ausências” impostas pela ditadura, e que deixa de fora momentos de maior tensão na academia (crises académicas de 1962, 1965 e 1969). Olhar para o que não está escrito é importante, no entanto, a ausência de documentos (e, neste caso, imprensa estudantil) não permite fazer uma análise qualitativa aos temas mais relevantes para a comunidade académica neste momentos e aferir sobre o papel das mulheres durante momentos de flagrante tensão.

Nesta análise deixo de fora outros temas que têm uma grande incidência, como é o caso da mulher e o desporto e também uma importante componente sobre a (a) politização do/a estudante. O primeiro tema mostra-se relevante na medida em que dele discorrem uma série de debates sobre se a mulher pode ou não praticar desporto, invocando-se argumentos de natureza biológica e fisiológica. No entanto, tendo em conta os meus interesses de investigação, o fator a considerar seria precisamente o da participação (ainda que gradual) das mulheres nestas atividades, cujo processo é um traço comum a outros organismos da AAC (tanto os autónomos, como as secções culturais) que dou conta neste trabalho. O segundo tema revela-se pertinente para dar conta transição da comunidade académica perante uma lógica corporativista, para o caráter sindicalista e ativista que vai marcar o movimento estudantil nos anos seguintes. A tomada de consciência política dos/as estudantes não foi imune a esta diferença de género, mas que, como procuro demonstrar, teve diferenças na forma como as mulheres foram atuando (devido ao facto de serem mulheres num regime severamente punitivo e que não lhes permitia mais).

A transição democrática conseguida com a Revolução dos Cravos tratou de garantir a igualdade entre homens e mulheres na lei. No entanto, num universo estudantil feminizado, como é o caso da UC ao longo dos últimos anos, persistem resquícios de um conservadorismo e de uma forte alçada patriarcal que continuam a apresentar-se como resistências à participação das estudantes no associativismo estudantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ainda acerca do convívio: Carta Aberta aos Universitários (1961, março 1). *Via Latina*, 7.
- Alvorada no meio académico — O Conselho Feminino. (1949, dezembro 17). *Via Latina*, 1; 7.
- Augusto, C. A. R. M. (2000). *OUTROS DIÁRIOS: As mulheres e o movimento estudantil no início da década de 60 na Universidade de Coimbra* [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.
- Barrôco, M. J. de M. (1941, abril 30). Escrever... *Via Latina*, 7.
- Bebiano, R., & Silva, A. (2004). A reidentificação do feminino e a polémica sobre a «Carta a uma Jovem Portuguesa». *Revista de História das Ideias*, 25, 423-454. https://doi.org/10.14195/2183-8925_25_12
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Cardina, M. (2008). *Tradição da contestação: Resistência estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Angelus Novus.
- Cardina, M. (2009, abril 9). Olhares sobre uma ausência: O movimento estudantil no Estado Novo e o feminismo. *Caminhos da Memória*. <https://caminhosdamemoria.wordpress.com/2009/04/09/olhares-sobre-uma-ausencia-o-movimento-estudantil-no-estado-novo-e-o-feminismo/>
- Carreiro, T. (2004). *Viver numa República de Estudantes de Coimbra — Real República Palácio da Loucura 1960-70*. Campo das Letras.
- Carta a uma jovem portuguesa (1961, abril 19). *Via Latina*, 1; 4.
- Conselho Feminino. (1961, março 1). *Via Latina*, 12.
- Cova, A., & Pinto, A. (1997). O Salazarismo e as mulheres: Uma abordagem comparativa. *Penélope: revista de história e ciências sociais*, 17, 71-94.
- Freire, I. (2020). *Sexualidades, média e revolução dos cravos*. Imprensa de ciências sociais.
- Garcia, J. C. (1961, janeiro 16). Ainda o problema do convívio entre rapazes e raparigas. *Via Latina*, 1-2.
- Garrido, Á. (1996). *Movimento estudantil e crise do estado novo: Coimbra 1962*. Livraria Minerva.
- Garrido, Á. (2022). *Primaveras estudantis: Da crise de 1962 ao 25 de abril* (Estrutura de Missão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 e abril de 1974, Ed.). Estrutura de Missão para as Comemorações do Quinquagésimo Aniversário da Revolução de 25 e abril de 1974.

- Gersão, E. (1961, novembro 28). A rapariga e a Associação Académica. *Via Latina*, 22, 23, 24.
- I Assembleia Geral das Alunas da UC. (1960, dezembro 5). *Via Latina*, 1-2; 6.
- Inquérito à jovem portuguesa. (1961, maio 8). *Via Latina*, 1; 6; 7.
- Lamy, A. S. (1990). *A Academia de Coimbra: 1537-1990* (2ª). Rei dos Livros.
- M. F. (1959, novembro 30). Actividades Femininas. *Via Latina*, 1-2.
- Moitalina, J. (1961, março 1). Colóquio dos estudantes do Porto, Coimbra e Lisboa. *Via Latina*, 5-6.
- Nicolau, E. (1961, março 9). Breves apontamentos sobre a rapariga universitária. *Via Latina*, 2; 15.
- O Convívio em Coimbra. (1961, março 9). *Via Latina*, 11.
- Okin, S. M. (2008). Gênero, o público e o privado. *Revista Estudos Feministas*, 16(2), 305-332. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>
- Porta Férrea: Conselho Feminino. (1959, fevereiro 16). *Via Latina*, 8.
- Réquio, P. M. J. (2016). *Mudança Cultura e Política na Academia de Coimbra: O caso da Via Latina (1958-1962)* [Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras]. https://www.academia.edu/31059688/Mudança_Cultural_e_Política_na_Academia_de_Coimbra_O_Caso_da_Via_Latina_1958_1962_&navfrom=467a86b0-0535-4827-8572-2ac57ca01e30&rw_pos=0
- Tavares, M. M. (2008). *Feminismos em Portugal (1947-2007)* [Tese de Doutoramento, Universidade Aberta]. <https://doi.org/10.3389/978-2-88919-471-1>
- Via Latina no Lar da Imaculada Conceição. (1959, janeiro 19). *Via Latina*, 7, 8.
- Votos e conclusões da «Semana de Estudos Universitários» do C.A.D.C. (1960, março 7). *Via Latina*, 7-8.

ABORTO: DIREITO AO NOSSO CORPO¹ — A LONGA LUTA PELA DESPENALIZAÇÃO DO ABORTO EM PORTUGAL. O DEBATE NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (1974-1984)

ANDREIA FILIPA COURELA RODRIGUES
HTC-NOVA FCSH / CFE-UC

“Neste país de Abril, em que a luta clandestina pela liberdade deixou de ter lugar, a liberdade de dar a vida é ainda decidida clandestinamente”.

Maria Antónia Fiadeiro, *Aborto, O Crime está na Lei*, 1984, p.43

A Revolução do 25 de Abril de 1974, apesar de simbolizar a derradeira conquista da liberdade do povo português, não materializou uma rutura permanente com as concepções arcaicas e misóginas, referentes ao papel da mulher, incutidas desde há muito na sociedade portuguesa. A existência de uma dinâmica social e cultural profundamente conservadora e conformista, durante a vigência do Estado Novo, permitiu a perpetuação de uma perspetiva que reduzia a posição cívica da mulher às qualidades de mãe, esposa e dona de casa.

Este quadro social foi aproveitado pela Igreja Católica, que após a Revolução foi poupada à contestação social. Esta instituição adotou uma postura intransigente em relação às iniciativas políticas que procuraram dotar as mulheres da sua plena liberdade sexual e reprodutiva e, assim, romper com as concepções e com os papéis atribuídos naturalmente à mulher, que a remetiam para o trabalho doméstico e para outras tantas violências. Posto isto, não surpreende que tenha contestado a matéria aprovada no âmbito da promulgação da Constituição de 1976 nomeadamente no que toca ao direito ao planeamento familiar —, e das alterações efetuadas no Código Civil (1977). Sobre as mudanças conhecidas no Código Civil, particularmente no que respeita ao direito de família — destacando-se o alargamento do direito ao divórcio a todos os casamentos, mesmo os canónicos, a igualdade de direitos do marido e da esposa no casamento e em relação aos filhos, a extinção da figura de chefe de família, etc. —, o Episcopado mostrou a sua total discordância e sublinhou que estes avanços (considerados, na verdade, autênticos retrocessos) constituíam uma tentativa de descredibilizar a concepção católica e tradicional de Família (Ferreira, 2014, p. 280).

É igualmente evidente que a Igreja Católica tenha manifestado, desde muito cedo, a sua posição intransigente no que diz respeito ao aborto e à contraceção, por serem consideradas práticas imorais e condenáveis, por se traduzirem na eliminação de um ser humano em desenvolvimento. A aversão da Igreja a estas questões era ainda mais complexa e hostil e, principalmente no início da década de 80, mobilizou todas as suas forças numa campanha nacional – apoiada pelos partidos conservadores de direita

¹ *Aborto, Direito ao Nosso Corpo* (1975) é o título da mais emblemática obra que se debruça sobre o problema do aborto clandestino na sociedade portuguesa nos anos 70. Através da recolha de dados e de depoimentos de profissionais de saúde, de juristas, de várias mulheres que se viram forçadas a abortar de forma ilegal, etc., este trabalho pioneiro, resultante dos esforços conjuntos de Célia Metrass, Helena de Sá Medeiros e de Maria Teresa Horta, demonstra de forma autêntica como é que este problema (a par da legislação vigente relativamente à IVG, o artigo 358º do Código Penal de 1886, em vigor até 1984) afetava milhares de mulheres diariamente.

e por alguns dos seus representantes na Assembleia da República, de movimentos Pró-Vida, etc. — que procurava contrariar os esforços assumidos pelos grupos de mulheres na luta pelo direito ao aborto e a uma sexualidade livre.

Desta forma, foi-se consolidando a influência da Igreja Católica na sociedade portuguesa, desconhecadora e desinformada em matéria relativa ao planeamento familiar e à educação sexual e completamente alheia ao desenvolvimento das lutas feministas que se iam conhecendo a nível europeu e internacional. A permanência deste quadro social letárgico impossibilitou um debate sério e informado sobre o direito da mulher ao aborto.

Tendo todos estes aspetos em consideração, é notório que, apesar dos esforços realizados no sentido da consagração dos direitos das mulheres em Portugal — a partir da aprovação das disposições sobre o divórcio em 1975, da Constituição de 1976 e com a revisão do Código Civil em 1977 —, a verdade é que, na prática, o seu direito mais elementar — o de decidir acerca do seu próprio corpo — não era, de todo, respeitado.

O problema do aborto clandestino em Portugal devia-se, antes de mais, à lei vigente, que correspondia ao artigo 358º do Código Penal de 1886. Esta lei considerava criminoso todo o tipo de aborto. A justificação da sua vigência prendia-se com a defesa de valores tradicionais católicos e na defesa do direito à vida: tal como o homicídio e a eutanásia, o aborto deveria ser proibido, uma vez que o que estaria em causa seriam os direitos da pessoa humana.

A vigência desta lei condenou milhares de mulheres ao aborto clandestino e, como resultado, o número de mortes maternas em Portugal ultrapassava as 2000 anualmente. Esta lei, completamente inadequada à realidade portuguesa, forçava mais de 100 000 mulheres a abortarem na clandestinidade e a entregarem a sua vida nas mãos de desconhecidas sem formação, que realizavam os procedimentos em condições completamente degradantes e que lucravam à custa do desespero daquelas que, sem condições económicas para cuidar de (mais) um filho, se decidiam pelo aborto.

A esmagadora maioria das mulheres que recorriam ao aborto clandestino eram oriundas de famílias de poucos recursos financeiros, desinformadas em matéria de planeamento familiar, e viam-se obrigadas a recorrer ao aborto clandestino feito em condições deploráveis e a sangue-frio. Eram as mulheres operárias, camponesas e de estratos sociais mais baixos que abortavam às mãos de curiosas, em condições deploráveis, sem anestesia ou assistência médica. Muitas delas não tinham forma de pagar por este serviço e, por isso, praticavam o autoaborto, através do uso de métodos como o «pé de salsa», os chás, as agulhas de crochet, etc.

Esta lei agudizava a desigualdade no acesso a cuidados de saúde, à informação e à prática do próprio aborto. Esta realidade desigual é um aspeto transversal a todos os países que já experienciaram legislações restritivas em relação à IVG: enquanto as mulheres mais pobres abortavam em condições deploráveis e arriscavam a sua vida ao fazê-lo, aquelas que tinham melhores condições económicas viajavam para o estrangeiro, onde realizavam o procedimento de forma segura e com o devido acompanhamento médico.

Para o entendimento da realidade portuguesa, no que respeita ao problema do aborto clandestino nos anos 70 e 80, destaco o notável trabalho de Maria Antónia Fia-deiro, por ser aquele que melhor retrata de que formas é que este condenava milhares de mulheres, diariamente, a sentimentos de culpa, desespero e humilhação, e como é que este quadro legislativo contribuída para a exploração — financeira e sexual — do corpo da mulher. No caderno de reportagem intitulado *Aborto, O Crime está na Lei*, a autora também sublinha que a hipocrisia da lei punitiva e incriminatória vigente se

prendia com o facto de o aborto clandestino ser uma realidade conhecida e praticada por mulheres de todos os estratos sociais, mas ser sobre aquelas com menor poder económico que a justiça repressiva exercia a sua função punitiva (Fiadeiro, 1984).

Ainda sobre esta realidade, importa salientar que, para fazer face ao problema do aborto clandestino, é insuficiente bastar-se “(...) com a estrita proibição do aborto quando se sabe que esta proibição é totalmente ineficaz. Tal norma serve apenas para tranquilizar a consciência.” (Andrade, 1979, p. 303). Além disso, é igualmente evidente que o tipo de lei que proíbe o aborto é responsável pela “criminalidade secundária” que daí advém – ou seja, o negócio do aborto clandestino, marcado pela proliferação de clínicas ilegais -, fruto de uma estigmatização negativa anterior. Costa Andrade, na sua análise em torno da proibição do aborto em Portugal, afirmou que esta originava o “(...) aparecimento de sofisticadas organizações destinadas a assegurar a sua oferta. [...] Com a criação e frequência de tais formas comunitárias e marginais, ter-se-á em vista, para além de garantir a racionalização do acesso aos bens proibidos, assegurar o suporte mútuo e a legitimação recíproca segundo uma respeitabilidade diferente da respeitabilidade dominante. Uma vez transportada para o sub-mundo da ilegalidade, a prestação dos bens ou serviços ocorre frequentemente em condições extremamente degradantes e, sempre, em termos discriminatórios” (*Idem*, p. 301).

O 25 de Abril também significou o brotar de vários grupos de mulheres que tiveram uma ação crucial no combate ao silenciamento existente em torno da discussão dos problemas das mulheres. Atendendo à própria natureza conformista e conservadora da sociedade portuguesa e a influência da Igreja Católica no tecido social e político do país, é evidente que a força do movimento feminista acaba por ser vital para a promoção desta reforma legislativa em países maioritariamente católicos.

O Feminismo em Portugal conheceu um desenvolvimento notável nos anos 70, devido à emergência de vários grupos de mulheres que assumiram e procuraram trazer para a cena política e social a luta pelos direitos das mulheres. Não obstante as diferentes orientações político-ideológicas, todos eles consideravam prioritária a luta pela despenalização do aborto e da respetiva reforma legislativa.

Perante a vigência de um quadro penal tão punitivo para as mulheres, cuja liberdade sexual e afetiva via-se abafada por valores conservadores e misóginos herdados de uma experiência governativa fascista — que contribuiu, inclusive, para o estado de desconhecimento, existente no seio das populações, no que concerne a noções como aborto, educação sexual ou contraceção —, a luta pelos seus direitos sexuais e reprodutivos teria de emergir na agenda dos governos. Para tal, seria fundamental que os grupos de mulheres pressionassem o poder político e estabelecessem uma rede de contactos com os partidos da esquerda e, depois, redefinir o aborto como um problema de saúde pública e/ou como direito elementar das mulheres para o politizarem (Blofield, 2008, p. 309).

Em Portugal, a ação dos movimentos feministas dependeu, além da adoção de estratégias e de ações levadas a cabo em França e nos EUA, da solidariedade coletiva entre mulheres oriundas de diferentes meios, classes e regiões: as feministas tornaram público o flagelo do aborto clandestino, considerando-o nada mais que a violação constante do direito da mulher à sua liberdade sexual e reprodutiva. Através da análise das estratégias de mobilização dos grupos de mulheres que assumiram como prioritária a luta pelo direito ao aborto, a influência do feminismo francês e norte americano, embora de formas bastante distintas, na realidade portuguesa é evidente.

A primeira grande estratégia de mobilização das feministas diz respeito à elaboração de petições endereçadas ao Parlamento, que reuniam milhares de assinaturas

de mulheres — entre elas jornalistas, intelectuais, advogadas, etc. — que exigiam a revogação das leis vigentes sobre o aborto. Em Portugal, o recurso a esta estratégia foi frequente: entre todas as iniciativas levadas a cabo, destacam-se as petições entregues na Assembleia da República em 1977 e em 1979, que exigiam uma reforma da lei do aborto, o livre acesso ao planeamento familiar e à contraceção e a igualdade de condições para todas as mulheres no acesso aos cuidados de saúde durante (e após) a gravidez, o parto e, se assim o entendessem, o aborto.

Em Portugal, as feministas adotaram em várias ocasiões uma outra estratégia: nas publicações (folhetos, brochuras, etc.) informativas distribuídas entre a população, em manifestações de apoio a mulheres julgadas pela prática de aborto, ou mesmo durante um debate em torno da reforma da lei do aborto, como ocorreu em 1982: após uma intervenção de um deputado do CDS, algumas das feministas que se encontravam nas galerias do Parlamento (de organizações como a UMAR e a CNAC, principalmente) exibiram, em camisolas, letras que constituíam a frase «Nós Abortámos» e, simultaneamente, lançaram para o plenário panfletos onde constavam as principais exigências das organizações feministas, no âmbito do exercício de uma maternidade livre, consciente e responsável.

Por outro lado, a estratégia de tornar os julgamentos de mulheres (ou homens, em alguns casos considerados cúmplices) pela prática do aborto em eventos mediatizados pelos media e com grande carga política foi aplicada com grande sucesso, não só em Portugal, como também em França e em Itália, por exemplo. A mobilização feminista em torno de julgamentos de mulheres acusadas da prática do *crime* de aborto foi uma componente muito relevante para a afirmação do feminismo português na sociedade. Antes de 1979, a ação e as reivindicações dos grupos de mulheres não eram tidas em consideração nem geravam qualquer reação por parte dos partidos políticos. Todavia, a cobertura dos julgamentos de Maria Antónia Palla e de Conceição Massano (e dos protestos organizados pelas feministas junto aos tribunais) pelos meios de comunicação social veio mudar completamente essa realidade.

O programa televisivo “Nome-Mulher: O Aborto não é um crime”, da autoria de Maria Antónia Palla e Maria Antónia de Sousa, foi emitido pela primeira vez a 4 de fevereiro de 1976 na RTP. O intuito central da realização deste programa passou pela denúncia da realidade do aborto clandestino em Portugal, considerado a terceira maior causa da morte materna no país, e das respetivas condições a que milhares de mulheres se sujeitavam, a fim de interromper uma gravidez não planeada e desejada. Face às críticas geradas e expressadas publicamente pelos setores conservadores e reacionários da sociedade portuguesa — onde se incluíram a Maternidade Alfredo da Costa, o CDS e a Conferência Episcopal —, o programa foi de imediato suspenso e Maria Antónia Palla, na qualidade de autora do programa, foi acusada pelo crime de ofensa à moral pública e incitamento ao crime.

O julgamento de Maria Antónia Palla, iniciado em junho de 1979, “(...) foi um «momento-chave» na luta pelo direito ao aborto em Portugal. A ampla cobertura dos meios de comunicação social fez com que os portugueses não ficassem indiferentes à situação de injustiça que a jornalista enfrentava.” (Rodrigues, 2023, p. 69). Durante o período deste julgamento, dezenas de manchetes foram publicadas na maioria dos jornais nacionais e a discussão sobre o problema do aborto clandestino penetrou o dia-a-dia da população.

No final do mês de junho de 1979, e após um julgamento muito mediatizado, Maria Antónia Palla foi absolvida. Porém, passadas poucas semanas, a imprensa nacional anunciava que uma jovem alentejana iria ser julgada por ter, alegadamente,

praticado um aborto três anos antes. O julgamento de Conceição Massano também foi amplamente divulgado pelos meios de comunicação social e as mobilizações organizadas pelas organizações de mulheres não tardaram. A Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção (CNAC)¹ assumiu um papel central nas ações de solidariedade desenvolvidas durante o julgamento, tendo-se dedicado à distribuição massiva de panfletos à população. Um dos panfletos distribuídos, intitulado “Absolvição imediata de Conceição!”, procurou incentivar os portugueses a aderir à concentração organizada à porta do Tribunal da Boa Hora, no dia 29 de outubro, data do julgamento de Conceição.

Durante o julgamento, os que esperavam pelo veredicto iam proferindo frases como “Aborto não é crime, criminoso é a lei!”, “Contraceção para não abortar, direito ao aborto para não morrer”, “Ninguém arreda pé, Conceição não será ré!”. Frustrada com a presença dos polícias, que a impedia de entrar no Tribunal, a multidão começou, então, a entoar expressões como “Assassinos, assassinos!”, “As mulheres dos polícias também abortam!”, de maneira a expor a hipocrisia da lei e de quem cegamente a defendia.

Pouco depois, conheceu-se a sentença e Conceição Massano dos Santos fora absolvida por falta de evidências que provassem a prática do crime. Terminado este processo, continuava a ser bastante claro que, apesar da absolvição desta jovem, a lei vigente sobre o aborto no país permanecia intacta e, por isso, a luta pela sua revogação não poderia parar.

A consolidação paulatina e a crescente organização do movimento feminista português e a mobilização massiva das feministas fizeram com que alguns deputados começassem a referir a urgência de combater o aborto clandestino. Logo em 1976, Maria Rosa Gomes, na altura deputada à Assembleia Constituinte e membro da Comissão Nacional do Partido Socialista, manifestou o seu apoio a Maria Antónia Palla e a todas as mulheres que se viam obrigadas a recorrer ao aborto clandestino. Em maio de 1979, o deputado António Lopes Cardoso também criticou a lei vigente sobre o aborto. No ano seguinte, em 1980, a UDP (União Democrática Popular) manifestou-se abertamente na Assembleia da República sobre o problema do aborto clandestino e apresentou um projeto-lei sobre a IVG que não chegou a ser discutido.

Na reunião plenária do dia 2 de março de 1982, Zita Seabra abriu a sessão com a apresentação dos três projetos de lei da autoria do PCP: o Projeto-Lei nº307/II, sobre a Defesa e Proteção da Maternidade, o Projeto-Lei nº308/II, sobre a Garantia do direito ao Planeamento Familiar e à Educação Sexual, e o Projeto-Lei nº309/II, sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez.

Desta forma, abriu-se um debate urgente, se se tiver em consideração os problemas que milhares de mulheres enfrentavam diariamente: o aborto clandestino, um serviço nacional de saúde insuficiente com imensas lacunas nas valências de saúde materno-infantil e do planeamento familiar, um sistema laboral minado de injustiças e desigualdades que sobrecarregavam as mães e um sistema educativo fechado que recusava a incluir nas escolas um programa sobre educação sexual.

Os compromissos assumidos pelo Partido Comunista Português passaram por, e como salientou Zita Seabra, “(...) desencadear um amplo debate nacional em torno de questões e direitos fundamentais para a mulher portuguesa, designadamente sobre as

¹ A Campanha Nacional pelo Aborto e Contraceção (CNAC) surgiu em 1979 e foi crucial para a consolidação do movimento feminista português, na medida em que viabilizou uma maior recetividade, por parte das mulheres de diferentes quadrantes socioeconómicos, às atividades desenvolvidas pelos grupos envolvidos na luta pela despenalização do aborto em Portugal. As iniciativas pensadas e organizadas pelos grupos de mulheres fizeram parte de uma estratégia muito bem delineada que pretendia pressionar o poder político, para que este comesse a traçar as linhas orientadoras que assegurassem uma discussão ponderada sobre a condição da mulher.

condições necessárias a uma maternidade livre, consciente e responsável e estilhaçar o silêncio malsão que vinha pesando sobre este flagelo social, que é o aborto clandestino; colocar a Assembleia da República (...) perante a possibilidade (...) de aprovar um quadro legal capaz de alterar profundamente a dramática situação vivida por milhares e milhares de casais, em Portugal" (*Diário da Assembleia da República*, I Série, Número 1, 20 de outubro de 1982, p. 6). Se, por um lado, os partidos da esquerda pronunciaram-se favoravelmente à aprovação deste pacote de medidas – embora com algumas alterações que deveriam ser discutidas na especialidade –, por outro, esta foi a reação dos deputados do CDS. Foram vários os que pediram a palavra para manifestarem a sua rejeição ao projeto de lei nº309/II sobre a interrupção voluntária da gravidez. A banca parlamentar do CDS considerou que a aprovação do projeto-lei sobre a IVG seria a imposição da pena de morte em Portugal.

Se tivermos em consideração a posição tomada pelos deputados mais conservadores do CDS e do PSD (embora que os segundos tenham manifestado uma postura mais moderada), não é surpresa que o governo da Aliança Democrática tenha mantido uma posição intransigente em relação a matérias como o aborto, o planeamento familiar e a contraceção durante toda a legislatura. Esta atitude cristalizou-se em legislação redigida e aprovada que, no fundo, correspondia a autênticos entraves ao exercício de uma sexualidade livre e segura.

Apesar de se ter conhecimento do aumento significativo do número de mães adolescentes que, devido à ausência de um programa de educação sexual nas escolas e às insuficiências dos serviços de saúde no país, engravidavam e teriam de recorrer ao aborto clandestino, em 1981 foi publicada a Circular Normativa nº15/81 da Direção Geral da Saúde que proibia o acesso dos jovens ao planeamento familiar. Além disso, o governo da Aliança Democrática promulgou, em 1982, um Decreto-Regional que determinou que seria «[...] vedado nas consultas de planeamento familiar o aconselhamento de produtos farmacêuticos ou outros meios de planeamento familiares abortivos» (*Diário da República*, Série I, nº199, 28 de agosto de 1982, p. 2541). Esta posição contrária à IVG ficou evidente, também, em julho de 1982, quando os deputados dos partidos do governo fizeram aprovar a Proposta de Lei nº100/II², que concedeu as devidas autorizações legislativas de que o ministro da Justiça necessitava para proceder às alterações do Código Penal que permitiam a transição para o novo código, a entrar em vigor em janeiro de 1983. A nova redação sobre o crime de aborto, patente no «projeto Meneres Pimentel», voltou a penalizar o aborto terapêutico, mantendo, dessa forma, o fundamental do artigo 358º do Código Penal de 1886.

Tendo em conta a inação do governo no combate ao aborto clandestino, às insuficiências do sistema de saúde português, à desigualdade de acesso aos métodos anticoncecionais e às consultas de planeamento familiar, os partidos da esquerda apelavam para a urgência do debate sobre as propostas de lei anunciadas pelo PCP. A ação do governo da AD, no âmbito dos direitos das mulheres, era percebida como um retrocesso em relação aos esforços assumidos desde o 25 de Abril na luta por uma sociedade democrática, onde o acesso à informação e à saúde estariam assegurados a toda a população. O governo da Aliança Democrática condenou e manteve-se sempre

2 A proposta de lei nº100/II "[...] autoriza o Governo a legislar em matéria de definição de crimes, penas e medidas de segurança, com vista à aprovação de um novo Código Penal e à revogação do Código Penal vigente, bem como a adoptar as necessárias disposições transitórias de direito criminal e de processo criminal, autorizando ainda o Governo a legislar em matéria de contravenções, a alterar a legislação respeitante às contra-ordenações e a legislar sobre o regime penal especial aplicável a jovens delinquentes dos 16 aos 25 anos." (*Diário da Assembleia da República*, I Série, Número 118, 14 de julho de 1982).

contrário a todas as iniciativas levadas a cabo pelos grupos de mulheres, no âmbito da luta pela despenalização do aborto. Porém, e apesar de ter sido fortemente apoiada pela Igreja Católica e por movimentos “Pró-Vida”, não conseguiu conter o ímpeto das ações reivindicativas realizadas por todos aqueles que lutavam por uma maternidade desejada, responsável e consciente. Resultado desta ação incansável foi o início dos debates parlamentares em torno dos diplomas da autoria do PCP.

A reunião plenária do dia 9 de novembro de 1982 marcou o início da discussão em torno do projeto de lei sobre a Defesa e Proteção da Maternidade. Com este debate, procurou-se deitar por terra a concepção retrógrada defendida pelos partidos da direita, essa mentalidade que aplaudia, “[...] ainda em 1982, a confinção da mulher ao papel de reprodução e ao esgotamento do fatalismo do trabalho doméstico” (*Diário da Assembleia da República*, I Série, Número 10, 10 de novembro de 1982, p. 257). Nesse sentido, os objetivos fundamentais dos projetos de lei do PCP seriam a criação de condições legais para que a maternidade fosse um ato livre e consciente, e não uma fatalidade biológica, e permitir à mulher decidir o número de filhos que desejava ter e consagrar o direito da criança a nascer desejada pelos pais. A única intervenção que se destacou na crítica desta iniciativa legislativa do PCP foi a de Luísa Raposo, deputada do CDS, que apontou que esta “[...] não passa de uma tentativa de deitar poeira nos olhos dos mais desatentos, fazendo crer que nada se tem feito pela protecção da maternidade em Portugal. É um projecto superficial. Por isso o rejeitamos” (*Diário da Assembleia da República*, I Série, Número 10, 10 de novembro de 1982, p. 272).

A sessão plenária do dia 10 de novembro ocupou-se com a discussão do projeto de lei sobre a garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual. Este debate, tal como tinha acontecido com o anterior, não criou grande discórdia entre o governo e a oposição, apesar de os conservadores não apoiarem a interferência do Estado em assuntos relacionados com a intimidade do casal e da instituição familiar.

Vidigal Amaro apresentou esta iniciativa legislativa e, de maneira a mostrar o quão premente a sua aprovação se mostrava, fez referência a um inquérito nacional sobre fecundidade, do Instituto Nacional de Estatística. Os dados recolhidos no âmbito deste estudo, mostravam o atraso do país em matéria de planeamento familiar e o desconhecimento da população relativamente ao mesmo: das 5148 mulheres entrevistadas, 4410 nunca tinham pedido ajuda ou conselhos sobre os métodos de planeamento familiar, 2435 não sabiam onde se dirigir para aceder às consultas e das 1975 que sabiam a quem recorrer, somente 918 indicaram os centros de saúde. Dos métodos de planeamento familiar utilizados, “[...] o inquérito veio demonstrar que o coito interrompido continua a ser o método mais usado pelos casais (35,3%), a pílula vem a seguir mas somente com 29,9% e o dispositivo intra-uterino é usado apenas em 5,5% dos casos analisados. [...] Os dados disponíveis mostram bem o atraso em que também nos encontramos neste domínio e o muito que há para realizar” (*Diário da Assembleia da República*, I Série, Número 11, 11 de novembro de 1982, p. 292). Face a este panorama social, marcado pelo fraco acesso à informação referente ao planeamento familiar e à contraceção e ainda pela inexistência de programas de educação sexual nas escolas em Portugal, a aprovação deste diploma mostrava-se imprescindível para fazer face a este atraso da sociedade portuguesa nestas matérias.

A 11 de novembro de 1982 discutiu-se no país, pela primeira vez, o problema do aborto na sociedade portuguesa. Após longos meses de campanhas, mobilizações, discussões e manifestações, a Assembleia da República recebeu o primeiro debate sobre a IVG, que colocou frente a frente o governo da Aliança Democrática e a oposição.

Por um lado, e se atendermos às intervenções dos deputados democratas-cristãos, é evidente que estes colocavam o «direito à vida» do nascituro acima de qualquer argumento, referindo que a aprovação do projeto de lei sobre a interrupção voluntária da gravidez, significaria o abrir de uma porta para a legalização da eutanásia e do infanticídio. A argumentação anunciada pela bancada do CDS impossibilitou um debate sério que se deveria focar somente nos problemas, liberdades e direitos das mulheres em Portugal. Desvalorizando por completo a perspetiva defendida pela oposição, do aborto como direito elementar das mulheres, os conservadores insistiam na tese referente à «defesa do direito à vida» e deturpavam o significado das intervenções dos deputados da oposição. Já no que toca à posição dos sociais-democratas, e não obstante da larga maioria da sua bancada parlamentar ter sido contrária à despenalização do aborto, a sua oposição ao projeto de lei foi mais moderada.

Amândio de Azevedo referiu que a aprovação desta iniciativa legislativa não iria resolver o problema do aborto clandestino em Portugal. A solução para fazer face a esse flagelo passava por desencadear todo um conjunto de meios e de ações tendentes a esclarecer completamente as mulheres e os homens portugueses sobre estes problemas através de consultas de planeamento familiar, de educação sexual e da proteção da maternidade.

Os partidos da esquerda, pelo contrário, foram aqueles que se debruçaram de forma pertinente sobre a discussão relativa aos problemas das mulheres em Portugal. Considerando o aborto como um direito elementar da mulher, trouxeram para o centro do debate o direito de as mulheres decidirem sobre o próprio corpo, a urgência da revogação da lei vigente sobre o aborto e a criação de todas as ferramentas necessárias para que estas pudessem exercer uma maternidade consciente, desejada e responsável.

Zita Seabra, numa das suas intervenções assinalou que o principal propósito deste debate não era sobre a questão da vida nem do seu início. A deputada mostrou que “[...] a opção que hoje esta Assembleia aqui vai tomar, a alternativa que se coloca a cada um de vós, a cada um de nós, [...] é se vamos manter o aborto clandestino, é se vamos continuar a deixar existir esse negócio sórdido onde se morre, se mata e se fica doente, ou se, pelo contrário, vamos permitir, como sucede em toda a Europa civilizada, que as mulheres portuguesas, em condições que salvaguardem a sua dignidade e a sua saúde, se quiserem [...] e quando em sua consciência a isso se sintam obrigadas, possam recorrer à interrupção da gravidez sem pôr em risco a sua vida.

É, pois, uma questão de vida da mulher que está em causa na votação que hoje vai ser feita” (*Diário da Assembleia da República*, I Série, Número 12, 12 de novembro de 1982, p. 402). Mário Tomé, sabendo que o projeto-lei sobre a IVG iria ser inviabilizado pelos votos reacionários na Assembleia da República, deixou um apelo a todas e a todos que estiveram sempre presentes neste longo caminho percorrido no âmbito da luta pela despenalização do aborto em Portugal. Restava “[...] ainda e só, às mulheres e suas organizações, continuarem a mobilização e a luta pelos seus direitos. (...) Neste caminho se abrirão as portas da real emancipação da mulher e do homem lado a lado, numa sociedade nova, livre das chagas, da exploração e da opressão” (*Idem*, p. 377).

Na madrugada do dia 12 de novembro de 1982, conheceram-se os resultados das votações referentes aos projetos de lei do Partido Comunista Português. O projeto de lei nº307/II — Proteção e Defesa da Maternidade — foi aprovado. Os projetos de lei nº 308/II — Garantia do direito ao planeamento familiar e à educação sexual — e nº309/II – Interrupção Voluntária da Gravidez —, estes foram rejeitados. Apesar da rejeição do diploma sobre a IVG, este debate não deixou de significar uma vitória para as feministas portuguesas: afinal, a sua ação fez com que o país deixasse de ignorar o

flagelo do aborto clandestino e colocou o direito da mulher a decidir sobre o próprio corpo na agenda política do país.

Em 1984, a Assembleia fazia aprovar o Projeto-Lei nº265/III da autoria do Partido Socialista, sobre a Exclusão da Ilícitude da Interrupção da Gravidez em determinadas situações. A Lei 6/84, de 11 de maio, apresenta um conjunto significativo de limitações, estando a primeira relacionada com as circunstâncias em que permite a interrupção da gravidez: quando existem indícios que mostrem que a gravidez constitui um perigo de morte ou de uma grave lesão para a mulher grávida, nos casos em que se prove que o nascituro poderá sofrer de uma doença incurável ou de malformação, e em casos que indicem que a gravidez resultou de uma violação da mulher (aborto ético). Mais uma vez, o direito da mulher a interromper livremente uma gravidez não desejada foi-lhe rejeitado. Além disso, este diploma manteve o regime punitivo e incriminatório do aborto, com penas de prisão até 3 anos para as mulheres que abortassem para além das circunstâncias já mencionadas (bem como para quem as auxiliasse). Apesar de não se ter sentido de uma forma tão evidente como em Itália, a cláusula do direito à objeção de consciência para os profissionais de saúde também constituiu um elemento que dificultou o acesso das mulheres ao aborto seguro e legal.

Dadas as tamanhas restrições impostas pela Lei 6/84, a realidade do aborto clandestino em Portugal manteve-se após a sua aprovação. Nos anos que se seguiram, foram inúmeras as ações e as mobilizações das feministas portuguesas, que exigiam a retificação do texto da lei e a inclusão das razões de tipo social. Entre 1984 e 2007, milhares de mulheres continuaram a recorrer à clandestinidade para pôr termo a uma gravidez não desejada. Destas, muitas chegaram a perder a vida, como foi o caso de Lisete Rosa Moreira, de 36 anos. A notícia da sua morte, por complicações de aborto clandestino, pelo mediatismo que teve, relançou o debate político nos anos 90 em torno desta questão e provocou uma enorme reação no seio dos grupos de mulheres: as ações pela alteração da lei multiplicaram-se, foram assinadas petições, realizadas mobilizações, debates, colóquios, conferências de imprensa, etc.

A capacidade de mobilização desta instituição espelhou-se na derrota do SIM no referendo de 1998. Porém, as feministas não desistiram e continuaram a exigir o direito ao aborto e a alteração da legislação vigente que continuava a condenar milhares de mulheres ao drama do aborto clandestino. Este confronto arrastou-se durante mais de uma década até fevereiro de 2007, quando o referendo pela legalização da IVG foi aprovado com cerca de 59,25% dos eleitores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andrade, M. (1979). O aborto como problema de Política Criminal. *Revista da Ordem dos Advogados*, 39, 1979, pp.293-323. <https://portal.oa.pt/upl/%7B9794ac57-a3be-441a-be8f-4541d73c788c%7D.pdf>
- Blofield, M. (2008). Women's Choices in Comparative Perspective: Abortion Policies in Late-Developing Catholic Countries. *Comparative Politics*, 40 (4), pp.399-419.
- Ferreira, J. (coord.). (2014). *História de Portugal - Portugal em Transe (1974-1985) (Vol. VIII)*, Círculo de Leitores
- Fiadeiro, M. (1984). Aborto: O crime está na lei. *Cadernos de Reportagem*, 3.
- Horta, M., Metrass, C., Medeiros, H. (1975). *Aborto, direito ao nosso corpo*, Futura.
- Rodrigues, A. (2023). *A longa luta pela despenalização do aborto em Portugal. O debate na Assembleia da República (1974-1982)*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/160158>

SEXUALIDADE E O 25 DE ABRIL¹

ANA BARRADAS

JORNALISTA

Em primeiro lugar, apresento-vos as boas vindas ao *I Seminário História com Mulheres e o 25 de Abril* e agradeço a todas a pessoas presentes por estarem dispostas a participar connosco nestes nossos debates.

Queremos que este seja um espaço de reflexão em que procuraremos colher a informação disponível que nos permita perspetivar um futuro mais promissor para as mulheres. Mas também que seja um momento privilegiado para podermos, em coletivo, aprofundar a nossa capacidade de mudar o mundo, moldando-o para fazer dele um lugar mais seguro para a emancipação feminina.

Queremos refletir, debater, opor e confrontar ideias, rejeitar o conformismo, as imposições e as decisões contrárias aos nossos interesses de género. Em seguida quero falar-vos da sexualidade e das transformações sofridas por este conceito e esta prática depois da queda do regime de Salazar e até aos nossos dias.

Uma determinada sociedade cria, entre outras manifestações culturais, as suas formas de entender a sexualidade. Foi o que aconteceu em Portugal quando se deu o 25 de Abril. De repente tudo mudou, e a ideia e a prática da sexualidade foram acompanhando a mudança, mudando também. A escassez de estudos e obras sobre este tema é uma clara demonstração da falta de interesse neste campo por parte dos académicos. Assim se tem iludido a possibilidade de questionar os comportamentos sexuais e afetivos, moldados pelos princípios e valores das classes dominantes através das suas instituições e, naquele momento de viragem histórica, postos em questão como se questionava tudo o que estava para trás no tempo.

No passado, a igreja foi a instituição mais importante na imposição de um modelo sexual e afetivo. A sociedade e as suas leis guiavam-se por esses cânones ancestrais, quase bíblicos. Agora já não é assim. Hoje talvez se sinta mais o efeito ideológico dos meios de comunicação de massas, por sua vez influenciados pelas novas abordagens práticas à sexualidade realmente existente.

Para bem analisarmos a questão, talvez tenhamos de voltar um pouco atrás no tempo e buscar a origem mais próxima dessa evolução das ideias sobre a sexualidade. As primeiras grandes transformações no que toca ao direito das mulheres nas sociedades ocidentais decorre das duas guerras mundiais, com a entrada em massa das mulheres nas fábricas para suprir a escassez da mão-de-obra masculina, mobilizada para a guerra. Pela primeira, em grande escala, mulheres das classes trabalhadoras e dos campos saem de casa e conquistam alguma independência económica, o que em certa medida vai começar a alterar as relações de dependência das mulheres, inerentes a uma sociedade patriarcal. Um segundo momento acontece com a pílula, que permitiu uma sexualidade mais aberta, livre e já não limitada e distorcida tanto pelo medo de engravidar e, não menos importante a mulher e os casais poderem planejar os filhos que querem ter — seja por razões económicas e/ou outras. Alguns dos movimentos dos anos 60 foram qualificados como contraculturais porque começaram por pretender romper com as formas sociais que impunham um determinado estilo de vida. Este questionamento, cujo principal expoente foi o movimento *hippie*, começou a fazer a crítica do modelo de relações que, em Portugal como em múltiplas sociedades, pretendia uni-

¹Comunicação no *I Seminário "História com Mulheres e o 25 de Abril"*, 09 de Maio de 2024.

formizar o modo como os seus membros entendiam as práticas sexuais e assinalavam de forma rígida o que era aceitável e o que era considerado inadequado, classificando as práticas alternativas como patológicas.

Os antropólogos chamavam família nuclear a composta por pai, mãe e filhos partilhando a mesma casa. Críticas enunciadas naqueles anos 60 questionaram os modelos marcados pelo sistema de valores construído pelo triângulo formado pelo patriarcado, a família nuclear e o amor romântico. Foi assim que nasceram as comunas, que puseram na ordem do dia diferentes formas de entender a convivência sexual e afetiva, totalmente distantes do modelo historicamente monogâmico dominante. Também entre nós se fez essa experiência das comunas, em escala microscópica e com resultados problemáticos, como analisada na obra de Miguel Cardina *Margem de certa maneira: o maoísmo em Portugal: 1964-1974*. Foram ensaios de aprendizagem, de curta duração, que demonstraram a si próprios ser impossível viver numa bolha fechada quando se está inserido num tecido social a todos os títulos repressivo, intolerante e nada propício a inovações que contestem as normas patriarcais.

Até ao 25 de Abril e apesar de todas as novas ideias, na austera sociedade do Estado Novo os casamentos de conveniência ainda tinham importância. Arranjavam-se uniões matrimoniais negociadas por razões de património, celebravam-se casamentos por procuração em que os noivos quase não se conheciam, era frequente as madrinhas de guerra contraíam matrimónio com soldados regressados das colónias que nunca tinham visto. A sexualidade era concebida como um facto biológico natural e inevitável, reprimido pela coação de uma moral hoje qualificada como absurda e hipócrita. Partia da conceção cristã da misoginia e da negação do prazer e era associada ao pecado e à perversão. Proibia o uso da pílula anticoncetiva e criminalizava a prática do aborto com pesadas penas de prisão. Segundo o modelo da moral burguesa, as meninas deviam ser recatadas e do lar, a virgindade era um trunfo e uma virtude, o namoro devia ser o mais platónico possível, as esposas seriam belas fadas do lar, bem versadas em culinária, modas e bordados. Estava proibido o divórcio nos casamentos pela igreja, mesmo que por mútuo consentimento. Eram de regra a ignorância feminina e a falta de acesso das jovens à educação, considerada supérflua para quem estaria para sempre sob tutela do marido, do pai ou de algum homem da família.

Em Portugal, o movimento dos anos 60 era visto como um fenómeno cultural essencialmente estético, que tinha mais de moda do que outra coisa. No entanto, há que assinalar que serviu para agitar as consciências, questionou e entrou em choque com a moral e os costumes tidos como são pela ditadura e o clero, e abriu caminho aos movimentos sociais posteriores, como aconteceu depois do derrube da ditadura fascista. Não há dúvida de que essas novas ideias e práticas contribuíram para abalar os pilares da moral sexual e sentimental burguesa, que foram perdendo pouco a pouco a sua posição dominante.

A sexualidade era até então concebida como uma pulsão ou instinto natural. No entanto, longe de estar inscrita na natureza, fomos nos apercebendo de que a sexualidade se constrói como uma narrativa social e desempenha um papel essencial na conformação de uma determinada ordem sociopolítica. Sexualidade e reprodução são reguladas. Como construção social, cultural e histórica, a sexualidade não só não surge isolada do âmbito político, como constitui em si mesma uma questão política, sendo o sistema sexual parte essencial do social.

O QUE MUDOU APÓS O 25 DE ABRIL?

É inegável que muito se conquistou em termos de direitos da mulher.

Quem conheceu os atavismos que rodeavam a existência das mulheres no passado e compara essa situação com a atual não pode deixar de reconhecer que houve

grandes avanços históricos, só tornados possíveis pela vibrante energia do movimento popular em luta pelos seus direitos.

A 30 de Abril formou-se o Movimento de Libertação da Mulher (MLM), que reivindicou a contraceção e o aborto livres e gratuitos. Foi a primeira organização feminista a protestar contra o machismo, o sexismo e os símbolos da opressão da mulher. Contudo, por se tratar de um grupo basicamente originado entre intelectuais pequeno-burguesas com fracas ligações ao movimento popular, acabou por ser vítima, primeiro da sua famosa e desastrosa ação de propaganda no Parque Eduardo VII, criminosamente esmagada por uma horda de energúmenos, e depois sofrendo também da indiferença e discriminação dos movimentos feministas surgidos do movimento popular, como o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) e a UMAR (então chamada União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias).

Contudo, 50 anos passados do 25 de Abril, ainda muito está por fazer em todos os campos, em especial na área da sexualidade, intimamente ligada à família, ao patriarcado, à conceção, à natalidade e, no âmbito doméstico, à dupla (quando não tripla) jornada de trabalho e à violência doméstica. 50 anos decorridos, ainda são necessárias casas-abrigo para acolher mulheres e crianças vítimas de violência doméstica; continua a ser natural a sua penalização, pois a norma determina que quem tem de abandonar a casa é a agredida e não o agressor; ainda é uma realidade que as mulheres são vítimas de homicídio por razões passionais e familiares. Ao fim de 50 anos, os abusos sexuais e morais nos locais de trabalho ocorrem diariamente, perpetrados impunemente por chefias e patrões machistas, e são suportados em silêncio, sem que surjam à luz do dia, por medo de represálias e por vergonha. Ainda hoje há operárias que têm de entregar mensalmente uma prova de que não estão grávidas, sob pena de despedimento. Não cessou o assédio às mulheres na rua, nos transportes públicos e nas situações mais imprevisas e inusitadas. Principalmente entre os homens jovens, mas não só, tornou-se natural o controlo dos telemóveis das amigas, namoradas e companheiras, as suas relações com outras pessoas, a imposição de regras de vestuário e outras. Em muitos locais de trabalho, há regras sobre o que devem vestir, e até a obrigação de se maquilharem e como. A imagem da mulher na publicidade é estereotipada e muitas vezes degradante. A presença das mulheres na vida pública e nas instâncias políticas é residual, por vezes apenas decorativa ou instrumental e arredada de poderes decisórios. As mulheres que trabalham no campo para o agregado familiar ou que dedicam as suas vidas a cuidar da casa, do marido e dos filhos sem qualquer remuneração pelo seu trabalho vêem-se, no fim da vida, na pobreza e sem direito a qualquer pensão. Os crimes sexuais de incesto e violação praticados por familiares próximos, no segredo das vidas privadas, continuam impunes e são tacitamente ignorados. Muitas assalariadas agrícolas, proletárias ou semiproletárias urbanas ganham menos que os homens pelo simples facto de serem mulheres.

No campo da sexualidade, o modelo democrático-popular tantas vezes exaltado pela maioria das abrilistas mais à esquerda tem vindo a provar a sua falência, diante dos avanços generalizados da social-democracia neoliberal, agora acompanhada da ofensiva política da extrema-direita, bem desejosa de atacar os direitos das mulheres adquiridos a duras penas durante estes 50 últimos anos. Por mais grandiosas e concorridas que sejam as manifestações unitárias que comemoram o “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais” a verdade é que as mais recentes eleições demonstraram que uma parte considerável do eleitorado não se importará de vir a ser governada pelos políticos aspirantes ao fascismo, que viram a sua popularidade consagrada por uma maciça deslocação do “povo de esquerda” para o seu campo em ascenso. Já surgem à luz do dia manifestações da ideologia ultramontana que pretende pôr em execução um programa empenhado em repor em pleno o velho regime patriarcal, que se sente ameaçado pelas “modernices” a que chamam ideologia de género, doutrinação marxista, destruição da família, atentados aos valores tradicionais, etc. Desiludam-se as que

pensavam que a despenalização do aborto veio para ficar. Esta é uma das conquistas que está a ser contestada.

É este estado de coisas que nos confronta, a nós mulheres, com uma realidade inegável: as conquistas que alcançámos com o movimento popular do 25 de Abril não são eternas e correm perigo iminente. Forças retrógradas empenham-se em impor o regresso ao lar e o afastamento do mercado laboral, o fim da liberalização do aborto, o combate a sexualidades alternativas e a submissão da mulher aos valores patriarcais. O lugar das trabalhadoras mais exploradas nesta ofensiva é particularmente vulnerável, pois elas serão as primeiras a sofrer os efeitos deste retrocesso, caso ele seja posto em marcha. Um projeto de revolução social inclui como condição essencial a emancipação das mulheres, a construção de relações de género igualitárias e antiautoritárias, a igual absoluta no trabalho, no âmbito doméstico e na vida cívica e a consagração de uma moral sexual que suplante a velha moral burguesa.

Foi a incompletude das conquistas do feminismo abrilista, como de resto de todo o Abril, que abriu as novas brechas por onde irrompe por fim a direita mais extrema, assertiva e ao ataque, tomando como primeiro alvo a reconstituição da família patriarcal e dos valores que lhe são inerentes, como bem explica o livro *Identidade e Família*, por Pedro Passos Coelho.

E AGORA, COMO VAI SER?

Há que tomar consciência de que uma reforma sexual radical terá de ter por finalidade a destruição da velha moral burguesa, estreitamente vinculada aos valores da sociedade capitalista. Não haverá avanços significativos e duradouros se não procedermos à elevação de uma nova moral, que terá de passar pela interdição do autoritarismo e da hierarquia e pela abolição do modelo de família burguesa, questionando a posição subordinada das mulheres, assim como os interesses económicos que condicionam as restrições materiais a uma emancipação plena. De facto, não se pode conceber uma reforma sexual à margem da transformação das estruturas socioeconómicas. É por isso que, no pensamento feminista *mainstream* atual, a sexualidade se encontra profundamente mediatizada pela cultura dominante.

Atualmente, no nosso país, o feminismo é “orientado” pelas instâncias dirigentes da União Europeia, o que é aceite quase sem contestação pelas entidades feministas. Deixou de se falar em feminismo para falar em igualdade de género, e como resultado temos a diluição e subordinação das reivindicações exclusivamente feministas às de outras lutas identitárias acolhidas sob a designação de LGBT+. Depois, a luta feminista está limitada às reivindicações de classe das mulheres burguesas, discriminadas no que respeita ao acesso a cargos de chefia na economia, nas empresas, nos governos, na administração pública, nos partidos, fazendo-se total silêncio sobre as discriminações diárias que sofre as operárias e trabalhadoras de baixos rendimentos, a violência e o assédio a que estão sujeitas nos locais de trabalho, o facto de serem as primeiras a ser despedidas e ainda mais discriminadas que as burguesas nos salários que auferem relativamente aos homens.

Por outro lado, nos últimos anos foi introduzida a ideia da prostituição masculina e feminina como uma profissão igual a qualquer outra. Deixou de se reconhecer que é consequência da existência de relações humanas condicionadas pelo patriarcado, que criou a família monogâmica assente em relações de poder e opressão, na preservação dos bens de família, e no controlo moral e social condicentes com a posse individual e a preservação da propriedade privada. Mascara-se essa norma social dominante, em que o amor e o sexo não são relações entre seres livres e iguais, alheias a qualquer constrangimento ou dependência, mas uma relação desigual que, pela sua natureza, pode dispensar qualquer afeto.

Nem sempre o movimento toma consciência de que as esferas política e sexual se encontram interconectadas, de maneira que o pessoal é político. Isto é, a agenda feminista não pode ser igual para todas, porque as mulheres como um todo não são iguais entre si. Dividem-se em classes, com interesses próprios, por vezes contraditórios e excludentes. Portanto, a cada classe o seu programa. Há que separar campos e escolher aquele que privilegia as mais exploradas e oprimidas. Todo um trabalho de mapeamento das classes em que se dividem as mulheres está ainda por fazer, assim como está por fazer um estudo aprofundado das condições sociais que hoje mais afetam as mulheres.

Por exemplo, as feministas mais influenciadas pelas regras da sociedade vigente não sabem interpretar por que razão hoje muitas jovens não querem casar ou ter filhos, rejeitam o compromisso tradicional e as suas consequências. Há uma mudança no comportamento das solteiras e assiste-se à formação de novos vínculos sociais em que já não domina o interesse no relacionamento romântico com outra pessoa ou o desejo de constituir uma família tradicional. Formam-se casais com dois pais ou duas mães, casais vivendo separados em duas casas, transexuais afirmando a sua presença como sujeitos de direitos, e outros arranjos de vida alternativa, como crianças e adolescentes reclamando direitos humanos, em particular no campo sexual. Por tudo isso, a sexualidade entre a juventude é assumida como um valor em si, sem relação com o amor romântico ou a família tradicional.

O mundo sob agenda liberal não convida as jovens a opções que para elas se tornaram obsoletas. São constantes as violências, opressões e violações dos direitos das filhas dos trabalhadores mais explorados: elas são seres humanos com futuro incerto, votadas à pobreza, à precariedade, à discriminação, à desigualdade salarial e ao desemprego, sem esperança de vir a ter uma vida profissional estável ou bem remunerada, uma casa decente para morar ou meios para sustentar um lar familiar. Para elas é menos importante a conformidade com as leis que procuram regulamentar a sexualidade do que a preocupação com as alterações climáticas, o planeta em perigo, as guerras e outras incertezas próprias de um período histórico instável como é o nosso, em que se sentem privadas de acesso a uma vida adulta com direitos fundamentais.

Também no campo da sexualidade os movimentos feministas em Portugal parecem atrasar-se em relação à atualidade. Embora reconhecendo a homossexualidade como comportamento perfeitamente aceite pela sociedade e pelo estado, que até a submeteu a legislação específica para a normatizar, as associações feministas não assimilam nos seus programas a noção que tem vindo a impor-se de que, ao contrário do passado, passou a ser normal a diversidade de orientações sexuais, não necessariamente fixas e podendo variar por diversas razões. Muitas vezes manifestando-se desde a infância, tendências antes consideradas aberrantes ou perversas reclamam agora direitos de cidadania e protestam contra as opressões e discriminações que as perseguem. Travestis, não-binários, transgénero, transexuais e toda uma série de variantes da sexualidade têm vindo a conquistar visibilidade e provavelmente serão, a prazo, objeto de reconhecimento pleno do ponto de vista social, legislativo, médico e laboral. Ser mulher hoje não é como era dantes. A feminilidade alarga-se a outras identidades em que o sexo biológico deixa de ser determinante e deve ser acolhida na sororidade feminista como mais uma forma de exercer uma sexualidade livre. No entanto, isso não vai colidir com a família e as regras de transmissão da propriedade privada? Pois vai! Mas é por aí que vamos, é esse o caminho que há que trilhar.

Para alcançarmos uma revolução sexual antipatriarcal na sua plenitude, há que reconhecer que as propostas de construção de relações interpessoais e amorosas não autoritárias expressam em si mesmas uma clara consciência de que o sistema sexual como parte do sistema social não tem que estar necessariamente em conformidade e de acordo com as relações de poder. As definições e conceções da sexualidade como expressão de um instinto natural e não como uma construção social reproduziam ideias

que deixaram de ser dominantes na nossa época, constituindo-se em discursos reguladores e repressores da sexualidade que é preciso combater.

Com efeito, o problema sexual constitui um pilar básico de qualquer sociedade e, uma vez abalados os alicerces desse pilar, está aberto o caminho para a transformação social. Por isso a causa feminista precisa de uma nova ética sexual. Mas a busca de um caminho emancipatório terá de ser obra das próprias mulheres. O movimento feminista considerará sem qualquer ambiguidade os aspetos sexuais e privados da vida humana como uma questão política, situando o patriarcado como o sistema sobre o qual se sustentam todos os outros sistemas de opressão.

Um outro projeto de sociedade implica pois uma mudança nos costumes e uma mudança radical no sistema político e económico. Nunca é demais insistir em que qualquer revolução que pretenda alcançar uma profunda mudança social deve começar por uma revisão radical e absoluta da sexualidade, em luta com todas as forças que se lhe opõem.

A AUTOGESTÃO E O PODER POPULAR DURANTE O PREC: AS TRABALHADORAS DA FÁBRICA SOGANTAL

PÂMELA PERES CABREIRA

A pequena multinacional Sogantal, pertencente ao grupo francês Lamont, localizava-se no Montijo, na margem sul do rio Tejo. Especializada no ramo têxtil de confecções, era rodeada por diversas outras fábricas do mesmo setor, assim como por fábricas dedicadas à produção de cerâmica, alimentos e cortiça¹. A efervescência revolucionária invadiu o concelho, culminando na dissolução da Câmara em maio de 1974, com o afastamento de elementos que apontavam pertencer ao regime fascista, abrindo portas à “reconstrução” a partir de comissões administrativas com o objetivo de gerir de forma interina em conjunto com a Junta de Salvação Nacional². Também em maio uma grande manifestação das “operárias de chacinaria [...] exigiam a demissão da Direcção, foi necessária a intervenção de Delegados da Junta de Salvação”³. Nas proximidades da fábrica, o processo revolucionário repercutiu na formação de uma série de comissões que se organizaram em várias frentes de atuação.

Até meados de 1973, a empresa era voltada para a produção de luvas e, fundamentalmente, manteve seu pessoal quando o grupo S.A Lamont assumiu o controle da fábrica, redirecionando a produção para fatos de treino. Com essa troca, segundo as operárias, as condições de trabalho pioraram, os prémios — impostos e não negociados — aumentaram e os salários diminuíram. Os únicos homens que ocupavam cargos na instalação fabril eram precisamente o administrador de nacionalidade portuguesa e o diretor francês. As operárias recebiam todas as peças moldadas vindas de França. Em Portugal, encarregavam-se da confecção, e com o produto final, a direção reexportava para a França, evidenciando que o lucro existente neste processo possibilitava “apenas” o uso da força de trabalho das trabalhadoras portuguesas, com baixos encargos laborais e salariais.

Estamos a falar de 48 operárias bastante jovens, com idades compreendidas entre os 13 e os 24 anos⁴. Até ao 25 de Abril, recebiam salários que variavam entre os 1.040 a 1.600 escudos⁵. Além disso, aproximadamente 50% dessas mulheres já eram

1 Em dados de 1952, calculava-se que no concelho havia aproximadamente 22 empresas corticeiras, 3 fábricas de cerâmicas e 11 “indústrias porcinas”, trato da criação e abate de suínos. Arquivo Municipal do Montijo (AMM), Nota dos Estabelecimentos Industriais no Montijo. *Governador Civil do Distrito de Setúbal*, n.d.

2 *Gazeta do Sul*, 25 de maio de 1974 (AMM).

3 *Gazeta do Sul*, 25 de maio de 1974 (AMM).

4 Arquivo do Ministério das Finanças, Sogantal, quem está ao lado dos patrões? [Panfleto CD25A], *Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo*, Processo SETF/GSEF/008/0168, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16). O intervalo temporal pode variar entre 14 e 22 anos, conforme as fontes. A versão aqui usada coincide com informações dadas por ex-operárias, apesar de relatos de trabalho infantil abaixo dos 14 anos.

5 Referem em entrevista que nos anos anteriores ao 25 de Abril de 1974, recebiam uma quantidade bastante inferior, muitas vezes não chegando aos 1.000 escudos se não fizessem trabalho por prémios. Fernanda A., contava que chegou a fazer em um dia 1.600 fatos de treino para receber o prémio, “ao fim do dia estava estourada, nem me podia endireitar”. Cf. Sousa, Antónia de & Palla, Maria Antónia (1974, out. 19). *O Caso Sogantal*. Cinequipa, RTP 1. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-caso-sogantal/>.

casadas⁶. Devido aos custos de habitação nas imediações do Montijo que oscilavam em média de 1.000 a 3.000 escudos, muitas delas habitavam com os sogros ou com os pais e como muitos deles ainda trabalhavam, tornava-se necessário o pagamento de amas — em torno dos 400 escudos mensais — para o cuidado dos/as filhos/as (Palla, 1979, p. 160). Adicionalmente, muitos maridos estavam em cumprimento do serviço militar e “sobre elas recaía, pois, o encargo familiar”. A maior parte das operárias possuíam apenas “a quarta classe [...] filhas de corticeiros, trabalhadores da construção civil, operárias como eles” (Palla, 1979, p. 160).

Quando questionada acerca de suas recordações daquele período, Fernanda A., ex-operária da Sogantal, expressou sua memorização “com muito respeito, pela irreverência e força que tivemos e acho que, na altura, éramos capazes de morrer pela causa que defendíamos” (Brinca & Baía, 2001, p. 94). O *caso Sogantal* emerge como um dos mais notáveis na luta de mulheres operárias durante o processo revolucionário em curso (PREC), o que mais repercussão alcançou, — fosse na imprensa local e diária, nos jornais da esquerda revolucionária ou na imprensa além fronteiras. Ao lado de fábricas como a Lisnave, Transportes Aéreos Portugueses (TAP), CTT, EFACEC, Setenave, as operárias da Sogantal ganharam amplo destaque devido ao tipo de resistência que encetaram, desafiando o patronato e colocando a propriedade privada em causa enquanto disputavam a preservação de seus trabalhos.

O processo de resistência na Sogantal buscou romper a opressão feminina, sendo um sinal de partida para outras lutas do mesmo jaez⁷, quando ousaram liderar greves, expulsar patrões, ocupar fábricas e muitas vezes adentraram em processos de autogestão. Dezenas de Comissões de Trabalhadores expressaram apoio à causa das operárias e associavam-se constantemente a elas, em apoio à “sua emancipação social”⁸, buscando a “conquista legítima, que tem em vista não só afirmar a sua força e coesão, mas também garantir a segurança de emprego e destruição ou desvio das máquinas [...] por exemplo, na Sogantal...”⁹. As referências são abundantes e as fontes de apoio também são diversas, abrangendo desde a esquerda radical até ao PS e PCP, ou ainda noticiadas pelo jornal *Expresso* como as “trabalhadoras da Sogantal” que “invadiram a fábrica”¹⁰, em muitos casos com conotações pejorativas. Elas ocuparam páginas de jornais, participaram em rodas de conversa, comícios, concertos, entrevistas e espaços sociais que antes eram restritos ou dificultados às trabalhadoras. Como afirmado pelas mulheres da UMAR em seu II encontro, em 1977, “nenhum pássaro voa só com uma asa. Nenhuma luta se faz sem as mulheres”¹¹.

Ao eleger a luta das operárias da Sogantal como um *estudo de caso*, temos a intenção neste breve texto de organizar e teorizar o processo de autogestão. Acreditamos que compreender a luta dessas trabalhadoras equivale a compreender, em certa medida, os desafios encarados por outros milhares de mulheres que desempenharam ativamente seus papéis históricos no contexto do processo revolucionário português. Lissagary (citado por Guillermin & Bourdet, 1976, p. 112) afirmava que a Comuna de Paris foi a tempestade revolucionária mais intensa que já havia varrido a capital

6 Sousa, Antónia de & Palla, Maria Antónia (1974, out. 19). *O Caso Sogantal*. Cinequipa, RTP 1. <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-caso-sogantal/>.

7 Ver Cabreira & Barradas (2019).

8 MARP. (1974, maio). *Autogestão Revolucionária* (n.º 00). Revolução Ressaca.

9 Partido Socialista. (n.d.). *Comunicado da Comissão Política sobre o Decreto-Lei da greve e lock-out* [Panfleto CD25A].

10 *Expresso*, 31 de agosto de 1974 (BNP).

11 *II Encontro Nacional da UMAR – União das Mulheres Antifascistas e Revolucionárias*, 4 de dezembro de 1977, Lisboa (CD25A).

francesa, considerando que se mede a “profundeza de uma revolução [...] pelo ardor das mulheres”; podemos afirmar que a Revolução de 25 de Abril de 1974 — a última revolução da Europa ocidental no século XX — delineada pela radicalidade desenvolvida por milhares de mulheres da classe trabalhadora, marcou profundamente essa sociedade que experienciava uma nova forma de se viver, de se lutar e de se resistir.

“NUNCA VI DESPEDIREM O PATRÃO”: A AUTOGESTÃO

Sob o título “A Luta da Sogantal é a Luta de todos nós Trabalhadores”, o jornal *Combate* destacava o processo de resistência e as situava em paralelo com outras organizações semelhantes, como a Naturana e Charminha; na António Alves, em Torres Novas, mais de trezentos trabalhadores eram diariamente ameaçados pelo patrão (com o mesmo nome) armado de pistola, sobretudo colocando pressão nos dirigentes sindicais; na Simões, Interlastex, Milano, Mafalda, Artedu, passavam por situação de luta e tentativa organizativa na manutenção de seus empregos. As operárias da Sogantal declararam aos trabalhadores que os despedimentos e os encerramentos das fábricas “são a arma de que os patrões se estão a servir para nos amedrontarem, ameaçando-nos a nada reivindicarmos, a não defendermos os nossos interesses, a não lutarmos por aquilo a que temos direito”¹². A contrarresposta das/os milhares de trabalhadoras/es dessas fábricas foi a ocupação seguida de autogestão.

De acordo com a investigação conduzida por Durán Muñoz (2000, p. 142), durante os primeiros dez meses do PREC, cerca de 580 empresas e fábricas estiveram envolvidas em conflitos laborais diversos¹³. No princípio do mês de agosto de 1975, Abadia (2020, p. 90) relatou que aproximadamente 380 fábricas estavam operando sob o modelo de autogestão em todo o país. Pierre Victor observou que mais de quinze mil trabalhadoras e trabalhadores estavam em autogestão¹⁴, em dezenas de fábricas concentradas no setor têxtil, logo, predominava a presença de mulheres.

Estratégias de autonomia popular permearam fábricas, ocupações de casas, de terras, no comércio, na imprensa, nas escolas, nos hospitais, no setor público. Nas fábricas, três principais formas de autonomia operária foram adotadas, sendo elas a autogestão, controlo operário e a cogestão.

Os casos de controlo operário deram-se, sobretudo, em setores onde a força de trabalho constituía um forte poder negocial, quando a permanência da direção e do patronato coexistiram em certas circunstâncias, juntamente à intervenção estatal nos casos por nós estudados, ou seja, em fábricas com maior força de trabalho feminina; podemos apontar a Plessey¹⁵, em certas empresas têxteis, como na Simões¹⁶ e na Manuel Lopes Henriques¹⁷, na Intar e Tabaqueira após a nacionalização,¹⁸ na Tinturaria

12 *Combate*, 13 a 27 de setembro de 1974, n. 6.

13 Consideramos que este número seja alargado se considerados os 19 meses de processo revolucionário e uma investigação com o alargamento de fontes, tendo em consideração que o autor utilizou dois jornais diários e outras publicações sociológicas.

14 *A Capital*, 12 de maio de 1975, n. 2532 (Hemeroteca).

15 *Caderno do Programa e Controlo Operário Plessey*, n.d. (CD25A).

16 *Comunicado do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul*, n.d. (CD25A). O Sindicato estipulava: “Impor a defesa e aplicação do controlo operário, recusando a cogestão ou a participação dos trabalhadores na gestão das empresas; impor a não indemnização aos grandes capitalistas donos das empresas nacionalizadas; reforçar o controle operário das empresas nacionalizadas para impedir que o seu funcionamento sirva aos interesses do capital privado e impor as propostas de reestruturação elaboradas pelos trabalhadores”.

17 *Bandeira Vermelha*, 29 de dezembro de 1976, n. 50 (BNP).

18 *Alavanca*, 19 de maio de 1976 (CGTP).

e Fiação Cambournac, também após intervenção estatal, o apelo do Sindicato dos Gráficos pelo controlo operário¹⁹ dentre outras dezenas de exemplos²⁰. Ainda que a luta por essa forma organizativa reverberasse, muito associada às dinâmicas de duplo poder encarrilhadas na revolução russa, o controle do Estado transmutou essas lutas em dinâmicas de cogestão, que, de acordo com Reeve (2019, p. 154), “quando o Estado confere uma forma legal às conquistas coletivas obtidas por lutas autônomas, assume o seu controlo”.

No contexto do PREC, mas sobretudo após o mês de setembro de 1975, Varela (2011, p. 182) caracterizou o “controlo operário” como o

controlo democrático dos trabalhadores, sobre a produção e à distribuição das empresas geridas por capitalistas, o que implicava a abolição do segredo comercial. Esta definição afasta quer a co-gestão quer a autogestão, e define o controlo operário não de um ponto de vista literal mas na sua acepção histórica, como uma medida de transição para a colectivização, na medida em que coloca as empresas, geridas por capitalistas e não por trabalhadores, controladas, ao nível da produção e da distribuição (sendo para tal indispensável a abolição do segredo comercial, ou abertura do livro de contas) por comissões de trabalhadores ou outras formas conselhistas de base nas fábricas e empresas e não por sindicatos.

Nas fábricas onde elas predominavam e especialmente no setor dos têxteis com elevado número de fuga do patronato, o controlo operário tornava-se impraticável. Na ausência de uma direção patronal, as operárias viram-se com todo o sistema produtivo em mãos, desde a administração, vendas e a própria produção, muitas vezes convertida em produtos que servissem melhor à população. Aqui, a dinâmica da autogestão predominava enquanto uma necessidade imperativa que possibilitou às mulheres e homens adentraram na relação entre prática e teoria na relação direta entre *experiência* e *consciência*, no envolvimento de fenômenos políticos, sociais e económicos. Neste sentido, a prática autogestionária, ainda que exercida em determinadas “ilhas”, permitiu não apenas a participação, mas o protagonismo nas escolhas e envolvimento da produção²¹, onde, nas lutas mais avançadas, buscou-se concretizar o que Henri Lefebvre (2017, p. 140) distinguiu enquanto a capacidade de ação em “realizar projetos de planificação democrática, priorizando as necessidades sociais formuladas, controladas e administradas por seus interessados”.

Para o autor, o exercício da criatividade através do labor é uma das principais ferramentas para dar sentido e desalienar o ato de trabalhar, a partir da originalidade e espontaneidade conferida à ação de *trabalhar*. Para ele, a autogestão é a forma da espontaneidade revolucionária, e a experiência enquanto prática social (Lefebvre, 2017, p. 137). “A experiência mostra, em nossa opinião, que associações gestonárias — em sua forma mais clara e interessante, chamada autogestão — aparecem nos pontos fracos da sociedade existente”. Para Lefebvre as fissuras existentes nos poderes sociais (institucionais ou não), podem ser ocupadas por iniciativas de grupos com capacidade

19 *Alavanca*, 21 de maio de 1975, n. 23 (CGTP).

20 Ver Varela 2011 e 2014.

21 Um importante ponto associado à autogestão (conceitualizada por autores de diferentes formas, como conselhos operários, autogoverno, autonomia operária) foi pensado por Otto Neurath (2005), que respondeu à impossibilidade da autogestão enquanto “ilhas” em sistema capitalista. O autor defendia um amplo sistema de ligação entre as empresas com uma organização social partilhada, possibilitando uma “contabilidade pública” que criaria conexão entre cada unidade produtora, sem intermediários centralizadores que não estivessem diretamente associados às ações dentro de cada unidade produtiva.

de intervenção. No caso português, podemos fazer um paralelo a partir da fuga do patronato em dezenas de fábricas, proporcionando uma fissura no poder estabelecido em alguns setores e na força de trabalho efetivamente mais “fracos” no elo produtivo, onde as ocupações demonstraram que a espontaneidade operária fez surgir formas criativas e determinantes para a reivindicação pelo direito ao trabalho e à ampla condição de vida. Reflexo então da relação entre as Comissões de Trabalhadores — enquanto órgãos de poder organizado muitas vezes com mais ação mobilizadora que os próprios sindicatos — e outras estruturas exteriores às fábricas.

Contudo, de acordo com Lefebvre, a contradição entre o modo autogestionário e o Estado só se resolveria com o seu desaparecimento em favor da “razão humana”, ou seja, de sua “liberdade”. Seria preciso, portanto, que a autogestão se confrontasse com essa força, que se constituísse “como um poder que não seja estatal” (2017, p. 140). Para o autor, “sendo burguês ou não, o Estado por essência opõe um princípio centralizador ao princípio descentralizador da autogestão, que se move da base ao topo, do elemento à totalidade. Por essência, o princípio estatal tende a limitar o princípio da autogestão, a reduzir suas aplicações” (*Idem*).

Com efeito, na experiência autogestionária em Portugal, as dinâmicas de exercício de poder popular auto-organizado e de manutenção da produção e venda em fábricas ocupadas foram debatidas na arena da luta de classes e suprimidas pela permanência de um Estado regulado pela manutenção do modo de produção capitalista que, quando colocado em causa, como no caso mais evidente pelo PCP, voltou-se para formas organizativas de reforço para um “Estado Democrático”²², para uma estratégia de “unidade democrática” que “implicava o abandono imediato dos apelos à auto-organização dos trabalhadores” (Varela, 2011, p. 31), em prol, justamente, deste Estado forte e centralizado, no fundo, em capitalismo de Estado. Após as nacionalizações, esse partido determinara a sua própria definição de “controlo operário”, de forma a submeter sua posição à “batalha da produção”²³, retirando da organização autónoma de diferentes tipos de organismos a ação prática, transformando-a em papel passivo, de participação, envolta numa subjugação aos sindicatos a partir de uma dinâmica centralizadora, conforme evidenciado na investigação de Varela (2011, p. 184).

O jornal *Avançada*, porta-voz da Intersindical, afirmava em abril de 1975 que “o controlo da produção pelos trabalhadores não deve ficar limitado às empresas nacionalizadas, deve alargar-se a todas as empresas com dimensão económica significativa”, colocando à parte as pequenas fábricas ocupadas e, de facto, a maior parte de empresas no país que em 1970 possuía 86% de sua dimensão laboral com menos de dez trabalhadores/as. Afirmavam, ainda, que “as empresas nacionalizadas

22 *Avante!* 17 de maio de 1974, n.1 (BNP).

23 Para Vasco Gonçalves, a Batalha da Produção “deverá, através do aumento de quantidade bruta dos produtos quer agrícolas quer industriais, do aproveitamento máximo do nosso equipamento e da exploração racional dos nossos recursos, do incremento da eficiência e rendibilidade dos serviços, com consequente diminuição do seu custo social pelo aumento das exportações e diminuição das importações, etc., permitindo a formação do capital necessário aos investimentos produtivos, correctores das distorções da nossa economia que conduzam a uma diminuição de dependência externa, aumento de postos de trabalho, geradores de nova riqueza, e possibilitando a criação dos equipamentos sociais indispensáveis à melhoria de vida das classes mais desfavorecidas. O desencadeamento da batalha da produção é, portanto, uma necessidade imediata e imperiosa nas actuais condições. O papel principal nesta batalha da produção é, portanto, uma necessidade imediata e imperiosa nas actuais condições. O papel principal nesta batalha da produção pertence a vós trabalhadores, que, hoje, dadas as medidas já tomadas contra o capital monopolista e latifundiário, no sentido do domínio pelo Estado de sectores básicos da produção e do arranque da Reforma Agrária, têm a garantia de que o seu trabalho e a sua opção reverterão em benefício da colectividade e não em benefício das classes privilegiadas” (*Avançada*, 7 de maio de 1975, n. 21).

pertencem ao Estado Democrático que corresponde, no essencial, às necessidades actuais do processo revolucionário, e não aos trabalhadores que nelas labuta”²⁴. Por fim, como justificativa deste pertencimento ao Estado, afirmavam que “é fomentar o divisionismo no seio dos trabalhadores e criar condições para os isolar, propor, nas empresas nacionalizadas, formas de autogestão que terão como consequência desviar as forças dos trabalhadores para aspectos secundários da luta”.

O PCP colocou de lado, ainda, qualquer possibilidade de ação que pudesse ser dada através da autogestão, inclusive segregando as trabalhadoras e trabalhadores que estivessem em tentativa de manutenção de seus postos de trabalho a partir dessa estratégia, indo de encontro à centralização do poder sindical, onde o “controle operário devia ser exercido nas empresas, por intermédio dos sindicatos sob o controle político do partido” (Reeve, 2019, p. 153), enquanto ferramenta de conciliação de classes, com um horizonte reformista. Segundo Patriarca (1976, p. 770), a “transformação radical do aparelho do Estado” não seria possível sem um encontro entre as estruturas institucionais — sindicatos, partidos e o próprio Estado — e as estruturas de base na construção do controle operário nas fábricas intervencionadas. Tal desencontro e o desvio junto das organizações de base foram cruciais para a desagregação interna na luta de classes durante o período revolucionário português sem que, contudo, não houvesse uma profunda ambivalência entre Comissões de Trabalhadores que buscavam autonomia face ao centralismo estatal²⁵.

Esta é a situação que evidenciamos em dezenas de fábricas que adotaram práticas autogestionárias durante o PREC. Ao nos referimos ao conceito de autogestão, estamos aludindo às ocupações de fábricas seguidas pela continuidade da produção (ou parte dela), incluindo não apenas a apropriação dos meios de produção, mas também a gestão de setores burocráticos da fábrica, como contabilidade, vendas e administração. Embora várias fábricas têxteis tenham conseguido apenas dar continuidade à venda da produção já existente, muitas vezes como resultado da retirada ou sabotagem das máquinas pelo patronato, a iniciativa de divisão de tarefas, igualização salarial e a experiência de luta foram imperativas para a conscientização das dinâmicas sociopolíticas subjacentes.

Na Sogantal, Charminha, Naturana, Confecções Herte, M. S. Confecções ou a Ornitex, para usarmos apenas alguns exemplos, conseguiram manter a comercialização da produção preexistente, a ocupação das instalações e a dinamização de grupos de trabalho, caracterizando o que aqui entendemos por autogestão. Nesse contexto, consideramos relevante uma breve reflexão sobre esse tema que mobilizou milhares de trabalhadoras e trabalhadores durante o PREC em prol do poder popular, do direito ao trabalho e em oposição à propriedade privada dos meios de produção. Avançamos na compreensão de que estes casos num país relativamente atrasado no contexto europeu ocidental, os processos de autogestão puderam efetivamente acelerar a formação de uma conscientização técnica e política nos setores abrangidos por essa forma de luta, uma vez que a ação prática e a reflexão sobre os problemas que envolvem a comunidade são interseccionadas, projetando diferentes níveis de consciência social, a partir da experiência trocada e vivida (Guillerm & Bourdet, 1976, p. 175).

24 *Alavanca*, 23 de abril de 1975, n. 19 (grifos meus). O documento é assinado pelo Secretariado Nacional do Partido. Ver também o texto de Eugénio Rosa sobre a divisão entre as comissões eleitas pelos trabalhadores, sindicatos e nomeadas pelo Estado neste modelo de controle operário proposto pelo PCP. (*Alavanca*, 30 de abril de 1975, n. 20).

25 Para uma análise mais ampla sobre o controle operário e os casos empíricos estudados pela equipe coordenada por Maria de Fátima Patriarca 1976a e 1976b.

Neste sentido, justamente por esses movimentos serem mais diversificados, alcançavam maior amplitude no reconhecimento de temas e trocas de soluções. Como afirma Barker (2014, p. 9), “essa diversidade não significa necessariamente [...] a divisão do movimento e sua fragilidade, como se poderia imaginar”, antes pelo contrário, esse movimento social em geral foi capaz de estimular umas e outras frações da classe trabalhadora, possibilitando alcançar demandas comuns.

O sociólogo Georges Gurvitch (1982) destacou-se como um dos principais impulsionadores das reflexões teóricas em sociologia sobre a autogestão, especialmente por sua participação ativa na formação de conselhos operários durante a Revolução Russa, fundador da revista francesa *Autogestion*.²⁶ Para ele, a ação espontânea da vida social, com a capacidade de elaborar e desenvolver suas próprias práticas jurídicas e de regulamentação social, ultrapassavam a necessidade de um Estado centralizador e burocrático.

Segundo Guillerme & Bourdet (1976, p. 9), o conceito de “autogestão” que emergiu nos anos 1960, se tornou num “saco de gatos”, com significados diversos. Diante das várias faces que o conceito assumiu, eles sustentam que a autogestão representa uma “mudança radical e a instauração de outra maneira de viver em comum”. Isso não implica simplesmente substituir uma minoria dirigente por outra, mas sim abolir qualquer forma de divisão social desse tipo. Para eles, somente a destruição das dinâmicas de poder poderia conduzir a práticas genuínas de autogestão, pois ainda que “espontaneamente revolucionário”, nem sempre o proletariado é “consciente”, torna-se “reformista” (1976, p. 200) ao delegar a outros as decisões que cabem à vida comunitária, marcando uma forte crítica à proposta sobre a democracia parlamentar e a centralização burocrática do poder, ao fim e ao cabo, de uma democracia indireta. No mesmo sentido, afirma Cornelius Castoriadis (1983, p. 213, *grifos originais*) que em capitalismo e com o centralismo de Estado partindo de organização partidária e parlamentar, uma pessoa não decide, “ela aliena seu poder de decisão a ‘representantes’ que, por esta mesma razão, não são nem podem ser seus representantes”. Anton Pannekoek (2011, p. 121), defensor de um “comunismo de conselhos”, defendia que uma sociedade não capitalista só seria possível com a auto-organização popular e uma democracia direta. Para ele,

lutar pela liberdade, não é deixar os dirigentes decidirem em seu lugar, nem segui-los com obediência, e poder repreendê-los de vez em quando. Bater-se pela liberdade, é pensar e decidir por si mesmo, é tomar todas as responsabilidades enquanto pessoa entre camaradas iguais. É evidente que pensar por si mesmo, decidir o que é verdadeiro e o que é justo, constitui para o trabalhador que tem o espírito fatigado pelo trabalho cotidiano, uma tarefa árdua e difícil, bem mais exigente que se ele se limitar a pagar e a obedecer. Mas é o único caminho para uma completa e verdadeira liberdade. Fazer-se libertar pelos outros, que fazem desta libertação um instrumento de domínio, é simplesmente substituir os antigos donos por outros.

Para Guillerme & Bourdet (1976, pp. 14-15) essa mudança não ocorre em coexistência “com a sacrossanta Economia e com a ‘planificação’, mas de compreender como a autogestão determina outra forma de planificação, centralizada por baixo, que define os constrangimentos e não uma dominação”, sendo “um método que torna o conjunto do corpo social capaz, em cada instante, de exercer sua liberdade”. Segundo os autores, o problema do modo de produção capitalista não reside apenas na exploração através da própria produção, mas sim da alienação na organização de sua

26 Que mais tarde passaria a chamar *Autogestion et Socialisme*.

forma. “Essa negação da alienação — a autogestão — não consiste no aperfeiçoamento das condições de trabalho, e sim na invenção de um novo tipo de atividades livremente construídas que revolucionam o trabalho, as ferramentas e os produtos” (p. 211).

A afirmação de Rosanvallon (1976) de que “o próprio da autogestão é ter sido um movimento social antes de ser uma doutrina” revela seu sentido ao analisarmos os casos de ocupação e autogestão nas fábricas têxteis durante o PREC. Caracterizadas por uma força de trabalho predominantemente jovem e feminina, anteriormente afastadas da esfera política, seja institucional ou organizacional, essas operárias encontraram na espontaneidade do movimento uma ferramenta de luta, de reivindicação, de demonstração de força pelo direito ao trabalho e, com o avanço das lutas, pelo questionamento da propriedade privada dos meios de produção. Afinal, “quando os trabalhadores tomam em suas próprias mãos as lutas, restituem a si mesmos um sentido global e humano: não pretendem apenas ganhar mais, porém viver de maneira diferente” (Guillherm & Bourdet, 1976, p. 195). À luz do pensamento de Rosa Luxemburgo, Guérin (1982, pp. 13-14) afirmou “que em momentos de autonomia operária, os trabalhadores movimentam-se, saem da passividade, da rotina e do automatismo do gesto cotidiano, deixam de ser moléculas isoladas, juntam-se a seus companheiros de trabalho e de alienação, não porque um ‘líder’ os incita, nem mesmo o que é mais frequente, porque um pensamento consciente os desperta e fanatiza mas, simplesmente, porque a necessidade os compele a assegurar ou melhorar a sua subsistência”.

A decisão de não relacionar a luta empreendida a partidos políticos, evidenciada no processo de intervenção das operárias da Sogantal, se destacou a partir de uma marca distinta. Além disso, elas se aproximaram da esfera mais *qualitativa* em relação ao trabalho e às interações sociais, conferindo novos significados ao ato do trabalho menos alienado²⁷. A principal barreira enfrentada por essas mulheres, considerando aspectos práticos, foi a dependência do setor têxtil aos mercados externos. Isso se deve ao facto de que aproximadamente 71% da produção era destinada ao estrangeiro, conforme indicado por Rosa (1976, p. 16). Essa dependência acarretou desafios expressivos na comercialização da produção, especialmente diante dos boicotes nesses mercados e na impossibilidade momentânea de empregar diferentes formas de organização económica sobre a produção nas fábricas autogeridas.

Segundo Nascimento, a dinâmica autogestionária foi compartilhada por diversos grupos militantes e intelectuais, influenciados pela prática iniciada com as medidas adotadas na Jugoslávia em 1950 — ainda que coexistente com um Estado, carente de *generalização* do sistema em si — de “anarquistas, a conselhistas, marxistas antiestalinistas, socialistas e trotskistas” (Nascimento, n.d). Em diversas ocasiões, jornais vinculados à esquerda radical ou em declarações das próprias operárias, afirmavam que em autogestão, “os trabalhadores são o seu próprio capitalista”, consistindo em uma possível confusão conceitual sobre ao que se referia Marx, no livro III d’*O Capital*

27 Na fábrica francesa de confecções Cerisav, em 1973, as operárias reposicionaram as máquinas após a ocupação da fábrica, de forma que não ficassem em fila, de costas umas para as outras. Assim passavam a poder conversar, trocar experiências numa recusa subjetiva às condições de produção desfocada das relações interpessoais. Na Sogantal, essa dinâmica se tornou efetiva em várias esferas, inclusive no rearranjo de tarefas e conversão do espaço fabril para ações culturais, reuniões políticas e sessões de cinema. Destacamos o raciocínio de Tithi Bhattacharya (2023, p. 29) sobre a noção em Marx sobre o trabalho *concreto* e o trabalho *abstrato*. O trabalho que seria considerado “não alienante” deve ser problematizado no sentido de que este não se desenvolve no tempo e da forma que o seu executor gostaria, ou seja, é preciso “encaixar nas necessidades temporais e objetivas de outras relações sociais”.

sobre as cooperativas obreiras²⁸ face à prática autogestionária desenvolvida com essa experiência internacional de tentativa de sobrevivência económica face ao abandono patronal.

Charles Reeve (2019, p. 152), ao analisar a efetividade dos conselhos operários descreve, sob a ótica de Luxemburgo:

Os comentários de Rosa Luxemburgo acerca do funcionamento das empresas cooperativas conservaram uma pertinência que se estendeu para além da época e do debate com os “revisionistas”. Ela sublinhava a essência híbrida destas formas de produção cooperativa, “uma produção socializada em miniatura acompanhada de uma troca capitalista”, que envolvia “a necessidade contraditória, para os operários, de se governarem a si próprios com todo o absolutismo necessário e desempenharem o papel do empresário capitalista”. E acrescentava: “A cooperativa de produção morre desta contradição, na medida em que se torna de novo uma empresa capitalista ou, no caso de os interesses dos operários serem mais fortes, se dissolve”. Esta constatação da impraticabilidade da “auto-exploração” dos trabalhadores lançou luz sobre os debates posteriores em torno da limitada possibilidade de autogestão de empresas que vivem num ambiente de mercado capitalista e que se têm de submeter às leis da economia capitalista, mas também, num âmbito mais geral, em torno dos projectos de socialização da economia, onde os conselhos se ocupariam essencialmente da gestão da empresa, prestando pouca atenção ao conjunto da economia, o que só iria perpetuar o quadro da produção capitalista.

Efetivamente, a maior dificuldade nesta via reivindicativa e própria de uma crítica ao *vanguardismo*, era a constituição de núcleos autogestionários que extrapolassem o espaço fabril, ainda que durante o PREC tenha coexistido uma forte experiência de *poder popular*, ou mesmo de “duplo poder” — precisamente concentradas nos maiores centros urbanos e industriais do país — durante os meses de junho a novembro de 1975. Salientamos como exemplo a formação da Comissão Interempresas, no final de 1974, que reuniu dezenas de comissões de trabalhadores/as da região de Lisboa como os da Lisnave, Sogantal, Charminha, Applied, Messa. Essa Comissão convocou e levou para as ruas milhares de pessoas na manifestação de 7 de fevereiro de 1975, contrariando a interferência do PCP na ordem contra a NATO e contra o desemprego²⁹. Ainda que a Comissão não tenha avançado nos meses seguintes, demonstrou capacidade direta na busca por alternativas ao poder político e partidário que sufocava as ações consideradas mais radicais. Atuavam muito proximamente ao que descreveu Guérin sobre “o fenómeno de duplo poder” em França após a revolução de 1789: “‘De cima’, um poder burguês, revolucionário decerto, mas ao mesmo tempo ditatorial, centralizador e tecnocrata; de outro, ‘de baixo’, um poder popular, o dos ‘braços nus’ (Michelet), onde

28 “Quanto às cooperativas obreiras, elas representam, no interior do antigo sistema, a primeira brecha nele feita, conquanto reproduzam necessariamente, e por toda parte, em sua organização real, todos os defeitos do sistema existente. Todavia, nas cooperativas, o antagonismo entre o capital e o trabalho foi sobrepujado, mesmo que de forma ainda imperfeita: organizados em associação, os trabalhadores são o seu próprio capitalista, isto é, utilizam os meios de produção em lugar do valor de seu próprio trabalho”. Ainda que possamos compreender com mais abrangência o que Marx determinou como um “sistema de trabalho cooperativo”. Neste sentido cabe a reflexão de Guillerme e Bourdet (1976, p. 30) de que a autogestão seria “uma federação de nações de vocação mundial que suprime o capitalismo e o estalinismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas igualmente associadas segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos”.

29 Ver Pérez Suárez 2017.

se pode ver uma primeira figuração dos ‘conselhos operários’, da autonomia operária, em busca de soluções originais e espontâneas” (Guérin, 1974, p. 107).

Os movimentos populares³⁰ durante o PREC foram caracterizados por sua heterogeneidade, abrangendo desde a classe trabalhadora urbana até a pequena burguesia assalariada, os/as trabalhadores/as rurais, sobretudo o campesinato do centro e sul do país (Vilaça, 1993). Para Cláudio Nascimento (2008, pp. 29-30), os casos autogestionários em Portugal durante o processo revolucionário deram-se sob a categoria analítica da “autogestão sob contexto de ‘dualidade de poderes’, em conjunturas revolucionárias”, partindo das premissas de Assaf Bayat (1991). Contrariamente ao defendido por Lefebvre, quando afirmava que “mesmo radicalizada, uma autogestão que se instaure apenas em unidades parciais, sem alcançar o global, está destinada ao fracasso”, Nascimento (2008, p. 30) aponta que os diferentes níveis de implementação da autogestão podem ser articulados ou isolados. Sendo “assim, podemos falar de autogestão em se tratando apenas de uma empresa ou de várias empresas, que articuladas formam uma ‘rede autogestionária’”. Neste sentido, Pannekoek (citado por Reeve, 2019, p. 160) reiterou que a autonomia popular, “trata-se de um princípio de autogestão operária das empresas e da produção. [...] Isto significa a luta de classes (em que a fraternidade tem a sua parte), a acção revolucionária contra o poder estatal. [...] A ideia dos conselhos operários tem nada que ver com um programa de realizações práticas, [...] trata-se de um fio condutor para a longa e dura luta de emancipação”. Ou seja, não consistia num fim em si mesma, fez parte de um processo que nunca chegou a se concretizar.

Podemos compreender esse período sob a perspectiva que defende Varela (2014), — a partir da teoria da dualidade de poderes de Lenin — enquanto a construção de um poder paralelo ao Estado, “dos que já não conseguem governar como governavam e dos que já não aceitam ser governados da mesma forma”. Contudo, em muitos desses casos em fábricas com maior força de trabalho feminina a busca por alguma salvaguarda do Estado em termos legais³¹ — e diante desta imobilidade formal, a radicalização da luta — conduziu na maior parte das vezes a não se concretizar reivindicações colocadas em causa, provocando uma “prática de paralisia do Estado” (Vilaça, 1993, p. 55), ainda que efêmera.

Ernst Bloch (2005, p. 50) inaugurou o conceito do *ainda não*, de relacionar a filosofia à possibilidade futura de um “querer fazer”, “entre o ser e o nada, que funda o princípio de esperança” (Nascimento, 2008, p. 34), da utopia enquanto uma parte

30 No caso da habitação, este paralelismo é ainda mais evidente, sobretudo na composição das ocupações de casas, que mais tarde buscaram novas formas de legislar sobre ocorrências no campo do movimento popular. Com a criação em agosto de 1974 (Despacho n.º DD4630/1974, de 6 de agosto de 1974. *Diário do Governo*, n. 182. Ministério da Administração Interna e Ministério do Equipamento Social e do Ambiente) do Serviço de Apoio Ambulatório Local (doravante SAAL) projetou-se sobretudo para apoiar e dinamizar as populações em situação de precariedade habitacional, situação que foi atenuada pelo descaso e pela desigualdade ao longo das décadas do regime autoritário. O próprio documento que inaugura o SAAL reconhece a dificuldade em construir habitações convencionalmente a curto prazo, necessitando de um interlocutor especializado para intervir junto das câmaras municipais em prol das iniciativas populares. Ainda que se tratasse de uma importante iniciativa legalista para resolver a situação habitacional, o SAAL não alcançará a parcela da população que cria e integra comissões com preocupações imediatas e locais, estas em larga medida representadas por mulheres. As comissões e as associações de moradores almejaram para além de moradia com condições e infraestrutura, outras estruturas sociais como creches e infantários.

31 Cristovam (1982, p. 74) aponta que enquanto as reivindicações das greves voltavam-se 15 a 22,7% diretamente para resoluções dentro do poder das empresas, em 1979, apenas 3,7% o faziam, levando-nos a concluir que o reforço das instituições burocráticas do Estado predominou sobre a forma autónoma organizativa das Comissões de Trabalhadores.

estrutural na história da humanidade (Vieira, 2007). Se é possível vislumbrar que o que ainda não existe pode ser melhor do que o real presente, passamos ao devir de se ter esperança, de conectar subjetividades à uma “consciência emancipatória”. Paulo Freire (2003) já afirmava que era “esperançoso não por teimosia, mas por imperativo existencial”, e assim também o foram milhares de trabalhadoras e trabalhadores que vislumbraram através da organização autônoma, de reivindicações específicas que incutiam situações diretamente associadas às suas vidas, o vislumbre de um novo possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abadia, D. M. (2010). *O Jornal Combate e as lutas sociais autonomistas em Portugal durante a Revolução dos Cravos (1974-1978)*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Repositório da Universidade Federal de Goiás.
- Barker, C. (2014). “O movimento como um todo”: ondas e crises. *Revista Outubro*, (22), 5-34.
- Bayat, A. (1991). *Work Politics and Power — International perspective on Workers Control and Self-Management*. New York: Monthly Review Press.
- Bhattacharya, T. (2023). Introdução: Mapeando a teoria da reprodução social. In T. Bhattacharya (Org.). (2023). *Teoria da reprodução social: Remapear a classe, recentralizar a opressão*. São Paulo: Elefante.
- Bloch, E. (2005). *O Princípio da esperança*. (Vol. I). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Brinca, P. & Baía, E. (2001). *Memórias da Revolução no distrito de Setúbal, 25 anos depois* (Vol. I). Setúbal: Setúbal na Rede.
- Cabreira, P. P. & Barradas, A. (2019). *Operárias da Sogantal em luta (1974-1976)*. Marxists.org e Bandeira Vermelha. <https://www.marxists.org/portugues/tematica/2019/01/05.htm?fbclid=IwAR17hCUbfP8GB2p7Fix1qYWzx-C3UgpiNlgtBjluQolO4-gYDtfSJPFrCY>
- Castoradis, C. (1983). *Socialismo ou barbárie. O conteúdo do socialismo*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Cristóvam, M. L. (1982). *Conflitos de Trabalho em 1979. Breve análise sociológica*. Lisboa: Ministério do Trabalho (CATESOC).
- Durán Muñoz, R. (2000). *Contención y Transgresión. Las movilizaciones Sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales.
- Freire, P. (2003). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.
- Guérin, D. (1982). *Rosa Luxemburgo e a espontaneidade revolucionária*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Guillerm, A. & Bourdet, Y. (1976). *Autogestão. Uma mudança radical*. São Paulo: Zahar Editores.
- Gurvitch, G. (1982). *Dialética e sociologia*. São Paulo: Dom Quixote.
- Gurvitch, Georges. (1971). *The social frameworks of knowledge*. Harper & Row.
- Lefebvre, H. (2017). Problemas teóricos da autogestão. *GEOgraphia*, 19(41), 135-141.
- Nascimento, C. (n.d.). *Georges Gurvitch: pioneiro da autogestão*. Recuperado em janeiro de 2023, de https://base.socioeco.org/docs/georges_gurvitch.pdf
- Nascimento, C. (2008). Autogestão: economia solidária e utopia. *Otra Economía*, 2(3), 27-40
- Neurath, O. (2005). A system of socialisation. In T.E. Uebel & R.S. Cohen (Orgs.), *Otto Neurath Economic Writings Selections 1904-1945*. (Vienna Circle Collection). Springer Dordrecht.
- Palla, M. A. (1979). *Só acontece aos outros. Histórias de violência*. Lisboa: Bertrand.
- Pannekoek, A. (1947/2011). *Partidos, sindicatos e conselhos operários*. Rio de Janeiro: Rizoma.
- Patriarca, M. F. (1976a). Controlo operário em Portugal (I). *Análise Social*, 12(47), 765-817.
- Patriarca, M. F. (1976b). Controlo operário em Portugal (II). *Análise Social*, 12(48), 1049-1146.

- Pérez Suárez, M. Á. (2017). Anos de brasa: uma visão do movimento operário português na década de 70. In A. S. Paço; D. Cancela; M.A. Tavares & R. Varela. (Coords.), *Trabalho, acumulação capitalista e regime político no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Edições Colibri.
- Reeve, C. (2019). *O Socialismo selvagem. Ensaio sobre a auto-organização e a democracia directa nas lutas de 1789 até aos nossos dias*. Lisboa: Antígona.
- Rosa, E. (1976). *Portugal: dois anos de Revolução na Economia*. Lisboa: Diabril Editora.
- Rosanvallon, P. (1976). *L'âge de l'autogestion*. Paris: Éditions du Seuil.
- Varela, R. (2011). *História do PCP durante a Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Varela, R. (2014). *História do povo na Revolução portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Vieira, A. R. (2007). Princípio esperança e a “herança intacta do marxismo” em Ernst Bloch. In *Anais do 5º Colóquio Internacional Marx-Engels*. Campinas: CEMARX/Unicamp.
- Vilaça, H. C. R. (1993). *Associativismo e movimentos sociais — modalidades de participação* [Trabalho de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL DURANTE O PERÍODO REVOLUCIONÁRIO

PAULO MARQUES ALVES

ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA E DINÂMIA'CET-ISCTE

INTRODUÇÃO

As mulheres sempre trabalharam, como Perrot (1987) foi a primeira a sublinhar. E também desde sempre participaram ativamente no processo histórico, como notou Woolf em 1929, enquanto lamentava que à época esse facto fosse olvidado, o que era indiciado pelo facto das bibliotecas universitárias não disporem de obras dando às mulheres o destaque a que tinham direito. Daí Woolf ter enfatizado a necessidade de reescrever a História. O seu apelo só se viria a materializar alguns decénios mais tarde, a partir da década de 70.

No campo da *militância no feminino*, nomeadamente da militância sindical, o silêncio só começou a ser quebrado nos anos 60, com a publicação da obra monumental de Guilbert (1966) sobre as militantes sindicais francesas do período anterior à I Guerra Mundial. Mas foi somente na década seguinte que a pesquisa tendo a militância das mulheres como objeto de inquérito sociológico se tornou mais relevante (e.g. Lewenhak, 1977; Maruani, 1979); Zylberberg-Hocquard, 1978), prosseguindo nos decénios seguintes. Não esqueçamos a obra, igualmente monumental, de Perrot (1973) e o *Le Maitron*, o grande dicionário biográfico do movimento operário e dos movimentos sociais em França, concebido por Jean Maitron em meados da década de 50 e que continua a ser atualizado. Hoje, é possível aceder *online* a todo o seu conteúdo, nomeadamente ao *Dictionnaire des Femmes*, que conta com 430 páginas com entradas de nomes de mulheres que participaram na Revolução Francesa, no “assalto dos céus” de 1871, na Resistência, ou foram militantes sindicais, sociais ou políticas. Muitas outras, permanecerão ainda certamente no esquecimento.

Em Portugal, o silêncio sobre a militância das subalternas, para utilizar o conceito gramsciano (Gramsci, 1999), foi ainda mais longo e profundo, com as mulheres militantes a encontrarem-se praticamente ausentes das obras dedicadas ou ao movimento sindical e seus militantes ou às mulheres, sejam elas produzidas pela academia ou por militantes. Esta é uma constatação verdadeira quer focalizemos o nosso olhar no dealbar do século XX quer o façamos na atualidade e acontece num quadro mais vasto de um grande déficit de estudos sobre o movimento sindical português.

Só no século atual é que a militância feminina nas várias expressões organizativas do movimento operário assumiu relevância, com os trabalhos de Baptista (2012, 2016) e Baptista e Alves (2022), centrados nas mutualidades, e com o livro de Santana (2009) e os artigos de Alves e Gama (2013) e Alves (2017, 2018, entre outros) focados no sindicalismo, sendo que no caso deste último autor, para diversos períodos socio-históricos, a que se acrescentam o artigo de Santos et al. (2022) e o livro de Seixas (s.d.).

Após o 25 de Abril, com a promulgação do Decreto-Lei n.º 215-B/75 de 30 de abril, que regulou o exercício da liberdade sindical, por força do seu art.º 42º, os sindi-

catos existentes tinham de proceder obrigatoriamente à revisão dos seus estatutos no prazo de sessenta dias e à eleição dos seus corpos gerentes num prazo de cento e vinte dias a contar da data de entrada em vigor do diploma. Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 564/75 de 02 de outubro prorrogou estes prazos por mais trinta dias. Caso não fossem observados, as organizações seriam extintas. Deste modo, os meses finais de 1975 e o ano de 1976 foram épocas de intensa atividade eleitoral.

Este artigo tem por objetivo avaliar a participação das mulheres nas direções sindicais durante o período revolucionário e compreender quem eram as que ascenderam a cargos de direção sindical.

A principal conclusão é a da existência de uma presença feminina residual. Na maioria das associações sindicais não encontramos uma única mulher nas equipas dirigentes, incluindo em ramos de atividade em que já tinham um peso significativo na força de trabalho.

SINDICATOS E MULHERES: UMA RELAÇÃO HISTORICAMENTE PROBLEMÁTICA

A relação das mulheres com os sindicatos revelou-se bastante problemática desde os primórdios do sindicalismo.

Apesar de as primeiras organizações do movimento operário — as *Friendly Societies* — que emergiram com a industrialização terem sido mistas, com o surgimento dos primeiros sindicatos, fundados por operários de ofício munidos de uma perspetiva exclusivista, cujo objetivo primordial era o de manter o estatuto das suas profissões no mercado de trabalho, rapidamente se disseminou no seio do movimento sindical uma atitude sexista relativa ao papel da mulher na sociedade e, em particular, à sua inserção no mercado de trabalho e nos sindicatos.

De acordo com Pasture (1997), o movimento operário terá sido contaminado pela cultura burguesa e a sua representação da sociedade e dos papéis que nela deveriam ser desempenhados por homens e mulheres: a estas estava destinada a esfera privada, exercendo o papel de “cuidadoras”; aos homens, destinava-se a esfera pública, exercendo o papel de “provedores” do sustento da família. As mulheres libertar-se-iam assim do trabalho industrial, um trabalho penoso e para o qual não teriam as necessárias capacidades. Todavia, por detrás deste argumento paternalista, o que estava em causa era o facto de os sindicatos as verem como concorrentes, sendo utilizadas pelo patronato para manter os salários baixos.

Esta atitude enraizou-se e tornou-se dominante no movimento, ao ter sido protagonizada por três das suas principais correntes, que, se bem que muito díspares em termos das políticas sindicais, convergiram nesta questão. Primeiramente, a corrente anarcossindicalista e sindicalista revolucionária, fortemente influenciada por Proudhon e a sua misoginia, expressa em afirmações como a de que a mulher deveria permanecer na dependência do homem, por lhe ser inferior física, intelectual e moralmente, para não falar da defesa que faz em *Pornocratie* (1875) da possibilidade de o marido matar legitimamente a sua companheira, em determinadas situações, que explicita. Simone de Beauvoir acusá-lo-á de “rompe[r] a aliança entre o feminismo e o socialismo” (Beauvoir, 1987, 170). A corrente católica influenciada no campo do trabalho pela *Rerum Novarum* e mais latamente pela visão desta igreja sobre o papel das mulheres na sociedade. E a corrente reformista, onde se incluem os sindicatos ingleses. Para Pasture, a ela só escapou a corrente de filiação marxista que, com base nos princípios da igualdade e da emancipação, sempre defendeu o direito das mulheres ao trabalho assalariado, tal como plasmado por Bebel em *Woman and Socialism*, de cuja introdução consta a frase

“for there can be no liberation of mankind without social independence and equality of the sexes” (Bebel, 1910, p. 9).

Os sindicatos tornam-se um reduto de homens, neles se consolidando uma cultura e uma dominação masculinas.

Com base nesta atitude sexista construiu-se toda uma política sindical discriminatória visando excluir as mulheres do mercado de trabalho ou, quando muito, segregá-las para ramos de atividade menos qualificados e de salários mais baixos. Para além da exclusão ou da segregação, outras práticas discriminatórias ocorreram, como a expulsão das mulheres de sindicatos; o impedi-las de usar da palavra nas reuniões de trabalhadores; o coartar-lhes a possibilidade de ascenderem a cargos de decisão nos sindicatos a que conseguiam aceder; ou a política sindical de cumplicidade com o patronato de reforço das desigualdades salariais entre homens e mulheres, ainda que executando as mesmas funções, em detrimento da luta pela sua eliminação.

Os sindicatos estão, assim na origem de um conjunto de desigualdades no mercado de trabalho e deram um importante contributo para configurar a divisão sexual do trabalho. Isso sucedeu por toda a Europa, desde logo no Reino Unido, onde a prática do *closed shop* permitiu aos sindicatos britânicos negar a filiação sindical das mulheres, o que teve como consequência o vedar o seu acesso a muitos segmentos do mercado de trabalho.

Por toda a Europa, as mulheres responderam à discriminação criando sindicatos próprios. Todavia, a partir do início do século XX, a crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho levou o movimento sindical a adotar uma atitude pragmática. Por um lado, dispôs-se a garantir condições de trabalho, em particular salariais, iguais para homens e mulheres, de modo que o trabalho feminino não concorresse com o masculino, e, por outro, deixou de ostracizar as mulheres dado terem-se tornado um contingente importante que não devia ser negligenciado em termos de recrutamento.

A opção pela formação de sindicatos únicos com um carácter misto foi o resultado da evolução da atitude sexista para uma outra obedecendo a uma *lógica de organização*. Esta reorientação ocorreu de forma gradual, dada a manutenção das desconfianças, hesitações e resistências em relação às mulheres e a não abdicação da ideia de que o lar seria o local ideal para elas, tendo-se expandido somente após a II^a Guerra Mundial. Em consequência, tem-se assistido desde então a um processo de crescente feminização dos efetivos sindicais.

Contudo, este facto não tem sido acompanhado de um crescimento ao mesmo ritmo da presença feminina nos órgãos de direção sindical, que se apresenta bem mais modesto. Torna-se evidente que existem dificuldades no acesso das mulheres aos lugares de responsabilidade, o que denota uma sua integração problemática no mundo sindical e a manutenção da hegemonia masculina.

Aparte um estudo da CISL (Confederação Internacional de Sindicatos Livres) de finais dos anos 90, citado por Ferreira (2002, p. 136), baseado num inquérito a que responderam dirigentes sindicais, que colocaram o ónus da fraca participação das mulheres primordialmente nelas próprias (falta de sensibilização para as questões sindicais; falta de coragem para enfrentar represálias; indisponibilidade devido às tarefas familiares), só depois surgindo a dominação masculina verificada neste tipo de organizações, a pesquisa sobre o que impede uma ampla participação das mulheres na vida sindical pode ser classificada em quatro categorias: os trabalhos que se centram exclusivamente em fatores de carácter macrosocial que extravasam os sindicatos; aqueles que se focam a nível meso, sublinhando as características dos sindicatos e os processos que neles ocorrem; os que defendem que se verifica uma mescla entre fatores exógenos e

endógenos às organizações; por último, os que salientam que as organizações sindicais reproduzem as desigualdades de género existentes na sociedade.

Na primeira categoria, podem ser enquadrados os trabalhos de Le Quentrec et al. (2002), considerando que a situação é socialmente construída, derivando do facto de às mulheres se destinar a esfera privada, enquanto aos homens se destina a esfera pública, e de Chaison e Andiappan (1987) que, num estudo sobre as mulheres sindicalistas no Canadá, concluíram que estas militam mais nas *locals* e são mais frequentemente secretárias ou tesoureiras do que presidentes, o que se explicaria pela divisão sexual do trabalho.

A segunda categoria pode ser exemplificada pelo contributo de Healy e Kirton (2000), para quem a explicação se encontra nos sindicatos, que são oligarquias de género, com os dirigentes sindicais homens a tenderem a permanecer nos seus cargos, afastando quem desafia o seu poder, para isso usando os conhecimentos adquiridos e os recursos organizacionais e cooptando através de mecanismos formais e informais quem lhes é leal. A utilização destes processos aparelhísticos contribui para uma desigual construção das carreiras e para a constante reprodução da dominação masculina no sindicalismo.

A terceira categoria engloba um número diversificado de estudos, como os de Briskin (2006), que reteve quatro barreiras que as mulheres enfrentam em termos da sua carreira sindical – responsabilidades familiares; segregação profissional; culturas sindicais masculinas e estereótipos tradicionais de género – barreiras que foram posteriormente retomadas por Santos et al. (2022) e, em parte, no atinente à conciliação entre vida familiar, profissional e sindical e à construção masculina do sindicalismo, remetendo para os estereótipos de género, por Figueroa e Martínez (2019).

Por último, os estudos que centrados no conceito de “regimes de desigualdade” (Acker, 2006), afirmam que as estruturas organizacionais são permeáveis à “ordem de género” (Connell, 2002) dominante numa dada sociedade, reproduzindo-a. Desta forma, os sindicatos incorporam a ordem patriarcal vigente na sociedade envolvente nas suas estruturas, valores e práticas.

OS SINDICATOS E AS MULHERES EM PORTUGAL

A atitude sexista que foi dominante no sindicalismo europeu ao longo de várias décadas teve repercussões igualmente em Portugal, com o movimento sindical do dealbar do século XX, sob liderança anarcossindicalista e sindicalista revolucionária, a reagir de forma muito negativa à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Disso é exemplo um artigo no jornal *O Corticeiro*, datado de 3 de outubro de 1929, onde se usava o argumento que fez o seu curso por toda a Europa: o trabalho das mulheres é de qualidade inferior ao dos homens, mas o patronato a elas recorre com o intuito de aumentar os seus lucros através do barateamento da força de trabalho. A solução preconizada pelo articulista era a do movimento sindical impedir a entrada das mulheres nas unidades produtivas desta indústria, em detrimento de reivindicar salário igual para trabalho igual. Por seu lado, Emílio Costa, um dos principais ideólogos do sindicalismo desta época em Portugal, advogará que:

Se se quer que a mulher governe a sua casa e eduque os filhos e tenha uma existência digna de uma pessoa civilizada, só há um caminho a seguir: trabalhar por todas as formas para que o ganho do homem seja suficiente para o sustento desafogado da família, e trabalhar para que os serviços domésticos possam ser feitos com menos esforço, menos tempo e mais limpeza. (Costa, 1928, p. 54).

E acrescentava, focando-se em profissões mais qualificadas:

A mulher, por mais complexa que seja, não pode ser essa criatura mista que vai ao escritório, ou ausculta doentes, ou estuda a defesa de um réu, perguntando ao mesmo tempo a si própria, com ansiedade, se o jantar estará em ordem. (Costa, 1928, p. 58).

Para Costa, a mulher devia ficar livre das amarras do trabalho para se dedicar única e exclusivamente ao trabalho doméstico e à educação dos filhos, ficando reservado para o homem o papel de provedor da família.

Situações de discriminação são-nos reveladas pelos estatutos de algumas Associações de Classe, ao vedarem expressamente a filiação às mulheres ou ao conterem disposições que faziam depender a admissão das casadas de uma autorização do marido, bem como pelas obras de Alves e Gama (2013) ou de Seixas (s.d.).

Ainda que intervindo no movimento sindical, quer criando organizações próprias, como sucedeu na indústria de conservas e no calçado ou em profissões exclusivamente femininas, como as lavadeiras, as parteiras ou as empregadas de engomadoria, e participando noutras mistas, as quais, por vezes tinham “de ambos os sexos” na sua designação (por exemplo, a Associação de Classe União dos Operários Tecelões Mecânicos de Ambos os Sexos do Porto), protagonizado greves e participado noutras formas de ação coletiva, como também demonstraram Seixas (s.d.), Alves e Gama (2013) e Alves (2018), as mulheres estiveram, no entanto, excluídas das várias estruturas de cúpula do sindicalismo português nas primeiras décadas do século XX.

Para um tempo histórico posterior, e no contexto de um outro regime político, cuja ideologia professava o homem como “chefe de família” e o regresso da mulher ao lar, a estratégia visando a segregação das mulheres e a sua discriminação prosseguiu (e.g. Patriarca, 1990; Pimentel, 2000).

METODOLOGIA

Neste artigo analisa-se a participação das mulheres nas direções e na liderança das organizações sindicais durante e no imediato período revolucionário. Para obter os dados referentes à feminização das direções sindicais e ao sexo das lideranças, utilizou-se a análise documental como técnica de observação, a qual incidiu nas fichas biográficas das equipas dirigentes publicadas no BTE (Boletim do Trabalho e Emprego), no JORAA (Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores) e no JORAM (Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira) na sequência das eleições sindicais realizadas em 1975 e 1976. Reteve-se apenas quem assumiu funções efetivas nas direções, não se considerando os/as suplentes nem as substituições que ocorreram durante os mandatos.

Com base na informação recolhida¹, verifica-se que foram realizadas 304 eleições (261 em sindicatos, nove em federações setoriais, oito em uniões de base territorial, e 26 em secções ou delegações de sindicatos²), dada a grande fragmentação do sistema sindical herdada do salazarismo e nunca revertida. Em 1975 realizaram-se 193 eleições (63,5%) e 111 (36,5%) ocorreram em 1976.

1 Existirão várias lacunas, com alguns sindicatos efetivamente existentes, e que certamente terão realizado eleições, a não terem publicitado os seus dirigentes. Desde logo, isso sucedeu com a Intersindical Nacional, que realizou o seu primeiro congresso em 1975.

2 Aquando do 25 de Abril, vários sindicatos tinham secções ou delegações de base territorial, bem como secções femininas. Se as primeiras se mantiveram, as segundas foram extintas.

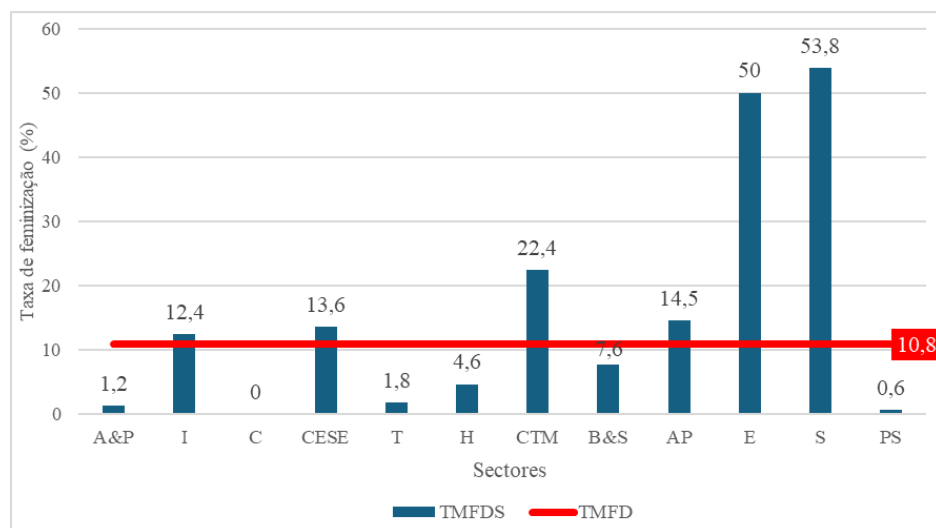
A informação quantitativa e qualitativa obtida foi inserida numa base de dados em SPSS *Statistics*, versão 29, comportando cerca de 50 variáveis, entre as quais se contam o nome da organização; a sua jurisdição; a pertença confederal; o tipo de sindicato³, no caso das organizações de primeiro nível; o número de homens e de mulheres eleitos/as; a proporção de mulheres na direção, a taxa de feminização das direções e o sexo de quem detém os principais cargos dirigentes.

A FEMINIZAÇÃO DAS DIREÇÕES E LIDERANÇAS SINDICAIS

A FEMINIZAÇÃO DAS DIREÇÕES

Em 1975-1976, a presença feminina nas direções das associações sindicais foi residual. Como se pode observar no Gráfico 1, a taxa média de feminização foi de apenas 10,8%.

GRÁFICO 1. Taxa média de feminização das direções das organizações sindicais, por sector (%) em Portugal, em 1975-1976



Fonte: Cálculos próprios

Nota: A&P – Agricultura e Pescas; I – Indústria; C – Construção; CESE – Comércio, Escritórios, Serviços e Espectáculos; T – Transportes; H – Hotelaria; CTM – Comunicações, Telecomunicações e Media; B&S – Banca e Seguros; AP – Administração Pública; E – Educação; S – Saúde; PS – Plurissectorial (sindicatos com jurisdição em ramos que extravasam um sector de atividade).

Destacando-se bastante da média, encontravam-se a saúde (53,8%) e a educação (50,0%), sendo que neste caso o valor é referente somente a um sindicato. Acima da média encontravam-se também os sectores das comunicações, telecomunicações e media (22,4%), da administração pública (14,5%), do comércio, escritórios, serviços e espetáculos (13,6%) e da indústria (12,4%), apresentando os restantes sectores valores

3 Os sindicatos foram tipificados da seguinte forma: ramo; profissão manual; profissão não manual; profissão científico-técnica, quadros; empresa/serviço.

bastante inferiores ou até um valor nulo, na construção, indiciando a existência de profundos desequilíbrios, acompanhando as tendências verificadas no emprego.

Para este carácter residual, muito contribuíram as 207 eleições (68,1% do total) onde nenhuma mulher foi eleita e as 55 de que resultou uma taxa de feminização muito baixa⁴. Taxas de feminização nulas são encontradas em 68,2% dos sindicatos; 77,8% das federações; 62,5% das estruturas territoriais; e 65,4% das secções/delegações. Uma análise segundo o tipo de sindicato mostra que a ausência de mulheres varia entre 42,9%, nos sindicatos de profissão científico-técnica, e 100,0% nos de quadros (apenas um sindicato), sendo de 85,4% nos de profissões manuais (76 organizações) e de 62,1% nos de ramo (77 estruturas). Em contrapartida, encontramos oito organizações (seis sindicatos e duas secções sindicais) nas indústrias alimentar e têxtil, saúde e apoio social e serviços com taxas de feminização elevadas e cinco outras no têxtil, saúde e apoio social e nos serviços com taxas muito elevadas. Dois sindicatos apresentam uma taxa de feminização total: Sindicato Nacional dos Farmacêuticos e Sindicato do Serviço Doméstico.

A FEMINIZAÇÃO DA LIDERANÇA

O Gráfico 2 evidencia que a liderança feminina das organizações se concentrou apenas em três setores: indústria; comércio, escritórios, serviços e espetáculos; e saúde e apoio social, todos eles apresentando valores ligeira ou acentuadamente acima da média de 2,9%.

Seis organizações tinham jurisdição no sector secundário, duas na saúde e apoio social e outras duas no comércio, escritórios, serviços e espetáculos. Na indústria, quatro organizações atuavam na indústria alimentar (dois sindicatos e duas secções) e duas no têxtil. No sector dos escritórios, comércio e serviços, tratava-se de dois sindicatos do serviço doméstico e na saúde e apoio social, do sindicato das assistentes sociais, bem como o dos/as farmacêuticos/as.

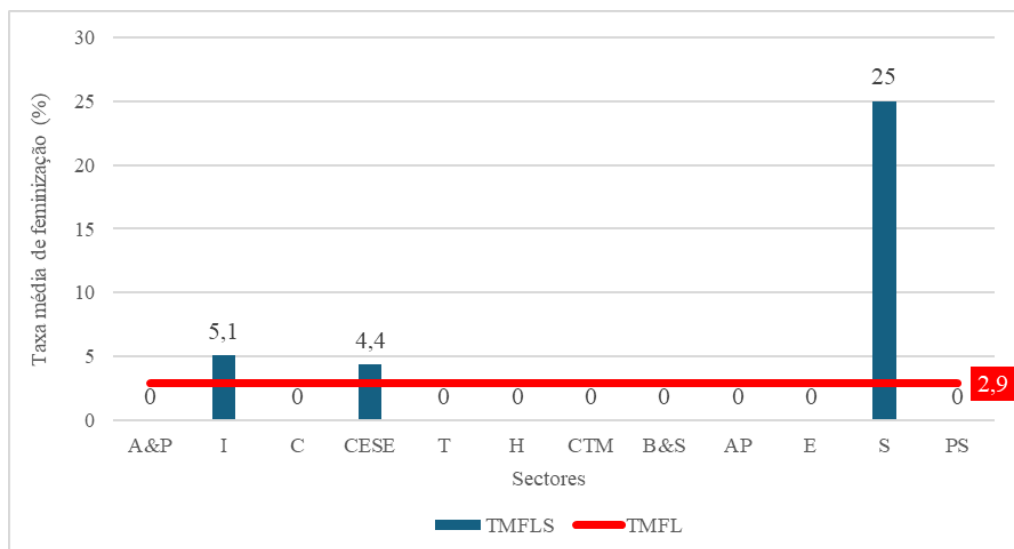
No caso dos quatro sindicatos na indústria, o princípio organizativo de base era o ramo; na saúde e apoio social, estamos perante sindicatos de profissões científico-técnicas; e as duas organizações do serviço doméstico eram sindicatos de profissões manuais.

As mulheres lideravam oito associações sindicais em cujas direcções eram largamente maioritárias — em cinco verificavam-se taxas muito elevadas e em três taxas elevadas —; numa com uma taxa média, mas superior a 50,0%; e noutra com uma taxa inferior a 50,0% (indústria de carnes de Setúbal, 42,9%). Homens eram líderes em três onde as mulheres estavam em maioria, sendo que em dois casos a taxa de feminização era elevada (vestuário do Porto, com 66,7%; barbeiros e cabeleireiros do Funchal, com 80,0%).

Apenas quatro mulheres eram vice-presidentes (contra 54 homens), treze eram secretárias (292 homens) e seis tesoureiras (244 homens). Porém, em relação a estas duas últimas funções há um elevado número de situações em que não foi possível apurar o sexo de quem as ocupava.

4 A taxa de feminização foi categorizada da seguinte forma: nula (0%); muito baixa (1,0%-20,0%); baixa (21,0%-40,0%); média (41,0%-60,0%); elevada (61,0%-80,0%); muito elevada (81,0%-100,0%).

GRÁFICO 2. Taxas médias de feminização das lideranças sindicais por sector (%) em Portugal, em 1975-1976



CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DAS MULHERES DIRIGENTES SINDICAIS EM 1975-1976

Ainda que relativamente escassa⁵, a informação disponível permite-nos fazer uma breve caracterização sociodemográfica das mulheres que ascenderam a cargos de direção sindical durante o período em análise.

Uma primeira ilação diz respeito às profissões. Elas distribuem-se da seguinte forma, de acordo com a atual CPP (Classificação Portuguesa das Profissões) (Quadro 1):

Evidenciam-se o Grande Grupo 2 (sobretudo graças às professoras, enfermeiras, farmacêuticas e assistentes sociais) e o 8 (neste caso, em grande parte devido a profissões da fileira do têxtil, em especial as costureiras). Por profissão, as mais representadas são “Professora” (25); “Trabalhadora de escritório” (21); “Costureira” (16) e “Trabalhadora de limpeza em casas particulares” (11).

Uma segunda conclusão que se pode retirar é a da forte juvenilização da população militante feminina. A média etária era de apenas 32,6 anos, variando as idades entre os 19 (uma dirigente do Sindicato dos Trabalhadores de Vestuário do Distrito do Porto) e os 58 anos (uma dirigente do Sindicato dos Profissionais das Indústrias Têxteis do Distrito de Coimbra). Se as dirigentes com mais de 50 anos constituíam apenas 4,8% do total, as que tinham até 30 anos inclusive totalizavam 49,2%.

⁵ No caso da profissão, ela é conhecida para 59,8% das dirigentes. No da idade, é conhecida para 66,1%. Muito menos frequente é a informação sobre o estado civil, conhecido apenas para 26,8%. Os dados relativos ao nível de habilitações literárias são praticamente inexistentes.

QUADRO 1. Distribuição das profissões das mulheres dirigentes segundo os Grandes Grupos da CPP

Grande Grupo CPP	N	%
0. Profissões das Forças Armadas	0	0
1. Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	0	0
2. Especialistas das atividades intelectuais e científicas	70	40,9
3. Técnicos e profissões de nível intermédio	4	2,3
4. Pessoal administrativo	21	12,3
5. Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	14	8,2
6. Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	0	0
7. Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	6	3,5
8. Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	37	21,6
9. Trabalhadores não qualificados	19	11,1

Fonte: Cálculos próprios

Em relação ao estado civil, dada a juvenilização da população e tendo em conta que há autores/as que referem a existência de uma propensão maior para a militância entre as mulheres não casadas, seria de supor que encontraríamos, nomeadamente, um número de mulheres solteiras muito superior ao de casadas. No entanto, os dados relativos a 75 mulheres não confirmam esta hipótese. As não casadas eram 42 (39 solteiras, duas viúvas e uma divorciada) sendo as casadas 33.

CONCLUSÃO

O movimento sindical nasceu androcentrado, ao ter sido fundado por operários de ofício. Essa marca originária levou à consolidação no movimento, praticamente desde os seus primórdios, de uma atitude sexista que visou excluir as mulheres do mercado de trabalho e dos sindicatos, a qual perdurou durante decénios. Essa atitude foi transversal às correntes dominantes do movimento e perpassou por todo o continente europeu. As mulheres responderam fundando organizações próprias, o que também sucedeu em Portugal.

Na Europa, a partir do início do século XX, mas fundamentalmente após a IIª Grande Guerra, e em Portugal após o 25 de Abril, os sindicatos procederam a uma mudança estratégica visando passar a organizar os enormes contingentes de força de trabalho feminina que afluíam ao mercado de trabalho. No entanto, a *militância sindical no feminino* continuou a ser menos intensa do que a masculina, ao ser travada por fatores de índole diversa.

Os baixos níveis de feminização das direções e das lideranças das associações sindicais no período revolucionário são surpreendentes. À partida, seria expectável uma maior presença feminina. As mulheres tiveram uma participação ativa no processo revolucionário. Encontramo-las nas comissões de moradores; na ocupação de espaços devolutos para serem transformados em creches; na fundação de associações de índole diversa; na constituição de cooperativas; nas campanhas de alfabetização; na Reforma Agrária; nas empresas, protagonizando greves, ou tomando mesmo a sua gestão nas suas mãos, como sucedeu na Sogantal, caso estudado por Cabreira (2024), ou na Naturana. Contudo, nas direções sindicais, a presença feminina foi residual, com estas

organizações a permanecerem um reduto masculino. Na maioria dos sindicatos não encontramos sequer uma única mulher.

Os dados evidenciam um duplo processo de segregação, horizontal e vertical. Segregação horizontal porque a feminização das direções e das lideranças era mais elevada onde a feminização do emprego também o era (indústria têxtil, educação, saúde) e era inexistente ou muito pouco expressiva onde a feminização do emprego era mais reduzida (por exemplo, na agricultura e pesca ou nos transportes). No fundo, o movimento sindical reproduzia as assimetrias existentes no mercado de trabalho, em resultado da divisão sexual do trabalho.

Em termos da segregação vertical, a reduzida expressão da feminização das equipas dirigentes atinge inclusivamente organizações com jurisdição em ramos de atividade onde a proporção de mulheres era relevante na força de trabalho. Um exemplo é-nos dado pelo Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, cuja primeira direção contava apenas com 13,3% de mulheres (duas em quinze dirigentes) e onde pontificavam três homens – Manuel Lopes, Joaquim Venâncio e Edmundo Reis⁶. No entanto, no âmbito de jurisdição deste sindicato, para além das duas empresas já referidas, as mulheres protagonizaram greves ao longo do período revolucionário em várias outras: Gefa, HellyHansen, Simões & C.^a, Cintideal, Mafalda, Melka, Charminha, etc..

Em conclusão, mesmo no período revolucionário são manifestas as desigualdades estruturais entre homens e mulheres no acesso aos cargos de decisão e de liderança nos sindicatos.

A situação verificada está na origem de um debate no movimento sindical, o qual na fileira do têxtil remonta logo a 1976. Nesse ano, o I Congresso da FESETE considerou uma prioridade que os sindicatos seus filiados tivessem “como preocupação chamar as mulheres à participação em todos os aspetos da vida sindical [e] criar-se departamentos para estudo e organização dos problemas da mulher no sector” (FESETE, 1976, p. 35).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS

BTE – *Boletim do Trabalho e Emprego*

JORAA – *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*

JORAM – *Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira*

Acker, J. (2006). Inequality regimes: Gender, class, and race in organizations. *Gender & Society*, 20(4), 441–464. <https://doi.org/10.1177/0891243206289499>.

Alves, P. M. (2017). Da exclusão à sub-representação – dois séculos de relações problemáticas entre sindicatos e mulheres. *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability* (3), 158-177.

Alves, P. M. (2018). Sindicalismo, sexismo, separatismo: A Associação de Classe das Operárias das Fábricas de Conservas de Peixe de Setúbal. Em C. Teixeira (Org.), *Atas do II Congresso de História do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal* (pp. 163-176). IHC - Instituto de História Contemporânea 163 – 176.

Alves, P. M., & Gama, O. (2013). A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal. *UBIMUSEUM – Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, (2), 183-195. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf>

Baptista, V. (2012). Participação feminina no movimento mutualista – do final da Monarquia ao Estado Novo. *Ler História*, (62), 31-51.

6 A situação apresentava-se bastante mais favorável nos secretariados locais de Almada, onde a taxa de feminização era de 80,0% e a liderança pertencia a uma mulher, e de Torres Novas, com uma taxa de 40,0%. Em sentido contrário, no de Moscavide, a taxa era nula.

- Baptista, V. (2016). *Proteção e direitos das mulheres trabalhadoras em Portugal, 1880-1943*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Baptista, V., & Marques Alves, P. (2022). Women in the mutual societies of Portugal from the end of the nineteenth century to the 1930s. Em E. Betti, L. Papastefanaki, M. Tolomelli, & S. Zimmermann (Eds.), *Women, work and activism. Chapters of an inclusive History of labor in the long twentieth century* (pp. 35-57). CEU Press.
- Beauvoir S. de. (1987). *O segundo sexo*. Bertrand Editora.
- Bebel. A. (1910). *Woman and socialism*. The Co-operative Press. <https://www.marxists.org/archive/bebel/1879/woman-socialism/index.htm>.
- Briskin L. (2006). *Union leadership and equity representation*. http://www.genderwork.ca/gwd/wp-content/uploads/Briskin_Union-Leadership_Paper_April_2006.pdf
- Cabreira, P. P. (2024). *Operárias em luta. Reivindicações e resistência nas fábricas durante o PREC (1974-1975)* [Tese de doutoramento, IHC].
- Chaison, G. N., & Andiappan, P. (1987). Profiles of local union officers: females vs males. *Industrial Relations*, 26(3), 281-283. <https://doi.org/10.1111/j.1468-232X.1987.tb00712.x>
- Connell R. W. (2002) *Gender*. Polity Press.
- Costa, E. (1928). *As mulheres e o feminismo*. Seara Nova.
- Ferreira, V. (2002). O efeito Salieri: O sindicalismo perante as desigualdades entre mulheres e homens no emprego. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (62), 121-148.
- FESETE. (1976). *Conclusões do congresso dos trabalhadores têxteis, lanifícios, vestuário, cordoeiros e tapeteiros de Portugal*. FESETE.
- Figueroa, E. B., & Martínez, B. R. (2019). Participación de mujeres en el movimiento sindical. Análisis desde la perspectiva de los recursos de poder. *Sociología del Trabajo*, (95): 53-72. <https://doi.org/10.5209/stra.66435>.
- Gramsci, A. (1999). *Cadernos do cárcere* (Vol. 1). Civilização Brasileira.
- Guilbert, M. (1966). *Les femmes et l'organisation syndicale avant 1914*. CNRS.
- Healy, G., & Kirton, G. (2000). Women, power and trade union government in the UK. *British Journal of Industrial Relations*, 38(3), 343-360. <https://doi.org/10.1111/1467-8543.00168>.
- Le Quentrec, Y., Rieu, A., & Lapeyre, N. (2002). Femmes dans la prise de décision politique et syndicale: pour quels changements? *UTINAM – Revue de Sociologie et d'Anthropologie*, (5), 59-85.
- Lewenhak, S. (1977). *Women and trade unions: an outline history of women in the British trade union movement*. Benn.
- Maruani, M. (1979). *Les syndicats à l'épreuve du féminisme*. Syros.
- Pasture, P. (1997). Feminine intrusion in a culture of masculinity. Em P. Pasture, J. Verberckmoes, & H. de Witte (Eds.), *The lost perspective* (pp. 218-238). Aldershot.
- Patriarca, F. (1990). *Processo de implantação, lógica e dinâmica de funcionamento do corporativismo em Portugal*. [Tese de doutoramento, ICS].
- Perrot, M. (1973). *Les ouvriers en grève. France, 1871-1890*. Mouton.
- Perrot, M. (1987). Qu'est-ce qu'un métier de femme? *Le Mouvement Social* (140), 3-8.
- Pimentel, I. F. (2000). *História das organizações femininas no Estado Novo*. Círculo de Leitores.
- Proudhon, P.-J. (1875). *Pornocratie, ou les femmes dans les temps modernes*. Librairie Internationale. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k111425h.r=La+pornocratie%2C+ou+Les+femmes+dans+les+temps.langFR>
- Santana, V. (2009). *Gênero nos sindicatos. Igualdades, desigualdades e diferenças*. MTSS/DGERT.
- Santos, M. H., Cerqueira, C., & Cruz, R. V. (2022). Gender asymmetries in Portuguese trade unions: The case of the CGTP-IN. *European Journal of Women's Studies*, 29 (1), 54-71. <https://doi.org/10.1177/1350506820979010>
- Seixas, M. A. (s.d.) *As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República*. UMAR.
- Woolf, V. (1929). A Room of one's Own. <http://pdftitles.com/book/14183/a-room-of-ones-own>
- Zylberberg-Hocquard, M.-H. (1978). *Féminisme et syndicalisme en France avant 1914*. Anthropos.

UMA MULHER MILITANTE: O PROCESSO DE ADEÇÃO À AÇÃO MILITANTE SINDICAL DE JOANA

PAULO MARQUES ALVES

ISCTE-INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA E DINÂMIA'CET-ISCTE

INTRODUÇÃO

As ciências sociais em geral e a Sociologia em particular têm sido pródigas no enunciar de um conjunto de teorias que não resistem a um confronto com a realidade, sendo rapidamente desmentidas pelos factos. Freyssenet (2002) dirá que estamos perante *“la forma más sencilla de equivocarse en ciencias sociales”*.

Entre essas teorias avulta desde logo a que postula o fim da história (Fukuyama, 1999) em consequência do triunfo, considerado irreversível, do neoliberalismo. Mas há também quem afirme o fim das classes ou, pelo menos, a perda de validade teórica deste conceito numa sociedade definida como *“pós-moderna”* e individualista (e.g. Clark & Lipset, 1981). E também fim das ideologias (e.g. Bell, 1964; Lipset, 1981; Aron, 2004). E há quem anuncie, a partir de diferentes perspetivas teóricas, igualmente o fim do trabalho ou da sua centralidade nas sociedades contemporâneas (e.g. Rifkin, 1995; Gorz, 1980; Habermas, 1981; Méda, 1995). Por último, fim do sindicalismo e fim da militância que, como referem Poujol e Romer (1993), é constantemente anunciada. Certamente que o sindicalismo se encontra em crise, e se bem que alguns cheguem mesmo a profetizar o seu desmoronamento definitivo (e.g. Rodrigues, 1999), ele ainda que enfraquecido perdura e os militantes continuam a existir e a agir.

Neste artigo centrar-nos-emos sobre a adesão à ação militante por parte de Joana¹ que, embora sendo uma criança aquando do 25 de Abril, foi uma mulher de Abril. Mais do que tentar explicar o *porquê* da sua adesão, interessa-nos antes compreender *como* é que ela se tornou militante sindical. Dito de outra forma, o que nos interessa compreender é o processo que a conduziu à militância sindical.

São quatro as nossas interrogações de partida: o que é um/a militante sindical? Que experiências individuais e/ou coletivas conduzem à militância? Como se processa a adesão? Em que circunstâncias ocorre? Consideramos os militantes como atores dotados de margem de autonomia na definição das suas opções de vida, ainda que essa autonomia seja condicionada por constrangimentos decorrentes da posição que ocupam na estrutura social.

Segundo o nosso modelo, para que a passagem à ação militante se dê, é fundamental que se verifiquem determinadas condições, entre as quais a existência de fatores estruturais. Deste modo, em última instância, é a estrutura das relações *de e no* trabalho que explica a adesão – ou não – à ação militante sindical, como demonstra o caso de Joana.

1 Nome fictício.

O CONCEITO DE MILITANTE SINDICAL

Sendo um ator coletivo, o sindicato é construído pelos homens e mulheres que o integram e que nele assumem níveis diferenciados de participação. Caire (1971, p. 330), distingue entre os “*sympathisants*”, a população mais difícil de definir e de estimar; os “*adhérents*” ou “*syndiqués*”, que se limitam a pagar as suas quotas e a participar ou não na ação, conforme as conjunturas, e os “*militants*”, aqueles que aceitam assumir responsabilidades no seio da organização. Neste grupo podemos distinguir várias categorias consoante o grau de responsabilidade tido na hierarquia da organização sindical. De acordo com Andolfatto e Labbé (2000), na base da pirâmide estão os “*délégués*”, numa posição intermédia os “*permanents de syndicats*”, assim como outros militantes com atividade ao nível das direções dos sindicatos e, por fim, os “*permanents «politiques»*”, que exercem o seu trabalho na cúpula da organização sindical, isto é, nas confederações, federações e estruturas regionais. Nestes é ainda possível distinguir entre os que acumulam as suas tarefas sindicais a nível de direção com uma atividade profissional e os que consagram a totalidade do seu tempo à atividade sindical.

Estas são tipologias de índole indubitavelmente descritiva, baseadas em critérios objetivos e formais, como existem várias. Todavia, outras há com um cunho analítico (e.g. Batstone et al. 1979; Dufty, 1981; Mouriaux, 1983; Kelly & Heery, 1994).

O que é ou não considerado *militante sindical* depende dos contextos societais e dos momentos históricos e até das culturas organizacionais das diversas confederações sindicais num dado país, embora existam traços comuns que são transversais no tempo e no espaço.

Consideramos serem *militantes sindicais* os homens e as mulheres sujeitos a uma relação de assalariamento, que aderem a uma *ação militante*, enquanto forma específica de *ação coletiva* que requer esforço e empenhamento no longo prazo e nela investem, sendo que entendemos aqui *investimento* não no sentido que lhe dão os economistas, mas num sentido bourdieusiano (Bourdieu, 1980, p. 34-35).

Para se ser *militante sindical*, é preciso estar-se filiado num sindicato, o que constitui uma condição necessária, mas não suficiente. De facto, um militante não se limita a pagar quotas, a assistir a reuniões ou a participar nas eleições sindicais ou em greves. Ele é alguém que luta por uma causa coletiva, protagonizando-a de modo ativo, quer seja de uma forma benévola (o delegado sindical ou o dirigente não permanente), quer de uma forma remunerada (o dirigente a tempo inteiro).

A sua atividade militante não é pontual ou esporádica, mas continuada, porque o horizonte do militante não é o curto prazo, antes é indefinido. Deste modo, a sua adesão deve ser constantemente revivida, tal como Andrieux e Lignon (1973) salientam. E, por comparação com o simples sócio de um sindicato, o esforço e os custos envolvidos são consideravelmente muito superiores, pois a dedicação à causa pode implicar o sacrifício da vida privada, do tempo de lazer e até da própria vida.

O militante possui uma dupla legitimidade, a que lhe é conferida pelo voto dos seus camaradas de trabalho, por ocasião de atos eleitorais, e a que lhe é conferida pela legislação, pelas normas sindicais plasmadas nos documentos internos (estatutos, regulamentos, manuais do militante, etc.), pelas convenções coletivas de trabalho e todos os documentos onde se especificam os seus direitos e deveres.

Um militante pode assumir responsabilidades a diversos níveis na organização sindical, desde a sua base até à liderança de uma confederação, representando os interesses dos trabalhadores desde os locais de trabalho até instâncias nacionais ou internacionais.

As tarefas que um militante desempenha podem ser tipificadas em três categorias, a primeira incidindo no interior da organização, a segunda nas relações com o ou os adversários e a terceira assumindo um carácter transversal. A primeira refere-se a um conjunto de empreendimentos que visam a integração e o reforço do grupo sindical, como sejam sindicalizar trabalhadores, criar e desenvolver a organização sindical nos locais de trabalho, auscultar os trabalhadores, elaborar e distribuir informação sindical, elaborar outro tipo de documentos sindicais, coordenar e apoiar a organização sindical de base, dirigir e gerir a organização, etc.. Na segunda, incluem-se a mobilização dos trabalhadores, a sua representação junto da direção da organização onde laboram ou noutras instâncias, o implementar de ações reivindicativas, o denunciar e participar na resolução de problemas laborais, o negociar com o patronato ou o governo, etc.. Entre as tarefas transversais sobressai a definição das políticas sindicais, que se direcionam tanto para o interior como para o exterior da organização.

Atendendo à divisão do trabalho existente no seio da organização sindical, que Mothé (1965) evidenciou, implicando em particular uma cisão entre conceção e execução, um militante concreto, num dado momento, executa unicamente as tarefas que são inerentes à posição que ocupa na hierarquia sindical, o que significa que poderá nunca vir a assumir algumas das que foram mencionadas.

A ADESÃO À AÇÃO MILITANTE

Militar sindicalmente não é um ato gratuito, desprovido de sentido. Não se age por gosto, desejo de aventura ou para desse ato se retirar prazer — as “*satisfactions libidinales*” de que fala Bourdet (1976).

São diversas as abordagens que tentam explicar a militância sindical, todas elas se centrando fundamentalmente na tentativa de explicitação das causas que estão na sua origem, as quais são intituladas de *motivações*, *razões* ou *fatores*. Essa explicitação faz relevar, por exemplo, aspetos de personalidade, como o “*tempérament*” de Maitron (1961). Dela sobressaem igualmente factores de índole utilitarista ou eventuais retribuições materiais ou simbólicas retiradas do facto de se militar (e.g. Gaxie, 1977; Olson, 1998), a que se poderão juntar as compensações psicológicas para uma vida de trabalho frustrante (e.g. Andrieux & Lignon, 1973) ou para o *stress* inerente ao trabalho (e.g. Moore, 1980), bem como a tentativa de fuga a uma situação de alienação (Mothé, 1965). Outros realçam que a adesão tem a ver com a identificação com uma dada ideologia sindical (e.g. Hyman, 2001). Também razões de carácter ético são apontadas (e.g. Caire, 1980). A prossecução de um projeto militante, envolvendo a defesa de interesses imediatos, acompanhado ou não de objetivos políticos mais latos é outro fator (Erbès-Seguín, 1971). Noutras perspetivas, considera-se uma multiplicidade de fatores (e.g. Labbé & Croisat, 1992), no caso destes autores, ainda que com preponderância dos fatores ideológicos. Por fim, a ideia da existência de um ajustamento psicológico ou atitudinal com o movimento, o “*union commitment*” (e.g. Sverke & Kuruvilla, 1995).

A nossa abordagem é distinta. Como referimos, mais do que tentar explicar o *porquê*, interessa-nos antes compreender *como* é que alguns homens e algumas mulheres se tornam *militantes sindicais*, ou seja, interessa-nos discernir o *processo* que conduz à militância, neste caso sindical. Uma abordagem deste tipo implica a tomada em consideração da variável *tempo*, um tempo que se divide em dois momentos: o primeiro, é o dos percursos a montante da adesão, o que significa analisar as socializações primária e secundária; o segundo, é o da adesão em si, envolvendo as circunstâncias em que ocorre.

Assim sendo, na perspectiva que seguimos, os conceitos de *socialização militante*, de *projeto sindical*, de *orientação para a ação militante* e de *redes sociais* são centrais.

Adotamos o conceito de *socialização militante* por analogia com a noção de “*political socialization*” devida a Hyman (1969), a qual tem vindo a ser utilizada por outros autores, ainda que para alguns, como Percheron (1993), a perspectiva teórica subjacente seja diversa da do autor norte-americano. Contrariamente a Hyman, esta autora considera que o processo de socialização é biunívoco, assistindo-se a uma troca constante e recíproca entre a sociedade e o indivíduo, que não é entendido como um ser passivo. Por outro lado, a socialização não se reduz a uma simples aprendizagem de comportamentos, sendo primordialmente o desenvolvimento de uma “*représentation du monde*”, que é resultado das várias experiências de cada indivíduo, e, por outro, a estruturação das opiniões não é vista como definitiva, estando sujeita a uma constante reestruturação ao longo de várias etapas.

Acima de tudo, a socialização é um mecanismo de construção de uma “*identité*” — a qual segundo Dubar (1991) comporta um duplo processo identitário: uma “*identité pour autrui*”, isto é, uma identidade que é atribuída a um indivíduo pelas instituições e pelos indivíduos que com ele interagem diretamente, e uma “*identité pour soi*”, construída por cada um no decurso da sua vida e que não é separável das suas trajetórias sociais –, a qual releva da integração como um todo das diferentes “*identifications*” do sujeito. Por sua vez, os processos de identificação, alicerçam-se na “*appartenance*” a um grupo, seja o grupo de pertença seja um grupo de referência, e numa “*relation*” e, de acordo com Percheron, desempenham simultaneamente um papel “*interprétatif*”, ao permitirem ao indivíduo organizar as suas experiências num sistema significativo, e “*defensif*”, ao protegê-lo contra as frustrações e a ansiedade.

Consideramos que a *socialização militante* ocorre ao longo do período que precede a adesão à *ação militante*, prolongando-se para além desse momento, sendo através dela que os indivíduos são sensibilizados para a sua necessidade e legitimidade face aos quadros de injustiça ou de desigualdades sociais vivenciados ou testemunhados, quer no exterior quer no interior do mundo do trabalho, sendo que o sentimento de injustiça variará, nomeadamente, em função da pertença socioprofissional e da posição ocupada na divisão social do trabalho.

A socialização militante prévia à adesão à *ação militante* ocorre em vários espaços, desde a esfera familiar à do trabalho. O período em que decorre estende-se da infância até ao momento em que se atravessa a fronteira entre a passividade e a ação. Deste modo, compreende não só todo o período anterior à inserção no mercado de trabalho, mas igualmente todo o período da vida profissional que se espraia até ao início da ação militante. Pode ser induzida por outrem (familiares, amigos, vizinhos, colegas de escola ou de trabalho ou figuras tutelares, como professores, padres, militantes, etc.) ou autoinduzida através de leituras, filmes, etc..

Por último, consideramos que a socialização pode ser um fator potenciador, mas não é determinante, nem de uma identificação com um dado *projeto sindical*, numa aceção próxima da de Erbès-Seguin (1971), o que significará a adesão a uma ideologia sindical (Hyman, 2001), a um modelo organizativo, à prossecução de certos objetivos e à implementação de determinadas formas de ação, nem da produção de uma *orientação para a ação militante*, isto é, de uma predisposição para investir, aceitando cargos sindicais, numa ação que envolve esforço e empenhamento, por se considerar que ela é necessária e legítima. O carácter não determinante da socialização está bem expresso em Andrieux e Lignon, quando reconhecem que nem todos os operários são

militantes, apesar de estarem sujeitos à mesma condição e todos poderem ter acedido a uma “*prise de conscience*”.

Deste modo, a história pessoal e a produção de uma *orientação para a ação militante* constituem apenas condições necessárias, mas não suficientes, para o atravessar da fronteira que separa a simples adesão sindical do *investimento na ação militante*. Para que essa fronteira seja transportada é indispensável ter em consideração a “*embeddedness*” (Granovetter, 1985) dos indivíduos nas *redes sociais* pois, como afirmam McAdam e Paulsen, “*without structural factors that expose the individual to participation opportunities or pull them into activity, the individual will remain inactive*” (McAdam & Paulsen, 1993, p. 644). Assim sendo, as *redes sociais* e as *orientações para a ação militante* constituem duas dimensões críticas para a compreensão destes *processos*, intervindo ambas neles, com as redes a funcionarem como catalisadores da ação.

É através destas redes que se procede à socialização e ao recrutamento, sendo que, nomeadamente para Granovetter, elas permitem também fazer a ponte entre as dimensões individual e estrutural, entre o micro e o macro, entre a localização estrutural dos atores sociais e as suas orientações e ações. A localização estrutural dos atores sociais traduz-se em ação devido à influência que as redes exercem na sua perceção sobre as suas próprias possibilidades assim como do meio envolvente social e político. Deste modo, a *orientação para a ação militante* assume significado somente através das relações sociais. As redes influenciam as orientações e estas dependem do tipo e da natureza da “*embeddedness*” dos indivíduos nelas.

Os indivíduos não decidem aprioristicamente investir num determinado tipo de *ação militante*. Essa decisão é o resultado da sua “*embeddedness*” nas redes. Este tipo de abordagem permite ultrapassar as limitações tanto das teorias racionalistas (e.g. Olson, 1998; Gaxie, 1977), que negligenciam o facto das decisões dos indivíduos serem fortemente condicionadas pelas suas relações sociais como de abordagens do tipo das de Labbé e Croisat (1992), que ao referirem a existência de “*adhésions extro-déterminées*”, se limitam a afirmar que existem indivíduos que investem na *ação militante* porque para tal são pressionados.

As redes e as orientações constituem duas dimensões que não podem ser separadas na análise da adesão à *ação militante* e, seguindo a sugestão de McAdam e Paulsen, consideraremos aquela que é a distinção mais recorrente na literatura entre “*formal ties*” e “*informal ties*”. No primeiro caso referimo-nos à participação, prévia à adesão à *ação militante sindical*, em organizações formais, principalmente as que se encontram ideologicamente próximas do movimento sindical, sendo igualmente relevante o assumir de responsabilidades nessas organizações ou noutros espaços; no segundo, referimo-nos às relações – de parentesco, amizade, de conhecimento — mantidas com indivíduos que podem desenvolver um importante papel de incitamento ou de não constrangimento ao *investimento na ação militante*. Como referem McAdam e Paulsen, “*strong or dense interpersonal networks encourage the extension of an invitation to participate, and they ease the uncertainty of mobilization*” (McAdam & Paulsen, 1993, p. 644).

No fundo, a passagem à *condição militante* resulta de um encontro entre, por um lado, uma *orientação para a ação militante* adquirida pelos indivíduos ao longo do processo de *socialização militante* e, por outro, das *incitações sociais* protagonizadas por aqueles que lhes são próximos e com os quais interagem e partilham experiências sociais similares. Este encontro ocorre num determinado contexto específico, os seja, em determinadas circunstâncias (por exemplo, um acontecimento político, um conflito laboral, a necessidade de criar organização sindical num local de trabalho ou a forma-

ção de um sindicato). Numa palavra, a adesão à *ação militante* ocorre quando percurso individual e trajetória coletiva se combinam no quadro de um contexto particular.

METODOLOGIA

Na pesquisa seguiu-se uma estratégia de tipo compreensivo, tendo-se utilizado como técnica de observação a *“abordagem biográfica”* Bertaux (1980), designação que este autor prefere às de *“método das narrativas de vida”* ou *“método biográfico”*, porque o que está em jogo não é somente a adoção de mais uma técnica de observação, antes se tratando de construir uma nova abordagem sociológica que permite *“réconcilier l’observation et la réflexion”* (Bertaux, 1980, p. 201).

Esta é uma posição essencialmente de crítica à hegemonia quantitativa e a procura de uma Sociologia não positivista, mas é também uma forma de evitar a *ideologia biográfica* que Bertaux descortina na Escola de Chicago. Neste sentido, defende-se que se deve considerar as narrativas de vida não como histórias de uma *“vida”*, mas como *“récits de pratiques”*, o que significa que o objeto de estudo não é a *“vida”*, mas antes as trajetórias, as práticas, os projetos dos indivíduos, que são simultaneamente produto e produtores de história.

Como qualquer outro instrumento de observação, também este tem virtualidades e limites e, por isso mesmo, tem sido alvo de inúmeras controvérsias teórico-metodológicas, com vários autores a evidenciarem o que consideram ser os seus aspetos problemáticos, a começar pela crítica contundente que Bourdieu (1986) lhe dirigiu na introdução a um número especial das *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* com o significativo título de *“L’illusion biographique”*.

O PROCESSO DE ADESÃO DE JOANA À MILITÂNCIA SINDICAL

Nascida em 1960 Joana viveu desde criança no Porto, vindo a falecer prematuramente em 2015. Durante cerca de trinta anos militou no STSSSS (Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social), tendo pertencido à sua direção durante vários mandatos. Foi ainda militante feminista na UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta) e política no Bloco de Esquerda.

Na sua infância e juventude, Joana foi sujeita a um conjunto de vivências que integraram a sua *socialização militante*, permitindo-lhe desenvolver, por um lado, uma identificação com um *projeto sindical* que, recordamos, envolve a adesão a uma ideologia sindical, a um determinado modelo organizativo, à prossecução de certos objetivos e à implementação de determinadas formas de ação e, por outro, a uma *orientação para a ação militante*, enquanto predisposição para investir numa *ação militante* considerada necessária e legítima e que se traduz na aceitação de cargos sindicais envolvendo esforço e empenhamento.

As recordações de infância de Joana incidem fundamentalmente na condição proletária que vivenciou. A vivência de uma situação de exclusão social – que não foi mais extrema devido à *sociedade-providência*, neste caso protagonizada pelos avós maternos que viviam numa aldeia do Alto Minho e cultivavam uma *“courela”* de onde extraíam vários produtos agrícolas que a alimentavam e à sua família – forneceu a Joana a *experiência de base*, para utilizar a terminologia de Andrieux e Lignon, que ela percecionou como uma injustiça de classe, vindo a contribuir fortemente para a sua identificação com o sindicalismo e para a construção de uma *orientação para a ação militante*:

A minha mãe era doméstica e o meu pai era pedreiro da construção civil. Na altura vivia-se com dificuldades. (...) [viviam numa] ilha² (...) onde era muito desagradável viver, porque as casas estavam a cair e nós estávamos a ter problemas de saúde. (...) O meu avô e o meu pai escreveram uma carta ao presidente no tempo do Salazar e o meu pai ganhou uma casa que estava em construção [num bairro social]. (...). E a partir daí a nossa vida foi toda passada no bairro social. (...) O meu pai ganhava 300\$ por mês e tinha de pagar 250\$ de renda de casa e assim só sobrava 50\$ por mês. (...). Pronto... e nós passávamos mal. E o passar mal era fazer apenas uma refeição por dia. Depois andávamos sempre doentes. (...). Eles tinham que se governar com os 50\$ que restavam... isso tinha de dar para o resto das despesas. Quando o meu pai recebia a primeira coisa que faziam era pagar a renda, depois a água e a luz e o resto era para sobrevivermos.

Esta situação obrigou o pai de Joana a emigrar quando ela tinha cerca de 9 anos. O pai regressou passados alguns anos, mas ficou posteriormente desempregado quando Joana tinha 16 anos, o que implicou o seu abandono precoce do sistema educativo. Foi trabalhar e pretendia prosseguir os estudos à noite, mas foi impedida pelo pai, que *"ficou mesmo desvairado"*, só tendo voltado a estudar aos 21 anos.

Dois figuras tutelares que constituíram referências para Joana foram o seu avô materno e, sobretudo, a mãe. O avô era um republicano letrado – inclusivamente, emprestava-lhe livros – que tinha sido perseguido durante a monarquia e que havia dado apoio a republicanos galegos durante e após a guerra civil no estado espanhol.

No caso de Joana, a mãe é uma figura central, tendo um papel decisivo na representação do mundo que irá desenvolver. Foi ela que, apesar de só ter a 3ª classe, lhe mostrou que é preciso agir para acabar com a *"exploração"*, que é preciso *"fazer com que as coisas andem"*:

(...) Tem a sensibilidade e também tem outra coisa... **sabe o que é a exploração**, porque a minha mãe habituou-se a trabalhar na jorna lá na aldeia para os senhores. Portanto, a minha mãe tem a noção muito mais sentida em relação ao que é a exploração propriamente dita que o meu pai.

Simultaneamente, esta militante criticará fortemente o seu pai por aquilo que considera ser a sua passividade ante a situação de *"exploração"* a que estava sujeito, não encontrando explicação para essa atitude, a não ser em termos de *"inteligência"*: o pai será *"menos inteligente"* do que a mãe.

Um momento que surge como marcante na narrativa de Joana é o 25 de Abril e o PREC (Processo Revolucionário em Curso). Segundo afirmou, ainda que a mãe a tivesse impedido de se filiar associativamente *"por causa das bombas"*, participou em reuniões de estudantes na escola que frequentava e foi a manifestações com a mãe e os irmãos.

A vivência do processo revolucionário despertou-lhe *"curiosidade"*. Por outro lado, ainda que não pareça ter sido muito relevante para a sua trajetória, a Joana foi-lhe permitido pela mãe – que frequentava a igreja – participar em atividades da JOC (Juventude Operária Católica), a organização de juventude da Ação Católica, surgida do duplo húmus do evangelho e da oficina, e que tem constituído para muitas gerações de militantes sindicais, em Portugal e não só, uma das organizações de juventude que mais tem contribuído para uma educação formal do empenhamento social.

Após abandonar os estudos, Joana foi de imediato trabalhar. Depois de passar por dois empregos, e ainda muito jovem, foi trabalhar para o lar de uma IPSS (Institui-

2 Tipo de habitação operária característica do Porto.

ção Particular de Solidariedade Social), sujeita inicialmente a uma situação contratual precária. E foi um acontecimento passado nesta instituição, que Joana relatou pormenorizadamente, que se mostrou decisivo para o seu encontro com o mundo sindical.

Trabalhava das 8 horas da manhã até às 8 horas da noite. Foi aí que eu comecei a tomar consciência. Chegou a uma certa altura que eu comparei aquela vida com as fotografias dos negros que vi [na casa da mãe do General Soares Carneiro, o seu segundo emprego]. Aguntei 3 anos a trabalhar assim (...) **Sabia que estava a ser explorada.** (...) Por vezes era obrigada a fazer coisas... uma vez fui obrigada por uma freira a limpar as feridas de uma idosa que estava acamada e que tinha muitas escaras. Fui obrigada a limpar as feridas sem luvas e desmaiei ao fazer aquilo. Então a freira pegou na bacia de água e bateu-me com ela na cabeça. Quando voltei a mim estava toda molhada... e senti uma revolta muito grande e nesse dia já não trabalhei mais. (...) Foi nessa altura que eu ganhei um grande ódio e percebi que isso não podia continuar e que tinha mesmo que deixar aquilo, pois não havia condições, para além de que as pessoas eram humilhadas. Muitas vezes tiravam-me 100\$00 ou 200\$00 do meu ordenado e inventavam coisas... diziam que eu chegava atrasada... às vezes até chegava, mas isso não era razão para me descontarem assim o dinheiro.

A situação, percebida como de *exploração* e de *humilhação*, impeliu-a a ir ao encontro de um sindicato para solicitar a sua intervenção, ela que então não era sequer sindicalizada, tendo-se sindicalizado nessa altura, naquilo que segundo a tipologia de Contrepolis (2003) constituirá uma *“adhésion de défense individuelle”*. No entanto, não foi bem-sucedida nesta sua primeira aproximação ao sindicalismo:

Inscrevi-me nesse sindicato [da função pública], paguei as quotas, falei da situação e fiquei à espera que mandassem lá a inspeção do trabalho. Passaram-se 3, 4 meses e não acontecia nada. O trabalho continuava na mesma e não havia alterações. Fui outra vez ao sindicato, falei com um dirigente que começou por me dizer que não poderia fazer nada porque o lar onde eu trabalhava não pertencia ao Estado, que era uma instituição privada e que eles não tinham legislação para atuar. (...) [Disse] que queria ver a carta que eles tinham feito a denunciar o meu caso e foi quando soube que nunca fizeram nada e que não chegaram a contactar a inspeção do trabalho. Foi então que me passei. Começaram a desculpar-se, que se tratavam de casos muito difíceis e muito complexos, que davam muito trabalho ao sindicato e que eram dispendiosos. Perante aquilo virei as costas e vim-me embora [deixando de ser sócia].

Procurou então outro sindicato, o STSSS, que resolveu o seu problema e do qual se viria a tornar, primeiro delegada sindical no seu local de trabalho e, posteriormente, dirigente não permanente. Joana atravessa então a fronteira entre a inatividade e a *ação militante*. Conforme o nosso modelo teórico, essa passagem ocorreu quando uma circunstância (no caso um conflito de trabalho) proporcionou que se desse o encontro entre a *orientação para a ação* adquirida por Joana durante a sua trajetória individual e uma trajetória coletiva, em que as suas colegas de trabalho, com as quais Joana interagiu e partilhava experiências sociais, protagonizaram a necessária incitação para ela se tornar militante.

Fui eleita delegada sindical pelas minhas colegas que tinham ficado todas contentes com o que eu tinha conseguido. Essa eleição foi assim: depois de ter vindo do sindicato da segurança social, com todas as informações que tinha lá conseguido, fui ter com as minhas colegas e expliquei-lhes tudo, assim como lhes expliquei que era muito importante que estivessem todas sindicalizadas. Elas concordaram comigo e sindicalizaram-

-se. Disse-lhes que era preciso haver um delegado sindical, mas que não queria ser eu e que elas teriam de escolher entre elas. Começaram logo a dizer: “Vais ser tu, porque tu é que tomaste a iniciativa. Tu é que foste saber onde ficava o sindicato. Tu é que soubeste logo desde o princípio o que fazer. Isso foi muito bom para nós, nós vamos sindicalizar-nos, mas tu é que ficas como delegada sindical”.

CONCLUSÃO

Apesar da crise que o movimento sindical atravessa à escala global, para a qual contribuem quer fatores exógenos quer endógenos ao movimento, os e as militantes sindicais continuam a existir e a agir.

A abordagem que realizámos é distinta das muitas que anteriormente foram realizadas. Como referido, mais do que tentar explicar o *porquê*, interessou-nos antes compreender o *como*, isto é, de que forma é que Joana se tornou militante sindical, pelo que o enfoque incidiu nos processos conducentes à adesão desta mulher à *ação militante*.

No caso de Joana, a *socialização militante* na infância e na juventude não foi muito intensa e prolongada, antes tendo sido algo difusa. Deste modo, foi sobretudo a presença de determinados fatores estruturais que a expuseram a uma oportunidade de participação e a puxaram para a ação. Caso contrário, ela teria permanecido inativa. E, como duas décadas antes já Andrieux e Lignon haviam notado, não basta “*prise de conscience*” e aceder a uma “*éclairage idéologique*” para que alguém se torne militante sindical. A importância do *meio ambiente de trabalho* é crucial, como demonstra o caso de Joana.

Em conclusão, em última instância, é a estrutura das relações sociais *de e no* trabalho realmente existentes nos locais de trabalho que pode explicar a adesão ou não à *ação militante*. Foi o que sucedeu no caso de Joana. As condições de opressão e de exploração e o incitamento das suas camaradas de trabalho, levaram-na a dar o passo da inatividade à ação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andolfatto, D., & e Labbé, D. (2000). 2000. *Sociologie des syndicats*. La Découverte.
- Andrieux, A., & Lignon, J. (1973). *Le militant syndicaliste d'aujourd'hui. Ouvriers, cadres, techniciens, qu'est-ce qui les fait agir?* Denoel.
- Aron, R. (2004). *L'opium des intellectuels*. Calmann-Lévy.
- Bell, D. (1964). *The end of ideology: on the exhaustion of political ideas in the fifties*. The Free Press.
- Batstone, E., Boraston, I., & Frenkel, S. (1979). *Shop stewards in action. The organization of workplace conflict and accommodation*. Basil Blackwell.
- Bertaux, D. (1980). L'approche biographique: sa validité méthodologique, ses potentialités. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, (69), 197-225. <https://www.jstor.org/stable/40689912>
- Bourdet, Y. (1976). *Qu'est-ce qui fait courir les militants? Analyse sociologique des motivations et des comportements*. Stock.
- Bourdieu, P. (1980). *Questions de sociologie*. Les Éditions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1986). L'illusion biographique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, (62-63), 69-73.
- Caire, G. (1971). *Les syndicats ouvriers*. Presses Universitaires de France.
- Caire, G. (1980). Du militantisme syndical. *Revue Française des Affaires Sociales*, 34(3), 79-124.
- Clark, T., & Lipset, S. M. (1991). Are social classes dying? *International Sociology*, 6(4), 397-410. <https://doi.org/10.1177/026858091006004002>
- Contrepois, S. (2003). *Syndicats, la nouvelle donne. Enquête sociologique au cœur d'un bassin industriel*. Éditions Syllepse.

- Dubar, C. (1991). *La socialisation. La construction des identités sociales et professionnelles*. Armand Colin.
- Dufty, N. F. (1981). A typology of shop stewards. *Industrial Relations Journal*, 12(4), 65-70. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2338.1981.tb00372.x>
- Erbès-Seguín, S. (1971). *Démocratie dans les syndicats*. Mouton.
- Freyssenet, M. (2002). La forma más sencilla de equivocarse en ciencias sociales, *Sociología del Trabajo*, (46), 3-17.
- Fukuyama, F. (1992). *O fim da história e o último homem*. Gradiva.
- Gaxie, D. (1977). Economie des partis et rétribution du militantisme. *Revue Française de Science Politique*, 27(1), 123-154.
- Gorz, A. (1980). *Adieux au prolétariat: Au-delà du socialisme*. Galilée.
- Granovetter, M. (1985). Economic action and social structure: the problematic of embeddedness. *American Journal of Sociology*, 91(3), 481-510. <https://doi.org/10.1086/228311>
- Habermas, J. (1987). *Théorie de l'agir communicationnel*. Fayard.
- Hyman, H. H. (1969). *Political socialization. A study in the psychology of political behavior*. The Free Press.
- Hyman, R. (2001). *Understanding European trade unionism. Between market, class and society*. Sage.
- Kelly, J., & Heery, E. (1994). *Working for the union: British trade union officers*. Cambridge University Press.
- Labbé, D., & Croisat, M. (1992). *La fin des syndicats? L'Harmattan*.
- Lipset, S. M. (1981). *Political man: The social bases of politics*. Johns Hopkins University Press.
- Maitron, J. (1961). La personnalité du militant ouvrier français dans la seconde moitié du 19^{ème} siècle. *Le Mouvement Social*, (33-34), 67-86. <https://doi.org/10.2307/3777335>
- McAdam, D., & Paulsen, R. (1993). Specifying the relationship between social ties and activism. *American Journal of Sociology*, 99(3), 640-667. <https://www.jstor.org/stable/2781286>
- Méda, D. (1999). *O trabalho. Um valor em vias de extinção*. Fim de Século Editora.
- Moore, R. (1980). The motivation to become a shop steward. *British Journal of Industrial Relations*, 18(1), 91-98. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8543.1980.tb00835.x>
- Mouriaux, R. (1983). *Les syndicats dans la société française*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- Mothé, D. (1965). *Militant chez Renault*. Éditions du Seuil.
- Olson, M. (1998). *A lógica da ação colectiva. Bens públicos e teoria dos grupos*. Celta.
- Percheron, A. (1993). *La socialisation politique*. Armand Colin.
- Poujol, G. & Romer, M. (1993). *L'apprentissage du militantisme. Enquête auprès des organisations de jeunesse*. Laboratoire de Sociologie du Changement des Institutions (Working Paper, n.º 27).
- Rifkin, J. (1995). *The end of work: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market area*. Putnam Book.
- Rodrigues, I. J. (1999). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Vozes.
- Sverke, M., & Kuruvilla, S. (1995). A new conceptualization of union commitment: Development and test of an integrated theory. *Journal of Organizational Behavior*, 16(6), 505-532. <https://doi.org/10.1002/job.4030160603>

ANA HATHERLY — PALAVRAS E ARTE EM LIBERDADE

DALILA MARIA TEIXEIRA MILHEIRO
CEG/UAB; CEMRI/UAB; CLEPUL/FLUL

Ana Hatherly nasceu em 1929 e iniciou a sua carreira literária em 1958, produzindo uma extensa obra traduzida em diversas línguas¹ e incluída em várias antologias internacionais.

Ana Hatherly foi escritora, artista plástica, pintora, professora, investigadora do período Barroco². Cineasta e membro destacado do grupo da Poesia Experimental Portuguesa e um dos teorizadores do movimento, iniciado, nos anos 60, em Lisboa.

A Autora falece a 5 de agosto de 2015, em Lisboa, com 86 anos, deixando-nos um legado cultural inigualável no panorama literário e artístico do século XX português. O seu trabalho literário é visto como precursor de novos caminhos transgressores, e mesmo subversivos, da liberdade de escrita. Obras como *O Mestre* (1963), na linha da narrativa de ficção experimental, *Anacrusa — 68 sonhos* (1983), enquanto escrita onírica, e *463 Tisanas* (2006), compilação das suas criações poéticas em prosa, ou a sua Poesia Visual, Concreta e Experimental que integra vários livros publicados, são únicas no panorama literário e cultural português.

A novela *O Mestre* insere-se no contexto da modernidade emergente na linha do experimentalismo do pós-novo romance. Diferentes enunciações e múltiplas formas discursivas contextualizam a publicação deste texto que traça um percurso literário de viragem na obra hatherlyana. Este marco de mudança na carreira literária da Autora, que passa a abraçar o Experimentalismo, apresenta-se como uma obra de caráter experimental em que as personagens são máscaras de si mesmas e em que as dicotomias ficção/realidade, mentira/verdade e visível/invisível convocam a interpretação do leitor.

Esta novela destaca-se pela inovação das técnicas narrativas, pela audácia temática e pela ausência de sentimentalismo. Há uma desconstrução das estruturas e das categorias da narrativa que solicitam uma mente aberta aos leitores, sejam eles investigadores ou simples curiosos que adensam as camadas da leitura.

A estrutura complexa de *O Mestre* com os seus breves diálogos, as poucas ações, o sujeito dividido, a escrita oscilante entre a primeira e a terceira pessoas, o desdobramento das personagens, a dicotomia dos opostos, o afastamento/fragmentação das estruturas romanescas tradicionais, os temas — nomeadamente a comunicação/incomunicabilidade, amor-saber, amor-paixão, (incerteza do) conhecimento, jogo, aprendizagem — são alguns aspetos que tornam este texto como uma obra labiríntica e enigmática da moderna ficção portuguesa do Século XX. Uma obra onde não há fronteiras entre a narrativa e a poesia e onde a arte e a literatura estão presentes no intertexto.

1 Citamos alguns idiomas: espanhol, catalão, italiano, francês, inglês, holandês, sueco, checo, alemão, servo-croata, húngaro, búlgaro, chinês, japonês.

2 Destaca-se igualmente pela sua exaustiva dedicação à investigação e divulgação da Cultura Portuguesa do Período Barroco, tendo publicado numerosos estudos sobre essa matéria e fundado a revista *Claro-Escuro*.

A mentira e a verdade são um constante jogo que interpela leituras em aberto com múltiplos sentidos e que solicitam releituras aos discípulos-leitores e/ou mestres-leitores.

Com toda a sua complexidade, *O Mestre* apresenta-se como um território povoado de enigmas e labirintos que contribuem para a perturbadora natureza da escrita que dialoga com a modernidade emergente experimental da época, ultrapassando limites. Esta novela abole as fronteiras entre os gêneros, assumindo-se um texto intrigante, enquanto texto-máscara e metalinguagem, que rejeita os cânones para se tornar um território, um campo de experimentação que apela a vários itinerários de leitura numa originalidade *sui generis*.

A obra *Anacrusa* (68 Sonhos) transporta-nos para o subconsciente e para os relatos destas experiências reais que ganham outra vida com o registo da escrita de Ana Hatherly.

Os sonhos são enigmas para decifrar e, sem aparente controlo da efabulação e das imagens, surgem como novo território reinventado a fim de averiguar a exequibilidade e o rigor da experiência escrita. De acordo com o plano de observação bi-dimensional, concluímos que, efetivamente, há o modo variável, como o sonho é recordado, e o modo menos variável, como o sonho é fixado no texto. Nesse sentido, questionamos o registo da escrita dos sonhos como relatos de experiências reais na medida em que se reinventa o próprio «eu» da escrita através da reinvenção da linguagem; contudo, esse «eu» da escrita é enriquecido pelo papel que desempenha nos sonhos através do seu diário.

O diário de sonhos de Ana Hatherly constitui-se como um campo de experimentação da Autora, movendo-se o seu «eu» pelos espaços da intimidade na procura do autoconhecimento e de uma escrita pessoal. Atestamos ainda que os relatos dos sonhos hatherlyanos foram sujeitos a instrumentos críticos/de crítica e, novamente, novos territórios e novas escritas surgem num processo de inquirição dos vários planos de experiência de escrita criativa. Assim, neste processo textual, abrem-se novas possibilidades de experiências da passagem do invisível para o visível e surgem novas paisagens mentais. Como verificamos, há uma diferença entre aquele que escreve o que sonha e o que comenta. Nesse sentido, os textos paralelos recebidos pela Autora enriquecem este projeto em aberto, contribuindo também com novas tipologias textuais.

A obra *Anacrusa* (68 Sonhos) apresenta-se, desta forma, enquanto escrita onírica de um território que Ana Hatherly sente necessidade em explorar, revelando-se o sonho como uma forma de (auto)conhecimento e um desejo de (auto)descoberta enriquecida pelas múltiplas perspetivas, planos de experiência da escrita e pela escrita que deixa uma impressão digital, a sua própria assinatura enquanto marca que perdura no tempo.

Em 2006, Ana Hatherly publica a obra *463 Tisanas* que tem origem e o princípio semelhante aos *koans* budistas (acontecimento-problema-interrogação-enigma), sendo o seu estilo vanguardista com desvios à norma. Nestes poemas em prosa, que são uma nova forma de escrita desconcertante para o leitor com uma estrutura que tem por base a narratividade herdada da tradição zen, verificamos a gosto de Ana Hatherly pela pesquisa, pela descoberta de estruturas novas e diferentes que constantemente interroga pela investigação das estruturas da linguagem. A metalinguagem é uma inquirição feita através da linguagem à própria linguagem e, efetivamente, as *Tisanas* constituem um território rico em subversões verbais e uma meditação da natureza da linguagem, refletindo as pesquisas das estruturas da narrativa e as experiências da Autora, que desafia, mais uma vez, leitores e inspira críticos e artistas.

Nesta nova e singular tipologia de texto criada por Ana Hatherly, revolucionou-se, mais uma vez, a escrita através de uma meditação poética sobre a mesma num trabalho de investigação como um projeto em devir. Este projeto de escrita, que tinha como objetivo alcançar a publicação de 500 *Tisanas*, termina com a morte da Autora que publica 463 *Tisanas*; contudo, continua uma obra em progressão, visto que o *pequeno universo* que cria continua a surpreender os seus leitores e os seus estudiosos numa escrita que subverte e surpreende constantemente. Há neste projeto de escrita em aberto uma multiplicidade de rotas de leitura que são o veículo do conhecimento e da liberdade.

Como acabamos de verificar, as diferentes facetas da obra da Escritora-Artista complementam-se, criando novos horizontes e novas interrogações, surgindo a linguagem como “forma de acesso ao mistério, ao indizível, ao coração das coisas: a escrita na sua misteriosa capacidade de criar, recriar sentidos” (Couto, 2010, p. 32). Ora, o que nos propomos apresentar hoje, de uma forma breve, mas instigadora, é esta escrita que apela à recriação de novos sentidos e ambiguidades sempre em liberdade.

As questões levantadas pela escrita e pela leitura têm desempenhado um papel fundamental em todo o trabalho de Ana Hatherly, tanto na Literatura e na Arte, como na Investigação. No seu ponto de vista, o escritor e o leitor apoiam-se na imaginação, visto que, tanto na escrita como na leitura, opera a função simbólica.

A Autora concebe o ato criador/criativo associado à palavra poética como uma palavra-senha na medida que permite abrir “as portas ao itinerário utópico da perscrutação do mistério” (Hatherly, 2004, p. 90). Na sua ótica, o criador artístico deve ter uma visão singular, uma visão *outra*, em que a criatividade surge como uma reinvenção da escrita, isto é, uma reinvenção do conhecimento do mundo que, tal como o poder criativo, é impossível de atingir (Gastão, 2011, p. 47). Na sua longa pesquisa da linguagem criativa, a que apelidou *a sua inquirição*, Ana Hatherly tenta compreender e praticar os mecanismos do ato criativo e as suas linguagens, isto é, o processo de criatividade.

A Escritora-Artista confessa que, na maioria dos seus textos-visuais, tornou a sua própria leitura ilegível, pretendendo *dar a ver a escrita e não o escrito*, ou seja, ler “a escrita *per si*, como realidade representativa da criatividade” (Hatherly, 2004, p. 96). Deste modo, é possível conceber outras formas possíveis de escrita num processo rico de possibilidades que dá a ler de uma maneira reinventada, tendo o leitor um papel de decifrador, recorrendo ao seu imaginário e ao processo que a criatividade exige.

Para Ana Hatherly, quando o escritor pensa a escrita, penetra na sua própria criação, tornando-se também o leitor uma espécie de criador “repondo no texto a presença do autor que a escrita oblitera” (Hatherly, 2004, p. 101). Assim sendo, o escritor convoca a participação do leitor no processo de criação, tornando-o uma espécie de coautor, não só nos diálogos entre a escrita e a visualidade, que a Autora tão bem representa, como também nas obras referidas anteriormente, seguindo a sugestão metodológica da *Obra Aberta* de Umberto Eco (Eco, 1989). Nesse sentido, a escrita é entendida como um ato de criação que amplia horizontes e permite uma pluralidade de sentidos quanto à forma e quanto ao conteúdo.

Consideramos que este teor transgressivo da escrita de Ana Hatherly conduz a uma certa marginalidade no sentido em que apresenta uma subversão evidente que é intrínseca à própria Autora. O facto de ter entrado para o grupo dos experimentalistas reflete um posicionamento de insubordinação aliado ao lado subversivo num tempo em que surgem acontecimentos históricos marcantes como a Guerra Colonial, a Guerra do Vietname, os Movimentos Estudantis dos anos 60, a Pop Arte, a expansão da música Rock ou a Luta das Mulheres.

Ana Hatherly reconhece que foi uma época de luta muito difícil e que pagou um preço elevado, foi perseguida e viu-se envolvida em polémicas³. O ambiente era adverso à experimentação, no entanto, era fulcral uma tomada de consciência nacional e internacional. A Autora assume que o Concretismo que praticava era redutor e que, na sua visão, não existe só uma vanguarda, mas vanguardas sucessivas ao longo dos tempos.

Cremos que o conceito de literatura marginal[izada] se pode aplicar à escrita hatherlyana e à atitude pessoal de uma Ana Hatherly que sempre assumiu aquela postura, contrariando a Literatura e Cultura dominantes. Este parece-nos um tema pertinente no âmbito de uma postura e missão vanguardista assumida pela Escritora-Artista que consideramos estar associada ao cariz peculiar da sua escrita em liberdade.

Há textos que se mantêm à margem porque se manifestam em rutura radical com os valores e décadas/séculos em que são elaborados. Por que razão é um texto marginal[izado]? Algumas razões apresentadas prendem-se com motivos de ideologia literária: as novidades nas técnicas e/ou motivos; a contaminação dos géneros; o erotismo. Nesse sentido, há obras literárias hatherlyanas que se podem considerar marginais ou à margem. Numa entrevista a Ana Marques Gastão, Ana Hatherly afirma: “Fui atacada, mas de uma maneira ainda mais violenta quando peguei na Leonor (*LEONORAMA*). Adoro Camões, admiro-o, conheço-o, ensinei-o durante vários anos na faculdade, mas quis desmontar o mito. O país não perdoou ...” (Gastão, 2011, p. 46).

O desânimo e a frustração são notórios pela incompreensão a que Hatherly foi sujeita durante muito tempo e que ecoa também na entrevista intimista que deu a Cecília Barreira: “Mas o que acima de tudo quis foi ser uma pessoa, ser eu própria. Tive de pagar um alto preço por esta minha singularidade” (Hatherly, 2010, p. 15).

A Artista-Escritora justifica ainda que, para mostrar o seu desacordo com o Portugal salazarista e a sociedade da época, escolheu um comportamento transgressor: “Elegi um estrangeiro para marido, cujo nome adoptei para sempre, e embora me tenha separado dele, nunca quis casar com um português. Mais tarde tornei ainda mais evidente o meu desagrado com o que se passava na sociedade do meu tempo assumindo outros tipos de comportamento claramente transgressor, nomeadamente no meu trabalho literário” (Hatherly, 2004, p. 14).

As escolhas literárias de Ana Hatherly são, pois, justificadas face a um clima político e social português adverso às suas ideias e pensamentos. Deste modo, adota um comportamento transgressor e subversivo como forma de *combate* literário e tentativa de superação de uma conceção de Literatura ainda marginal[izada], quer pelo passado, quer pelo presente ainda mal compreendido, estudado e divulgado.

Hatherly declara que só foi para a Universidade como Professora depois do 25 de Abril, tendo já uma carreira como escritora subversiva e que foi aceite com alguma dificuldade:

Escolhi uma área proibida de especialização, considerada das menos notáveis da cultura portuguesa. [...] Entusiasmei-me, apaixonei-me e dediquei-me completamente, tendo conseguido, apesar de tudo, merecer algum respeito. Quando editei a revista *Claro-Escuro*, ficou bem evidente que havia uma dimensão que as pessoas eram obrigadas a respeitar, isso facilitou a minha inserção. Mas durante muito tempo não podia sequer mencionar o meu trabalho experimental. Tudo o que tinha feito décadas antes de entrar para a Universidade prejudicava a minha imagem. Diziam que eu era demasiado original (Gastão, 2011, pp. 46-47).

3 Referimo-nos à polémica desencadeada por Nelson Matos com o artigo “Poesia & Não”, no jornal *Diário de Lisboa*, no dia 12 de novembro de 1970.

Em entrevista a Pedro Sena-Lino, Ana Hatherly afirma: “[...] cada um faz a subversão como pode, dentro da sua área de atividade: fiz a minha dentro da área da escrita, nas suas múltiplas facetas” (Sena-Lino, 2002, p. 12). Efetivamente, esta posição subversiva é deliberada e tem um registo de divertimento que já vem do espírito lúdico do Barroco e que converge no Experimentalismo. Aquele foi um movimento histórico, trazendo, porém, à poesia experimental um anátema, uma atitude explícita de menosprezo, independentemente da sua raiz no passado, especialmente no Barroco. A condenação será, portanto, dupla. Se, por um lado, o Barroco, com raízes no passado, ainda era considerado por muitos como um período menor, e na realidade “era a vanguarda da época” (Nabais e Nunes, 2008, p. 38), o Experimentalismo foi e continua a ser um movimento subversivo e transgressor, já que os experimentalistas continuam à margem da maioria dos leitores, das editoras e da Academia.

Num inédito sobre *O Novo Ladrão Cristalino*, a Investigadora-Professora advoga que “defender o Barroco ainda hoje é um ato de transgressão”⁴, apesar de ser um estilo artístico, uma visão do mundo, um modo de ser que nos define e que marcas tão explícitas deixou nos poetas experimentalistas. Mais uma vez, destacamos as ações e os trabalhos de Ana Hatherly enquanto difusora e herdeira do Experimentalismo Português e das duas componentes da Arte de Vanguarda do Século XX: a visualidade e a escrita, visto que a noção de escrita se pode alargar a quase tudo e ser sinónimo de imagem, nunca descurando a importância da experimentação verbivocovisual na escrita hatherlyana.

Ana Hatherly afirma que defende a margem como *o lugar* dos poetas e que há uma marginalidade que quer assumir,⁵ necessária à obra, pois considera que só pode haver liberdade na transgressão,⁶ assumindo igualmente o estatuto de estrangeirada. Considera-se assim porque está “voltada para fora, com uma cultura muito mais avançada do que em Portugal”.⁷ Desta forma, a Escritora-Artista assume a influência cultural de Londres dos anos 60, enquanto anos de ousadia, mas sempre voltada para o futuro, como que se tivesse um sentido visionário: “Tenho a cabeça voltada para longe” (Nabais e Nunes, 2008, p. 38).

Ana Hatherly considera que está à frente do seu tempo (Hatherly, p. 38)⁸ e que o seu percurso se assume como um «caminho da Independência», sendo a sua obra literária “uma exceção” (Gastão, 2008, p. 16), por isso é experimentalista na escrita e nas artes visuais como expressão da sua liberdade.

Em entrevista a Horácio Costa⁹, Hatherly afirma que o seu trabalho, quer nas Artes quer nas Letras, foi o seu refúgio e o seu consolo; diz que sofreu muito, mas trabalhou sempre com amor. Considera-se marginal porque é verdadeira.

Em jeito de conclusão, no que à sua produção escrita diz respeito, reforçamos que a escrita hatherlyana surge, então, como um terreno fértil de comportamentos subversivos e transgressores que reflete a postura da Autora e a situação também marginalizada em que se encontra esta Literatura. Num novo território literário, entrecruzam-se atitudes revolucionárias, reintroduz-se o humor-sátira-ironia, a novidade dos temas, em sintonia com o que Eduardo Lourenço descreve como “aventuras marginais

4 Caixa 40 do Espólio, p. 55.

5 Entrevista realizada por Maria Elisabete Graça Vasconcellos (Espólio).

6 Tisana 62.

7 Entrevista a Ana Hatherly, realizada no CAM a 29 de julho de 2005, às 15h., Caixa 48, do Espólio.

8 Artigo «A excêntrica Ana Hatherly» in *Jornal Sol - Revista TABU*, N.º 95, 5 de julho de 2008, Caixa 52 do Espólio.

9 Caixa 53 do Espólio, 2007.

de qualidade como as de Ana Hatherly” (Lourenço, 1993, p. 276). Destacamos assim o poder supremo das palavras, fazendo do poeta-escritor um *calculador de improbabilidades*, ou seja, um poeta-inventor e experienciador de novas formas e sentidos de linguagem, tornando a escrita um processo de reinvenções e de experimentação, sempre em liberdade.

Após esta breve incursão pelo aspeto literário, abordamos de seguida, de uma forma igualmente sucinta, a expressão artística hatherlyana que invoca vivências, imagens, sons e ecos da Revolução dos Cravos, no âmbito deste “1.º Seminário - Mulheres com História e o 25 de Abril”.

Com o objetivo de sublinhar a dimensão mais artística de Ana Hatherly, realçamos algumas intervenções criativas, nomeadamente dois filmes, duas telas, a série de cartazes “As ruas de Lisboa” e uma mostra fotográfica.

Em 1971, Ana Hatherly parte para Londres onde frequenta o curso (técnico) de Cinema na London Film School. Com a chegada do 25 de Abril regressa a Portugal, fixando-se na capital e canalizando a sua aprendizagem para a realização de filmes que têm a Revolução dos Cravos como motivo central. Apesar de se considerar uma cineasta experimental, domina as técnicas cinematográficas.

Iniciamos, então, este breve percurso artístico pelo filme-documentário *Revolução*¹⁰, de 1975, exibido na Bienal de Veneza, em 1976, e que irá circular pelo mundo, e o filme *Rotura* com a performance-instalação, de 1977, apresentada na exposição coletiva “Alternativa Zero”. Ambos os filmes são inspirados em diferentes sentimentos provocados pela Revolução do 25 de Abril de 1974 através de um profundo olhar sobre a sociedade.

O filme-documentário *Revolução*, com a duração de 10´28, filmado a cores com uma câmara de 8 mm, nas ruas de Lisboa, documenta os murais, os cartazes e os grafitis das paredes da cidade através de uma frenética multiplicidade de vozes e olhares.

Como sublinhou o produtor e cineasta Luís Alves de Matos:

Ana Hatherly percorre as ruas em busca dos vestígios da revolução do povo. Incorpora o pulsar do real num filme fragmentado na sua natureza conceptual minimal, dando a ver a explosão dos graffiti, posters e manifestos políticos inscritos pelas paredes e murais de Lisboa, construindo um imenso manifesto visual da expressão plástica anónima em que as ruas de Lisboa se transformaram entre 1974 e 1975 (...) Um dos aspectos que torna, *Revolução*, um filme ímpar, é a capacidade de convocar o espectador para o interior do filme, ou seja, para dentro da Revolução. A construção da montagem neste filme também parece perseguir um outro objectivo, utópico como a revolução em si mesma: o de (re)construir um alfabeto gráfico de uma revolução (Alves de Matos, 2017, pp. 1 e 2).

O filme “*Rotura*” foi filmado em 16 mm, a preto e branco, e aparece na sequência de *Poema d’Entro*, um trabalho apresentado na exposição coletiva “Alternativa Zero” de 1977. Ana Hatherly define assim o seu trabalho: “Em cima de um escadote, eu rasgava e dilacerava os 13 painéis de papel de cenário, com a dimensão de 1,20 x 2,20 m, esticados em suportes de alumínio, dispostos em labirinto, sob o fogo dos projectores de 2 equipas de cinema e dos flashes dos fotógrafos. Terminada a performance os resíduos da intervenção adquiriram um singular valor estético” (Hatherly, 1992, p. 76).

Alves de Matos explica que, no espaço da galeria, existe um percurso labiríntico por onde se circula no papel de intervenientes espetadores, enquanto a artista age, no

10 Exposição «Ana Hatherly e o Barroco -Num jardim feito de tinta (Exposição de 13/10/2017 a 15/01/2018) - FCG - projecção do filme durante a Exposição.

seu gesto provocatório e experimental, em tempo real. Segundo o cineasta: “quando o filme foi feito tinham já decorrido três anos desde o 25 de Abril, a desilusão instalara-se, o sistema reorganizara-se e já não era a Revolução do povo. O país estava em processo de normalização social e de desencanto (...) Ana Hatherly agora substitui as paredes da rua, pelo espaço interior de uma galeria e as paredes dão lugar a painéis de papel em que ela intervém” (Alves de Matos, 2017, p. 2).

A Artista define assim a sua intervenção: “o público estava atônito. A performance era de grande impacto...metia mesmo um pouco de medo... A violência do meu acto era mesmo terrível (...) Quem esteve presente sentiu a violência do meu gesto” (Hatherly, 1992, p. 76).

Como sublinhou ainda Alves de Matos, em relação aos dois filmes, há diferenças, mas pontos em contacto:

Liberdade e libertação são ideias que unem os dois filmes (...) Revolução é o registo cinematográfico do sentimento de liberdade colectiva de um povo, Rotura é o registo de libertação individual de um artista (...) Rotura em oposição a Revolução é um filme de interiores, onde Ana Hatherly é a protagonista (...) A violência vem do som dos instrumentos cortantes sobre o papel, o silêncio ausenta-se perante a sensação lancinante dos cortes. No final a artista sai de campo e ficamos sozinhos perante um cenário desolador que se tornou entretanto uma obra de arte (...) (Alves de Matos, 2017, pp. 4-5).

Evidenciamos também as duas telas (imagens-texto) intituladas *Revolução* em acrílico sobre papel (84x60cm), de 1975, pertencentes à coleção Museu de Serralves, e a série de Cartazes/colagens “As Ruas de Lisboa”¹¹ (110x90cm), de 1977, constituída por fragmentos de cartazes descolados das fachadas da capital, da coleção Centro de Arte Moderna — Fundação Calouste Gulbenkian. Esta série de nove painéis é um conjunto de colagens de cartazes espalhados pelas ruas da capital e que foram recolados a fim de reproduzir o cenário urbano. Estes cartazes-colagens-descolagens integram a coleção Moderna do Museu Calouste Gulbenkian e são uma *espécie de poesia visual*: “A artista prefere sublinhar o carácter documental destas obras, no modo como a sobreposição de imagens provenientes de contextos díspares são um sintoma de uma sociedade que celebra ainda, numa alegria pueril sem consequências, a possibilidade de comunicar, expressar, afirmar” (JB — Exposição¹²).

Destacamos ainda as fotografias registadas por Ana Hatherly no Dia da Revolução dos Cravos¹³. No Arquivo Municipal de Lisboa, encontram-se duas caixas que possuem 269 documentos fotográficos da coleção de Ana Hatherly datados de 1974 a 1978: fotos sobre a Revolução de Abril de 1974 (militares, populares que distribuem

11 Os cartazes já estiveram patentes, por exemplo, nas exposições: Artistas Mulheres» de 1916 a 2018 (31 de maio — 31 de dezembro de 2019); exposição organizada com a curadoria da Câmara Municipal de Lisboa, no âmbito das comemorações do 30.º aniversário do 25 de Abril de 1974, que decorreu de 23 de Abril a 21 de maio de 2004.

12 Comemorações do 30.º aniversário do 25 de Abril de 1974.

13 Com o título “A Artista saiu à rua”, esteve patente de 20 de abril a 31 de dezembro de 2023, No Museu do Aljube Resistência e Liberdade, em Lisboa, uma exposição temporária com as fotografias tiradas por Hatherly no dia 25 de Abril de 1974. Cito o texto que acompanha a ficha técnica, com agradecimentos ao Arquivo Municipal de Lisboa, o Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian e Isabel Carlos: “Um pouco por todo o país, ainda pouco se sabia do que se passava na capital e do desenlace do golpe militar. Porém, em Lisboa, as pessoas saíam à rua, celebravam, saudavam os militares, invadiam a sede da Censura e do jornal *Época*, amigos abraçavam-se num misto de surpresa e alegria, gritavam-se palavras de ordem, rebentava o anseio e clamor pelo fim da guerra colonial, pela conquista da Liberdade. O golpe transformava-se numa revolução. Felizmente, Ana Hatherly não seguiu as recomendações emitidas pelo posto de comando do MFA e saiu à rua para registar poeticamente este dia.

bebidas aos soldados, o caso ocorrido no jornal República, momentos de tensão com denunciante da PIDE, amigos e companheiros, como Mário Cesariny, Ernesto de Sousa, João Perry...) e montagens realizadas com provas de contacto e fotogramas ampliados do filme *Revolução*. Para além dos registos citados, há ainda fotografias de descolagens das ruas de Lisboa, da manifestação do 1.º de Maio, onde surgem Alexandre Cabral e Sttau Monteiro, Armindo Rodrigues, e retratos da própria Ana Hatherly. Estes registos fotográficos a preto e branco da Revolução do 25 de Abril são importantes memórias para que a história seja lembrada.

Como acabamos de verificar, de uma forma sintética, tanto o trabalho literário, como o trabalho artístico de Ana Hatherly, que aqui se pretende valorizar e enfatizar, está intimamente associado à Revolução de 25 de Abril de 1974, quer através de um conceito de *escrita-revolução*, em que o seu propósito é revolucionar a escrita, em que as palavras se encontram em liberdade, livres de regras, ainda que *nas margens* ou *em aventuras marginais*, quer através de múltiplas expressões artísticas, como os filmes, as telas, os cartazes e as fotografias, celebrando-a de forma singular por uma Mulher que considerava que “a liberdade é a lei mais importante da criação e portanto a lei mais importante da felicidade”¹⁴.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barreira, C. (2010). Entrevista a Ana Hatherly. In *Leonorama*. (Vol. de Homenagem a Ana Hatherly). Edições Colibri /FCSH - Universidade Nova de Lisboa, pp. 9-15.
- Couto, A. G. (2010). A Reinvenção do Dizível Feminino em a Neo-Penélope. In *Leonorama*. (Vol. de Homenagem a Ana Hatherly). Edições Colibri /FCSH - Universidade Nova de Lisboa, pp. 31-38.
- Eco, U. (1989). *Obra Aberta*, Lisboa, Difel.
- Gastão, A. M. (2011). *O Falar dos Poetas – Entrevistas* (Ana Hatherly). Porto: Edições Afrontamento.
- Hatherly, A. (1925-2015). *Espólio de Ana Hatherly*, publicação 19, cota 57, com guia preliminar, Lisboa, Biblioteca Nacional, 55 Caixas.
- Hatherly, A. (1975). *A reinvenção da leitura- Breve Ensaio Crítico seguido de 19 Textos Visuais*. Lisboa: Editorial Futura.
- Hatherly, A. (1992). *Ana Hatherly: Obra visual 1960-1990*. Lisboa: CAM/Fundação Calouste Gulbenkian.
- Hatherly, A. (1995) [1963]. *O Mestre*. Lisboa: Quimera.
- Hatherly, A. (2004). *Interfaces do Olhar – Uma Antologia Crítica, Uma Antologia Poética*, Lisboa: Roma Editora.
- Hatherly, A. (2006). *463 tisanas*. Lisboa: Quimera.
- Hatherly, A. (2008) [1983]. *Anacrusa – 68 sonhos*. Lisboa: Cosmorama Edições.
- Lourenço, E. (1993). *O Canto do signo. Existência e Literatura (1957-1993)*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Matos, Luís Alves (2017). Vestígios do 25 de Abril nos filmes de Ana Hatherly. *Plural Pluriel*.
- Melo e Castro, E. M. (1977). *In-novar*. Lisboa: Plátano Editora.
- Milheiro, D. (2018). *Obrigatório Não Ver – O Contributo de Ana Hatherly para a Arte de Vanguarda no Séc. XX*. In Vila Maior, D. & Rita, A. (Org.). *100 Futurismo*. Lisboa: Edições Esgotadas.
- Pimentel, M. R. & Monteiro, M. R. (2010). *Leonorama*. (Vol. de Homenagem a Ana Hatherly). Edições Colibri /FCSH - Universidade Nova de Lisboa.
- Sena-Lino, P. (2002). “Não quero mostrar o que está escrito, quero mostrar a escrita” - Entrevista a Ana Hatherly in *Público – suplemento Mil Folhas*, Lisboa, 6 de Abril, pp. 12-13.

3 MULHERES, 3 HISTÓRIAS: ARTE, GÊNERO E REVOLUÇÃO

VERA ARAÚJO

CEIS20 - UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Não é de hoje que nós mulheres somos agentes das transformações sócio-históricas e no derrube das desigualdades. Entretanto, no contemporâneo, ainda precisamos reivindicar pelo reconhecimento das mulheres que desafiam a supremacia do falocentrismo e promovem uma compreensão mais inclusiva e diversificada da realidade. Embora o espaço de fala para nós mulheres tenha crescido nas últimas décadas, é fundamental refletirmos que vivemos numa sociedade profundamente marcada pelos silenciamentos de grupos menos privilegiados. Para combater esses silenciamentos, devemos adotar metodologias que questionem e desmontem as estruturas de poder que perpetuam preconceitos, dentro e fora dos espaços acadêmicos. Assim, estarmos aqui reunidas, mulheres, a falar de outras mulheres que fizeram história no contexto do 25 de abril, é simbólico e necessário. É um verdadeiro ato político.

Apesar de não ser portuguesa, tenho muito respeito e carinho pela história do país que me recebeu, de modo tão especial, durante o Doutorado em Arte Contemporânea, pela Universidade de Coimbra e atualmente, como professora de História no ensino público. Nesse clima das celebrações dos 50 anos da reconstituição da liberdade em Portugal, também faço de minha missão cumprir os ideais de Abril. Hoje, esta comunicação é motivada pela seguinte questão: como 3 mulheres artistas portuguesas construíram suas experiências estéticas e políticas sob o crivo de um regime autoritário e fascista em Portugal? Suas vivências serão observadas de modo transversal, a partir de três experiências artísticas singulares, datadas do contexto histórico pré e pós-25 de Abril. Clara Menéres, Emília Nadal e Helena Almeida, quando colocadas em perspectiva, conformam uma trama sobre como essas mulheres utilizaram a imagem do corpo como denúncia aos desmandos do regime autoritário em Portugal.

As mulheres artistas das décadas de 1960 e 1970 não apenas exploraram novas formas estéticas, mas também desafiaram ativamente as normas sociais e culturais de seu tempo. Utilizando a performance, a body art, a arte conceitual e outros meios, essas artistas emergiram como protagonistas naquilo que podemos chamar de laboratório de desconstrução de identidades (Araújo, 2021, p. 34), onde elas colocaram o próprio corpo como centro de sua arte, criando obras que questionavam os papéis tradicionais de gênero e a objetificação feminina. O uso do corpo como meio de expressão e subversão foi uma estratégia radical que permitiu a estas artistas explorar questões de identidade, sexualidade e poder de maneira profundamente pessoal e política. Além disso, o caráter autobiográfico presente em muitas de suas obras serviu para desvelar experiências vividas e subjetividades muitas vezes silenciadas e marginalizadas pela sociedade. Ao trazerem suas próprias histórias e experiências para o primeiro plano, essas artistas não só reivindicaram a autoria de suas narrativas, mas também construíram uma nova linguagem visual e performativa que desafiava as convenções da arte tradicional.

A resistência dessas mulheres não se limitou à esfera artística; ela foi também uma resposta direta às pressões sociais e políticas da época, caracterizadas por regi-

mes autoritários e uma estrutura patriarcal rígida. Em muitos casos, suas práticas artísticas se entrelaçaram com movimentos feministas e de direitos civis, contribuindo para uma maior conscientização sobre questões de gênero e igualdade. Essas artistas utilizaram suas obras como um meio de diálogo e confrontação, construindo pontes entre o pessoal e o político, o íntimo e o público. Elas questionaram o *status quo*, denunciando injustiças e propondo novas formas de ser e de se relacionar no mundo. Suas contribuições são fundamentais para entender o desenvolvimento da arte contemporânea e as transformações sociais daquela época, refletindo um desejo profundo de mudança e liberdade. As mulheres artistas das décadas de 1960 e 1970 não apenas desafiaram as normas estéticas e culturais vigentes, mas também abriram novos caminhos para a expressão artística e a resistência política, deixando um legado duradouro que continua a influenciar a arte e a sociedade contemporâneas.

“Não é uma realidade. É uma forma poética de fazer as coisas” (Almeida, 2008), diz Helena Almeida numa entrevista em 2016, dois anos antes do seu desaparecimento. Nascida em Lisboa em 1934, desde a infância, Helena esteve imersa no cenário artístico, sendo filha do escultor português Leopoldo Almeida, que desempenhou um papel significativo na estética do Estado Novo. Durante a década de 1950, estudou Pintura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa, onde conheceu e casou com o arquiteto e escultor Arthur Rosa, com quem partilhou uma profunda afinidade artística. Apesar de ter dois filhos durante seus estudos, Helena perseverou, buscando a tutela da artista abstracionista Vieira da Silva. Com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, em 1964, viveu em Paris como bolseira e mergulhou na transição da arte moderna para a contemporânea. Enquanto isso, Arthur Rosa cuidava dos filhos, proporcionando-lhes segurança e estabilidade financeira. Retornou a Portugal e, a partir dos anos 1970, concentrou-se em territorializar a pintura através de afirmações plásticas tridimensionais, desconstruindo o espaço pictórico e desafiando o conceito do quadro branco e seus limites.

Em 1961, participou de forma coletiva na II Exposição Gulbenkian, um evento importante que reuniu diversos artistas contemporâneos da época. A exposição marcou o início de sua trajetória no cenário artístico português. Sua estreia em uma exposição individual ocorreu em 1967, na renomada Galeria Buchholz, em Lisboa (Ramos, 2015, p. 36). Nesta exposição, apresentou uma série de pinturas abstratas geométricas, caracterizadas por formas pouco convencionais que ultrapassaram os limites tradicionais da tela. Suas obras desafiaram as normas estabelecidas ao explorarem novas possibilidades espaciais e conceituais.

No ano seguinte, em 1968, retornou à Galeria Buchholz com uma nova e provocadora série de trabalhos. Desta vez, a artista inverteu a lógica tradicional da pintura ao expor o lado avesso dos quadros, transformando-os em objetos tridimensionais que remetiam à ideia de janelas. Essas “janelas” não revelavam paisagens ou espaços exteriores. Através de elementos como estores e portadas, questionavam a percepção do espaço e a função do objeto artístico. As intervenções tridimensionais inseridas nas obras, como a adição de elementos arquitetônicos e a ausência deliberada de uma paisagem visível, subvertiam as expectativas do público e desafiavam as convenções estéticas da época. Essa abordagem inovadora refletia uma investigação profunda sobre os limites da arte e a relação entre o objeto artístico e o espectador. A escolha de expor o verso das telas e de criar estruturas que remetiam a elementos arquitetônicos sem função aparente sugeria uma crítica sutil ao papel tradicional da arte como janela para o mundo. Assim, suas obras convidavam o público a reconsiderar o ato de ver e a questionar as fronteiras entre arte e realidade, interior e exterior, visível e invisível. Essas exposições

foram marcos importantes na carreira da artista, destacando sua capacidade de inovar e desafiar as normas estéticas estabelecidas a partir de novas materialidades. Suas obras não apenas exploraram inusitadas dimensões visuais e conceituais, mas também abriram caminho para uma reflexão mais ampla sobre o papel da arte na sociedade e sua relação com o meio, como vemos em “Tela rosa para vestir” (1969).



Helena Almeida, “Tela rosa para vestir”, 1969. Fotografia. Preto e Branco. s/d.

Esse trabalho marca uma transformação conceitual significativa na obra de Helena Almeida e inaugura uma série de obras onde seu corpo é transformado em obra de arte. A partir daí, Helena adota uma prática multidisciplinar, explorando o vídeo, a fotografia, a pintura, o desenho, a instalação e a performance para criar uma nova representação sobre seu corpo:

A artista utilizou a fotografia como recurso para fugir da tela, embora não tenha abandonado a pintura, apenas transformou o suporte. Seus trabalhos são conformados de maneira híbrida no sentido material, uma vez que não se reduz à impressão da fotografia. A partir de suas intervenções com a tinta, por exemplo, as obras ganham característica performativa, na medida em que só fazem sentido se interpretadas também através da ação elucidada pelos materiais (Araújo, 2021, pp. 207-208).

Helena decidiu vestir-se de tela e posar para uma fotografia, iniciando um processo em que seu corpo se transformou em obra de arte, no sentido mais tradicional do

termo: como suporte e tela. Esta ação foi a primeira de muitas em que a artista utilizou o próprio corpo como meio expressivo, desafiando os limites entre arte e identidade. Ao fazê-lo, Helena buscou reavaliar os objetivos de sua produção artística e questionar o uso do corpo na arte contemporânea. A fotografia, como meio de captação de um instante efêmero, serve para “eternizar” um momento presente que transcende o tempo, sem princípio nem fim. Nesse contexto, a imagem de Helena vestida de tela captura não apenas uma escolha estética, mas também uma reflexão sobre o papel da mulher na sociedade. Embora Helena tenha explicitamente distanciado seu trabalho das teorias feministas, a performance “Tela rosa para vestir” pode ser interpretada sob uma perspectiva feminista. A obra sugere uma crítica sutil às normas sociais e uma exploração das transformações sociais em relação às definições e redefinições do papel da mulher como sujeito de sua própria história.

Situada no contexto histórico do pré-25 de Abril, período marcado pela censura e opressão no Portugal conservador e machista, a obra de Helena assume uma dimensão ainda mais significativa. Através de sua arte, ela criou um meio de expressão que, mesmo sem se declarar feminista, reivindicava o direito à autoria e à originalidade artística para as mulheres (Araújo, 2021b). Neste contexto, o ato de vestir-se de tela e usar o próprio corpo como suporte artístico pode ser visto como uma forma de resistência e uma reivindicação de espaço no campo da arte, historicamente dominado por homens. A “Tela rosa para vestir” é, portanto, uma obra que transcende a simples performance artística. É um manifesto visual que questiona o papel tradicional das mulheres e desafia as estruturas patriarcais que ditavam normas de comportamento e expressão. A obra permite uma reflexão profunda sobre a autonomia da mulher e sua capacidade de definir sua própria identidade, tanto no campo artístico quanto na sociedade em geral. Nesse sentido, Helena não apenas cria arte; ela também cria uma plataforma para o diálogo e a reflexão sobre questões de gênero, auto representação e liberdade de expressão.

É importante considerar que “Tela rosa para vestir” também pode ser vista como uma exploração da materialidade e da subjetividade na arte. Ao vestir-se de tela, Helena não só se posiciona como objeto de arte, mas também como sujeito criador, rompendo com a dicotomia tradicional entre artista e obra. Essa ação sublinha a presença física e a identidade da artista, ao mesmo tempo em que questiona a passividade historicamente atribuída às mulheres na arte e na sociedade. O uso da cor rosa no título do trabalho pode não ser uma mera coincidência. Uma vez que a obra de arte contemporânea também é fruto das interpretações do público, tomo liberdade para interpretar essa escolha como uma referência crítica aos estereótipos atribuídos às mulheres. O rosa, frequentemente associado à feminilidade e à delicadeza, é aqui ressignificado como uma cor de afirmação e empoderamento. A obra permite transformar um símbolo cultural de feminilidade em um veículo de expressão e resistência, subvertendo as expectativas e estereótipos sobre o que é considerado belo ou canônico nos mundos da arte.¹ A obra também reflete uma preocupação com o papel do espectador na experiência artística. Ao incorporar seu corpo na obra, Helena não apenas se exhibe, mas também envolve

1 Sobre o conceito “mundos da arte”. A arte surge de um ambiente colaborativo e social, onde artistas, críticos, curadores, colecionadores e o público se envolvem e colaboram na criação, interpretação e valorização das obras. Becker sustenta que a arte não é um fenômeno isolado, mas é formada por práticas, normas e convenções culturais específicas, sendo sua aceitação dependente da validação social dentro desse intrincado “mundo da arte”. Dito de outro modo, tanto a produção quanto a receção artística são processos coletivos e em constante evolução, moldados por transformações sociais, culturais e institucionais ao longo do tempo. Cf. Becker, 2010.

o espetador em uma reflexão sobre a percepção e a interpretação do corpo feminino. A fotografia, ao congelar esse momento de auto expressão, torna-se um convite para o público questionar suas próprias visões sobre identidade, género, ética, política e os usos do corpo para fazer e pensar o conceito de arte.

A resistência implícita na obra se dá não só pela transgressão das normas artísticas e sociais, mas também pela criação de um espaço de autonomia e liberdade para a artista. Em um contexto de censura e repressão, como era o Portugal pré-25 de Abril, essa auto afirmação artística pode ser vista como um ato de coragem e uma afirmação de independência criativa. Nesse sentido, Helena não só desafia o conservadorismo da época, mas também se posiciona como um símbolo de luta pela liberdade de expressão e pelos direitos das mulheres. Em “Tela rosa para vestir” encontramos uma obra multifacetada que combina questões de identidade, género, materialidade e política. Ela vai além de uma simples performance ou fotografia; é um comentário crítico sobre a sociedade e uma exploração profunda do papel da arte na transformação social.

Já Clara Menéres nos diz: “Toda a minha escultura é uma encarnação da mulher e dos seus problemas. Mesmo os temas masculinos são vistos do lado feminino” (Menéres, 2000, p. 161). Nascida na freguesia de São Victor, na cidade de Braga, em 22 de agosto de 1943, foi estudar na Escola Superior de Belas-Artes do Porto, na década de 1960 e licenciou-se em Escultura, no ano de 1968, após o nascimento dos filhos. Naquela época o ensino de arte estava institucionalmente vinculado às Escolas Superiores de Belas-Artes de Lisboa e do Porto. No final da década de 1960, a escola do Porto, que se mostrou mais aberta à modernização do seu sistema de ensino, agregou ao seu corpo docente jovens artistas portugueses, facto que não aconteceu de igual modo na experiência lisboeta. Em paralelo, atuou no meio académico como investigadora e professora universitária. Foi bolseira da Fundação Calouste Gulbenkian quando cursou Doutoramento em Etnologia, pela Universidade de Paris, entre finais da década de 1970 e inícios dos 1980. Nesse contexto, temos o trabalho “Jaz Morto e Arrefece o Menino de sua Mãe”, de 1973, onde Clara, não apenas aborda a questão da Guerra Colonial, mas também lança luz sobre a interseção entre guerra, maternidade, morte e feminismo.

Desde muito jovem, ao ingressar nas Belas Artes, Clara percebeu que sua pesquisa e trabalho artístico eram uma forma de explorar a própria identidade. A arte acompanhava sua evolução pessoal e sua obra refletia esse processo contínuo de auto-conhecimento. Embora não tivesse interesse particular por retratos físicos, a produção artística de Clara era essencialmente um autorretrato, representando o conhecimento progressivo que ela adquirira sobre si mesma. Sua abordagem à arte envolvia uma jornada em busca de novas experiências, sempre mantendo um aspecto lúdico e interessante, apesar da profunda curiosidade com que explorava cada aspecto de sua prática artística (Pereira, 2008, pp. 298-299).

Na década de 1970, de maneira categórica, Menéres uniu a arte, o feminismo e o político, a partir de uma metáfora da substituição. Do fustigante realismo empregado em seus trabalhos, nasceu um anti-monumento à Guerra Colonial. Uma obra que desafia a narrativa oficial, rasgando o véu da propaganda Salazarista e expondo a brutalidade crua do conflito. A artista teceu com maestria a dor das mães que perderam seus filhos em terras africanas, eternizando sua angústia em um lamento que se eterniza como memória viva e material. Inspirada no poema “O Menino de sua Mãe” de Fernando Pessoa,² a escultura transcende a mera estética. Tornou-se palco para o debate político,

2 O MENINO DA SUA MÃE - No plaino abandonado Que a morna brisa aquece, De balas traspassado — Duas, de lado a lado —, Jaz morto, e arrefece. Raia-lhe a farda o sangue. De braços estendidos, Alvo, louro, exangue, Fita com olhar languê E cego os céus perdidos. Tão jovem! que jovem era!

onde a linguagem metafórica se entrelaça com a realidade nua e crua. O corpo, já sem vida, ergue-se como um símbolo poderoso, uma ponte entre a vida e a morte, a memória e o esquecimento. Em sua eloquente mudez, a obra confronta a narrativa heróica da guerra, desmascarando a propaganda que tentava enaltecer a morte em nome de uma pátria “grande”. Clara recusa-se a silenciar a dor, dando voz àqueles que foram silenciados pela guerra e pela história oficial.

As décadas de 1960 e 1970 foram um período de intensos conflitos políticos, especialmente em relação às guerras coloniais na África, que acentuaram ainda mais as divergências entre projetos políticos de orientação social e aqueles voltados para a dominação, controle e hierarquização das massas. Em ambos os países, é crucial observar que, em menos de 50 anos, uma mesma geração experimentou mudanças drásticas em termos de projetos políticos e suas consequências sociais. Essas transformações não apenas moldaram a vida cotidiana, mas também deixaram marcas profundas no imaginário social e cultural, refletindo as tensões e os contrastes entre visões conflitantes de futuro e de organização social. Além disso, o impacto dessas diferenças foi sentido de forma intensa e diversificada, influenciando a percepção pública e as identidades coletivas. A influência das guerras coloniais e das políticas associadas a elas gerou uma gama de respostas culturais e sociais, evidenciando a complexidade das questões políticas e sociais enfrentadas por essas sociedades. Esses conflitos ajudaram a redefinir o cenário político e social, moldando as narrativas e as experiências das gerações que viveram essas transformações profundas e frequentemente contraditórias.

Em 9 de julho de 1930 foi publicado o “O Ato Colonial”, parte do texto para a Constituição de 1933, onde promoviam garantias jurídicas fundamentais da nação portuguesa como potência colonial. “Na verdade, trata-se, dentro de uma visão uniforme e centralizadora, da proclamação de um nacionalismo destinado a manter as colônias enquadradas na nova conjuntura internacional que se avizinhava” (Rampinelli, 2024, p. 125-126). Entretanto, sobretudo após a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), já na década de 1960 um movimento pela descolonização surge e a guerra entre Portugal e a África foi instaurada. Conhecida como Guerra Ultramar, configurou os diferentes conflitos pró-independência das colônias portuguesas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

A peça desafia a narrativa convencional do conflito. Nesta obra, a artista não apenas critica a guerra em si, mas também questiona os mecanismos de poder que a perpetuam e a legitimam, possibilitando, assim, um olhar na perspectiva feminina e feminista, dos conflitos armados e suas consequências para a vida dessas mulheres. O corpo sem identidade do “menino” morto torna-se um ícone da crueldade da guerra colonial, um símbolo enraizado na memória coletiva que transcende a própria realidade. Nesse sentido, “Jaz Morto e Arrefece o Menino de sua Mãe” não apenas representa uma crítica artística à Guerra Colonial, mas também serve como um poderoso testemunho do impacto devastador da guerra em muitos níveis. É uma obra que desafia o espectador a confrontar não apenas a história, mas também a sua própria relação com o passado e as narrativas que moldam essas visões daquilo que já foi e daquilo que ainda

(Agora que idade tem?) Filho único, a mãe lhe dera Um nome e o mantivera: «O menino da sua mãe». Caiu-lhe da algibeira A cigarreira breve. Dera-lha a mãe. Está inteira E boa a cigarreira. Ele é que já não serve. De outra algibeira, alada Ponta a roçar o solo, A branca embaalhada De um lenço... Deu-lho a criada Velha que o trouxe ao colo. Lá longe, em casa, há a prece: «Que volte cedo, e bem!» (Malhas que o Império tece!) Jaz morto, e apodrece, O menino da sua mãe. Cf. Fernando Pessoa: “O Menino da Sua Mãe”. RTP Ensina. Disponível em: <https://ensina.rtp.pt/artigo/fernando-pessoa-o-menino-da-sua-mae/>. Último acesso em 20 de junho de 2024.

poderá ser, sob uma lente feminina e feminista que busca dar voz às experiências das mulheres afetadas pelos horrores da guerra e seus impactos na história do país.



Clara Menéres, “Jaz Morto e Arrefece o Menino de sua Mãe”, 1973. Escultura Policromática. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Portugal.

Por fim, trago a obra “Esposa Ideal”, de Emília Nadal, criada durante o projeto “Embalagens para Conteúdos Imaginários e Liofilizados” (entre os anos de 1977 e 1979). O trabalho apresenta uma estrutura cilíndrica, similar a uma lata de tinta, feita de cartão reciclado. O rótulo retrata uma mulher branca e loira, com traços delicados e um olhar introspectivo, sob o título em letras grandes acompanhado do slogan “preparação instantânea”. Apesar de simular um produto pronto para consumo, a “Esposa Ideal” é puramente simbólica. Ela reflete uma mistura de aspectos sociais, culturais, econômicos e morais que constrói uma imagem padronizada da mulher. Emília Nadal, nascida em Lisboa em 1938, foi influenciada desde a infância pelo mundo lúdico das artes, especialmente por suas raízes familiares. Sua avó brasileira e seu avô português trouxeram influências culturais diversas, enquanto seu avô republicano foi fundamental para sua formação política. Educada pelo método João de Deus, frequentou a Escola de Artes Decorativas António Arroio, onde estudou Cerâmica, antes de se dedicar à Pintura na Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa. Apesar dos estigmas sociais, ela enfrentou o ambiente acadêmico tradicional, predominantemente masculino, e só na década de 1970 teve professoras mulheres e se aproximou de outras técnicas artísticas, como Gravura.



Emília Nadal, “A Esposa Ideal”, 1977. Estrutura cilíndrica, de cartão reciclado, com 43 x 30 cm.
Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, Portugal.

Sua poética emprega estratégias como ironia e metáfora para criticar de forma contundente os papéis sociais atribuídos à figura feminina e a educação opressiva que sustenta esses papéis. É um trabalho de oposição à estética acrítica e historicista promovida pelo Estado Novo. O título “A Esposa Ideal” encapsula essa ideia ao ser representado dentro de uma lata, simbolizando uma visão padronizada, replicável em série. Essa representação predefinida da mulher é reforçada pela educação, que historicamente tem sido um instrumento de controle, especialmente durante o governo de Salazar, resultando em alienação, principalmente das mulheres. A utilização de imagens para reeducar o olhar sobre as mulheres é essencial para promover uma verdadeira transformação social.

Artistas portugueses buscavam inserir-se no diálogo global, estabelecendo conexões com outras nações europeias e assimilando influências das correntes artísticas emergentes nos Estados Unidos. Essa interação não apenas enriquecia a cena artística local, mas também contribuía para uma reavaliação da arte portuguesa, destacando sua capacidade de inovação e sua relevância no contexto contemporâneo. Exposições internacionais, intercâmbios culturais e a participação em bienais tornaram-se estratégias importantes para projetar a arte portuguesa além-fronteiras. A vontade de integrar-se ao circuito artístico global levou à criação de obras que refletiam tanto uma identidade nacional quanto uma abertura para influências externas. Esse período de efervescência cultural e artística foi marcado por uma produção que explorava novos materiais, técnicas e temáticas, desafiando as convenções tradicionais e ampliando os horizontes da arte em Portugal.

De acordo com Alexandre Melo, em “Artes Plásticas em Portugal: dos anos 70 aos nossos dias” (1998), foi somente nas últimas décadas do século XX que algumas transformações conduzem à superação dos tradicionais complexos de inferioridade cultural enfrentados em Portugal (Melo, 1998, p. 9). Ao longo de sua história, Portugal esteve frequentemente isolado dos principais centros dinâmicos de criação artística mundial, o que gerou uma tensão significativa entre o “essencialismo” nacional e o “afastamento” das outras correntes artísticas. Esse isolamento contribuiu para um descompasso e um anacronismo na prática artística portuguesa, evidenciando uma divergência em relação às tendências internacionais. Essas peculiaridades históricas são cruciais para o estudo da arte em Portugal, pois oferecem uma perspectiva essencial para entender tanto a produção individual dos artistas quanto às dinâmicas de grupos e gerações inteiras. A análise da arte portuguesa não pode ignorar esses fatores, que moldaram profundamente a identidade e a evolução da prática artística no país. A compreensão desse contexto permite uma apreciação mais completa das obras e dos movimentos artísticos que surgiram em Portugal, refletindo suas singularidades e desafios frente ao cenário global.

Em entrevista³ Emília Nadal destaca que naquela época “tudo o que tinha uma conotação feminina, era uma coisa fraquinha” (Nadal, 2020), a arte praticada por mulheres era considerada uma arte menor. Menciona Sarah Afonso, Vieira da Silva e Joana Vasconcelos como exemplos de artistas que romperam com esse paradigma. Ao analisar a sua própria experiência, o discurso vai na contramão da realidade apresentada e completa que, no panorama que esteve incluída como profissional, as artistas nunca se sentiram discriminadas pelos colegas, facto que justificou a rejeição de uma posição feminista, como por exemplo, na formatação das bases teóricas e metodológicas para exposição “Artistas Portuguesas”, datada de 1977, na Sociedade Nacional de Belas Artes, onde Emília participou da curadoria. Entretanto, não foi o que aconteceu com “As três Marias”, por exemplo, uma vez que enfrentaram as estruturas impostas e carregaram o título de feministas atrelado ao seu trabalho. Sofreram severas consequências, o livro “Novas Cartas Portuguesas” foi apreendido, justamente por ser considerado um “manifesto feminista” e que deveria ser proibido/extinto do meio social e cultural do país. Em 7 de maio de 1974, duas semanas depois da Revolução dos Cravos, as escritoras foram absolvição do crime de pornografia, ou melhor, pela censura sofrida, e foi formado em Portugal o primeiro grupo feminista radical, o Movimento de Libertação das Mulheres.

Para concluir, é necessário destacar que os trabalhos artísticos de Emília Nadal, Clara Menéres e Helena Almeida ainda carecem de análises “fora da caixa”. Investigar estas três experiências icônicas exige uma abordagem que reivindique uma nova historiografia, capaz de enfrentar tanto questões antigas quanto emergentes. Esse enfoque deve dar especial atenção às disparidades de gênero que continuam a moldar as experiências sociais, culturais e econômicas em Portugal. Uma análise mais complexa da participação das mulheres na construção da história da arte é essencial. Isso envolve não apenas reconhecer a contribuição dessas artistas, mas também examinar como suas obras refletem e desafiam as normas sociais, estereótipos, questões de etnicidade e relações de poder.

Ao comparar as experiências de artistas mulheres e abordar temas como corpo, padrões sociais e revolução, podemos estabelecer conexões entre diferentes expe-

3 Entrevista com a artista Emília Nadal foi uma iniciativa que compôs o projeto “Mulheres Artes & Ditadura: Os casos de Portugal, Brasil e países africanos de Língua Portuguesa”, vinculado à Universidade do Minho. Disponível em: <http://ceh.ilch.uminho.pt/womanart/?p=1396>. [Último acesso em 18 de junho de 2024].

riências artísticas e políticas ao longo do tempo. Adotar essa perspectiva permite uma compreensão mais ampla e inclusiva da arte produzida por mulheres, revelando a profundidade e a diversidade de suas contribuições. Além disso, esse tipo de análise ajuda a revelar as complexidades e nuances das trajetórias artísticas dessas mulheres, muitas vezes ofuscadas por uma historiografia tradicional que negligencia ou subestima suas realizações. Em suma, uma nova historiografia que contemple essas dimensões pode enriquecer significativamente o campo da história da arte, promovendo uma visão mais justa e equilibrada das diversas forças que moldam o mundo artístico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, H. (2008). [Entrevista concedida a] Helena Vasconcelos. *Storm Magazine*, 23 jun.
- Araújo, V. R. A. F. (2021a). *Existir/Ocupar/Resistir: O corpo e a experiência de mulheres artistas no Brasil e em Portugal (Anos 60 e 70)*. Tese de Doutorado. Colégio das Artes: Universidade de Coimbra.
- Araújo, V. R. A. F. (2021b). Pode a mulher artista falar? A experiência de Helena Almeida a partir da série Ouve-me (1978-80). *PerCursos*, Florianópolis, 22 (50), pp. 197-214, set./dez.
- Ramos, M. (Coord.) (2015). *Helena Almeida: a minha obra é o meu corpo, o meu corpo é a minha obra*. Porto: Fundação de Serralves.
- Becker, H. (2010). *Mundos da Arte*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Menéres, C. (2000). Auto-retrato: Clara Menéres. *Faces de Eva. Estudos sobre a Mulher*, n. 4, Lisboa: Edições Colibri.
- Pereira, J. F. (2008). Conversas com Escultores: Clara Menéres. *Revista Arte Teoria*, n. 11.
- Rampinelli, W. J. (2014). Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo. *Revista Lutas Sociais*. São Paulo, 18 (32).
- Melo, A. (1998). *Artes Plásticas em Portugal. Dos anos 70 aos nossos dias*. Algés: Difel Editora.
- Nadal, E. (n.d) Entrevista. *Projeto "Mulheres Artes & Ditadura: Os casos de Portugal, Brasil e países africanos de Língua Portuguesa"*, vinculado à Universidade do Minho. Disponível em: <http://ceh.ilch.uminho.pt/womanart/?p=1396>. [Último acesso em 18 de junho de 2024].

MARIA CLEMENTINA CARNEIRO DE MOURA (1898-1992): MULHER ARTISTA, PROFESSORA, MILITANTE, CIDADÃ, DEMOCRATA EXEMPLAR

ANDREIA SANTOS SILVA
CHAIA-UÉ

*O Abel [Manta], hoje, quase já não pinta. Mas eu sim!
E como me sinto bem, é com os pincéis na mão...*

Clementina Carneiro de Moura (1981)

No dia 13 de Setembro de 2013 foi inaugurada a exposição *Retrato(s) de família* no Centro Cultural de Cascais — Fundação D. Luís I. Com comissariado de Luís Serpa, a mostra reuniu aproximadamente uma centena de obras — algumas inéditas — da família Manta: Abel Manta, Maria Clementina Carneiro de Moura, João Abel Manta e Isabel Manta. Mais do que uma retrospectiva, um diálogo pictórico que procurou pôr em evidência alguns temas comuns trabalhados pelos artistas — Retratos, Auto-Retratos ou Paisagens (Freitas, 2013; Oliveira, 2013). De Clementina, em particular, foram apresentadas várias Paisagens, Naturezas-mortas e distintos Retratos a óleo, mas também, alguns dos seus *patchworks* que, segundo Carolina Freitas, «se relaciona[ram] com um corpo de trabalho de aquarela bastante grande, de Isabel Manta» (Freitas, 2013). Foi a última vez que a actividade e produção artística da pintora foi evocada¹. Para além da pintura, do desenho, do bordado, Clementina também dedicou grande parte da sua vida ao ensino. Mulher sensível e atenta abraçou igualmente distintas causas sociais enquanto militante de diferentes associações e movimentos. Neste artigo, analisar-se-á o percurso de Clementina Carneiro de Moura desde a formação artística, na Escola de Belas Artes de Lisboa, à última exposição em que participou — a (única) exposição individual na sede do Movimento Democrático de Mulheres em Lisboa². Simultaneamente, pôr-se-ão em destaque algumas das suas principais acções no interior do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (CNMP), na Associação Feminina Portuguesa para a Paz (AFPP) e no Movimento Democrático de Mulheres. Não serão esquecidos os passos enquanto professora de Desenho, Gravura e Bordados em diferentes escolas de Ensino Industrial e Comercial em Lisboa. Que os elementos inéditos aqui revelados, assim como, o trabalho contínuo e (em) conjunto, contribuam para arredar um nome relevante da cultura portuguesa de novecentos do esquecimento.

1 A salientar que em 2005 Clementina Moura esteve representada na exposição colectiva *Um tempo e um lugar. Dos anos quarenta aos anos sessenta. Dez exposições gerais de artes plásticas*, org. pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira e pelo Museu do Neo-Realismo.

2 Serão mencionados os trabalhos de renda, bordado ou os *patchworks*. Contudo dar-se-á maior destaque à pintura e ao desenho de Clementina Moura. Sobre o trabalho das artes decorativas ver: MANTA, Isabel. (1999). *A obra de Clementina Carneiro de Moura*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. 5 volumes. Universidade Lusíada. Ver ainda a obra da autoria da artista: MOURA, Maria Clementina Carneiro de (s.d). *Bordados tradicionais de Portugal: desenhos de trabalhos*. Lisboa. [Livro Âncora de Bordados].

NASCEU NA MANHÃ DE 25 DE SETEMBRO DE 1898

Maria Clementina Villas-Boas Carneiro de Moura nasceu no dia 25 de Setembro de 1898, na freguesia do Coração de Jesus em Lisboa. Filha de João Lopes Carneiro de Moura, natural de Montalegre e de Elvira Villas-Boas Carneiro de Moura, natural de Chaves³, viveu a sua meninice sem grandes preocupações, como tantas outras crianças oriundas de famílias com uma condição social e económica privilegiada (Marques e Rodrigues, 1991, pp. 224-231). Numa entrevista dada a Maria Armanda Passos em 1981, para o *Jornal de Letras*, Clementina recordou alguns momentos felizes da sua infância, em particular, os serões passados na companhia de seus seis irmãos e de seus pais. Era sempre com entusiasmo que ouvia as histórias de seu pai, advogado, formado na Universidade de Coimbra e um admirador convicto de ideias progressistas: «“- Falava-nos aos sete filhos do Karl Marx, com grande admiração, como se fôssemos gente adulta”» (Passos, 1981, 5). A situação da mulher portuguesa, em particular, as desigualdades no mundo laboral, a elevada taxa de analfabetismo feminino — mais de 80 % nos primórdios do século XX (Marques, 1977, pp. 227-232) — foram algumas das preocupações sociais de João Moura, levando-o a redigir o ensaio *A Mulher — a civilização. Estudo histórico, económico e jurídico da evolução paralela dos sexos* (Moura, 1900). Como observou Regina Tavares da Silva, o deputado montalegrense, foi uma das vozes que, entre o dealbar do século XIX e os primeiros anos do século XX, se manifestou activamente em defesa dos direitos das mulheres, denunciando principalmente as distintas situações de inferioridade — legal, laboral, social ou cultural — de que eram alvo (Silva, 2002, pp. 9-15)⁴. Apesar de Clementina Carneiro de Moura não o detalhar na entrevista dada ao *Jornal de Letras*, é provável, que do leque das «ideias progressistas» defendidas e partilhadas por seu pai nos serões familiares, fizessem parte algumas destas causas. Preceitos, que largos anos depois — noutro contexto, num Portugal imergido num regime ditatorial — motivariam também Clementina a agir e a erguer a sua voz. De acordo com o estudo de Célia Costa, sobre o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas — fundado em 1914 por Adelaide Cabete e extinto, por ordem do Regime, em 1947 — Clementina filiou-se na organização feminista no ano de 1945 (Costa, 2007, pp. 428-448). Foi o primeiro movimento de defesa dos direitos das mulheres de que fez parte. Seguiram-se, no interior de outras associações, tantas outras lutas (Esteves, 2005, p. 619). Mas regressemos novamente à juventude de Maria Clementina. Pouco antes de completar 18 anos e, depois de uma curta passagem pelo Liceu feminino Maria Pia em Lisboa, para a realização de alguns exames especiais,⁵ Clementina inscreveu-se no Curso de Pintura da Escola de Belas Artes de Lisboa. Acompanhemos de seguida a aprendizagem artística e também alguns dos primeiros passos na cena artística nacional.

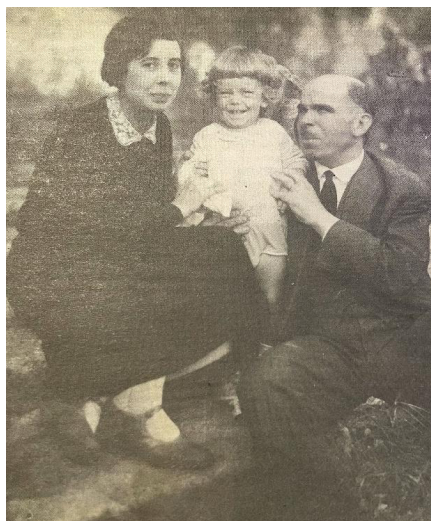
3 ANTT. Registo de Baptismo de Maria Clementina Villas-Boas Carneiro de Moura. *Livro de Registos de Baptismo*. Paróquia de Santa Isabel. Liv.B36, 1898-1899, folha 142. Ver também MANTA, Isabel. *Op. cit.*

4 São destacados ainda os estudos e acções de Joaquim Graça ou António Costa. Noutra frente e outros discursos: Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Ana de Castro Osório ou Adelaide Cabete.

5 AHESMAVC. Classificações das provas escrita e oral de francês da aluna Maria Clementina Villas Boas Carneiro de Moura. *Livro de termos dos exames singulares*, 1911.

A PASSAGEM PELA ESCOLA DE BELAS ARTES DE LISBOA (1914-1921): A APRENDIZAGEM ARTÍSTICA E O ENCONTRO COM ABEL MANTA

Segundo Isabel Manta, artista plástica e autora do estudo mais completo realizado sobre Clementina Carneiro de Moura, a jovem lisboeta deu entrada na Escola de Belas Artes no ano em que eclodiu a Grande Guerra — 1914 (Manta, 1999, p. 2). Como tantos outros e, como observou Fernando de Pamplona, Clementina foi discípula de Columbano Bordalo Pinheiro (Pamplona, 1988, 184), professor de Pintura, retratista exímio e um dos membros — tal como o irmão Rafael Bordalo Pinheiro, Silva Porto ou José Malhoa — do *Grupo do Leão* (França, 1990, pp. 262-284). Os ensinamentos do mestre naturalista foram um marco na vida de Clementina. De acordo com Isabel Manta, anos depois de ter saído da Escola e já com o percurso artístico consolidado, Clementina continuou a fazer referência à técnica e às cores da paleta de Columbano (Manta, 1999, p. 19). Entre 1919 e 1921, juntamente com Sarah Affonso, Sousa Gomes e outros colegas, participou nos 25.º e 26.º Concursos de Pintura da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa.



Clementina Moura, João Abel Manta e Abel Manta, s/d (c. década 1930).

Fonte: *Jornal de Letras* (1981, 4 a 17 agosto).

As provas, para a atribuição do Prémio Lupi, consistiram na apresentação de uma pintura de modelo nú, em corpo inteiro⁶. Clementina terminou o curso no ano de 1921. Para além da aprendizagem artística, também levou consigo o prenúncio de uma futura troca de votos — foi na Escola que conheceu Abel Manta, «o maior retratista do seu tempo» (França, 2009, 123-124), com quem viria a casar no dia 9 de Abril de 1927⁷.

6 Clementina acabaria por desistir no 25.º Concurso (1919-1920). ANTT. Atribuição de Prémio Lupi, 1896-1959. *ANBAL: prémios Anunciação...* 1879-1964, p. 530-754.

7 ANTT. Registo de Baptismo de Maria Clementina Villas-Boas Carneiro de Moura. Averbamento - Casamento com Abel Manta. Registo n.º 146, liv. 35, 17 de Nov., 1971. *Livro de Registos de Baptismo*. Paróquia de Santa Isabel. Liv.836, 1898-1899, folha 142.

Em 1928 nasceu o único filho do casal: João Abel Manta (Manta, 1999, p. 3) (Fig. 1). Clementina partilhou com Maria Passos alguns dos primeiros encontros com o pintor — entre a Escola e a *Brasileira do Chiado*, um dos principais pontos de encontro e convívio entre os artistas — até ao matrimónio. Atentemos nas suas palavras:

Conhecemo-nos na escola. Quando eu entrei, saía ele com o curso feito: são dez anos de diferença (...) casámo-nos em 1927 (...) Conhecemo-nos muito antes, na Escola e sobretudo através do meu primo Fernando Bravo (...) Paravam ambos na *Brasileira*. Eu vinha da Escola, passava por ali e foi a pintura que nos ligou. Claro que podíamos ter-nos encontrado de outra maneira (...) Lá em casa todos tínhamos a mania da música. Também através da música nos podíamos ter aproximado. E ele andou sempre metido em coros, como eu e as minhas irmãs (...) Nem sequer nos aproximámos num curso nocturno organizado pela [SNBA], que o Abel frequentava por desfastio e que decidi fazer na intenção de preparar-me para um exame de modelo nu desenhado (...) Eram então sete anos de curso, ao todo. Mas foi na escola e na *Brasileira*, nas circunstâncias que lhe disse. Depois o Abel foi para Paris e sempre nos escrevemos (...) as nossas relações tornaram-se mais sentimentais e, como fundou família, entendeu que tinha de entrar nos eixos. É, ele resolveu entrar num caminho mais “burguês”, ganhar juízo. E já se casou tarde! (Passos, 1981, pp. 4-5)

Fora do universo da Escola, outra referência para Clementina terá sido a pintora Zoé Batalha Reis, como apontou Pamplona (Pamplona, 1988, p. 184). Discípula de Velloso Salgado e José Malhoa, foi considerada e, nas palavras de Sandra Leandro, «uma retratista muito talentosa» (Leandro, 2011, p. 304). «Personalidade muito dinâmica», marcou presença em vários certames do Grémio Artístico, em diferentes Salões Anuais da SNBA e deu aulas de pintura no seu *atelier* em Lisboa. Ao longo dos anos, promoveu também várias conferências (Leandro, 2011, pp. 304-305). A assinalar, em particular, uma sessão dedicada à «pintura através dos séculos» proferida por João Moura — pai de Clementina — Oliveira Soares, entre outros⁸. Ter-se-á proporcionado o primeiro encontro entre Clementina Moura e Zoé Batalha Reis, numa dessas sessões⁹.

A estreia na cena artística deu-se em 1920 na 17.^a *Exposição Anual de Pintura* na SNBA. Clementina apresentou cinco pinturas a óleo *Retrato de Mademoiselle S.A., Um vale (Paredes de Coura), Jardim, O fumo dos lares* e *Estio* (SNBA, 17.^a *Exposição*, 1920). Expuseram no mesmo certame João Vaz, outro membro do *Grupo do Leão* ou Eduarda Lapa. Na secção de pintura, Clementina, Theodora Andresen, Manuela Lima, Alda Machado, Oliveira Marques e Augusto Santos foram contemplados com uma menção honrosa. A medalha de honra foi atribuída a Carlos Reis (SNBA, *Sexta Exposição*, 1920). Nesse ano, Clementina «[foi] levada, pelo seu pai, a Paris onde os esperava Abel Manta cicerone ideal para a guiar no fascínio artístico que a Cidade Luz oferecia no princípio do Século.» (Manta, 1999, pp. 11-12)¹⁰. Aparentemente e, como veremos mais à frente, as Naturezas-mortas, as Paisagens, as Figuras em paisagens e sobretudo a paleta de cores vibrantes de Cézanne, muito impressionaram a pintora. Depois do certame de 1920 — no Salão da Rua Barata Salgueiro em Lisboa — e até ao final da década de 80, Clementina Moura participou em mais de três dezenas de exposições: Salões Anuais da SNBA, Exposições Gerais ou de Arte Moderna¹¹. No mesmo período, também cola-

8 Ver: <https://mulheresilustres.blogspot.com/2012/11/zoe-batalha-reis.html>.

9 Nas exposições apenas se cruzaram na 18.^a *Exposição Anual* da SNBA (1921).

10 Ao longo dos anos realizou várias viagens. A destacar os destinos: Bélgica, Itália ou a cidade Londrina.

11 Listagem de todas as exposições em que Clementina Moura participou depois da 17.^a *Exposição* na SNBA: 18.^a, 19.^a, 20.^a, 21.^a *Exposição Anual da SNBA* (1921;1922;1923;1924), I e II *Salão d'*

borou com diferentes autores portugueses concebendo ilustrações para livros infantis, revistas, entre outros. Não sendo possível detalhar aqui todos os passos, analisemos algumas das mostras e obras mais significativas.

MAIS DE TRÊS DEZENAS DE EXPOSIÇÕES, VÁRIAS PINTURAS E ILUSTRAÇÕES: ACTIVIDADE E PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE CLEMENTINA CARNEIRO DE MOURA (1920-1989)¹²

Na primeira metade da década de 20, Clementina foi presença assídua nos Salões Anuais de Pintura da SNBA (SNBA, 17.^a Exposição, 1920; SNBA, 18.^a Exposição, 1921; SNBA, 19.^a Exposição, 1922; SNBA, 20.^a Exposição, 1923; SNBA, 21.^a Exposição, 1924). Apresentou um total de quinze pinturas a óleo entre Paisagens, como *Paisagem (Minho)* (SNBA, 18.^a Exposição, 1921) e Retratos como o *Retrato de minha mãe* (Fig. 2), (SNBA, 19.^a Exposição, 1922).



Clementina Moura, *Retrato (Retrato de minha mãe)*, 1922. Óleo sobre tela, 95 x 84 cm. Cabral Moncada Leilões — leilão de 11 de Dezembro de 2017, 1062, lote 164.

Outono (1925;1926), *Exposição de Arte por Professores das Escolas Técnicas* (1930), *I Salão dos Independentes* (1930), *Salão de Inverno* (1932/33), *Exposição de inauguração da Galeria UP* (1933), 1.^a, 2.^a, 3.^a *Exposição de Arte Moderna* (1935;1936;1938) do SPN, *Exposição do Mundo Português* (1940), 1.^a *Exposição dos Artistas Ilustradores Modernos* (1942), 1.^a *Exposição Geral de Artes Plásticas* (1946), *Exposição de livros escritos por mulheres* (1947), XLV, XLVI *Exposição Anual da SNBA* (1948;1949), 4.^a, 5.^a *Exposição Geral de Artes Plásticas* (1949;1950), *Segunda Exposição de Vinte Artistas Contemporâneos em Portugal* (1952-53), 7.^a *Exposição Geral de Artes Plásticas* (1953), *Exposição de pintura moderna portuguesa* (1955), X *Exposição Geral de Artes Plásticas 1945-1956* (1956), 30 *anos de cultura portuguesa 1926-1956* (1956), I *Exposição de Artes Plásticas FCG* (1957), I *Exposição de Artes Plásticas* org. Cooperativa Árvore (1960-65?), II *Exposição de Artes Plásticas FCG* (1961), *Exposição Lisboa na obra dos artistas contemporâneos: aspectos, tipos e costumes* (1971), *Artistes Portugaises* (1977), 26 *pintores olham para Lisboa* (1978), *A árvore nas artes plásticas e na fotografia* (1979), II *Quinzena da Cultura e da Paz* (1981), *Os anos 40 na Arte portuguesa - FCG* (1982), Abertura do Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta em Gouveia (1985), *Exposição de Pintura de Clementina Carneiro de Moura na Sede do MDM - Espaço Maria Lamas* (1989).

¹² Está representada no Museu Nacional Grão Vasco, Fundação Calouste Gulbenkian, Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta e colecções particulares.

Este trabalho bem elaborado, de pendor naturalista, onde a tonalidade clara da tez da figura representada sobressai do fundo simples e monocromático. A analisar pelas páginas do *Diário de Lisboa* e do *A Capital* foram sobretudo as Paisagens, «de incont[ável] beleza», que mais impressionaram a crítica (*Diário de Lisboa*, 1921, 4; *A Capital*, 1921). A única excepção parece ter sido o *Retrato de minha irmã* apresentado no 20.º Salão, em 1923, que revelou — aparentemente — uma artista com uma técnica e uma paleta mais arrojada (*Diário de Lisboa*, 1923, 4).

Entre 1925 e 1926, Clementina participou nos modernos Salões de Outono (SNBA, *I Salão d'Outono*, 1925; SNBA, *II Salão d'Outono*, 1926). Francis Smith, Almada Negreiros, Bernardo Marques, Ofélia Marques, Abel Manta ou Sarah Affonso foram alguns dos artistas que também marcaram presença na SNBA (França, 2009, pp. 76-77). Ao todo Clementina apresentou nove pinturas a óleo, predominando as mesmas temáticas exibidas em certames anteriores: Retratos e Paisagens. É possível que a obra assinada e datada (1924) da colecção de pintura do Museu Nacional Grão Vasco (Fig. 3) tenha figurado no *II Salão* em 1926, mas com outro título — *Chaves (paisagem)*. Estamos perante um processo de experimentação plástica completamente diferente, quando comparado com o *Retrato de Academia* de 1922. A paleta de cores quentes, que sugere o estudo e o gosto do que Clementina observou em Paris, contrasta com os tons escuros predominantes no *Retrato de minha mãe*. A notar igualmente as pinceladas curtas e irregulares que conferem uma sensação de movimento. Em 1930, Clementina pintou a guache três nus femininos num fundo de paisagem¹³ (Fig. 4). Certamente que a análise das séries de *Banhistas* de Cézanne (França, 2006, pp. 184-187), em muito contribuiu para a construção da sua paisagem habitada. Composição em que, à semelhança das obras do mestre parisiense, também sobressaem os tons verdes e azuis. Até à *Exposição do Mundo Português*, realizada em Lisboa em 1940 (Belém e Ramalho, 2016), Clementina apresentou aproximadamente 25 pinturas a óleo em diferentes mostras como o *I Salão dos Independentes* (SNBA, *I Salão dos Independentes*, 1930) ou as *Exposições de Arte Moderna* (SNBA, *1.ª Exposição*, 1935; SNBA, *2.ª Exposição*, 1936; SPN, *3.ª Exposição*, 1938) organizadas pelo Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, liderado por António Ferro.

A sublinhar que em Março de 1933, ao lado de Bernardo Marques, Ofélia Marques ou Abel Manta, marcou presença na exposição inaugural da Galeria UP em Lisboa: a primeira galeria comercial de arte (Silva, 2021, 82-83)¹⁴. Terá a pintura *As banhistas* (1930) figurado em algum certame?

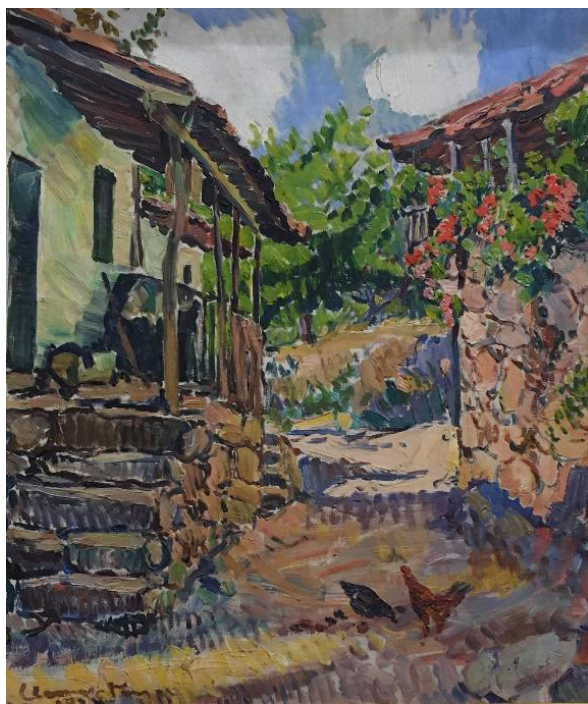
Outro género muito apreciado e pintado por Clementina foram as Naturezas-mortas. Os elementos centrais das composições variam entre frutas (citrinos) em pratos ou cestas e arranjos de flores¹⁵. Na pintura datada de 1944 (Fig. 5) o colorido da espécie representada (crisântemos) contrasta com o fundo de tons neutros. Neutro é também o tom do pano, desalinhado, que se encontra sobre a pequena mesa. É possível identificar algumas semelhanças entre as *Flores* de Clementina e algumas Naturezas-mortas pintadas (pela mesma altura) por Abel Manta¹⁶.

13 Na dissertação de Isabel Manta estão reproduzidos vários esboços de nus femininos desenhados por Clementina. Um dos corpos traçados é semelhante à figura feminina que se encontra sentada na pintura *As banhistas*.

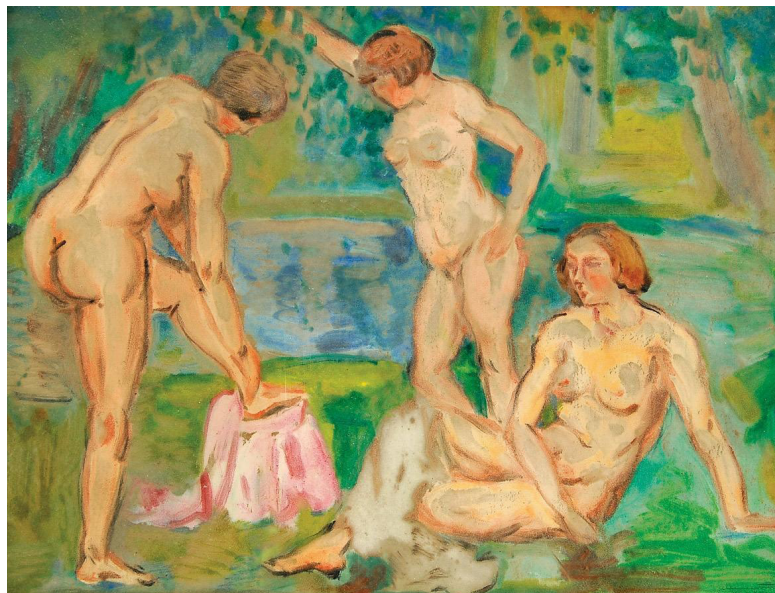
14 Ver também: <https://fmssoaresbarroso.pt/aeb/cronologia/?ano=1933>

15 Considerem-se por exemplo as obras: *Natureza-morta*, óleo s/tela, 1952, Col. particular; *Jarra com flores*, óleo s/tela e platex, 1955, Col. CAM-FCG | Inv.89P177.

16 Como *Jarra com flores*, óleo s/madeira, 1945, Col. CAM-FCG | Inv.89P179.



Clementina Moura, *S/título (Trecho de Aldeia)*, 1924. Óleo sobre tela, 49 x 42 cm. Museu Nacional Grão Vasco, Inv.2293.



Clementina Moura, *S/título (As banhistas)*, 1930. Guache s/papel, 34 x 46 cm. Cabral Moncada Leilões — leilão de 2 de Julho de 2012, 140, lote 289.

Da década de 40, aos primórdios dos anos 80, destaca-se ainda a participação na 1.^a *Exposição Geral de Artes Plásticas*, organizada anonimamente pelo Movimento de Unidade Democrática (SNBA, 1.^a *Exposição Geral*, 1946) e na *Exposição de livros escritos por mulheres* (CNMP, 1947), organizada pelo CNMP. Clementina Moura e Regina Santos foram as autoras — juntamente com mais dois outros nomes — dos *Retratos* das várias escritoras representadas. Maria Keil a autora do cartaz da exposição (Mantas, 2012, pp. 53-54). O certame esteve patente na SNBA ao longo de todo o mês de Janeiro de 1947. Nesse ano Clementina também fez parte da Direcção da SNBA. Cargo que ocupou até 1950¹⁷. Em 1949 participou na 4.^a *Exposição Geral de Artes Plásticas* (SNBA, 4.^a *Exposição Geral*, 1949) e foi galaradoada com o Prémio Silva Porto pela pintura *Saltilbanco* (Fig. 6). Nas palavras de Ernesto de Sousa «*Saltilbanco* [1949] duma imponderável melancolia (...) a prova suficiente duma artista capaz de nos surpreender com a sua inquietação expressiva.» (Sousa, 1949, p. 159). Em 1956 marcou presença na X *Exposição Geral de Artes Plásticas* (SNBA, X *Exposição Geral*, p. 1956) e em 1977 na mostra *Artistes Portugaises* no Salão do Centro Cultural Português na capital francesa (CCP, *Artistes Portugaises*, 1976). A única exposição individual decorreu fora do ambiente artístico — em 1989, na sede do MDM (Manta, 1999, p. 24). Movimento e, como veremos a seguir, de que fez parte e lhe concedeu a Distinção de Honra (MDM, 2009, pp. 56-57)¹⁸. Ao longo do seu percurso artístico, Clementina não se dedicou apenas à pintura a óleo ou a guache. Também dominou a técnica do desenho e concebeu capas e ilustrações para romances como *S. Banaboião Anacoreta e Mártir*, de Aquilino Ribeiro (Ribeiro, 1937)¹⁹ ou para revistas como a *Atlântico*²⁰.



Clementina Moura, *S/título (Flores)*, 1944. Óleo s/tela
Col. José Luís Tinoco | FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos.

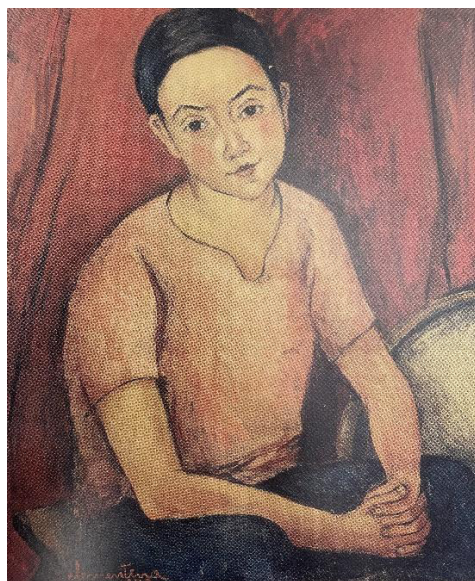
17 Arquivo Histórico da Sociedade Nacional de Belas Artes (AHSNBA). *Livro de Autos de Posses: desde 1946 a 1955 dos Órgãos Sociais da SNBA*. De 27 de Dez. de 1947 tendo presidido pela última vez a uma reunião de Direcção a 19 de Jan. de 1950.

18 Ver também: <https://www.mdm.org.pt/clementina-carneiro-moura/>

19 Destaca-se ainda o *Retrato de Almeida Garrett* para a obra *História do Regime Republicano em Portugal* (1931).

20 Conto de Ana de Castro Osório «Os narradores das lindas histórias». (1943). *Atlântico*. N.º3, pp.68-69.

A destacar o desenho a grafite e lápis da *Bordadora* (Fig. 7) da obra de Maria Lamas *As Mulheres do Meu País* (Lamas, 1949). Por fim, importa sublinhar o interesse, estudo e escrita da artista — ao longo dos anos — sobre as artes decorativas (Moura, s.d), e a prática do bordado, renda e *patchwork* (Manta, 1999)²¹. De aprendizagem e gosto naturalista, de aspiração e gosto impressionista e pós-impressionista, Clementina afirmou-se no panorama artístico português de forma muito individualizada. José-Augusto França inscreveu-a como uma das pintoras — como Ofélia Marques ou Maria Keil — da «segunda geração modernista» (França, 2009, pp. 195-217). Clementina pintou muito ao longo da sua vida e, em alguns casos, sem um sentido de “comercialização”. Conciliou a actividade artística com o ensino técnico, já que não queria «viver à custa de ninguém e [só] da pintura não podia viver» (Passos, 1981, pp. 5-6). Uma «necessidade de sobrevivência» e uma profissão que abraçou e gostou — aparentemente ao contrário de Abel Manta — de exercer. Mas a felicidade maior era alcançada sobretudo entre telas e paletas, sempre e, nas palavras da própria «com os pincéis na mão...» (Passos, 1981, p. 5).



Clementina Moura, *Saltimbanco*, 1949. Óleo s/tela, 65x58 cm
Fonte: Museu do Chiado e FMS. (2000). *Manuel Mendes coleção* (p.47)²².

21 Ver nota 3 de texto; os 3.º e 4.º volumes da dissertação de mestrado de Isabel Manta são dedicados às rendas, bordados e patchwork de Clementina.

22 Não faz parte da col. do MNAC-Museu do Chiado. Contactaram-se todos os Museus/Casas Museu em Portugal e não se localizou a obra. É possível que se encontre em col. particular.

O ENSINO E A MILITÂNCIA: PROFESSORA, MILITANTE, CIDADÃ, DEMOCRATA EXEMPLAR (1923-1992)

No dia 1 de Outubro de 1956, várias alunas da Escola Industrial Josefa de Óbidos em Lisboa ouviram com entusiasmo a palestra da «professora Sr.^a D. Maria Clementina Carneiro de Moura [sobre] o ensino industrial e a sua importância tendo aludido [também] aos resultados obtidos naquela escola.» (*Diário de Notícias*, 1956). Segundo Isabel Manta, Clementina iniciou a sua actividade de docente a partir de 1923, ano em que concluiu a sua formação na Escola Normal Superior de Lisboa (Manta, 1999,47-51). Até à década de 60, altura em que se aposentou, ensinou Desenho, Gravura e Bordado em diferentes Escolas da capital como a Afonso Domingues, a Machado de Castro e, a já mencionada, Josefa de Óbidos (Manta, 1999,47-51). A notar que em 1930, para além da participação no *I Salão dos Independentes*, Clementina marcou presença — enquanto docente da Escola Afonso Domingues — na *Exposição de Arte por Professores das Escolas Técnicas*. Apresentou seis pinturas a óleo entre Retratos, Paisagens e Flores (*Exposição de Arte*, 1930).



Clementina Moura, *Bordadora*, 1949. Grafite e lápis s/papel.
Publicado em Maria Lamas. (1949). *As Mulheres do Meu País*. Actualis²³.

Para além da actividade artística e do ensino, Clementina dedicou-se ao longo da sua vida a diferentes causas sociais. Em defesa pelos direitos das mulheres, filiou-se no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas em 1945. Nas palavras de Célia Costa de 1914 a 1947 «as actividades do CNMP conseguiram, mesmo sem sede própria, publicar um boletim (...) formar uma Biblioteca e manter um conjunto de actividades

²³ BNP, cota HG 7832 A; CS 7557 A.

nomeadamente congressos, conferências, representações e petições (...) constituindo a organização que em Portugal alcançou uma longevidade sem precedentes, traduzida na mobilização sistemática de mulheres para a causa feminista.» (Costa, 2007, p. 38). Até 1947, Clementina participou em nove reuniões do Conselho.

Em 1949 e, como várias antigas militantes do extinto Conselho, Clementina filiou-se na Associação Feminina Portuguesa para a Paz (Esteves, 2005, p. 619). Segundo Lúcia Serralheiro, as mulheres e jovens que integraram a Associação, criada em 1935, «pertenciam à elite intelectual antifascista, entre elas algumas mulheres de famílias republicanas, descontentes com o governo de então.» (Serralheiro, 2011). Sobretudo as que fizeram parte das Direcções das delegações em Lisboa, Porto e Coimbra. Clementina foi eleita Presidente da Assembleia Geral da Associação em 1949. Nos primórdios da década seguinte, foi também uma das sócias convidadas a fazer parte da Direcção. Nas palavras de Serralheiro, a Associação era um espaço «legal e autónomo de cidadania de mulheres que elegiam e podiam ser eleitas (...) cada direcção eleita tinha de apresentar um plano de actividades de acordo com as finalidades previstas, no ideário do desenvolvimento da Paz Universal: conferências, bibliotecas, exposições (...) e, por último, prestação de cuidados a órfãos de guerra, também em colaboração com instituições afins.» (Serralheiro, 2011, p. 185). Foi extinta em 1952.



Clementina Moura (pormenor), década de 70.

Fonte: <https://www.mdm.org.pt/clementina-carneiro-moura/>

Entre os dias 12 e 13 de Abril de 1980, decorreu no Pavilhão dos Desportos em Lisboa o *I Congresso* do Movimento Democrático de Mulheres. O lema do Congresso foi «Unidas para fazer de Abril certeza». Clementina (Fig. 8) marcou presença e foi eleita para o Conselho Nacional. Quatro anos depois participou no *II Congresso* com o lema «Mulheres em Movimento pela Igualdade e pela Paz» (MDM, 2009, pp. 80-90). Como já foi referido, o último contacto com o Movimento ocorreu em 1989 no âmbito da exposição individual e da atribuição da Distinção de Honra.

Maria Clementina Carneiro de Moura, artista maior, mulher sensível, atenta, de grande carácter e determinação (Manta, 1999, p. 50), fechou os olhos pela última vez no dia 18 de Julho de 1992²⁴. Uma vida inteira dedicada à arte, à luta pelos direitos das mulheres, aos outros, que aqui se procurou recordar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Arquivo Histórico da Sociedade Nacional de Belas Artes (AHSNBA)

Livro de Autos de Posses: desde 1946 a 1955 dos Órgãos Sociais da SNBA.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Livro de Registos de Baptismo. Paróquia de Santa Isabel. Livr.B36, 1898-1899, folha 142. <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4817047>

ANBA: *prémios Anunciação, Barão de Castelo de Paiva, Soares dos Reis, Ferreira Chaves, Luciano Freire, Lupi, Rocha Cabral, legado Valmor, 1879-1964*, pp. 530-754.

Arquivo Histórico da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho (AHESMAVC)

Livro de termos dos exames singulares, 1911.

Conservatória do Registo Civil de Lisboa (CRCL)

Boletim de óbito de Maria Clementina Villas-Boas Carneiro de Moura. Assento n.º 1562,2024.<https://www.civilonline.mj.pt/CivilOnline/>

CATÁLOGOS

- (1920). *Sexta Exposição de Aquarela, Desenho, Pastel e Miniatura*. SNBA.
- (1920;1921;1922;1923;1924). 17.ª, 18.ª, 19.ª, 20.ª, 21.ª *Exposição*. SNBA.
- (1925;1926). *I e II Salão d'Outono*. SNBA.
- (1930). *Exposição de Arte por Professores das Escolas Técnicas*.
- (1930). *I Salão dos Independentes*. SNBA.
- (1932-33). *Salão de Inverno*. SNBA.
- (1935;1936;1938). 1.ª, 2.ª, 3.ª *Exposição de Arte Moderna organizada pelo Secretariado de Propaganda Nacional*.
- (1942). *1.ª Exposição dos Artistas Ilustradores Modernos*. SPN.
- (1946;1949;1950;1953). 1.ª, 4.ª, 5.ª, 7.ª *Exposição Geral de Artes Plásticas*. SNBA.
- (1947). *Catálogo da Exposição de livros escritos por mulheres organizado pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*. SNBA.
- (1948;1949). XLV, XLVI *Exposição Anual*. SNBA.
- (1952-53). *Segunda Exposição de Vinte Artistas Contemporâneos em Portugal*. Galeria de Março.
- (1955). *Exposição de pintura moderna portuguesa*. FCL.
- (1956). *X Exposição Geral de Artes Plásticas 1945-1956*. SNBA.
- (1956). *30 anos de cultura portuguesa 1926-1956*. SNI.
- (1957;1961). *I, II Exposição de Artes Plásticas*. FCG.
- (1960-1965?). *I Exposição de Artes Plásticas*. Cooperativa Árvore – Porto.
- (1971). *Exposição Lisboa na obra dos artistas contemporâneos: aspectos, tipos e costumes*. CML.
- (1977). *Artistes Portugaises*. CCP (Paris).
- (1978). *26 pintores olham para Lisboa*. Galeria Interior.
- (1979). *A árvore nas artes plásticas e na fotografia*. SNBA.
- (1981). *II Quinzena da Cultura e da Paz*. SNBA.
- (1982). *Os anos 40 na Arte portuguesa*-FCG. FCG.
- (1985). *Museu Municipal de Arte Moderna Abel Manta. Exposição de Inauguração do Museu*. Museu do Chiado e FMS. (2000). *Manuel Mendes colecção*.
- NUNES, G. S., ROQUE, T. (coord.). (2005). *Um tempo e um lugar. Dos anos quarenta aos anos sessenta. Dez exposições gerais de artes plásticas*. Câmara Municipal de Vila Franca de Xira. Museu do Neo-Realismo.

24 CRCL. Boletim de óbito de Maria Clementina Villas-Boas Carneiro de Moura. Assento n.º 1562, 2024.

IMPrensa/OUTROS

- (1921, Maio, 5). *Diário de Lisboa*, n.º 25, p.8. <http://casacomum.org/cc/arquivos>
- (1921, Maio, 18). *Diário de Lisboa*, n.º 36, p.4. <http://casacomum.org/cc/arquivos>
- (1921, Maio, 6). *A Capital*, n.º 3774.
- (1921, Maio, 9). *A Capital*, n.º 3776.
- (1923, Abril, 4). *Diário de Lisboa*, n.º 611, p.4. <http://casacomum.org/cc/arquivos>
- (1926, Dez., 1). *Ilustração*, n.º 23, p.16.
- (1956, Out., 2). *Diário de Notícias*.
- Freitas, C. (2013, 5 Set.). Retrato de uma família “rara”. *Jornal de Letras*. <https://visao.pt/jornalde-letras/artesvisuais/2013-09-05-retrato-de-uma-familia-raraf748017/>
- Lamas, M. (1949). *As Mulheres do meu País*. Actuais.
- MDM. (2009). *40 anos Movimento Democrático de Mulheres: uma história com futuro*. MDM. <https://www.mdm.org.pt>
- MDM. (s.d.). Mulheres de Abril. Clementina Carneiro de Moura. *Movimento Democrático de Mulheres*. <https://www.mdm.org.pt/clementina-carneiro-moura/>
- Moura, J. L. C. (1900). *A Mulher – a civilização. Estudo historico, economico e juridico da evolução parallelas dos sexos*. Companhia Nacional Editora.
- Moura, M. C. C. (s.d.). *Bordados tradicionais de Portugal: desenhos de trabalhos*. Lisboa. [Livro Âncora de Bordados].
- Oliveira, L. S. (2013). Os rostos das memórias. <https://old.fundacaodomluis.pt/>
- Passos, M. A. (1981, 4 a 17 Agosto). Abel Manta e Clementina Carneiro de Moura: à procura de um tempo perdido ou o que falta a um esboço de memórias. *Jornal de Letras*, pp. 4-6.
- Ribeiro, A. (1937). *S. Banaboião Anacoreta e Mártir* (2.ª ed.). Livraria Bertrand.
- Sousa, E. (1949, Maio-Agosto). Artes Plásticas. IV Exposição Geral de Artes Plásticas. *Portvcale – revista de cultura* (2.ª série, n.ºs 21-22, pp. 156-162).
- Zoé Batalha Reis. *Fabulísticas, as mulheres são assim!* (2018). <https://mulheresilustres.blogspot.com/2012/11/zoe-batalha-reis.html>.

BIBLIOGRAFIA

- Belém, M. & Ramalho, M. (Coord.). (2016). *Exposição do Mundo Português. Explicação de um lugar*. Fundação Centro Cultural de Belém.
- Costa, C. R. B. (2007). *O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947) – uma organização feminista*. [Dissertação de Mestrado em Estudos sobre as Mulheres]. Universidade Aberta.
- Esteves, J. (2005). “Maria Clementina Carneiro de Moura”. In Castro, Z. O. & Esteves, J. (Dir.), *Dicionário do feminino: séculos XIX-XX*. Livros Horizonte.
- França, J. A. (1990). *A Arte em Portugal no século XIX* (3.ª ed. Vol. II). Bertrand Editora.
- França, J. A. (2006). *História da Arte Ocidental: 1750-2000*. Livros Horizonte.
- França, J. A. (2009). *A Arte em Portugal no século XX 1911-1961* (4.ª ed.). Livros Horizonte.
- Leandro, S. (2011). “Boa figura, má figura, sem figura: mulheres artistas no tempo da 1.ª República”. In Castro, Z. O.; Esteves, J. & Monteiro, N. (Coord.), *Mulheres na I República. Percursos, conquistas e derrotas* (pp. 271-318). Edições Colibri.
- Manta, I. (1999). *A obra de Clementina Carneiro de Moura*. [Dissertação de Mestrado não publicada]. 5 volumes. Universidade Lusíada.
- Mantas, H. S. (2012). *Maria Keil, uma “operária das artes” (1914-2012)*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. 2 volumes. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/24453>
- Marques, A. H. O. (1977). *História de Portugal – desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Pinheiro de Azevedo* (4.ª ed. Vol. II). Palas Editores.
- Marques, A. H. O. & Rodrigues, L. N. (1991). “A sociedade e as instituições sociais”. In Marques, A. H. O. & Serrão, J. (Dir.), *Nova História de Portugal* (2.ª ed. Vol. XI, pp. 187-239). Editorial Presença.
- Pamplona, F. (1988). *Dicionário de Pintores e Escultores portugueses ou que trabalharam em Portugal* (2.ª ed. Vol. IV.). Livraria Civilização Editora.
- Serralheiro, L. (2011). *Mulheres em grupo contra a corrente. Associação Feminina Portuguesa para a Paz*. Evoluta Edições.
- Silva, A. S. (2021). *Ofélia Marques: mulher artista no modernismo português. A menina Ophelia Cruz que é hoje Ofélia Marques*. [Dissertação de Mestrado, Universidade NOVA de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <https://run.unl.pt/handle/10362/127737>
- Silva, M. R. T. (2002). *Feminismo em Portugal. Na voz de mulheres escritoras do início do século XX*. 3.ª ed. Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

NAS ENTRELINHAS DA RESISTÊNCIA: MATERNIDADE E INFÂNCIA NO BOLETIM *A VOZ DAS CAMARADAS*

DULCE MORGADO NEVES

ISCTE — INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA, LISBOA, PORTUGAL

ANA RITA MONTEIRO

ISCTE — INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA, LISBOA, PORTUGAL

TATIANA MATOS

ISCTE — INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA, LISBOA, PORTUGAL

INTRODUÇÃO

O presente artigo surge no âmbito do projeto *ABRIL MATER: Maternidade e Parto antes e depois da Revolução*¹ (CIES-Iscte), cujo objetivo consiste no estudo das experiências de parto e maternidade antes e depois do 25 de Abril.

Seguindo uma metodologia de cariz qualitativo, baseada na realização de entrevistas semi-estruturadas e em pesquisa documental, o projeto *ABRIL MATER* visa investigar o impacto da Revolução dos Cravos nas práticas e representações da maternidade, propondo uma abordagem ao tema das experiências maternas em contexto de clandestinidade.

Ainda que o seu protagonismo seja muitas vezes invisibilizado, é sabido que as mulheres desempenharam um papel crucial na resistência ao Estado Novo e na luta pela liberdade, participando, de diversas formas, em organizações e movimentos políticos de oposição ao regime. Neste sentido, este artigo pretende, então, abordar o contexto da clandestinidade feminina e, em particular, as experiências de mulheres com ligações ao Partido Comunista Português — durante muito tempo, o único partido político com expressão organizada na clandestinidade. Mais concretamente, pretende-se trazer à luz o “mergulhar na clandestinidade” das mulheres comunistas, o seu papel na organização política e também os seus desafios e aspirações enquanto mulheres e mães.

Para o efeito, além de recorrer a testemunhos na primeira pessoa, recolhidos através das entrevistas realizadas a mulheres que viveram em clandestinidade, neste trabalho iremos apresentar os resultados de uma análise de conteúdo realizada à publicação *A Voz das Camaradas* (1956-1970). Comprometido com a formação cultural, política e ideológica das mulheres pertencentes às “Casas do Partido”², o boletim

1 “ABRIL MATER: maternidade e parto antes e depois da Revolução” é um projeto exploratório, acolhido pelo CIES-Iscte e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia com a referência 2022.06848.PTDC e DOI: 10.54499/2022.06848.PTDC

2 As “Casas do Partido” eram residências alugadas clandestinamente que serviam de abrigo para os membros clandestinos do Partido Comunista Português. Geralmente, essas casas tinham dois propósitos principais: oferecer suporte aos militantes residentes e a outros necessitados de alojamento, ou abrigar tipografias clandestinas (Tengarrinha, 2018: 37-42).

A Voz das Camaradas desempenhava um papel crucial no reconhecimento das mulheres dentro da estrutura partidária. Através de uma variedade de conteúdos, incluindo artigos de opinião, comunicados do partido, entrevistas, análises políticas e editoriais, este veículo de informação não apenas dava a conhecer as prioridades e iniciativas do PCP, como também influenciava na valorização dos quadros femininos dentro daquele partido, promovendo a igualdade de género (Tengarrinha, 2019).

Desta forma, *A Voz das Camaradas* constituiu um recurso instrumental na valorização do trabalho e da dedicação das mulheres dentro do Partido Comunista Português, concedendo-lhes um espaço para se expressarem, trocarem experiências entre si e, de certa forma, colmatar o isolamento prolongado que muitas enfrentavam (Tengarrinha, 2004).

A CLANDESTINIDADE NO FEMININO

“Mergulhar, era o mergulhar. Aos 16 anos, mergulhei na clandestinidade. Chamava-se mergulhar porque nós perdíamos o contacto com a família, deixávamos de ser nós. Não era o nosso nome, não era a nossa idade, éramos outras pessoas...” (Filipa, nascida em 1945 no Alentejo).

O mergulho na clandestinidade envolvia a adoção de nomes falsos, a criação de profissões fictícias, a mudança de casa regular e, ainda, a adoção de uma vida discreta, que correspondesse às normas locais. A par disto, a entrada para a clandestinidade era incompatível com o contacto com a família e amigos, sendo, portanto, essencial que os indivíduos rompessem com os laços afetivos, dedicando as suas vidas à luta política pela liberdade.

O papel das mulheres na clandestinidade durante a ditadura em Portugal reflete um conjunto de desafios enfrentados num contexto de resistência contra a opressão política, mas também a complexidade da luta pelos direitos das mulheres. Embora as figuras femininas contribuíssem de forma significativa para a manutenção das atividades clandestinas, as suas contribuições eram frequentemente minimizadas. Havia uma discrepância nas tarefas assumidas por homens e mulheres, sendo que a elas cabia-lhes, essencialmente, a responsabilidade de defesa e vigilância da casa e gestão da vida doméstica, justificada pela necessidade de não destoar dos códigos de género vigentes na sociedade portuguesa da época (Almeida, 2017).

Em 1960, tiveram lugar algumas mudanças internas no Partido Comunista Português, tanto de cariz ideológico como de organização prática do trabalho. Nesse mesmo ano, foi feito um inquérito dirigido às mulheres daquele partido, cujo objetivo foi perceber que outras tarefas, para além do trabalho doméstico, seriam por elas desempenhadas. O intuito primordial do inquérito passava por entender que tipo de acompanhamento político tinham estas mulheres e em que medida eram chamadas a participar das reuniões que tinham lugar nas “Casas do Partido”. Conceder lugar de fala a estas mulheres permitia entender as suas aspirações para o futuro e o tipo de suporte que esperavam receber do Secretariado do Comité Central do seu partido (Tengarrinha, 2018).

Apesar de, na sequência desta auscultação, não terem ocorrido alterações significativas na natureza das tarefas atribuídas às mulheres, segundo Tengarrinha (2018), o reconhecimento ou consideração por estas dentro da organização aumentou consideravelmente. Segundo relatos das próprias, atribuir-lhes funções fora do âmbito doméstico poderia chamar a atenção indesejada das autoridades, representando um risco tanto para a sua segurança pessoal quanto para a segurança dos seus familiares e

companheiros: “Era uma questão também de sobrevivência da clandestinidade. Aqui em Portugal seria muito estranho a mulher sair para a rua e o homem ficar em casa, a tratar da casa. Sobretudo nos anos 60 e 70” (Leonor, nascida em 1942, em Lisboa).

Ainda que nas sombras, as mulheres demonstraram resiliência na luta contra a opressão e pela igualdade de direitos durante a clandestinidade, desafiando as limitações impostas por um regime opressivo e por uma sociedade conservadora. É neste contexto que o boletim *A Voz das Camaradas* se revela como um espaço fundamental para que as militantes do PCP pudessem expressar as suas dúvidas e aspirações, significando um meio de comunicação vital para a solidariedade dentro da clandestinidade e entre mulheres: “Foi muito importante de quebrar o nosso isolamento e convivermos umas com as outras, embora à distância” (Tengarrinha, 2004, p. 52).

METODOLOGIA

Publicada na continuação do boletim *Três Páginas* (1946-1956), *A Voz das Camaradas* foi um boletim produzido pelo PCP entre 1956 e 1970, dirigido às funcionárias daquele partido que operavam na clandestinidade, com o objetivo de (in)formar politicamente e mobilizar as mulheres das “Casas do Partido”, fornecendo um espaço seguro para o encontro e a expressão das suas experiências, dúvidas e aspirações.

Para a construção do *corpus* da presente pesquisa, foram consultados todos os volumes publicados do boletim. Primeiramente, foram selecionados todos os conteúdos relacionados com as problemáticas fundamentais do projeto *ABRIL MATER*, isto é, maternidade e cuidados infantis. Numa fase posterior, os conteúdos foram agrupados em 3 temas fundamentais, que resultaram da análise criteriosa dos materiais recolhidos, dando origem às seguintes dimensões de análise: a) cuidados de saúde materno-infantis; b) papel e condição social das mulheres; c) proteção e direitos na infância - temas fundamentais para a compreensão das experiências das mães clandestinas em Portugal.

Como resultado dessa abordagem, foi identificado um total de 19 peças publicadas, na sua maioria artigos de opinião, distribuídas de forma relativamente equitativa pelas três dimensões identificadas: 6 eram dedicados aos cuidados de saúde materno-infantis, 5 abordavam o papel e a condição social das mulheres e 7 discutiam a proteção e direitos na infância.

Para complementar esta abordagem ao boletim *A Voz das Camaradas*, serão ainda utilizados nesta análise excertos de cinco entrevistas, desenvolvidas no âmbito do projeto de investigação *ABRIL MATER*, a mulheres que estiveram em condição clandestina no período ditatorial. Estas mulheres-mães, com diferentes perfis sociais (com diversidade em termos de classe social, trajetórias residenciais, etc.), partilharam as suas experiências de maternidade, destacando as singularidades dos seus percursos. Finalmente, é importante ressaltar que, visando preservar a confidencialidade e garantir o direito ao anonimato, os nomes das entrevistadas serão anonimizados.

ANÁLISE TEMÁTICA

CUIDADOS DE SAÚDE MATERNO-INFANTIS

Destacou-se, nos vários volumes do boletim, a grave situação dos cuidados de saúde materno-infantis durante a ditadura salazarista, expondo a falta de coerência entre a retórica do regime e a realidade das condições em que as crianças portuguesas viviam:

“Apesar da retórica do regime, que proclama proteger as crianças portuguesas, a verdade é que a realidade mostra uma situação muito diferente. Crianças maltrapilhas, famintas e descalças são uma visão comum por todo o país, pedindo ajuda desesperadamente. Como podemos acreditar nas promessas do fascismo quando a evidência contrária está diante dos nossos olhos?” (Boletim nº 10, março-abril de 1957).

Neste contexto, era criticada a ausência de assistência médica adequada, especialmente para mulheres grávidas e bebês prematuros, enquanto os recursos do Estado seriam desperdiçados em investimentos militares. Como consequência, tal negligência resultaria em altas taxas de mortalidade infantil e em condições de vida precárias para as famílias trabalhadoras.

Por diversas vezes, ao longo do período de publicação do boletim, a realidade portuguesa fora comparada com a da União Soviética, ao nível dos investimentos em cuidados de saúde materno-infantis, evidenciando ainda mais a falha do Estado português em garantir um ambiente seguro para as crianças. Além disso, denunciavam-se as práticas da indústria farmacêutica, exemplificadas pelo caso da Talidomida, que causou deformações em recém-nascidos, enquanto na URSS não ocorreriam casos semelhantes porque: “Na União Soviética a produção de medicamentos pertence ao Estado e não aos monopólios. A assistência medicamentosa é quase gratuita, pelo que a produção visa apenas servir melhor e nunca o lucro” (Boletim nº 42, junho de 1965).

O descaso do regime face ao estado de saúde das crianças era evidenciado tanto pela tardia disponibilização da vacina contra a poliomielite quanto pelas condições precárias de higiene em que a vacinação seria realizada. As altas taxas de mortalidade infantil eram ressaltadas em diversas ocasiões, juntamente com a necessidade urgente de uma mudança política e social para garantir os direitos das crianças e o bem-estar das famílias trabalhadoras.

É revoltante a forma como a vacinação é feita. As crianças são juntas como gado numa sala sem higiene, sem carinho e nenhum conforto; sem a preocupação se estão ou não em condições de saúde, pois não são sequer assistidas por um médico, são as próprias professoras das escolas que fazem o serviço. (...) Uma grande parte das crianças que nascem em Portugal morrem ou ficam marcadas para sempre porque não têm assistência nem cuidados médicos, vacinas, alimentação e habitação condignas (Boletim nº 45, abril de 1966).

Num dos números do boletim, a comparação entre as condições de parto de uma mulher portuguesa e as de uma jovem soviética destacava ainda mais as disparidades no acesso aos cuidados de saúde materno-infantis, especialmente durante o parto, como é possível verificar no seguinte relato: “A mulher sentindo que chegava a hora do parto, dirigiu-se ao hospital da terra, em plena noite. Aí disseram-lhe simplesmente que não havia vaga. Como não tinham outra solução por falta de dinheiro, o casal regressou a casa a pé. (...) A mulher teve o filho na estrada deitada em cima do casaco do marido e o pobre bebé foi embrulhado noutro casaco de um jovem que passava pelo local” (Boletim nº 50, março de 1970). Enquanto o parto desta mulher portuguesa acontecera em condições francamente precárias, a experiência de parto da jovem soviética evidenciava como, ali, o nascimento era merecedor de atenção e preocupação pelos vários setores da sociedade.

Para além disso, importa destacar alguns dos entraves no acesso a cuidados de saúde materno-infantis enfrentados pelas pessoas que viviam na clandestinidade, nomeadamente as mulheres e crianças. Numa das entrevistas realizadas no âmbito

do projeto *ABRIL MATER*, relata-se a dificuldade no acesso a cuidados de saúde no momento do parto. A título de exemplo, conta-se que algumas mulheres clandestinas rejeitavam anestésias com receio de deixarem escapar informações confidenciais que as pudessem comprometer: “Quiseram-me dar a epidural, ou outra coisa qualquer, e eu não quis. Eu não quis, porquê? Porque eu tinha receio de falar em coisas que não pudesse e, portanto, recusei a anestesia. E aquilo foi mesmo difícil” (Filipa, nascida em 1945, no Alentejo).

Também a necessidade de proteção das identidades significava um entrave no acesso aos cuidados de saúde materno-infantis: “Aos centros de saúde não tínhamos acesso por causa das identidades. Portanto, não podíamos dizer os nomes, nem idades, nem nada” (Leonor, nascida em 1942, em Lisboa). Por outro lado, outra entrevistada refere que durante o período em que esteve clandestina, o seu filho fora apenas uma vez observado por um médico com ligações ao Partido Comunista Português: “Nos dois anos que tivemos clandestinos em Portugal, ele [a criança] só foi uma vez ao médico, que era um médico do partido, fomos à casa dele” (Leonor, nascida em 1942, em Lisboa). Estes testemunhos sugerem que, além dos escassos recursos de saúde enfrentados pelo país, as pessoas em situação de clandestinidade enfrentavam obstáculos adicionais no que compete à assistência médica.

MATERNIDADE E PAPEL SOCIAL DAS MULHERES

As perspetivas abordadas nos diversos textos escritos convergem na centralidade dos desafios enfrentados pelas mulheres nas esferas pública e privada da sociedade, seja no trabalho ou na vida doméstica.

Neste sentido, um dos pontos destacados remete para a preocupação materna — entendida como universal e comum a todas as mães independentemente de crenças religiosas ou ideológicas — na busca por melhores condições de vida e de futuro para os filhos: “Toda e qualquer mãe está interessada na existência de jardins-escolas, escolas infantis, de creches, de ensino barato, de tudo enfim que contribua para fazer do seu filho um homem ou uma mulher sãos, bons e úteis. Poderemos admitir que as mães pensem de forma diferente neste assunto só porque umas vão à missa, outras rezam em casa e outras não rezam? Não podemos” (Boletim nº 4, setembro de 1956).

Para além disso, é abordada a questão da inferioridade atribuída à mulher, tanto social quanto biológica, como um construto perpetuado pelo patriarcado e pela educação tradicional. Ainda que em alguns momentos se evidencie a solidariedade entre mulheres e grupos de diferentes quadrantes sociais, noutras ocasiões a doutrina e educação católicas são alvo de crítica nesta publicação, sendo vistas como uma forma de manter “as mulheres numa condição de subserviência”. Em contraposição, é recorrentemente mencionado o exemplo da URSS, onde as mulheres conquistaram igualdade de oportunidades, desafiando noções antiquadas de inferioridade biológica. Nesse sentido, é ressaltada a importância de reconhecer as diferenças biológicas entre os sexos, não como justificativa para a desigualdade, mas como base para implementar medidas que protejam e garantam oportunidades iguais. Esse reconhecimento inclui a necessidade de proporcionar condições de trabalho adequadas e cuidados especiais às mulheres durante a gravidez e o parto.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres trabalhadoras, especialmente aquelas que combinam trabalho no campo com responsabilidades domésticas, são frequentemente denunciadas nos boletins. A fome, as condições precárias de trabalho e a falta de acesso a alimentos adequados são destacadas como desafios persistentes,

assim como a centralidade da mãe na gestão familiar e no cuidado dos filhos: “É sobre a mulher trabalhadora que recaem as numerosíssimas dificuldades como mulher, esposa e mãe” (Boletim nº 31, abril de 1963).

Numa das entrevistas realizadas no âmbito do projeto *ABRIL MATER*, uma entrevistada destacou a ideia de que as mulheres, mesmo as politicamente organizadas, viam os seus papéis a desempenhar muito limitados, sendo muitas vezes relegadas exclusivamente para o cumprimento de obrigações domésticas e de necessidades comuns: “Uma mulher dizia-me que [em reuniões políticas] o seu papel político era ‘servir o cafezinho’” (Inês, nascida em 1940, no Barreiro). Isso induz uma secundarização das mulheres, frequentemente excluídas dos debates políticos, mesmo no contexto das organizações que defendiam o progresso e a igualdade.

PROTEÇÃO E DIREITOS NA INFÂNCIA

Há várias passagens no boletim *A voz das Camaradas* que abordam a condição das crianças durante o período da ditadura em Portugal, denunciando a hipocrisia do regime salazarista que alegava proteger a infância, enquanto, na prática, perpetuava as condições precárias, negando às crianças direitos básicos e oportunidades adequadas em termos de educação ou saúde, e, mais do que isso, quando aplicava os dinheiros públicos na guerra ou em “aparências luxuosas” (Boletim nº 1, junho de 1956). A negligência do regime na proteção infância era, sobretudo, evidenciada através das altas taxas de mortalidade infantil e das condições precárias de assistência médica, mas também pela falta de investimento na educação: “No nosso país, a mortalidade infantil atinge um dos mais altos índices da Europa (85%), há um número ridículo de creches e os Jardins de Infância são quase inexistentes e todos se fazem pagar a preços proibitivos para o nível médio da população” (Boletim nº 11, maio-junho de 1957).

As jornadas de trabalho exigentes e a falta de infraestrutura pública, que garantisse a segurança e o bem-estar das crianças enquanto os pais estavam ocupados, muitas vezes resultavam em cenários propícios à ocorrência de acidentes, que eram motivo de crítica na publicação: “Todos esses factos [os acidentes trágicos com crianças] (...) revelam bem o desprezo que os degenerados governantes dão às classes trabalhadoras e a seus filhos” (Boletim nº15, junho-julho de 1958). Noutros casos, denunciava-se, seria aos próprios irmãos, ainda menores, que eram delegados os cuidados dos mais novos: “Vemos crianças muito pequenas a cuidar de outras (...)” (Boletim nº 42, junho de 1965).

Na mesma linha, criticavam-se os longos e rígidos horários de trabalho que comprometiam a alimentação das crianças, ainda dependentes dos cuidados maternos: “No tempo das ceifas abalam de casa às 4 da manhã e só voltam à 1 e 2 da tarde. Deixam estas pobres mães um quarto de leite para os pequeninos beberem durante as 9 ou 10 horas em que estão sem mama” (Boletim nº 15, junho-julho de 1958).

As condições de educação eram também um tema comum na publicação. No boletim nº33, de junho de 1963, pode ler-se que: “O ensino nas escolas portuguesas é uma coisa abstrata, sem sentido prático. Muitos alunos sabem, por exemplo, onde se encontram as barragens, mas nunca viram nenhuma, nem ao menos gravuras”. Para além da desadequação dos conteúdos aprendidos e da sua fraca relação com a realidade de vida dos alunos, era ainda alvo de crítica a precariedade dos materiais e as condições deficitárias das próprias instalações escolares: “Devido aos rigores do inverno, várias janelas não tinham vidros e por isso entravam por elas, o frio, o vento e a chuva (...)”

[situação] que vem prejudicar as pobres crianças, já por si mal vestidas, mal calçadas e algumas delas até mal alimentadas” (Boletim nº 42, junho de 1965).

Além disso, era ainda enfatizada a falta de recursos e apoio à infância, como a ausência de creches e de assistência materna adequada. A excessiva vigilância sobre os professores, aliada à falta de investimento, demonstravam prioridades distorcidas, condenando as crianças a uma educação deficitária para sustentar o regime: “A classe dos professores primários é das mais mal remuneradas, podendo dizer-se o mesmo dos do ensino secundário — como podem os professores trabalhar com estímulo e com interesse? Cai sobre eles uma vigilância asfixiante — para se ser colocado é necessária uma infinidade de informações políticas e religiosas, indaga-se desde o pároco ao merceeiro não esquecendo os professores da Escola onde se formaram” (Boletim nº 11, maio-junho de 1957).

Neste sentido, a falta de condições de educação a que as crianças portuguesas estavam votadas contrastava, nesta publicação, com o contexto da educação socialista preconizada pela URSS, onde, segundo o referido no boletim nº 42 de 1965, os transportes e refeições escolares seriam gratuitos.

Mas não só nas críticas de *A Voz das Camaradas* ao regime é evidenciada a importância da educação das crianças para as mulheres que viviam na clandestinidade. Também nas entrevistas realizadas no âmbito da pesquisa *ABRIL MATER*, a educação e a escolaridade dos filhos surgem como dimensões de relevo, merecendo, por parte de algumas mulheres que teriam condições para isso, uma atenção particular: “A escolha da escola [para o meu filho] foi muito pensada. Havia uma escola que tinha um tipo de ensino engraçado, eram pessoas progressistas e eu pude falar com a diretora e explicar-lhe o passado dele [do filho em clandestinidade] para ajudar à integração” (Leonor, nascida em 1942, em Lisboa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta breve análise ao histórico boletim *A Voz das Camaradas* permitiu identificar dimensões importantes das condições e representações sociais da maternidade e da infância no contexto de oposição ao regime do Estado Novo.

Concretamente, três temáticas principais emergiram da análise, reunindo em torno de si as denúncias mais ferozes e recorrentes feitas pelas mulheres comunistas relativamente às condições de vida das mães trabalhadoras e das crianças à época. No geral, ao longo de quase uma década e meia de publicação deste boletim, reclamaram-se medidas que garantissem direitos básicos às mulheres grávidas e mães trabalhadoras, como salário igual para trabalho igual, licenças pagas antes e depois do parto e acesso gratuito à educação para os seus filhos.

Mais especificamente, em matéria de cuidados de saúde materno-infantis, denunciavam-se os fracos resultados em saúde do país e reclamava-se a melhoria do acesso e da qualidade da assistência na gravidez e no parto. Sobre a condição social das mulheres, várias peças publicadas em *A Voz das Camaradas* apelavam à solidariedade entre mulheres, ao enfrentamento das estruturas patriarcais e à implementação de políticas que valorizassem as contribuições das mulheres em todas as esferas da sociedade e também como mães. Finalmente, quanto à proteção da infância, *A Voz das Camaradas* foi palco da denúncia das situações de miséria enfrentadas por tantas crianças em todo o país, das dificuldades das famílias trabalhadoras em zelar pelo bem-estar e garantir um futuro digno aos seus filhos, destacando os problemas de acesso das crianças portuguesas à educação e a uma escolarização de qualidade.

Para concluir, a publicação *A Voz das Camaradas* constituiu um testemunho poderoso e essencial da história das mulheres clandestinas em Portugal, proporcionando uma perspetiva íntima e profundamente relevante sobre os seus desafios e aspirações durante um período crucial da história do país. No ano em que se celebram os 50 anos do 25 de abril de 1974, o regresso a estas fontes de informação reforça a sua importância na compreensão do papel das mulheres na luta política contra a ditadura, pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Mas, através desta análise, procurou-se não apenas valorizar o contributo das mulheres e o seu compromisso com a mudança social, mas também recuperar memórias sobre temáticas muitas vezes secundarizadas, mas nem por isso pouco importantes, para compreender o tempo histórico que antecedeu a Revolução de 1974.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, V. (2017). *Mulheres na Clandestinidade*. Lisboa: Edições Parsifal.
Tengarrinha, M. (2004). *Quadros da Memória*. Lisboa: Edições Avante.
Tengarrinha, M. (2018). *Memórias de uma falsificadora. A luta na clandestinidade pela liberdade em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.

Boletins de *A Voz das Camaradas*

- A Voz das Camaradas*. (1956, junho). Boletim nº 1. PCP.
A Voz das Camaradas. (1956, setembro). Boletim nº 4. PCP.
A Voz das Camaradas. (1957, janeiro). Boletim nº 8. PCP.
A Voz das Camaradas. (1957, março-abril). Boletim nº 10. PCP.
A Voz das Camaradas. (1957, maio-junho). Boletim nº 11. PCP.
A Voz das Camaradas. (1958, junho-julho). Boletim nº 15. PCP.
A Voz das Camaradas. (1961, junho). Boletim nº 19. PCP.
A Voz das Camaradas. (1963, abril). Boletim nº 31. PCP.
A Voz das Camaradas. (1963, junho). Boletim nº 33. PCP.
A Voz das Camaradas. (1963, agosto-setembro). Boletim nº 34. PCP.
A Voz das Camaradas. (1965, junho). Boletim nº 42. PCP.
A Voz das Camaradas. (1966, abril). Boletim nº 45. PCP.
A Voz das Camaradas. (1970, março). Boletim nº 50. PCP.

TODOS DIFERENTES, TODAS IGUAIS: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES DA FIGURA FEMININA NAS ANTOLOGIAS DE PORTUGUÊS DO TERCEIRO AO QUINTO ANO DO ESTADO NOVO E DA SÉTIMA À NONA

MARIA JOÃO SILVESTRE

MESTRE EM LITERATURAS E CULTURAS AFRICANAS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA (UNL/FCSH).

A problemática do feminino e do género está na ordem do dia. Contudo, há que reconhecermos que este estudo surgiu, essencialmente, de uma postura interrogativa perante o que nos é apresentado como inquestionável. E da consciência de quão perigosa é a aceitação de dados adquiridos na estruturação da(s) identidade(s) e na configuração das relações sociais de modo dualístico (social / individual, preto / branco, colonizador / colonizado, masculino / feminino).

Creemos que a irredutibilidade é incompatível com a complexidade do humano e, logo, redutora. Assim, o objetivo primeiro deste trabalho é o de sugerir linhas de reflexão no sentido da desconstrução dos pressupostos dialéticos que orientam muitas das perspetivas em vigor sobre a África lusófona, sem deixarmos de lhes reconhecer a utilidade.

O feminino terá sido o pretexto encontrado para o confronto ideológico. Porque intuímos do interesse em aferir a distância e/ou a proximidade entre um projeto político, o do Estado Novo, que assume o lar como o *habitat* natural da mulher, e outro, o da pós-independência moçambicana, empenhado na consolidação de um compromisso ideológico que visa a reabilitação da mulher na sociedade moçambicana.

Eventualmente, a nossa condição feminina terá ditado alguma coisa na escolha; bem como a consciência de que é urgente questionar os processos de transmissão dos valores de género, pois alimentam desequilíbrios nocivos a ambos os sexos.

O facto de o corpus de análise ser constituído por livros didáticos deve-se essencialmente, à instrumentalização de que os mesmos são alvo, como atestam os vários estudos feitos sobre o assunto, muitos deles a incidir sobre as representações da mulher.

A IMPORTÂNCIA DAS ANTOLOGIAS DE PORTUGUÊS DO TERCEIRO AO QUINTO ANO DO ESTADO NOVO E DA SÉTIMA À NONA CLASSE DA DÉCADA DE NOVENTA

O *corpus* selecionado para análise constitui um espaço privilegiado para o estudo das representações da figura feminina.

Por um lado, o grande investimento ideológico do Estado Novo na figura feminina: a mulher queria-se no aconchego do lar, a tratar dos filhos e a obedecer ao homem, pela maternidade era concebida como “coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral (...) Deixemos, portanto, o homem a lutar com a vida no exterior, na rua... E a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa” (Ferro, 1933, p. 133).

Por outro lado, a década de noventa, em Moçambique, foi um período ideologicamente herdeiro das diretrizes da independência, que apontavam para a emancipação

da mulher como “(...) necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo” (Machel, 1974, p. 5).

Contudo, a década de noventa caracteriza-se pelo acentuado abandono escolar feminino, com um consequente reforço da política educativa na promoção de investigações sobre o assunto e de projetos de apoio às estudantes.

O forte empenho ideológico nestes dois períodos é ainda denunciado na imposição de um livro único para cada disciplina.

O cruzamento dos dados resultantes da análise destes manuais fará incidir alguma luz sobre pontos de afastamento e de contacto nas representações da mulher em contextos políticos assumidos como antagónicos; simultaneamente, permitir-nos-á verificar a evolução das perspetivas sobre o feminino num espaço lusófono e dos objetivos ideológicos dirigidos à mesma faixa etária.

A disciplina de Português reveste-se de particular importância na formação, pelas propriedades da literatura, objeto primordial desta disciplina, que aqui surge como espaço-reflexo de representações, mas também com um evidente papel de indução à construção da representação da identidade. O recurso a textos literários, predominantes na estrutura das antologias escolares de Português, na sua maioria com características de histórias, possibilita a integração do aspeto afetivo no cognitivo (Egan, 1994, p. 50).

O facto de a faixa etária para a qual apontam estas sequências de antologias coincidir com a adolescência é pertinente na concepção do manual escolar como veículo de doutrinação. A adolescência é a etapa da vida humana associada ao conflito e ao questionamento, à procura da própria identidade e de valores genuínos. (Cardoso, s/d, p. 94).

É a fase da responsabilização e da definição das diretrizes existenciais (Bornemann, 1981, p. 164).

No cerne desta questão, surgem as representações da figura feminina nos manuais escolares referidos, que esboçam a perfil da mulher que se pretende formar. Resalvemos que este perfil pretendido em termos educativos pode não ser concretizado, pois as representações formam comportamentos, mas também são reformuladas pelos mesmos e há uma infinidade de variantes, neste caso concreto, que podem condicionar a eficácia dos projetos ideológicos materializados nestes manuais. Algumas dessas variantes são, e.g., a oposição entre a uniformização para a qual apontam os sistemas educativos em causa e a heterogeneidade cultural do meio moçambicano; a disparidade de representações da escola na sociedade moçambicana; as dificuldades materiais, afectivas e mesmo físicas (a insuficiente rede escolar, as grandes distâncias a percorrer para a escola) que sempre se colocaram como entrave à eficácia das políticas educativas.

AS REPRESENTAÇÕES DA FIGURA FEMININA NO *CORPUS* SELECIONADO

Comparando os dados relativos à seleta de Português do terceiro ano, edição de 1956, aprovada oficialmente como livro único em 1953, para todo o território português da época, com a informação resultante da análise da antologia moçambicana da mesma disciplina, em vigor como livro único, na década de noventa, para a sétima classe, nível equivalente àquele, em Moçambique, constatámos que a antologia moçambicana utiliza ilustrações para os textos, no total de 34% de imagens de figuras femininas, e a portuguesa não; ambas não são coloridas; a cor é reservada só para a

capa da moçambicana; quanto ao formato, a portuguesa é um A5 e a moçambicana, aproximadamente, A4.

A primeira tem 191 páginas, 66 textos, alguns de várias páginas, e 36 unidades didáticas; a segunda tem 103 páginas, 98 textos curtos e 7 unidades didáticas; é comum a ausência de questionários de orientação de leitura ou de outro tipo, vulgares nos atuais manuais portugueses da mesma disciplina.

A seleta portuguesa não tem textos de autoria feminina; a moçambicana tem 7,1% de textos escritos por mulheres; quanto à inclusão de personagens/figuras femininas, verifica-se que na seleta portuguesa predominam, com 71%; na moçambicana restringem-se aos 15,3%, que, mesmo somados aos 34% de imagens de figuras femininas, 49,3%, ficam aquém nas alusões à mulher.

A antologia moçambicana sugere mais representações da mulher associadas à intelectualidade (professora, poetisa, locutora) do que a portuguesa, limitada (a uma filha com quem é agradável comunicar ideias).

Ambas incluem representações de velhas associadas à ancestralidade e à tradição; dá-se algum destaque a atividades tradicionais (seleta portuguesa — fiar, tecer, dobar; antologia moçambicana — artesanato, dança), bem como a sugestão de que deve ser exercido um papel pedagógico sobre a figura feminina.

Insiste-se na figura materna, sobretudo associada ao sofrimento, enfaticamente na seleta portuguesa.

Nesta última salienta-se, ainda, a religiosidade da mulher; a configuração do ser feminino como resignado e submisso ao masculino, que lhe dá sustento, protecção, poder em virtude do seu, e pode chegar mesmo a decidir da sua vida; a resignação feminina também surge na antologia moçambicana, mas sem a ênfase da portuguesa.

Na seleta portuguesa, privilegia-se a associação da mulher à aparência física e a provinciana é mais referida que a cidadina; na antologia moçambicana, mantém-se a associação da mulher à beleza física, privilegiando-se os visuais tradicionais.

Como especificidades, o manual português aponta ainda para representações de estrangeiras, associadas à beleza exótica, à superstição e à estranheza, e o moçambicano veicula, sobretudo nas ilustrações, dois tipos de representações não contempladas naquele: a da mulher ativa, em harmonia, feliz, e a da mulher masculinizada, a guerreira.

Articulando os dados relativos à seleta de Português destinada aos 4.º e 5.º anos, aprovada em 1953, com os das antologias moçambicanas da 8.ª e da 9.ª classes, equivalentes nos níveis de ensino, verificámos que se mantêm as diferenças apontadas para o nível anterior, relativamente à exclusão de questionários, às ilustrações, ao formato, à cor, salientando-se somente o recurso ao verde, por vezes, no manual da 9.ª classe.

O formato da antologia da 8.ª classe é semelhante ao da portuguesa (A5) e o da 9.ª classe é A4.

Como já foi referido, a antologia portuguesa dirige-se ao 4.º e ao 5.º ano, sendo a continuação da seleta do 3.º ano; as moçambicanas correspondem a uma unidade independente para cada uma das classes.

A seleta portuguesa tem 327 páginas, 163 textos, 5 unidades didáticas, organizadas numa base cronológica; a da 8.ª classe tem 190 páginas, 93 textos e não é organizada por unidades didáticas; a da 9.ª classe tem 160 páginas, 120 textos, 12 unidades didáticas, organizadas em torno de uma obra, *Xicandarinha na lenha do mundo*, de Calane da Silva.

Esta obra tem ainda 4% de textos de autoria feminina; a antologia moçambicana para a 8.^a classe tem mais, 7,5%, e a da 9.^a classe tem menos, 2,5%.

Quanto à presença de textos com personagens/figuras femininas, o manual português tem maior percentagem (42%) do que os manuais moçambicanos (8.^a classe — 34,4%; 9.^a classe — 40%).

Para facilitar a comparação destas obras, unificámos os dados dos dois manuais moçambicanos e ignorámos as ilustrações, no sentido de uma maior aproximação ao manual português (um só volume para dois níveis, sem ilustrações).

Assim, a seleta portuguesa continua a ser a que contém mais textos com personagens/figuras femininas, 42%, contra 37,5% (da soma dos textos das antologias moçambicanas); estas últimas apresentariam, então, 4,6% de textos de autoria feminina, percentagem próxima dos 4% da seleta portuguesa.

Tanto na seleta portuguesa como nas antologias moçambicanas predominam as representações da mãe e da companheira.

A seleta portuguesa, apesar de focar a figura materna, privilegia a representação da mulher amada, nas suas várias concretizações; a antologia moçambicana da 8.^a classe também, e a da 9.^a enfatiza a representação da mãe, sem deixar de realçar a da companheira.

Traços comuns nestas antologias são a submissão e o sofrimento das esposas, bem como a dor e o enaltecimento das mães. Como principais traços distintivos temos a idealização e espiritualização da mulher amada, na seleta portuguesa, a par do realce dado à sensualidade feminina nas antologias moçambicanas.

Na relação afetiva entre homem e mulher, a submissão feminina é um aspecto comum, mas, na antologia portuguesa, destaca-se a submissão masculina à mulher amada (contudo sempre em situação de distância afetiva ou física); na moçambicana, difere o privilégio dado ao companheirismo e à harmonia do casal.

A antologia portuguesa valoriza a beleza petarquista e a moçambicana distingue a beleza africana.

As figuras maternas da selecta portuguesa são sobretudo homenageadas pelo carinho, conforto e proteção que garantem aos filhos, bem como pelo sofrimento causado pela ausência ou pelo destino do filho.

As antologias moçambicanas insistem nestas características, contudo acentuam a faceta da mãe que garante a subsistência da família.

Especificamente, a seleta portuguesa dá algum destaque à figura da mulher de letras, poetisa ou profunda conhecedora da vertente literária, e as antologias moçambicanas à mulher activa e com trabalho remunerado.

No corpus analisado, nenhuma das categorias identificadas (personagens / figuras femininas; autoria feminina e ilustrações de figuras femininas) está, em termos de presença, em equilíbrio com as referentes à figura masculina, sempre em vantagem numérica, à excepção da seleta portuguesa dirigida ao 3.º ano, na qual existe uma elevada percentagem de textos com figuras femininas, apesar de não haver textos de autoria feminina.

Quatro dezenas de anos e uma viragem política de muitos graus em sentido contrário não foram suficientes para marcar uma alteração efetiva nas representações do feminino no espaço moçambicano.

Acresce que, percentualmente, as seletas do Estado Novo têm a mulher mais presente nos seus textos do que as da década de noventa.

Em termos qualitativos, parece estarmos perante um determinismo biológico que, pela maternidade, remete a mulher definitivamente para o lar e prolonga o cor-

dão umbilical, que a une aos filhos, pela vida fora. As grandes inquietações femininas parecem gerar-se em torno da sua prole, especialmente da masculina. Isso explicará a associação da velha à tradição, um processo educativo das gerações mais novas. Até as atividades remuneradas, um sinal dos tempos e das características da economia moçambicana, são, quase sempre, extensão do saber doméstico, da competência materna: cuidados de saúde, educação, comércio alimentar, costura.

Contraditoriamente, a responsabilidade educativa da mulher condiciona o seu processo individual de crescimento intelectual. Daí, por um lado, que as letras, supostamente mais recreativas, mais propensas a um autodidatismo, sejam o caminho sugerido para voos mais altos; por outro lado, nota-se também alguns incentivos a posturas pedagógicas do masculino para com o feminino.

A relação com o masculino institui-se maioritariamente numa base dialéctica de poder, implicando um servidor e um servido, uma vítima e um opressor. Apesar de haver, no entanto, algumas nuances de diferença no sentido da harmonia afetiva, nas antologias da década de noventa, nota-se que, tendencialmente, é a figura feminina que se submete, acata e resigna.

Daí uma exclusão dos círculos decisórios, do poder instituído: ou por ausência de referências ou pela carga negativa atribuída às mulheres poderosas (traição, divisão familiar). Não será por acaso que, nas seletas portuguesas, a figura feminina mais poderosa é a Virgem Santíssima, cujo poder lhe foi conferido pela maternidade; e é um poder de intercessão junto de Deus, entidade masculina.

Cremos que as representações do género, particularmente do feminino, serão das mais persistentes, tendem a perdurar pelos tempos, exercendo coação sobre perspectivas inovadoras. O corpus analisado comprova-o, não só pelos aspetos recorrentes na visão da mulher, mas sobretudo pela remissão aos textos judaico-cristãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, A. A. (1973). *Panorama da educação em Moçambique*. Imprensa Nacional de Moçambique.
- Allport, F. H. (1924). *Social Psychology*. Houghton-Mifflin.
- Apple, M. (1982). *Ideologia e currículo*. Brasiliense.
- Apple, M. (1989). *Educação e poder*. Artes Médicas.
- Althusser, L. (1970). *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Biblioteca Universal Presença.
- Amâncio, L. (2000). *Identidade Social e relações intergrupais*. *Psicologia Social*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Amâncio, L. (1999). *Masculino e Feminino. A construção social da diferença*. Afrontamento.
- Auerbach, E. (1968). *Mimésis — la représentation de la réalité dans la littérature occidentale*. Gallimard.
- Barreno, M. I. (1985). *O falso neutro*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Barrett, M. (1980). *Woman's Oppression Today*. British Library.
- Bernstein, B. (1988). *Educación y conciencia*. CIDE.
- Bornemann, E. (1981). A formação da personalidade. *Psicologia pedagógica* (2.ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Brandão, E. (1979). Estereótipos em manuais escolares. *Cadernos da Condição Feminina*, 9. Comissão da Condição Feminina.
- Cardoso, C. (s/d). *Curso de formação psicopedagógica*. Ratio Persona.
- Egan, K. (1994). *O uso da narrativa como técnica de ensino*. D.Quixote.
- Ferreira, A. (1933). *Salazar — o homem e a sua obra*. Empresa Nacional de Publicidade.
- Leal, I. (1979). A imagem feminina nos manuais escolares. *Cadernos da Condição Feminina*, 11. Comissão da Condição Feminina.
- Machel, S. (1974). *Fazer da escola uma base para o povo tomar o poder*. Edições da FRELIMO.
- Tavares, J.P. (1956). *Selecta literária parte I* (3.º ano). Sá da Costa.
- Tavares, J.P. (1956). *Selecta literária parte II* (4.º e 5.º anos). Livraria Simões Lopes.
- Português-7ª classe*. (1984). República Popular de Moçambique, 1989.
- Português-8ª classe*. (1990). INDE-RPM.
- Português-9ª classe*. (1991). INDE-RPM.

A MULHER ALPIARCENSE NO TRABALHO E NA POLÍTICA: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA

NUNO PRATES

MUNICÍPIO DE ALPIARÇA. INVESTIGADOR COLABORADOR DO CENTRO DE ESTUDOS DE SOCIOLOGIA E ESTÉTICA DA MÚSICA – NOVAFCSH/CESEM-NIM. INVESTIGADOR CENTRO DE INVESTIGAÇÃO PROFESSOR DOUTOR JOAQUIM VERÍSSIMO SERRÃO – SANTARÉM

RICARDO HIPÓLITO

INVESTIGADOR EM HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL

RESUMO

A atividade económica de Alpiarça assentou essencialmente no setor primário, a agricultura, havendo indústrias com alguma importância derivadas da vitivinicultura e oleicultura.

A mulher, no campo, desenvolvia trabalho árduo, por vezes ombro a ombro com o homem mas, até à década de setenta do século passado, o seu vencimento era sempre metade do valor da *jorna* dos seus companheiros. Em muitos lares, era a elas que competia o *governo* financeiro da família. Por isso, não será abusivo referir que em parte da comunidade assentava numa sociedade patriarcal.

Perante uma vida madrastra, as mulheres e homens alpiarcenses, trabalhadores do campo, desde muito cedo, sentiram bem viva na sua pele a injustiça.

A mulher não só esteve presente nas muitas lutas desenvolvidas, como marcou tantas e tantas vezes a dianteira ou a direção das mesmas.

Em quase todas as lutas e movimentações populares a sua presença dinâmica foi uma realidade. Só de 1944 até 1973 existem registos de mais de quarenta lutas ou manifestações de carácter político realizadas no concelho de Alpiarça, onde as mulheres marcaram presença ombro a ombro com os homens ou com reivindicações próprias.

Quer fosse nas praças de jornas ou fosse nos *ranchos agrícolas*, quer fosse em manifestações (de regozijo, fosse ainda em horas de luto e de raiva, como aquando dos funerais de Alfredo Lima (1930/1931-1950) e de Maria Albertina Sabino (1940-1964), em manifestações comemorativas de efemérides, como o Dia da Mulher, o 1º Maio ou o 5 de Outubro ou ainda em autênticos levantamentos populares contra vagas de prisões, contra a fome e o racionamento ou pelo emprego, as mulheres ouviam-se, estavam na primeira linha do combate.

Muitas mulheres do concelho de Alpiarça estiveram na luta organizadas em Comissões de Praça, de Rancho, em organização partidária, em Coletividades, em Movimentos Cívicos ou simplesmente de forma isolada, mas solidária com os mais destacados lutadores contra o Fascismo, conscientes dos graves riscos que podiam causar-lhes as suas ações (para a sua liberdade e integridade física e também dos seus parentes mais próximos).

Outras, estiveram envolvidas na luta, entre paredes, no silêncio das suas casas. E não foram poucas as que abriram as suas portas para reuniões ou refúgio de clandestinos.

Joaquina Farinha Relvas (1913-1995), operária agrícola, viria a ser, pelo que se tem conhecimento, a primeira mulher alpiarcense a ser presa por motivos político/labo-

rais. No ano de 1936 foi uma das trabalhadoras rurais que se manifestava na Praça de Jornas, em luta pelo aumento do salário ou, como à época se dizia, *da fêria*, facto este que para o regime constituía uma autêntica heresia, ainda para mais sendo mulheres a fazê-lo, chegando-se mesmo, particularmente nas primeiras décadas após a *Revolução de Maio*, a colocar no mesmo plano os que lutavam por melhores condições de vida e pelos direitos cívicos e os que praticavam atos de criminalidade comum. A G.N.R interveio, montada a cavalo, agredindo e, com os animais, pisando trabalhadores. Com Joaquina Farinha Relvas, foram também presos vários trabalhadores rurais.

PALAVRAS-CHAVES: Alpiarça; Mulher; Política; Resistência; Trabalho.

ALPIARÇA: DA ORIGEM DO TOPÓNIMO À CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA, SOCIAL E ECONÓMICA

Alpiarça em tempos também se escreveu *Alpiaça*, é um topónimo a que geralmente se atribui origem árabe, está ligado ao rio que passa junto à povoação, o rio Alpiarça, Ribeira de Ulme, ou vala de Alpiarça.

Seria talvez a aglutinação dos vocábulos Al (árabe) e Peaça (latino). Para alguns autores como José Pedro Machado ou J. Diogo Correia, o topónimo Alpiarça está ligado à palavra portuguesa peça, precedido do artigo arábico Al. Peça provém de Peia ou seja embaraço, impedimento. Ora este nome terá surgido pela quantidade de algas que se juntava a jusante do rio Alpiarça, *São grande Peia (Peça), que os proprietários dos campos marginais não tentam, sequer, remover, por ser quase nulo o declive do leito da vala naqueles sítios*¹.

Segundo Baptista de Lima, o nome da povoação também vem de peça, segundo este autor, peça é *correia que prende o boi à canga*², antecedido do vocábulo Al. Na opinião de Batalha Gouveia, o topónimo Alpiarça está ligado a um culto pagão antiquíssimo, este tinha por base a adoração à lua. Na opinião deste autor no topónimo Alpiarça estão aglutinados os termos orientais *abala* e "*arta* que significam *espírito santo* e "*divina - mater*.

Quando o vocábulo vem para a península passou de alaba para alba tomando também, a forma albi e por fim alpi, depois das invasões nórdicas.

Arta foi adoptada com teónimo, antropomorfizado, numa divindade que concentrava em si os poderes cósmicos – vitais da fecundidade feminina.

A palavra oriental e ibérica arta significa *ordem*, no grego ordem é designado por takis e para designar boa, utilizava a prefixo *eu*, forma-se então o composto eutakis (boa ordem). Esta expressão entrou no latim com a designação de estaquios, o santo padroeiro de Alpiarça, é Santo Eustáquio.

Quem estiver em Santarém, nas históricas muralhas das Portas do Sol, e estender a vista pela grandeza da campina ribatejana que o tejo percorre a caminho da sua foz, verá de longe sobre a esquerda uma povoação que à distância parece pequena, e da qual sobressairá a torre da igreja matriz. É a vila de Alpiarça. Esta fica situada no coração do Ribatejo, paredes meias com a Lezíria, vizinha do rio tejo e do rio alpiarça. Situada na margem esquerda do Tejo, o concelho de Alpiarça é um dos 21 concelhos que compõem o distrito de Santarém. O concelho de Alpiarça ocupa uma área de 94

1 J. Diogo Correia, Notas toponímicas (Alpiarça), in *Revista de Portugal*, Vol. XXII, Lisboa, Tipografia da Editorial Império, Lda., 1957.

2 Baptista Lima, *Terras portuguesas*, Póvoa de Varzim, Arquivo histórico-corográfico ou corografia histórica portuguesa, 1932 a 1941

Km2, com uma única freguesia, a freguesia de Alpiarça, entre 1919 e 1926, o concelho era constituído por duas freguesias: Alpiarça e Vale de Cavalos, pertencente hoje ao concelho da Chamusca.

O concelho de Alpiarça é constituído pelos seguintes lugares: Frade de Baixo, Frade de Cima, Casalinho, Gouxaria, Quinta da Lagoalva de Cima, Quinta da Goucha, Atela, Patação e Mouchão do Inglês; conta actualmente com cerca de 8.000 habitantes. O concelho é envolvido a norte pelos concelhos da Chamusca e a sul pelo concelho de Almeirim, dista desta localidade 7 Km e de Santarém 11 Km. Elevada a categoria de concelho em 2 de abril de 1914, Alpiarça mostra-se como um concelho importante quer a nível social e cultural.

Essencialmente agrícola, Alpiarça tem muito para mostrar desde Arqueologia, História, Património, mas acima de tudo a simpatia das suas gentes.

Para o concelho de Alpiarça na primeira metade do século XX, verificou-se a vinda de homens, mas principalmente mulheres de outras regiões.

A população de Alpiarça que se dedicava à agricultura não era suficiente em determinadas épocas do ano, pelo que se verificavam migrações periódicas, no tempo dos intensos trabalhos agrícolas, como por exemplo, as vindimas.

Vinham na intenção de angariar sustento para o inverno, aceitando por isso o trabalho em condições duras.

As vindimas eram o trabalho que empregava maior número de braços, vinham para Alpiarça grandes ranchos de mulheres, eram dos distritos de Leiria, Coimbra e Portalegre. As trabalhadoras que na época das vindimas vinham da região de Alvaíazere, Ansião ou Figueiró dos Vinhos eram conhecidas pela população local pela designação de *barroas*. Eram grandes ranchos, a população local designava-as por *Rancho das Barroas*.

Estas migrantes residiam na *Casa da Malta ou Quartel*, normalmente estas casas não tinham grandes comodidades e localizavam-se quase sempre for a da vila.

A mulher de Alpiarça durante muito tempo não conheceu outro trabalho, senão o duro trabalho do campo, trabalhavam à semana, no fim recebiam a *fêria*, a mulher sempre esteve habituada a fazer um pouco de tudo no campo; *apanhar vides depois das podas, descava, desladroar, vindimar*, mas também mondar e ceifar arroz, enfim todos os trabalhos agrícolas (Figs. 1 e 2).

Quando saía de casa para o campo, a mulher de Alpiarça levava sempre a *malta* (farnel, almoço), uma trouxa que ela fazia com um pano (pano da malta), onde levava o almoço e normalmente os manguitos e os canos, no fim de tudo embrulhado era posto à cabeça. No inverno, era hábito usarem uma saia pelas costas (a chamada saia das costas) (Fig. 3).

A *malta* era deixada na *meia-laranja, ou água-travessa*, local onde se almoçava, este sítio também era conhecido por *malta*; um pouco antes de despegar, a capataza ou a aguadeira vinha acender o lume e já na hora de almoço assava-se os condutos. Também era comum caldeirar (cozinhar) à hora do almoço, muitos homens traziam a *burra* (pau ou ferro) que espetavam no chão e com a *caldeira* (pequena panela) aí coziam o almoço.

Normalmente, todos os ranchos tinham a sua aguadeira, uma mulher que trazia a água para quem andava a trabalhar. Trazia sempre a quarta de barro ou zinco e um púcaro de esmalte (Fig. 4).

Desde a Época Moderna verificou-se grande mobilidade geográfica no território português, anualmente, das três províncias do Norte saíam ranchos de homens (maltas) em direcção à Baixa Estremadura e Alentejo, para as vindimas, para as ceifas



Figura 1. Vindima – Rancho de mulheres com o típico lenço da cabeça que, durante a jornada de trabalho, era atado à frente, por debaixo do queixo. As uvas eram transportadas em grandes cestos de latão, à cabeça. Os cestos, só por si, pesavam muito, o que acrescido ao peso das uvas, fazia com que o transporte até à carroça (mais tarde, o trator) exigisse grande esforço. Uma das mulheres, a aguadeira, transporta uma *quarta* de barro à cabeça, tendo como missão distribuir água pelas suas camaradas. Acervo dos autores.



Figura 2. Paul da Gouxa –Monda do arroz – o lenço de cabeça era uma peça sempre presente na indumentária da mulher do campo. Aqui cresce-se o chapéu de aba. As mulheres trabalham descalças nos canteiros do arroz, tendo a proteger as respetivas canelas os *canos* (meias de lã a que são cortados os pés). Acervo dos autores.



Figura 3. Mulheres de um rancho com o traje de caminho (de Alpiarça para o local de trabalho no campo), com a *malta* à cabeça. Na *malta* é levado uma muda de roupa (a do trabalho) e o que comem durante a jornada. Acervo dos autores.



Figura 4. Na Cooperativa Agrícola Alfredo Lima, ao almoço na *meia-laranja* (local da propriedade onde o rancho se reunia para as refeições e onde ficavam os farnéis). Acervo dos autores.

ou para a apanha da azeitona. Eram os ratinhos que ceifavam as searas alentejanas, *gente miserável*, que normalmente se deslocava por costume para as mesmas regiões³. Para a Estremadura e para o Alentejo iam nos meses de setembro a março mais de 400 homens da região do Barroso, várias foram as famílias que no final do século XVIII e no início do século XIX se fixaram na região do Douro, vindos do Nordeste Transmontano trabalhavam na agricultura, na vinha e na apanha da azeitona.

Migrava-se por vários motivos, mas o principal seria a procura de trabalho e a riqueza noutras zonas.

Segundo João Pedro Ferro *As migrações internas eram mais facilmente temporárias, muitas vezes sazonais e se podiam ter na origem as mesmas razões que levavam à saída da Metrópole*⁴.

Para o Concelho de Alpiarça também desde os finais do século XIX, mas principalmente na primeira metade do século XX, se verifica a vinda de homens, mas principalmente mulheres de outras regiões para Alpiarça, para trabalhar na agricultura ou à procura do sável no rio tejo, são os pescadores da Foz do Lis, Vieira de Leiria (concelho da Marinha Grande) que na zona de Vila Franca de Xira tomam o nome de Avieiros, enquanto que em Alpiarça, são conhecidos por pescadores. A população de Alpiarça que se dedicava à agricultura não era suficiente em determinadas épocas do ano, pelo que se verificavam migrações periódicas nos períodos de intensos trabalhos agrícolas, como por exemplo, as mondas do arroz, ou as vindimas.

As mondas do arroz e as vindimas eram os trabalhos que empregavam maior número de braços, vinham para Alpiarça grandes ranchos de mulheres, hoje com a mecanização da agricultura, já não acontece.

O distrito de mais forte migração para Alpiarça, é o de Santarém, talvez pela proximidade geográfica, muitos eram aqueles que procuravam trabalho no concelho vizinho de Alpiarça.

Os trabalhadores que na época das mondas do arroz, das vindimas ou na apanha da azeitona vinham da região de Tomar ou de Figueiró dos Vinhos eram conhecidos pela população local pela designação de *barrões*, alguns tinham comedorias (alimentos) mas a maioria tinha unicamente o salário, a *féria*.

O contrato com os *barrões* era feito através de correspondência com o capataz que reunia os trabalhadores nos locais de origem.

Em Alpiarça, o ajuste dos trabalhadores locais era feito pelo capataz, ao domingo, era selado por uma *molhadura* que consistia em dar meio litro de vinho ao trabalhador, uma vez isto feito, ficava o contrato válido por uma semana, o local onde era feito o ajuste dos trabalhadores era designado por *Praça dos trabalhadores* ou *Praça das Jornas* em Alpiarça esta *praça* fazia-se ultimamente na zona da Praça Velha (hoje Largo Vasco da Gama).

Os trabalhadores que vinham de fora chegavam a Alpiarça nos meses de agosto, setembro e novembro, mas o mês de setembro devido às vindimas era quando chegavam mais *barroas*.

Estes migrantes que vinham trabalhar para Alpiarça não se fixavam no concelho, a não ser uma ou outra rapariga que casasse e aí se fixasse, os outros partiam para as suas terras de origem quando acabavam os trabalhos agrícolas.

3 João Pedro Ferro, *A população Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

4 *Idem, Ibidem*.

A vida era difícil, muitas eram as privações e dificuldades que passavam estas mulheres que vinham para Alpiarça, estas ficam bem expressas no Cancioneiro de Alpiarça através de algumas quadras que destacamos:

*Quem me dera lá na terra
À sombra da barraquinha
P'ra contar à minha mãe,
O que passei na vindima*

*Quem me dera lá na terra,
À sombra da mangerona,
P'ra contar á minha mãe
O que passei na azeitona*

Era nas vindimas que Alpiarça ficava com mais gente, era a chegada das *barroas* ficavam até ao fim da vindima, quando acabava era dado pelo patrão a *adiafa* (festa no fim da vindima), as raparigas mais novas cantavam cantigas, elogiam o patrão, no fim como recordação ofereciam-lhe a *bandeira*.

Um dos momentos mais importantes deste fim de ciclo agrícola era a Festa das Vindimas, cujo cortejo alegórico era composto pelas várias casas agrícolas, percorria as principais ruas da vila.

A MULHER ALPIARCENSE NO TRABALHO E NA POLÍTICA: HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA

O TRABALHO

A atividade económica em Alpiarça assentava basicamente na agricultura, praticamente assente na monocultura da vinha, com a maior parte da mão-de-obra a ser contratada pelos lavradores ou agrários, proprietários das grandes «Casas Agrícolas».

Os pequenos e médios proprietários (fazendeiros) não eram mais que «empresas familiares», ou seja, o trabalho agrícola era realizado pelos seus agregados familiares e, no caso daqueles últimos, só se contratava mão-de-obra fora desse círculo na época da vindima e pouco mais.

Até aos finais da década de sessenta do século passado existiu na vila a indústria da passa de uva que, desde há muitas décadas, tinha transformado Alpiarça no maior centro de produção daquele produto no nosso país, cujo destino era o consumo direto humano ou para a confeitaria, tanto em território continental como nas então colónias (Fig. 5).

O trabalho nas três fábricas existentes era predominantemente efetuado por mulheres.

No campo, a mulher desenvolvia trabalho árduo, por vezes ombro a ombro com o homem mas, até ao início da década de setenta o seu vencimento (jorna ou fêria) foi sempre metade do valor da jorna dos seus companheiros. Só por essa altura se reivindicou passar a ganhar-se setenta a setenta e cinco por cento do que ganhavam os homens, o que se conseguiu.

Em muitos lares, era às mulheres que competia o governo financeiro do agregado familiar. Por isso não será abusivo referir que parte da comunidade assentava numa sociedade matriarcal.

Perante uma vida madrastra, as mulheres e os homens alpiarcenses, trabalhadores do campo, desde muito cedo sentiram bem viva na sua pele a injustiça. Com este

sentimento poderá parecer incongruente a existência daquela desigualdade salarial até tão tarde mas, o que é certo, é que tal era entendido como uma tradição imutável (Fig. 6).



Figura 5. Na Cooperativa Agrícola Alfredo Lima, acabado o almoço, as operárias agrícolas preparam-se para a *ferra* (recomeço do trabalho). Acervo dos autores.



Figura 6. 1928 - Na fábrica de passa de uva de João Maria da Costa, mulheres a encaixotarem (em primeiro plano) passa de uva e, atrás, a transportarem tabuleiros com cachos de uva já seca ou para secar (Arquivo Cinemateca Portuguesa). Acervo dos autores.

AS LUTAS

Com um povo aguerrido na luta por uma sociedade mais justa, tendo Alpiarça, por exemplo, ficado associado ao grande movimento iniciado nos comícios do verão de 1907 no Ribatejo a favor da Implantação da República, a quase totalidade das lutas das mulheres e homens dos campos eram basicamente de cariz económico.

Com a implantação da organização do Partido Comunista Português (PCP) no concelho ocorrida em meados da década de quarenta aquelas lutas foram enquadradas politicamente.

A mulher não só esteve presente nessas como marcou tantas e tantas vezes a dianteira ou a mesma direção das mesmas (Fig. 7).

Em quase todas as lutas e movimentações populares a sua presença dinâmica foi uma realidade.

Só de 1944 até 1973 existem registos de mais de quarenta lutas ou manifestações de carácter político realizadas no concelho de Alpiarça, onde as mulheres marcaram presença a par dos homens ou com reivindicações próprias (Figs. 8 e 9).

Fosse na praça de jorna, fosse nos ranchos ou, ainda, em manifestações de regozijo como nas vitórias sobre o nazi-fascismo e do General Humberto Delgado, nas *eleições* presidenciais no concelho, nas horas de luto ou de raiva, como ocorrido aquando, nos funerais de Alfredo Lima (junho de 1950) e de Maria Albertina Sabino (abril de 1964), de comemorações de datas importantes para as cidadãs e cidadãos antifascistas (Dia da Mulher, Dia do Trabalhador ou comemoração da Implantação da República), levantamentos populares contra vagas de prisões, a fome e o racionamento de produtos alimentares ou ainda pelo emprego, as mulheres faziam-se ouvir, estando sempre na primeira linha do combate (Fig. 10).

A CLANDESTINIDADE

Muitas mulheres do concelho de Alpiarça estiveram organizadas em comissões de praça ou de rancho agrícola, no Partido Comunista Português, em colectividades populares de cultura e recreio, em movimentos cívicos ou, aqui ou ali, de forma isolada, mas solidária com os mais destacados lutadores contra o fascismo, conscientes dos graves riscos que podiam causar-lhes essas ações (para a sua liberdade e integridade física e também dos seus parentes mais próximos).

Outras estiveram envolvidas entre paredes, no silêncio das suas casas. E não foram poucas as que abriram as portas das suas casas para reuniões clandestinas ou para refugiarem clandestinos.

Uma das mulheres que escolheu a clandestinidade para continuar a sua luta contra o regime fascista foi **Maria Albertina Sabino**, viria a falecer apenas com vinte e três anos, no dia 18 de abril de 1964, devido a complicações pós-parto, quando vivia na clandestinidade com o seu companheiro Manuel Mendes Colhe, ambos militantes do PCP (Fig. 11).

Transportada por vizinhas deu entrada pelas dezanove horas e trinta minutos no Hospital de Santa Maria, em Lisboa, sob um nome falso, Maria Fernanda Pais Damião. Devido ao seu estado grave, passadas duas horas da entrada no hospital, viria a falecer (Fig. 12).

A PIDE apresentou outra versão, ou seja, que Maria Albertina tinha sido transportada pelo seu companheiro, também com falsa identificação de João Manuel Novais. O casal vivia há três meses numa barraca na Quinta da Várzea, em Póvoa de Santo Adrião (Odivelas).



Figura 7. Na Cooperativa Agrícola do Mouchão do Inglês, a preparar a terra numa seara de tomate. Acervo dos autores.

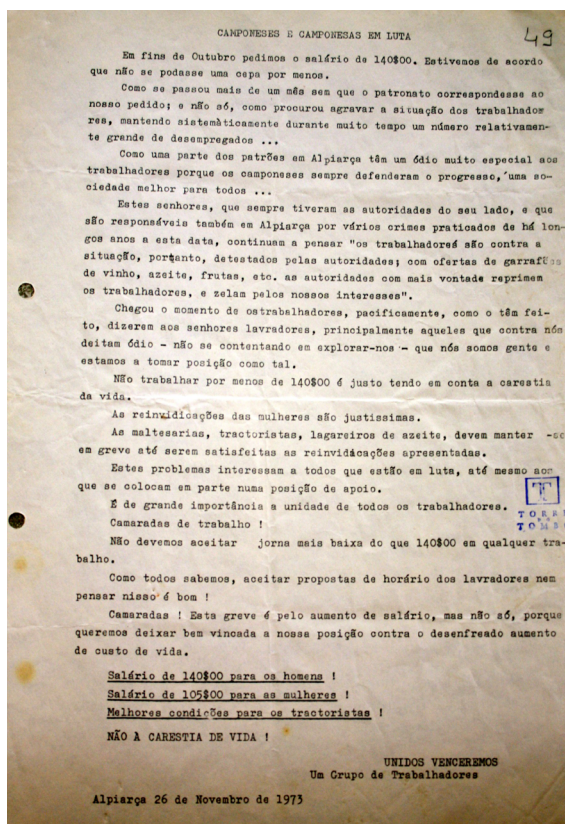


Figura 8. Comunicado - Aumento de Salários - 26 de novembro de 1973, ANTT, Arq. PIDE/DGS. Acervo dos autores.

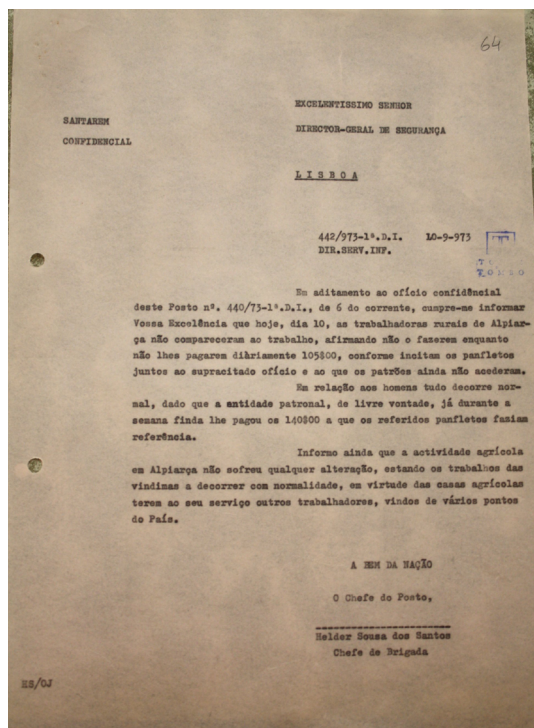


Figura 9. Greve - 10 de setembro de 1973, ANTT, Arq. PIDE/DGS. Acervo dos autores.



Figura 10. Mulheres na frente da manifestação de regozijo pela vitória das Nações Aliadas contra o nazi-fascismo (maio de 1945). Acervo dos autores.

Maria Manuela da Costa Almeida, companheira de Francisco Presúncia Bonifácio (Chico Galiza), foi outra alpiarcense que, em 1960, seguiu os caminhos da clandestinidade, os quais só Abril de 1974 os faria cessar.

Entre outras tarefas, esteve à frente de casas do Partido (PCP) em vários pontos do país (no Ribatejo, no Oeste e na região de Lisboa), desenvolveu trabalho tipográfico numa casa situada em Odivelas e, com a criação da Acção Revolucionária Armada (ARA), com o seu companheiro, foram responsáveis por um paiol (Fig. 13).

Maria Luísa Feliciano abraçaria também a clandestinidade como o seu companheiro Carlos Pinhão Correia, vivendo na Margem Sul do Tejo e na região do Porto, desde 1961 até 1973, partindo para o exílio, em França (Fig. 14).

Manuela Pratas Perpétua e a sua sogra, **Joaquina Lopes**, viveram igualmente na clandestinidade na década de quarenta, até 1950.

Madalena Oliveira, nascida em Esmoriz, Ovar, mas há muitos anos radicada em Alpiarça, conheceria a vida clandestina, como militante do PCP, desde 1961 até 26 de maio de 1969, data em que foi presa em Lisboa pela PIDE.

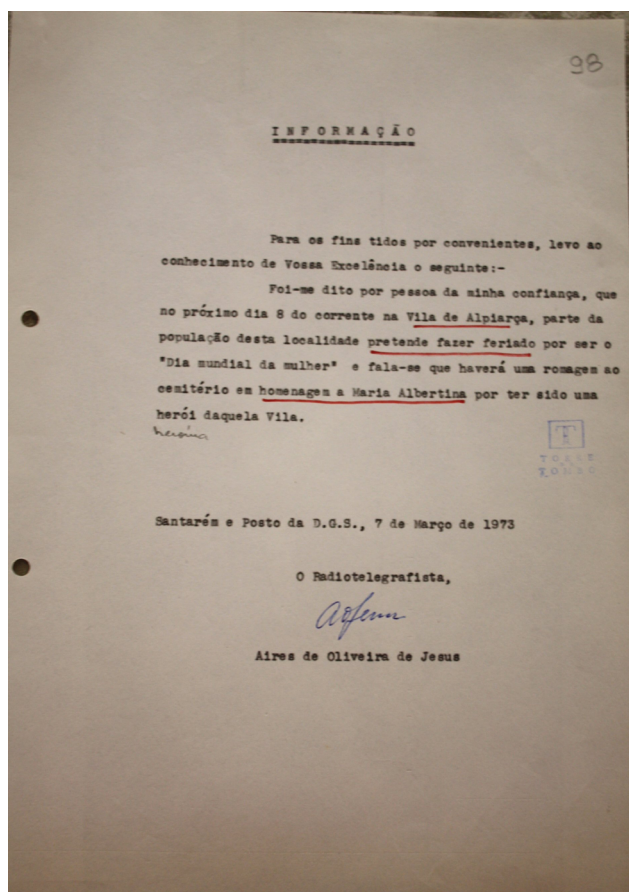


Figura 11. Homenagem a Maria Albertina Sabino, Dia da Mulher, 7 de março de 1973 ANTT, Arq. PIDE/DGS. Acervo dos Autores.



Figuras 12 e 13. Maria Albertina (assinalada na foto), com algumas das suas camaradas de trabalho numa fábrica da passa de uva, pouco antes de partir para a clandestinidade. Acervo dos autores.



Figura 14. Chegada ao cemitério de Alpiarça da urna com os restos mortais de Maria Albertina Sabino, militante do PCP, falecida na clandestinidade em 18 de abril de 1964, por complicações pós-parto devido à falta de acompanhamento médico. Acervo dos autores.

As Prisões

JOAQUINA FARINHA RELVAS (1913-1995), operária agrícola, viria a ser a primeira mulher alpiarcense a ser presa por motivos político-laborais.

Em 1936, em data não apurada, foi uma das trabalhadoras que se manifestava numa praça de jorna, em luta pelo aumento da fêria, facto que para o regime constituía uma heresia, ainda para mais sendo mulheres a fazê-lo, chegando-se mesmo, particularmente nas primeiras décadas após a Revolução de Maio, a colocar no mesmo plano os que lutavam por melhores condições de vida e pelos seus direitos cívicos e os que praticavam os chamados delitos comuns, como roubos, furtos, estupro ou homicídios.

A GNR, montada a cavalo, interveio não só agredindo como pisando intencionalmente trabalhadores e trabalhadoras com as suas montadas.

A par de Joaquina Relvas, foram presos vários trabalhadores rurais (Fig. 15).

Outras mulheres foram presas durante a ditadura fascista.

Joaquina Freitas Vital, costureira, foi presa pela PIDE suspeitar que estivesse de algum modo ligada ao assassinato, em 1950, do seu familiar e antigo militante e funcionário do PCP, Manuel Vital. Os autos viriam a ser arquivados por nada se provar. Joaquina Vital estaria, no entanto, associada à luta contra Salazar, facultando que a sua casa servisse de refúgio a vários militantes do PCP e a outros antifascistas (Fig. 16).

CLARISSE TACÃO, **FELISMINA FIGUEIREDO** e **LUCINDA SAMARRO**, a primeira apenas com dezasseis anos, foram presas na sequência dos violentos confrontos ocorridos na praça de jorna realizada em 4 de junho de 1950, dos quais resultaram a morte a tiro pela GNR do jovem Alfredo Lima (dezanove anos), ferimentos em vários outros trabalhadores e várias dezenas de prisões (Figs. 17 a 19).

Clarisse Tacão, apesar da sua idade, foi considerada pelas autoridades como a principal instigadora para o confronto com a GNR. Naquele ano seria a pessoa mais nova presa em Portugal por motivos políticos.

Como atrás foi referido, Madalena Oliveira foi também outra mulher presa pela PIDE devido à sua militância no PCP, em 26.05.1969, sendo libertada, mediante recurso para o Supremo Tribunal de Justiça em 31.03.1970. Em 12 de maio deste mesmo ano foi abrangida por uma amnistia (Decreto-Lei nº 204/70) (Fig. 20 a 24).



Figura 15. Maria Manuela Costa Almeida. Acervo dos autores.



Figura 16. Chico e Manuela, no Cacém, junto à casa do Partido onde viveram. Acervo dos autores.

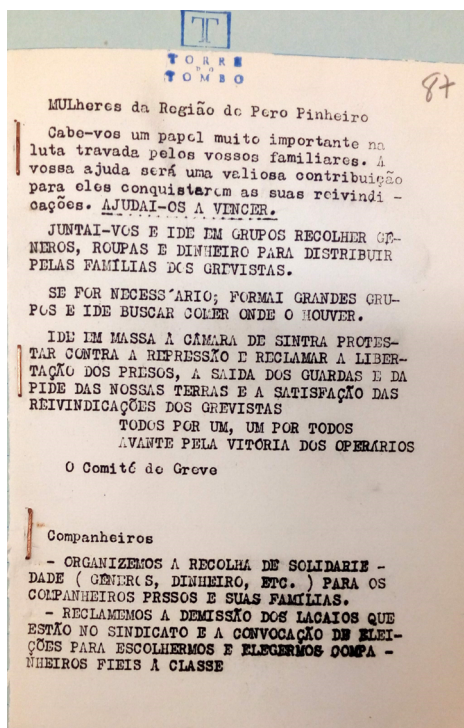


Figura 17. Exemplos de panfletos e tarjetas impressos na tipografia clandestina em Odivelas. Pº 2357/65 - ANTT - Arq. PIDE/DGS. Acervo dos autores.



Figura 18. Maria Luísa Feliciano.



Figura 19. Joaquina Farinha Relvas (1913-1995). Acervo dos autores.



Figura 20. Joaquina Freitas Vital. Acervo dos autores.



Figura 21. Clarisse Tacão. Acervo dos autores.



Figura 22. Felismina da Conceição Figueiredo (Felismina Sapateira). Acervo dos autores.



Figura 23. Lucinda da Cruz Samarro. Acervo dos autores.



Figura 24. Maria Madalena Ferreira de Oliveira. Acervo dos autores.

CONCLUSÃO

O nosso objetivo, com a realização deste estudo foi entender mais, o de dar uma noção da complexidade, e ao mesmo tempo de fascínio, por um assunto que foca tantas áreas da experiência humana. A principal questão que se nos colocou ao estudar este tema foi o de estarmos a lidar com os homens e a sua cultura, e não com um conceito.

Quando iniciamos este trabalho, sabíamos que muito havia para falar e descobrir sobre o papel da mulher no trabalho, na política e nas histórias de resistência, no concelho de Alpiarça.

A população de Alpiarça que se dedicava à agricultura não era suficiente em determinadas épocas do ano, pelo que se verificavam migrações periódicas, no tempo dos intensos trabalhos agrícolas, como por exemplo, as vindimas.

A mulher, no campo, desenvolvia trabalho árduo, por vezes ombro a ombro com o homem mas, até à década de setenta do século passado, o seu vencimento era sempre metade do valor da *jorna* dos seus companheiros. A mulher não só esteve presente nas muitas lutas desenvolvidas, como marcou tantas e tantas vezes a dianteira ou a direção das mesmas.

O que se esconde por trás de uma fotografia, ir à descoberta de várias mulheres e dos ambientes em que viveram.

Muito haverá ainda para estudar sobre elas, fica o nosso contributo com a certeza que iremos continuar a estudá-las e descobrindo certamente mais alguns elementos importantes das suas histórias de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, Jorge de, *Introdução ao estudo da História e Património locais*, cadernos de Arqueologia e Arte, 2, Coimbra, Instituto de Arqueologia - Faculdade de Letras de Coimbra, 1988.
- Arroteia, Jorge Carvalho, *A evolução demográfica portuguesa*, Biblioteca Breve, nº 93, Oficinas gráficas da Minerva do Comércio de Veiga e Antunes, Lda, 1985.
- Correia, J. Diogo, «Notas toponímicas (Alpiarça)», in *Revista de Portugal*, Vol. XXII, Lisboa, Tipografia da Editorial Império, Lda., 1957.
- Correia, J. Diogo, Toponímia Ribatejana, in *Voz de Alpiarça*, Setembro 1959.
- Gouveia, Batalha, «O Nome de Alpiarça», in *Voz de Alpiarça*, Novembro, 1978.
- Ferreira, João Pedro, *A população Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.
- Hipólito, Ricardo; *Os arroteadores do Vale da Lama da Atela e d'outros vais - A saga da terra e do pão*, Cadernos Culturais, Associação Independente para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça, 2013.
- Hipólito, Ricardo; *A Praça de Jorna em Alpiarça - a saga do trabalho e da dignidade*, Cadernos Culturais, Associação Independente para o Desenvolvimento Integrado de Alpiarça, 2016.
- Lima, Baptista, *Terras portuguesas*, Póvoa de Varzim, Arquivo histórico-corográfico ou corografia histórica portuguesa, 1932 a 1941.
- Lopes, Aurélio, *Religião Popular no Ribatejo*, Assembleia Distrital de Santarém, 1995.
- Prates, Nuno, «O papel da mulher nas migrações internas para o concelho de Alpiarça», in *II Encontro de Cultura Popular do Ribatejo - Livro de Atas*, Município de Vila Nova da Barquinha, Novembro, 2021.

“A EVOLUÇÃO DA LIBERDADE DA MULHER EM PORTUGAL”: IDEIAS DE ESTUDANTES ACERCA DE GÊNERO E MUDANÇA EM HISTÓRIA

ALEX AZEVEDO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO E CITCEM

MARÍLIA GAGO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO MINHO E CITCEM

O estudo acerca do papel da mulher na história ainda tem algum caminho a percorrer em termos de integração no currículo nacional. A necessidade de uma reflexão acerca de como o conceito de gênero é trabalhado nas aulas de história levou a este estudo em linha com outros estudos de investigação em Educação Histórica.

CONTEXTO DE INTERVENÇÃO

O presente estudo contou com participantes, do norte de Portugal, que se encontravam no 12º ano de escolaridade no fim da escolaridade obrigatória. Um contexto de duas escolas secundárias diferentes, a primeira escola onde se implementou o estudo no centro da cidade de Braga e a segunda escola no centro da cidade da Trofa. Na escola bracarense, a turma inseria-se no contexto de ensino recorrente, com trabalhadores estudantes de variadas idades. Na escola trofense a turma fazia parte do contexto de ensino regular obrigatório, com jovens de 17/18 anos. As duas turmas fazem um total de trinta estudantes em que treze estudantes são do gênero masculino e dezasseis do gênero feminino.

CONTEXTO TEÓRICO

A Educação Histórica é fortemente alicerçada na teoria de ensino aprendizagem do Construtivismo, onde os estudantes são o centro do processo de aprendizagem, sendo intervenientes na construção de conhecimento, com atividades desafiadoras como base das aulas, que ajudem os estudantes a chegar ao conhecimento em vez de o verem explanado pelo professor, e em que todo o processo de aprendizagem e tudo o que o estudante cria a partir dessas atividades é integrado na avaliação (Barca, 2004). A prática na sala de aula, segundo o campo epistemológico emergente da Educação Histórica, tem de passar pelo ensino dos conceitos substantivos através dos conceitos operatórios ou metahistóricos (Barca, 2021). Neste sentido, o estudante terá de ser “investigador em História” (Barca, 2021, p. 9) para que construam conhecimento sobre como a História como ciência é composta de várias perspetivas, reflexões, análises e estudos, com novas descobertas que impedem que se considere o passado uma realidade afastada da nossa.

A Educação Histórica mostra-nos que aprender História só faz sentido quando o conhecimento histórico tem um significado num processo em que se cria “(...) uma relação pedagógica em que os interlocutores (docentes e discentes) constroem sentidos; onde possam ocorrer embates pertinentes ao esforço e à própria atividade de reconstrução do conhecimento histórico face às demandas e carências do presente.” (Schmidt & Barca, 2022, p. 13). Só quando o conhecimento tem ligação com a vida prática do es-

tudante, e por isso ganha um significado, pode este ser transformado num pensamento estruturado sobre o passado.

Neste sentido foram trabalhados com os estudantes dois tipos de conceitos, em termos substantivos estudou-se o papel da mulher a partir da revolução do 25 de abril de 1974 em três áreas: os direitos políticos e luta feminista, o trabalho feminino e a sua presença no exército e a vida familiar e o direito ao lazer. E, no sentido de orientar os estudantes a pensarem historicamente, o conceito metahistórico de mudança que para além de atender ao que se altera também integra a ideia de permanência. Este estudo assentou na análise qualitativa das ideias dos estudantes segundo a proposta da Grounded Theory (Charmaz, 2009). Trata-se de um estudo descritivo e interpretativo que, naturalmente, não pretende a generalização mas sim a profundidade de análise em termos do modo como os sujeitos compreendem o fenómeno.

O conceito de género está profundamente ligado com a construção de identidade e de significados históricos (Malmros & Sjöland, 2023), assim apresentar os diferentes papéis das mulheres de forma interseccional (Crenshaw, 1989) pode levar os estudantes a questionar o mundo atual e a pensar historicamente. A mudança história é um conceito metahistórico essencial para o estudo estes conteúdos com os estudantes, trabalhando de que forma se foram alterando os contextos, mas se nos focarmos apenas na mudança, as desigualdades atuais ficam sem ponte de ligação com o passado. O conceito de permanência permite que os estudantes estabeleçam essas relações explicativas e que entendam que a mudança e a permanência ocorrem na História em simultâneo.

Apoiamo-nos na proposta de Machado (2005) para definir o conceito metahistórico de mudança, atendendo a três pontos principais: em primeiro lugar, para se compreender a mudança temos de começar por responder a um conjunto de questões que nos permitam caracterizar a mudança ao longo do tempo, e analisar o que contribuiu para essa transformação assim como o ritmo e direções em que aconteceu. Assim, noções como progresso, retrocesso, evolução, ou características como gradual, acelerada, lenta são essenciais para a compreensão deste conceito. Em segundo lugar, a mudança depende de vários fatores, seja porque na realidade em estudo encontramos ações individuais e coletivas ou fatores económicos, políticos, sociais e culturais, ou, ainda contextos conjunturais, imediatos e estruturais. Em terceiro lugar, a complexidade da mudança, seja na direção ou no ritmo, ou na forma como se transforma, com o que surge de novo, o que fica para trás e o que permanece. A mudança é entendida como complexa e problematizante, “num quadro de reconhecimento de multiperspetiva” (Barca, 2011, p. 62), que pode ter diversos enfoques ou escalas de análise e por isso a mesma situação pode trazer consequências diversificadas.

Desta forma, a mudança pode ser uma alteração, uma evolução, uma erosão, um colapso súbito, uma construção gradual ou uma revolução rápida. Já o conceito de permanência define-se por algo que se mantém igual, seja num curto espaço de tempo ou “an interrupted succession or flow” (Seixas & Morton, 2013, p. 77). A mudança e a permanência ocorrem na História em simultâneo, em certos contextos a mudança está mais visível e é o ponto central daquele momento, noutros é a continuidade que se destaca. Para além de coexistirem, também as mudanças e permanências também se afetam mutuamente sendo causas de algum contexto, que por sua vez vão criar consequências, em linhas de acontecimentos que muitas vezes se cruzam e entrelaçam ao longo do tempo. Neste sentido, quando queremos avaliar o contexto das mudanças ou das permanências surgem conceitos de progresso, retrocesso, evolução, declínio ou estagnação para darem sentido ao processo do contexto histórico analisado (Seixas &

Morton, 2013). Especificamente quando abordamos questões ligadas ao gênero, temos de trabalhar os dois conceitos em conjunto. Enquanto o conceito de mudança permite-nos identificar de que forma se foram alterando os contextos históricos, a permanência será o que vai permitir que os estudantes compreendam a continuidade das desigualdades e porque ainda existem movimentos de luta pelos direitos das mulheres. Se nos focarmos apenas na mudança, as desigualdades atuais ficam sem ponte de ligação com o seu passado, mas a continuidade permite que os estudantes estabeleçam essas relações explicativas (Malmros & Sjöland, 2023).

As mudanças e permanências só podem ser compreendidas seguindo uma orientação temporal, sendo precisamente a análise do tempo que nos permite caracterizar a mudança como rápida, lenta, gradual, retrocesso (por comparação ao que já aconteceu em períodos anteriores) ou identificar momentos de estagnação. Barca (2021) refere a pesquisa de Rüsen que destaca a necessidade de a orientação temporal ser um dos conceitos que permite atribuir sentido à consciência histórica. A importância da História nos currículos escolares torna-se uma necessidade quando o desenvolvimento da consciência histórica permite “uma melhor orientação no tempo através da História que, com seus conceitos e método, permite aos sujeitos ampliar os seus horizontes pela compreensão da vida em vários tempos e espaços.” Barca (2021, p. 62).

Sendo um estudo implementado em meio escolar, os documentos oficiais do ministério da educação também tiveram de ser considerados para enquadramento da temática como Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017) e as Aprendizagens Essenciais (2018 atualizadas em 2022). No entanto, é possível integrar a temática no contexto do pós 25 de Abril pois nas competência a desenvolver na disciplina encontramos “Valorizar a dignidade humana e os direitos humanos” (Ministério da Educação, 2022, p. 3) e os direitos das mulheres têm sempre de ser percecionados como uma parte importante e integrantes dos direitos humanos. Desta forma os conceitos de emancipação feminina e de feminismo são trabalhados juntamente com os conceitos metahistórico de multiperspetiva e de mudança e em que os estudantes fazem um trabalho de compreender que o contexto histórico e as mudanças históricas impactam os direitos das mulheres.

METODOLOGIA

As competências em História que devem ser trabalhadas com os estudantes e que são essenciais num processo de aprender a fazer História podem ser organizadas em três grupos distintos: a interpretação de fontes com suportes, estatutos e mensagens diversa; uma compreensão contextualizada dos contextos históricos; a comunicação, utilizando a diversidade de meios que existem atualmente, tendo como base a expressão da interpretação e compreensão das experiências humanas (Barca, 2004).

Enquadrada na teoria construtivista, a aula oficina trata-se de um modelo que se apresenta como um paradigma educativo proposto por Isabel Barca (2004) e a sua estrutura permite através de aulas planeadas trabalhar as competências para se fazer história ao mesmo tempo que se responde às carências e curiosidades concretas dos estudantes. Numa primeira fase, faz-se o levantamento das ideias prévias, e neste contexto em concreto procurou-se conhecer o que os estudantes compreendiam acerca das mudanças e as permanências no papel da mulher no século XX em Portugal e dos conceitos principais sobre esta temática. Os estudantes foram também questionados acerca do que mais gostariam de saber com o objetivo de os motivar para serem agentes ativos na sua aprendizagem. Numa segunda fase, as ideias recolhidas foram analisadas

e categorizadas para servirem de orientador para o processo de planeamento das aulas. No sentido que as atividades propostas seguissem um ritmo de complexidade gradual de acordo com as carências destas duas turmas. Para terminar a temática, foi feito um momento de síntese e metacognição através de tarefas que levassem os estudantes a refletir sobre o seu processo de aprendizagem. Todo este processo de planeamento da aula oficina permite que os estudantes aprendam as competências específicas da disciplina de História e que as consigam aplicar nos diversos contextos da sua vida prática, ajudando-os a viver de forma consciente na sociedade de que fazem parte.

IMPLEMENTAÇÃO DO ESTUDO

A implementação do estudo foi organizada em três fases e iniciou-se com uma ficha de recolha de ideias prévias. Esta ficha foi constituída por um exercício de ordenação de imagens e questões de resposta aberta que nos permitiram recolher dados sobre como os estudantes pensavam a mudança e a permanência em História e outro conjunto de questões referia-se à natureza da mudança histórica. As imagens refletiram o papel das mulheres nos períodos da 1ª República, Estado Novo e Pós 25 de abril. Nas últimas questões da ficha, os estudantes justificaram as suas escolhas e relacionaram as imagens. Estas tiveram como inspiração os trabalhos de Machado (2005) e de Nechi (2021).

Desta forma, depois de analisadas as ideias prévias, as três aulas foram organizadas por temáticas e foram lecionadas todas na mesma semana com um pequeno momento na semana seguinte para aplicar o exercício de metacognição. A primeira aula teve a temática “As mudanças e permanências do papel da mulher na política e nas lutas feministas” e teve como objetivo orientador que os estudantes compreendessem e conhecessem as mudanças e permanências do papel da mulher portuguesa na política e nas lutas feministas durante a Primeira República, o Estado Novo e a democracia atual. Já a segunda aula com a temática “As mudanças e permanências do papel da mulher no mundo do trabalho e no exército” definiu-se através da procura de debater com os estudantes as mudanças e permanências do papel da mulher portuguesa no mundo do trabalho e no exército. A última e terceira aula “As mudanças e permanências do papel da mulher na família e o seu direito ao lazer” foi delineada através do objetivo orientador que os estudantes compreendessem as mudanças e permanências do papel da mulher portuguesa na família e no seu direito ao lazer durante as mesmas épocas trabalhadas nas aulas anteriores.

As três aulas foram os momentos de aplicar as três fichas sobre o papel da mulher ao longo do século XX em Portugal. Num primeiro momento existia uma pequena introdução com um vídeo ou com uma pergunta ao grande grupo turma, depois a turma interpretava as fontes de cada parte da ficha e a seguir respondia às questões. Só quando todos tivessem respondido às questões daquele grupo é que se avançava para o seguinte seguindo a ordem cronológica. Um exercício síntese com um gráfico temporal foi utilizado como síntese e conclusão das três aulas.

Todos os materiais e fontes foram apresentados aos estudantes seguindo a ordem cronológica dos regimes políticos “1ª República”, “Estado Novo”, “Pós-revolução de 25 de abril” e “Atualidade”, para ajudar os estudantes a organizar a ordem dos acontecimentos e a estabelecer relações entre as diferentes épocas.

Dentro do contexto temático deste seminário, analisamos aqui apenas as ideias relativas à período da revolução do 25 de abril. Conceitos ligados ao feminismo foram sendo desdobrados ao longo das aulas como o direito ao voto, a paridade política, di-

reitos laborais, igualdade salarial, distribuição do trabalho doméstico, direito ao tempo livre à autonomia da mulher e a violência doméstica através da análise de fontes diversas no seu suporte, estatuto e mensagem, utilizando o conceito de interseccionalidade (Crenshaw, 1989) como condutor da seleção das fontes.

IDEIAS PRÉVIAS

Ao analisarmos as respostas dos estudantes, conseguimos compreender que estes conheciam de forma bastante deficitária a realidade da mulher portuguesa e o seu papel durante o século XX. As ideias prévias que surgem com uma maior frequência estão relacionadas com o conceito de progresso linear, presente nos estudos de Barton (2001) e de Machado (2005) em que a mudança é uma passagem dos vários acontecimentos em sequência linear, progressiva e estável ao longo do tempo. Exemplo do estudante A: “Sim, as mulheres ao longo do tempo foram conquistando direitos, que inicialmente não tinham.”

Semelhante também a esses dois estudos, os estudantes referem as alterações na cultura material como evidência duma alteração nos papéis sociais e de uma mudança no papel da mulher na sociedade. Exemplo da estudante B: “Na História ocorreram mudanças pois graças às imagens percebemos que a moda, maneira de ser e estar, mudam de foto em foto.”

As ações coletivas, ou seja, que a mudança provocada na sociedade e nas mentalidades foi gerada por ação de grupos de pessoas, como fator de mudança é outra das ideias mais frequentes, semelhante a estudos de Barca em 2011. Exemplo da estudante C: “Essas mudanças devem-se a uma força popular unida a contestar por direitos, pressionando mentes mais retrógradas que insistiam em desvalorizar as mulheres.”

Outras ideias que surgiram estavam ligadas com um conceito de mudança lenta do papel da mulher durante o século XX e o reconhecimento das mulheres como agentes históricas capazes de influenciar os acontecimentos e o seu contexto, ao contrário do que se pode ser num estudo de Peck, Poyntz & Seixas (2011). Respetivamente, os estudante D e E responderam: “Acredito que passaram alguns anos, pois a emancipação da mulher foi algo demorado.”; “Essas mudanças devem-se a um grupo de ações e de lutas de várias mulheres ao longo de vários anos”

CATEGORIZAÇÃO DAS IDEIAS

Após a leção das três aulas nas duas turmas, procedeu-se à análise das ideias dos estudantes em resposta a questões como:

- “A revolução de 25 de Abril de 1974 mudou a maneira como a sociedade portuguesa pensava sobre a mulher?”
- “Estas mudanças aconteceram no âmbito legislativo ou das mentalidades?”
- “Comparando o texto e as fotografias das Doce, considera que a liberdade representada pelo grupo musical correspondia com a realidade quotidiana das mulheres portuguesas?”
- “Olhando para a atualidade, quais as principais mudanças no papel da mulher na família? E o que permaneceu igual? E porquê?”
- “Apesar da lei da paridade, ainda não voltamos a ter uma mulher nos cargos de topo de governo do país. O que poderá explicar esta realidade?”
- “As reivindicações feministas atuais são mais abrangentes que as do passado? Justifica.”

No total recolhemos 222 ideias sobre a mudança e a permanência do papel da mulher na revolução do 25 abril e contexto pós revolucionário. A partir da análise surgiram 10 categorias que estão listadas abaixo por ordem decrescente. Seguidamente apresenta-se uma definição e um exemplo de uma ideia que faz parte dessa categoria.

1. Mudança restrita — 61 ideias
2. Permanência restrita — 42 ideias
3. Descrição — 30 ideias
4. Mudança histórica em processo — 20 ideias
5. Mudança contextualizada — 20 ideias
6. Agência — 15 ideias
7. Permanência contextualizada — 13 ideias
8. Progresso linear — 12 ideias
9. Inevitabilidade — 7 ideias
10. Mulher cuidadora — 2 ideias

Mudança restrita: a mudança é interpretada de forma restrita, excluindo da sua interpretação vários fatores de mudança. O estudante F escreveu:

“As mulheres conseguem igualdade de direitos de voto, como os homens. São livres de irem às urnas e escolherem por vontade própria quem deve governar.”

Permanência restrita: permanência é interpretada de forma restrita, focalizando a sua interpretação num único fator de permanência. A estudante G referiu:

“Olhando para o que ficou igual ao passado no papel da mulher temos ainda as obrigações domésticas, mas isotambém é algo que tem vindo a mudar, a mulher ainda é vista como uma pessoa que tem de arrumar a casa e limpar e cozinhar pois a família incute isso logo desde novas.”

Descrição: existe meramente uma descrição ou um relato, sem interpretação dos acontecimentos históricos. O estudante H escreveu:

“A percentagem de diferença de salários diminuiu as mulheres começaram a ter mais liberdade ao tipo de trabalho que podiam exercer”.

Mudança histórica em processo: a mudança é descrita como acontecimentos que acompanham o processo histórico. A estudante I referiu:

“Em ambos os aspectos, a nível legislativo foram dados uma série de direitos às mulheres. E a nível de mentalidade as coisas também foram mudando gradualmente.”

Mudança contextualizada: a mudança é contextualizada nos acontecimentos históricos. A estudante J escreveu:

“Não foi uma mudança imediata, muitas pessoas continuaram com a cabeça formatada e com medos, o que acho totalmente compreensível, mas a longo termo as mentalidades começaram sim a mudar depois do 25 de abril. Demorou algum tempo, mas as coisas mudaram, tanto a nível de mentalidades como a nível económico e de direitos das mulheres.”

Agência: As mulheres são interpretadas agentes históricas cuja ação tem as motivações que provocaram certos acontecimentos. O estudante J referiu:

“As mulheres a partir dos anos 90 começaram a entrar na marinha e de forma gradual começaram a conquistar os mesmos direitos que os homens nesta área.”

Permanência contextualizada: a permanência é contextualizada no contexto da mudança histórica. O estudante K escreveu:

“A mentalidade das pessoas é o que eu considero que fica ainda igual; as limitações mesmo que não sejam iguais ao passado ainda há muitas; ainda há diferença de salário e a maioria dos trabalhadores continuam a ser homens.”

Progresso linear: a mudança é interpretada como uma passagem dos vários acontecimentos em sequência linear, progressiva e estável ao longo do tempo. O estudante L referiu:

“Sim, o pós 25 de abril veio mudar como a sociedade olhava para o trabalho feminino dando direitos iguais aos dos homens, diminuir a diferença salarial e um aumento da licença de maternidade e abertura nas carreiras para as mulheres.”

Inevitabilidade: os eventos e a mudança são interpretados como acontecimentos sem consequências que chegam sempre o mesmo resultado. A estudante M escreveu:

“...com os compromissos das mulheres com a família e os filhos, acabam por não ser colocadas em lugar de destaque.”

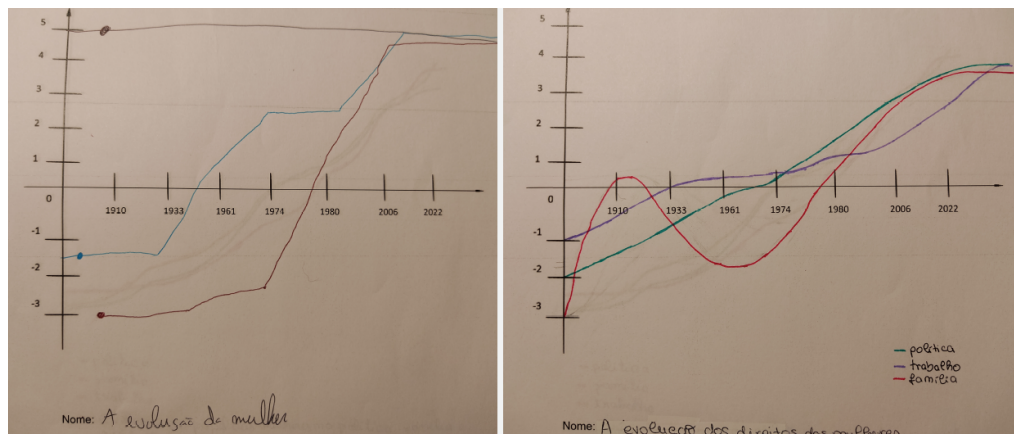
Mulher cuidadora: o papel da mulher é interpretado na sociedade pondo a função de cuidadora no centro dessa interpretação. A estudante N referiu:

“Muitas mulheres ainda assumem a maior parte das responsabilidades domésticas e de cuidados com os filhos, mesmo enquanto trabalham fora de casa.”

A maioria das interpretações dos estudantes seguiram ideias de evolução que passaram a incorporar outras ideias mais diversificadas, em que a mudança, mesmo seguindo um percurso positivo, tem momentos diversos de estagnação e retrocesso. As categorias de ideias de mudança restrita e permanência restrita surgirem com grande frequência permite perceber que os estudantes compreenderam que a mudança em sociedade muitas vezes não acontece de forma uniforme e que as mudanças históricas são complexas e dependentes do seu contexto. Podemos afirmar que houve uma pro-

gressão das ideias dos estudantes porque houve uma diversificação do tipo de ideias, ao mesmo tempo que os estudantes construíram conceitos de mudança para além de uma noção de progresso linear de evolução positiva.

Gráficos com resultado do exercício de metacognição.



METACOGNIÇÃO

O exercício de metacognição implementado depois das três aulas, num pequeno momento de 30 minutos, serviu para a construção da compreensão dos estudantes da ligação do conceito de tempo em mudança em História (Seixas & Morton, 2013, p. 94). Na ficha, os estudantes tinham de desenhar três linhas de cores diferentes, cada uma para a sua temática “Política”, “Trabalho” e “Família” e dar um título ao gráfico para justificar as suas escolhas. Através do desenho destas linhas mostravam se tinham compreendidos os acontecimentos históricos e as alterações nos direitos das mulheres como negativos, positivos ou algum estado intermédio. Apresentamos abaixo dois exemplos que refletem pontos que surgiram frequentemente nos gráficos construídos pelos estudantes:

Os dois gráficos mostram uma subida considerável a partir da revolução, vendo a revolução como uma mudança positiva. As três áreas temáticas trabalhadas foram entendidas como tendo processos diferentes e de evolução independente.

No gráfico tal a palavra surge a palavra “direitos”, mostrando uma compreensão da parte da estudante em como são os direitos das mulheres que passam por processos de mudança, e não a mulher em si que evolui com a história, não sendo interpretada como menos capaz em épocas históricas anteriores.

A característica única do gráfico em que a linha da Família surge sempre no nível cinco reflete uma realidade presente entre os jovens e verificada em sala de aula, pois este foi realizado por três estudantes do género masculino que afirmam ter votado no atual partido de extrema direita nas últimas eleições legislativas e que faziam refletir as suas posições políticas nas respostas que deram neste exercício. Desta forma, as

ideias políticas dos estudantes, neste caso, influenciaram a forma como interpretaram o papel da mulher na história e na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos estudantes das duas turmas interpretou as mudanças no papel da mulher no período pós-revolução de forma positiva, ultrapassando as ideias de um progresso linear e evolutivo. As mudanças foram identificadas nas áreas dos direitos políticos e direitos laborais e acesso a mais funções e cargos no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, os estudantes interpretaram a permanência como fatores negativos e barreiras que continuaram a existir ao longo da passagem da ditadura para a democracia, estando algumas ainda presentes na atualidade.

Desta forma, nesta temática do papel das mulheres na revolução de 25 de abril de 1974, os estudantes interpretaram as mudanças como positivas, por representarem novas oportunidades para as mulheres e, as permanências como barreiras, especialmente relacionadas com as desigualdades de gênero e os papéis de cuidado, que continuam a persistir nos tempos atuais. Nas duas turmas, as mulheres foram sempre interpretadas como agentes de mudança com vontades próprias, decisões e, principalmente, que as suas ações tiveram poder para alterar o rumo da História. No final do estudo, as duas turmas passaram a conhecer e a conseguir identificar momentos de luta e de reivindicação de direitos e as mudanças nas vivências das mulheres no contexto histórico a partir da revolução até à atualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ashby, R.; Lee, P. & Shemilt, D. (2005). Putting Principles into Practice: Teaching and Planning. Em S. Donovan & J. Bransford (Eds.), *How Students Learn: History in the Classroom*. (1ª ed., pp. 79-177). The National Academies Press.
- Barca, I. (2004). Aula Oficina: do Projeto à Avaliação. Em I. Barca (org.), *Para uma educação de qualidade: Actas das Quartas Jornadas Internacionais de Educação Histórica* (1ª ed., pp. 131-144). CIED / Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Barca, I. (2011). Educação Histórica: vontades de mudança. *Educar em Revista*, 42, 59-71.
- Barca, I. (2021). Educação histórica: desafios epistemológicos para o ensino e a aprendizagem da história. Em L. Alves & M. Gago (coord.) *Diálogo(s), Epistemologia(s) e Educação Histórica. Um primeiro olhar*. (1ª ed., pp. 59-70). CITCEM: Centro de investigação transdisciplinar. Cultura, Espaço e Memória.
- Barton, K. (2001). Ideias das crianças acerca da mudança através dos tempos: resultados de investigação nos Estados Unidos e na Irlanda do Norte. Em I. Barca (org.), *Actas das primeiras jornadas internacionais de educação histórica*. (1ª ed., pp. 55-70). CIED / Instituto de Educação da Universidade do Minho.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada. Guia Prático para a Análise Qualitativa*. (1ª ed.). Artmed.
- Crenshaw, K. (1989). Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *University of Chicago Legal Forum*, 1, 8, 139-167.
- Encarnação, M.; Horta, M. J.; Calçada, M. T.; Nery, R. V. & Rodrigues, S. V. (2017). *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*. Ministério da Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Noticias_Imagens/perfil_do_aluno.pdf.
- Machado, E. (2005). *Mudança em História – concepções de alunos do 7º ano de escolaridade*. [Dissertação de Mestrado]. Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

- Malmros, I. D. & Sjöland, M. (2023). Women, gender, and the fight for gender equality in Europe. Em C. Carrasco (ed) *Re-imagining the teaching of European History. Promoting Civic Education and Historical Consciousness*. (1ª ed., pp. 179-192), Routledge.
- Ministério da Educação. (2022). *Aprendizagens essenciais. Articulação com o perfil dos alunos, 12º ano, Ensino Secundário, História A*. <https://www.dge.mec.pt/aprendizagens-essenciais-ensinosecundario>
- Nechi, L. P. (2021). Ideias de jovens sobre mudança e a sua relação com o novo humanismo. Em L. Alves & M. Gago (coord.) *Diálogo(s), Epistemologia(s) e Educação Histórica. Um primeiro olhar*. (1ª ed., pp. 91-104). CITCEM: Centro de investigação transdisciplinar. Cultura, Espaço e Memória.
- Peck, C.; Poyntz, S. & Seixas, P. (2011). Agency in Students Narratives of Canadian History. Em D. Shemilt & L. Perikleous, *The Future of the Past: Why history Education Matters* (pp. 253-282). KAILAS.
- Schmidt, M. & Barca, I. (2022). Educação Histórica: Percursos e desafios contemporâneos. Em M. Schmidt & I. Barca (orgs.), *Pensamento Histórico e Humanismo*. (1ª ed., pp. 9-15), Was Edições.
- Scott, J. W. (1986). Gender: A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91, 5, 1053-1075.
- Seixas, P., & Morton, T. (2013). *The Big Six. Historical Thinking Concepts*. (1ª ed.). Nelson Education.

AS MULHERES E O PREC

ANA BARRADAS¹

JORNALISTA

Já devem ter reparado que são muito poucas as mulheres que se avistam no meio da multidão, nas imagens visuais que chegaram até nós daquelas primeiras horas eufóricas e esfuziantes do golpe de estado do 25 de Abril.

Pois era mesmo assim naquela época. A regra era que as mulheres ficavam em casa enquanto os homens iam para a rua. Nos locais de trabalho, eram proibidas as greves e protestos laborais e quem infringisse era preso pela PIDE. Não se podia falar contra o regime e as proibições eram muitas, em especial para as mulheres:

- não tinham direito a segurança social ou médico de família,
- auferiam salários muito mais baixos do que os homens,
- não podiam ser chefes de família,
- não podiam abortar,
- não podiam obter o divórcio religioso,
- não podiam votar,
- não podiam abrir conta bancária,
- não podiam viajar para o estrangeiro nem levar consigo os filhos sem autorização do marido, que tinha o direito de receber o salário dela e de pôr entaves o seu contrato de trabalho, etc.

Entre as mulheres, era de 30 por cento a taxa de analfabetismo.

Em 1974, apenas 25% dos trabalhadores eram mulheres; apenas 19% trabalhavam fora de casa (86% eram solteiras; 50% tinham menos de 24 anos).

- Ganhavam menos cerca de 40% que os homens.
- A lei do contrato individual do trabalho permitia que o marido pudesse proibir a mulher de trabalhar fora de casa.
- Se a mulher exercesse actividades lucrativas sem o consentimento do marido, este podia rescindir o contrato.
- A mulher não podia exercer o comércio sem autorização do marido.
- As mulheres não tinham acesso às seguintes carreiras: magistratura, diplomática, militar e polícia.
- Certas profissões (por ex., enfermeira, hospedeira do ar) implicavam a limitação de direitos, como o direito de casar.
- O único modelo de família aceite era o resultante do contrato de casamento.
- A idade do casamento era 16 anos para o homem e 14 anos para a mulher;
- A mulher, face ao Código Civil, podia ser repudiada pelo marido no caso de não ser virgem na altura do casamento.
- A família é dominada pela figura do chefe, que detém o poder marital e paternal. Salvo casos excepcionais, o chefe de família é o administrador dos bens comuns do casal, dos bens próprios da mulher e bens dos filhos menores.

¹ Comunicação no I Seminário “História com Mulheres e o 25 de Abril”, 10 de Maio de 2024.

- O Código Civil determinava que “pertence à mulher durante a vida em comum, o governo doméstico”.
- Distinção entre filhos legítimos e ilegítimos (nascidos dentro e fora do casamento): os direitos de uns e outros eram diferentes.
- Mães solteiras não tinham qualquer protecção legal.
- A mulher tinha legalmente o domicílio do marido e era obrigada a residir com ele.
- O marido tinha o direito de abrir a correspondência da mulher.
- O Código Penal permitia ao marido matar a mulher em flagrante adultério (e a filha em flagrante corrupção), sofrendo apenas um desterro de seis meses;
- Até 1969, a mulher não podia viajar para o estrangeiro sem autorização do marido.
- Os médicos da Previdência não estavam autorizados a receitar contraceptivos orais, a não ser a título terapêutico.
- A publicidade dos contraceptivos era proibida.
- O aborto era punido em qualquer circunstância, com pena de prisão de 2 a 8 anos. Estimavam-se os abortos clandestinos em 100 mil/ano, sendo a terceira causa de morte materna.
- Cerca de 43% dos partos ocorriam em casa, 17% dos quais sem assistência médica; muitos distritos não tinham maternidade.
- A mulher não tinha o direito de tomar contraceptivos contra a vontade do marido, pois este podia invocar o facto para fundamentar o pedido de divórcio ou separação judicial.
- Não existia pensão social, nem subsídio de desemprego.
- A pensão paga aos trabalhadores rurais era muito baixa e com diferenciação para mulheres e homens.
- Em 1973 havia 16 creches oficiais e a totalidade, incluindo as particulares, que cobravam elevadas mensalidades, abrangia apenas 0,8% das crianças até aos 3 anos de idade.
- Não existiam escolas pré-primárias públicas e as privadas cobriam apenas 35% das crianças dos 3 aos 6 anos de idade.
- Quase 50% das casas não tinha água canalizada e mais de metade não dispunha de electricidade.
- Em 1968 a lei estabeleceu a igualdade de voto para a Assembleia Nacional de todos os cidadãos que soubessem ler e escrever. O facto de existir uma elevada percentagem de analfabetismo em Portugal, que atingia sobretudo as mulheres, determinava que, em 1973, apenas houvesse 24% dos eleitores recenseados.
- Até final da década de 60, as mulheres só podiam votar quando fossem chefes de família e possuísem curso médio ou superior.
- As mulheres apenas podiam votar para as Juntas de Freguesia no caso de serem chefes de família (se fossem viúvas, por exemplo), tendo de apresentar atestado de idoneidade moral.
- “Na família, o chefe é o pai; na escola, o chefe é o mestre; na igreja, o chefe é o padre; na Nação, o chefe é o governo.” (Frase incluída em todos os manuais de leitura em 1932).
- Em 1936, o Ministério da Educação proibiu as professoras de usar maquiagem e indumentária que não se adequasse à “majestade do ministério exercido”; as professoras só podiam casar com a autorização do Ministro, concedida apenas desde

que o noivo demonstrasse ter “bom comportamento moral e civil” e meios de subsistência adequados ao vencimento de uma professora.

— Salazar dizia: “Nos países ou nos lugares onde a mulher casada concorre com o trabalho do homem (...) a instituição da família, pela qual nos batemos, como pedra fundamental de uma sociedade bem organizada, ameaça ruína... Portugal é um país conservador, paternalista e – Deus seja louvado – ‘atrasado’, termo que eu considero mais lisonjeiro do que pejorativo.”

— Em muitas localidades, quando uma mulher morria os sinos dobravam menos vezes do que quando era um homem.

Comparadas com a condição feminina no resto da Europa, as portuguesas é que tinham a maior taxa de actividade, mais número de filhos e menos apoios sociais. Como prolongamento das tarefas domésticas dantes associadas à produção de alimentos e de roupas (fiar, tecer, talhar e coser), o grosso das mulheres estava limitada a sectores tradicionais do emprego feminino e de mão-de-obra mal paga e instável (têxteis, confecções, calçado, indústrias alimentares, indústria eléctrica, telecomunicações (telefonistas) e electrónica, hotelaria), comércio de rua (venda de peixe, frutas e legumes, ...) e trabalho doméstico em casa de terceiros (“criadas”) ou amas.

As lutas das mulheres no sector dos têxteis e confecções indicavam que assistíamos ao desmantelamento e reestruturação de um sector essencialmente feminino, como de resto veio a acontecer nas décadas que se seguiram, com maior precarização, trabalho clandestino, desemprego e incertezas quanto ao futuro.

Chegadas aos dias de hoje, pouca coisa mudou em termos estruturais: as assalariadas dedicam hoje às tarefas caseiras menos tempo que as “inactivas”, as chamadas domésticas, porque estas têm mais filhos que as activas. No entanto, tal como em todas as décadas anteriores, as suas actividades profissionais são um prolongamento das actividades da casa, sendo por isso mal remuneradas e menosprezadas pelos homens.

No entanto, graças a todas as lutas femininas dos anos de brasa, entre o 25 de Abril de 1974 e os fim dessa década, alterou-se para melhor a situação económica da mulher, com a sua integração nas profissões relacionadas com a saúde e o ensino – estas ainda como prolongamento das “competências” tradicionais da mulher –, as comunicações, a função pública, serviço social, etc. Mas essas conquistas não foram suficientes: continua a ser uma mão-de-obra com pouca formação profissional e baixo índice escolar, com carências de alojamento e de transporte e sem acesso a equipamentos e mecanismos sociais que aliviem a carga familiar de primoeducadoras, alimentadoras, cuidadoras e respositoras da força de trabalho. O seu estatuto de desigualdade continua consagrado nas remunerações inferiores às dos homens.

Ao contrário do que se pensava naqueles dias de Abril, o ingresso das mulheres no trabalho não produziu a sua emancipação social e política, apesar da relativa independência económica obtida. Os valores dominantes que fazem da mulher a proletária do homem transportaram-se integralmente para a esfera das novas realidades e reflectem-se em novas desigualdades com base no sexo: o preço do trabalho feminino nas fábricas e no sector terciário continua desvalorizado. Feminizadas, as várias profissões acabam por permitir aos homens distinguirem-se e superiorizarem-se, por ganharem mais e passarem a ocupar os lugares cimeiros da hierarquia.

Só que tudo mudou muito rapidamente, tendo em conta a sujeição extrema imposta às mulheres pela ditadura. Vejamos o que nos conta a operária conserveira Luísa Ernesto. “No próprio dia 25 de Abril, juntou-se um grupo de conserveiras e pescadores para impedir que fosse descarregado peixe que vinha de fora. O patrão, como queria o pessoal a trabalhar, disse ao mestre que telefonasse à PIDE, e o mestre é que lhe dis-

se que a PIDE estava escondida porque tinha havido um golpe. Já ninguém trabalhou. Depois de vir para casa, vejo um grande alvoroço no liceu, algazarra e barulheira com altifalantes, fiquei completamente eufórica. Foi organizada uma grande manifestação que passou pelas fábricas, pelo largo da Câmara até Ferragudo. Logo depois começámos a luta por um horário fixo, já que antes do 25 de Abril nós não tínhamos o horário semanal e tanto trabalhávamos 2 ou 3 horas como dias e noites seguidas. Era bem duro. O ponto alto da luta foi no final de 1974, quando estivemos paradas mais de 30 dias, com piquetes dia e noite para impedir a entrada de peixe e a saída das conservas. Foram noites seguidas à volta das fogueiras. Mas conseguimos. Deixámos de fazer serões, acabámos com os prémios e os registos do peixe trabalhado. Obrigámos os patrões a montar câmaras frigoríficas nas fábricas para podermos ter peixe para se trabalhar e lutámos pelas 32 horas de trabalho fixo por semana. Também conseguimos luvas de borracha para quem trabalhava o peixe”

A 28 de Abril, as moradoras de barracas da periferia, em Lisboa, ocuparam as casas por estrear dum bairro social e recusam-se a sair, apesar de intimadas pela polícia e pela tropa. Foi a primeira ocupação colectiva de casas.

As 11 trabalhadoras da pequena Lavandaria Portugália, na Almirante Reis, em Lisboa, ocuparam as instalações e sequestraram o patrão por ele recusar aumentos de salários.

No 1º de Maio deu-se uma manifestação gigantesca em Lisboa, desta vez já com ampla presença de mulheres e crianças. Comício e festejos prolongaram-se pela noite fora, dominados pela confraternização entre soldados e população e palavras de ordem contra a pida e os fascistas.

A 2 de Maio foi a ocupação em massa das casas que estavam a ser construídas no alto da Ajuda, junto ao parque florestal de Monsanto, pela Fundação Salazar, por centenas moradores do bairro do Cruzeiro, que passa a chamar-se Bairro 2 de Maio.

A 3 de Maio generalizou-se a ocupação de casas na cintura de Lisboa e no Porto, maioritariamente organizada pelas mulheres, com apoio de militantes e da extrema-esquerda.

A 9 Maio, na MESSA, fábrica de máquinas de escrever, as operárias, que eram maioria, discutiram em plenário o caderno reivindicativo e o fundo de greve. Início da greve com ocupação da empresa e com participação massiva. Dura 12 dias.

A 12 Maio na Covilhã, as operárias de lanifícios iniciaram uma greve intermitente em apoio da exigência de aumento salarial.

A 13 Maio, deu-se no Porto uma grande manifestação das moradoras dos bairros pobres. Uma das palavras de ordem era “Senhorio parasita, o teu fim está para breve”.

Findo o prazo dado à administração para aumentar os salários, as jovens operárias da fábrica de relógios Timex ocuparam as instalações e no dia seguinte iniciaram a greve. A 15 Maio a assembleia geral das trabalhadoras aceita a proposta de demissão dos dirigentes que querem sanear, com levantamento de inquérito, e põe termo à greve.

Nos lanifícios, 20.000 operárias entram em greve.

A 21 de Maio, trabalhadoras da ITT Semicondutores e da Standard Elétrica, do grupo ITT, mantêm a greve iniciada contra a decisão da administração de não subsidiar um mês de férias.

Greve na Cergal, fábrica de cerveja. Conta um dos trabalhadores: “As mulheres, tanto as da linha de produção como as da limpeza, foram ali a nossa grande base de apoio. Porque entretanto rebentou a bronca dos abusos sexuais, que eram corriqueiros da parte dos chefes. Só passados uns meses é que as raparigas ganharam coragem e

vieram à comissão contar os casos. Exigimos logo que os chefes fossem transferidos para fora das secções das mulheres.”

A 21 de Maio as empregadas domésticas lançam as bases de um sindicato próprio.

A 23 Maio inicia-se a greve na Melka, fábrica de confecções têxteis.

A 27 de Maio, foi estabelecido o Salário Mínimo Nacional.

A 30 Abril forma-se o MLM (Movimento de Libertação da Mulher), que apresenta como reivindicação imediata a contracepção e o aborto livres e gratuitos e o divórcio.

Este primeiro mês de lutas dá-nos uma ideia de como as trabalhadoras foram decisivas para dar um impulso nunca visto, e por todo o país, à inesperada energia que se desprende da massa dos explorados, sem que tivessem experiência prévia e sem praticamente nenhum apoio dos partidos políticos.

Nos meses que se seguiram as trabalhadoras foram participando cada vez mais nos processos de luta, o que lhes permitiu ir afinando as suas capacidades de liderança e de decisão e passar a compreender melhor o seu papel como agentes de mudança. Pode-se dizer que, sem esse seu contributo tão especial não teria havido processo revolucionário.

Ocupações de casas e locais de trabalho, greves, manifestações de rua e lutas várias foram as formas encontradas pelas trabalhadoras para alcançarem direitos que de outra forma lhes seriam negados.

Elas perceberam nesse tempo que também podiam melhorar a vida, ter poder, vencer e mudar o mundo. Lutaram pelo salário igual, por creches, cantinas, escolas, postos médicos, estradas, água e luz nas casas. Foram às manifestações e concentrações, gritaram contra a polícia, o patrão, os encarregados e os bufos. Ocuparam casas, terras e fábricas. Zangaram-se com o marido, o pai, a mãe, a sogra e a vizinha. Não quiseram ir mais à missa ouvir os sermões do padre contra os comunistas e os revolucionários. Protestaram contra a carestia de vida. Aprenderam a fazer contas com as companheiras e a contabilidade deixou de ser um mistério. Foram votar pela primeira vez e sentiram-se importantes como os homens. Discutiram política, falaram nos plenários e entraram para os partidos. Ou não entraram. Começaram a fumar diante dos pais e na rua, a usar calças, botas à homem, camisas à pescador, blusas sem mangas e mini-saias. Troçaram das senhoras burguesas e dos tiques snobs das dondocas. Chamaram fascistas aos que não estavam na luta com elas.

Chegou então aquele momento mágico em que se tornou claro para todas que o governo não tinha mão nas coisas, que havia uma brecha por onde podiam irromper e reclamar direitos que dantes nem imaginavam ser possíveis. Perceberam que uma parte dos soldados estavam do lado delas e chamaram-nos sempre que se viam em risco de perder. Ouviram os belos discursos dos jovens esquerdistas e acreditaram que a revolução estava ao alcance.

Sobre este patamar de luta que parecia vitorioso, e analisando o conquistado, uma assalariada rural em Almeirim faz o balanço no início de 1975: “Faz de conta que agora estamos no paraíso. Antes ganhávamos 64\$00 por dia e agora o dobro. Era uma exploração, chegávamos ao fim da semana e não tínhamos dinheiro para comprar as couves. Agora já temos carrinhas que nos levam até casa e nos vão buscar. Antes fazíamos todos os caminhos a pé, com os filhos atrás. O reumático, ao fim do dia, muitas vezes nem nos deixava quase pôr-nos direitas. O dinheiro que ganhamos agora, mais o do nosso homem, que também anda nos ranchos, já dá para deixarmos os filhos com alguém. Antes era a gente a trazê-los atrás, à chuva e ao frio. Ficavam por aí; quando a

gente vinha para almoçar já eles nos tinham comido o comerzito todo, que era pouco o que podíamos trazer. Chorávamos”.

Mal sabiam elas e o movimento popular em geral que aqueles 520 dias gloriosos de uma nova vida chegariam ao fim em 25 de Novembro de 1975.

Decorridos 50 anos, qual é a situação das trabalhadoras, as filhas e netas dessas lutadoras que já desapareceram ou estão lentamente a despedir-se de nós?

O panorama é quase trágico, comparado com o que foi nesse tempo de descoberta e ousadia. Quase dói enunciar as perdas já contabilizadas:

- Acentua-se a desigualdade no trabalho e na vida. Está esquecido o slogan tantas vezes repetido “salário igual para trabalho igual”. O rendimento médio salarial líquido das mulheres é inferior em 15% ao dos homens. No entanto, as trabalhadoras têm hoje, em média, níveis de habilitação superiores aos dos seus companheiros de trabalho sem que exista correspondência em termos salariais. Assim, 60% do emprego total com o ensino superior é composto por mulheres e cerca de 49% com o ensino secundário ou pós-secundário também.

— O desemprego feminino está a aumentar, o emprego é cada vez mais precário e mal pago. Em 2023 havia cerca de 183 000 desempregadas no nosso país, correspondendo a mais de metade dos desempregados.

— Mais de um terço estão desempregadas há um ano ou mais, sendo a maioria dos desempregados nesta situação.

— Conjuntamente com as desempregadas, há 360 mil trabalhadoras subutilizadas por motivo de desemprego ou por trabalharem menos horas do que desejariam. A taxa de subutilização do trabalho subiu para 13%, sendo também mais alta do que entre os homens.

— Há mais de 870 000 mil assalariadas a trabalhar por turnos, ao fim-de-semana e à noite, com grande prejuízo para a vida familiar e pessoal.

— São também as operárias quem mais sofre de doenças profissionais devido aos violentos ritmos de trabalho, em funções que obrigam a movimento repetitivos, e aos horários desregulados. E também são elas as mais atingidas por todo o tipo de assédio que põe em causa a saúde e a estabilidade pessoal e familiar: assédio laboral, familiar, social e moral.

— Do total de assalariados com vínculos precários de trabalho, 52% são mulheres. Essa precariedade laboral atinge todos os grupos etários, mas é mais elevada entre as mais jovens: entre as jovens com menos de 35 anos atinge os 36%, aumentando para 57% quando se considera apenas o grupo com menos de 25 anos.

— Desceu a cobertura das prestações de desemprego, atingindo apenas 38% do número real de mulheres desempregadas.

— Os baixos valores dos salários ou das prestações de desemprego resultam numa elevadíssima taxa de pobreza entre as mulheres desempregadas: 44%.

— Para muitas trabalhadoras e suas famílias, agravou-se a perda de poder de compra, uma vez que os preços dos bens alimentares - que pesam mais entre as famílias com menores rendimentos - aumentaram mais do que a média do aumento de preços.

— Os baixos salários obrigam muitas mulheres a ter mais do que um emprego. Elas constituem 51% do total de 251 mil trabalhadores com uma segunda actividade.

— As trabalhadoras continuam a ter uma duração de trabalho habitual ligeiramente mais baixa do que os homens (40 horas, em média), dado que as tarefas no seio da família são desempenhadas mais frequentemente por elas, que gastam 4h17 por dia útil em trabalho não pago, face a 2h37 no caso dos homens.

— Na agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, são 31,5% as mulheres com este tipo de horários e na indústria 23,6%.

— As necessidades em conciliar a vida profissional e a vida familiar levam muitas trabalhadoras a solicitar horários flexíveis ou a tempo parcial quando têm filhos menores de 12 anos, pedidos muitas vezes recusados pelas entidades patronais. A maioria dessas recusas diz respeito a mães trabalhadoras.

— Mais de 2 milhões dos residentes em Portugal que se encontram em situação de pobreza ou exclusão social, constituem 22,4% da população. Mais de 1 milhão das pessoas nessa situação são mulheres, ou seja, 23,5% do total das mulheres.

— As péssimas condições do mercado de trabalho originam a diminuição crescente da natalidade, assim como a emigração, que forçou milhares de jovens desfavorecidas e empobrecidas a procurar vida melhor no estrangeiro.

— A idade de reforma para as mulheres foi fixada nos 50 anos durante o PREC, enquanto para os homens era os 60 anos. Hoje está equiparada aos 67 anos para todos. Mulheres reformam-se mais tarde do que homens e com pensões 40% mais baixas. Em 2021 média de novas reformas não ultrapassou 450 euros.

Isto tudo no plano do trabalho. Quanto a direitos adquiridos, surge no horizonte uma nova ameaça. Aqueles que hoje defendem a altas vozes um novo referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez querem um regresso ao passado em que as mulheres sejam obrigadas a recorrer ao aborto clandestino. Querem-nos de novo submissas, de cabeça baixa, ignorantes e privadas de direitos, “belas, recatadas e do lar”, sem mais pretensões que não sejam ter uma família a quem servir incondicionalmente.

Em vez disso, as mulheres precisam de melhores salários, emprego estável, horários compatíveis com a vida pessoal, uma sexualidade livre, saudável e não reprimida, habitação decente a preços acessíveis e mais assistência à natalidade e à saúde materno-infantil.

Só que não é esta a perspectiva das entidades que regulam as nossas vidas. Segundo os cálculos mais recentes da European Women's Lobby: “As previsões indicam que, na ausência de medidas estruturais, serão necessários mais de 100 anos para eliminar a disparidade de género no emprego, no trabalho remunerado e não-remunerado (30 anos para atingirmos a igualdade no emprego, 70 anos para salários iguais para homens e mulheres e 40 anos para a partilha equitativa das tarefas domésticas.” Em suma: “A ausência de uma estratégia alargada mostra que a igualdade de género não é considerada de forma séria.”

Fica para o nosso género uma raiva residual, engolida quanto possível, mas indicando-nos que, diante de tal panorama tão desolador, só se pode concluir que a sociedade capitalista é incapaz de corrigir as desigualdades e que só o seu derrube e substituição por outro tipo de sociedade poderá dar total satisfação à questão da igualdade de género.

A grande lição histórica, a retirar pelas mulheres, destes últimos 50 anos é que, não obstante todas as evidentes vantagens de uma sociedade como a nossa comparada com o período anterior de ditadura fascista, aquilo que nos oferece esta “bela” democracia é um retrocesso civilizacional que o processo revolucionário procurou ultrapassar, sem de facto o conseguir.

O que de mais importante se deve reter dessa experiência do PREC é que os períodos revolucionários têm um papel único em dar passos para afrouxar a subjugação da mulher, porque elas próprias, aproveitando o momento de desordem e abertura, se sentem impelidas a ocupar posições de vanguarda na luta pelos seus direitos.

Mas aconteceu que, terminada a crise revolucionária, a luta de massas foi refluindo e os partidos políticos de esquerda absorveram a militância das mulheres, retirando-lhes autonomia para lutar por questões próprias e pulverizando todas as organizações femininas, dissolvidas no conjunto das restantes frentes. As únicas exceções foram o MDM (do PCP) e a UMAR (da UDP/PCPR) que, no entanto, passaram a estar ao serviço das campanhas gerais dos respectivos partidos, diluindo-se o seu carácter emancipalista. A liturgia que se passou a associar aos rituais do 8 de Março é bem o retrato do estado de desmoralização a que se chegou. Digam o que disserem os entusiastas das excelências do PREC, há que reconhecer os seus limites. E a verdade é que nunca chegou a haver realmente um programa radical de luta das mulheres pela sua emancipação total.

A pior coisa que pôde acontecer a um avanço revolucionário como foi o nosso é ter sido derrotado por forças políticas contrárias à emancipação plena das mulheres, servindo-se de um pseudo argumentário contra os supostos excessos das “feministas radicais” que, em última instância, queriam era acabar com os homens e a família. Essas forças foram corroendo e deitando por terra, uma a uma, todas as conquistas que muitas julgaram irreversíveis e bem consolidadas. Precisam de o fazer para serem capazes de garantir a reprodução do sistema que se apoia, entre outras, na opressão da mulher através da família e da segurança que uma e outra lhe dão de garantes da propriedade privada.

Apesar dos pesares, hoje em dia já poucos vêem na atitude e no trabalho das mulheres uma ameaça à desagregação da família ou uma séria concorrência ao trabalho masculino, como acontecia antes, inclusive nos meios sindicalistas. Trabalhar fora de casa é a norma, ser dona de casa deixou de ser um ideal e já ninguém contesta os direitos laborais da mulher. Mas só se ela não exagerar nas suas reivindicações de igualdade. Muito contribuiu para este estado de coisas o facto de não se ter alterado estruturalmente o seu papel subordinado.

A maneira de se opor a todo o peso reaccionário da Igreja e dos pilares mais conservadores da ideologia patriarcal, que nos nossos dias penetra profundamente na consciência popular, só pode ser uma, muito mais vasta do que a soma aritmética dos votos dos partidos favoráveis: um forte movimento de massas, protagonizado essencialmente pelas trabalhadoras em geral. A história já mostrou que nenhum combate nesta área foi vitorioso sem passar por movimentos muito radicalizados, com base em reivindicações de melhoria de vida, manifestações de rua, activistas carismáticas e forte combatividade das massas femininas face às inevitáveis pressões da direita.

É este o repto que está posto diante de nós. Oxalá possa ser compreendido e posto em prática.

Se não forem as mulheres comuns a lutarem por si próprias, ninguém o poderá fazer em seu nome. Esta é das tais lutas por direitos humanos que, sendo uma missão indeclinável das mulheres do ponto de vista histórico, e um passo obrigatório na sua emancipação, não admitem delegação em terceiros.

O TRABALHO FEMININO E OS SEUS CONDICIONALISMOS DURANTE O ESTADO NOVO (1933- 1974)

ANA RITA DOS SANTOS CARDOSO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “O Trabalho Feminino e os seus Condicionaismos durante o Estado Novo (1933-1974)” tem por objetivo estudar as profissões que foram objeto de regulamentações durante o período estadonovista, tanto de caráter impeditivo como proibitivo, entre as quais: as telefonistas, as enfermeiras, as professoras do magistério primário e as hospedeiras de bordo. Este estudo num primeiro momento procurou perceber qual o lugar da mulher na ótica do discurso oficial do regime que estava restringido ao trabalho do lar, como mãe e esposa. Para tal, Salazar tentou sempre restringir o trabalho feminino fora do lar. Entendia-se que, independentemente das circunstâncias, cabia ao homem o papel de “chefe de família”, tendo a responsabilidade de a sustentar, como “provedor do lar”, o que afetou, de modo significativo, a atividade e as funções das mulheres portuguesas. Foi analisado o trabalho feminino através dos recenseamentos demográficos, bem como as várias legislações que foram sendo promulgadas sobre o assunto, algumas em consonância com convenções internacionais e com a promulgação do Estatuto do Trabalho Nacional. As exigências que recaíam sobre as mulheres, sempre com o objetivo de a retirar do mercado de trabalho extra domicílio foram sempre muitas. Traçou-se, assim, um percurso de caracterização das telefonistas, das enfermeiras, das professoras primárias e das hospedeiras, para retratar o perfil que estas tinham de cumprir para serem aceites nas suas profissões. O fator comum a estas profissões era a proibição ao casamento.

Para melhor se poder entender o tema tratado, condicionalismos e obstáculos a atividades femininas, convém abordar aspetos essenciais, em termos históricos, do regime do Estado Novo, bem como a sua principal figura, António de Oliveira Salazar. Não foi fácil a implantação do Estado Novo, cujas bases constitucionais só foram criadas em 1933. O golpe militar de 28 de maio de 1926 que colocou fim ao regime republicano desencadeou um regime político de contornos autoritários, criando opiniões contraditórias, de um lado havia quem achasse que o novo regime deveria ser um regresso a prazo das instituições democráticas, do outro lado, a criação de um regime com cariz fortemente antiparlamentar (Oliveira, s/d., p. 391). No ano de 1932 fica tudo decidido. Salazar fica encarregue do novo regime implementado, conhecido por Estado Novo. Este regime vigorou em Portugal durante 41 anos, de 1933-1974. O Estado Novo teve como principal figura, António de Oliveira Salazar, que foi chefe de estado de 1932 a 1968, ano em que é substituído por Marcello Caetano até ao ano de 1974.

AS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO

No início do Estado Novo, de acordo com estatísticas oficiais, o número de mulheres ativas elevava-se a 17%. Vinte anos mais tarde, ou seja, por volta de 1950, a percentagem passou a 22,7% (Cova & Pinto, 1997, p. 75). No ano de 1930 parte signi-

ficativa da população feminina é englobada no grupo intitulado “membros da família auxiliando os respetivos chefes”, enquanto, no recenseamento de 1940, é qualificada como “doméstica”, vocábulo que englobava todas as mulheres independentemente da origem social, etnia ou faixa etária. A subalternização das mulheres perante o chefe de família e a sua ocultação ficou refletida nos valores percentuais atribuídos às trabalhadoras femininas entre 1890-1940, passando de 18,2% em 1890, baixando para 10,4% em 1930 e decrescendo para 8,2% em 1940¹. Muitas são as razões para o aumento da força laboral feminina a partir de 1960. O processo de modernização em curso levou à rápida expansão da indústria e dos serviços, trazendo novas oportunidades. Uma onda de emigração levou a que saíssem do país cerca de 1 milhão de pessoas, sendo numa primeira fase principalmente homens (Rodrigues, 1983, p. 925). Por volta de 1970 a força laboral feminina apresentava características distintas, existindo uma grande concentração etária num grupo jovem (45,7% dos 15 aos 19 anos e 46,3% dos 20 aos 24 anos). A maioria das mulheres trabalhadoras não era casada, sendo 53,7% solteiras, 9,0% correspondia a separadas ou divorciadas, 0,6% eram viúvas e apenas 36,7% é que eram casadas. Acresce que as mulheres solteiras tinham um baixo grau de formação, 55,5% eram trabalhadoras manuais ou sem qualificação. No mesmo ano, e contrastando com os homens, as mulheres ocupavam 26,2% dos postos de trabalho na indústria e 33,9% dos postos de trabalho nos serviços. No entanto, representavam 32,7% dos trabalhadores não especializados na indústria. Já nos setores dos serviços, nas profissões liberais e científicas, havia quase o mesmo número de mulheres que homens, 42,5% (Rodrigues, 1983, p. 925). Contudo estas profissões integravam as tradicionalmente femininas, como por exemplo o ensino e a enfermagem. Para caracterizar a população feminina ativa em Portugal é necessário ter em conta que as estatísticas oficiais, em particular os recenseamentos da população se socorreram de dois conceitos que foram variando, sendo estes “doméstica” e “dona de casa”. O trabalho feminino, a nível nacional foi apresentando taxas decrescentes ao longo dos anos, 18% em 1890, 14% em 1900 e 12% em 1911. Já no ano de 1930, a taxa de mulheres que se apresentavam como trabalhadoras “efetivas” representavam 10%, valor que na década seguinte diminui para 8%, o que se figura indicar um aparente regresso da mulher para a esfera doméstica, e não uma progressão no mercado de trabalho (Baptista, 1999, p. 25). Na indústria, no censo de 1930 relativo às indústrias transformadoras, os números referentes a “membros de família” eram de 200816, dos quais 199833, ou seja 99,5% eram mulheres. Na década seguinte, o número passa a ser de 9903 pessoas, das quais 3026 eram mulheres, o que correspondia a 33,6%. No conjunto das indústrias portuguesas, a nível nacional, no ano de 1930, mais de metade das mulheres classificadas no setor, mais precisamente 66,5%, foram apelidadas como “membros da família auxiliando os respetivos chefes”. Neste mesmo ano, as trabalhadoras efetivas já representavam cerca de 21% do total do operariado, e passados dez anos, atingem um valor próximo de ¼ da totalidade dos trabalhadores seriados nas indústrias (Baptista, 1999, p. 69).

AS TELEFONISTAS, NO CAMINHO PARA A FEMINIZAÇÃO DAS COMPANHIAS DOS TELEFONES

Durante o Estado Novo existiam profissões que eram consideradas tipicamente femininas, sendo que o trabalho de telefonista integrava essa lista. A de telefonista foi das mais documentadas atividades da época, tendo-se ao longo dos anos lutado por

¹ “Familiar de faroleiro também é profissão”. Mulheres e trabalho em Portugal no século XIX e inícios do século XX: fontes e problemáticas. Colóquio Internacional sobre o Trabalho no Feminino. Acesso permitido às Actas do Colóquio pela Doutora Irene Vaquinhas.

várias alterações nas condições laborais ou nos regulamentos nomeadamente por aumentos salariais, regalias sociais, estatutos mais humanizados (Santos, 1999, p. 129). Na linha da frente das preocupações das telefonistas encontrava-se o impedimento da realização do casamento. Esta profissão surgiu em Portugal quando a companhia Edison Gower Bell Telephone CO. of Europe Limited assinou contrato com o Estado português para a primeira exploração das redes telefónicas entre Lisboa e Porto. Mais tarde, a concessão destas redes passou para a Anglo-Portuguese Telephone Company no ano de 1887, a qual exerceu atividade em Portugal durante 70 anos². O aparecimento do telefone surge numa época em que as mulheres tentam adquirir independência e procuram trabalho fora de casa. Como o trabalho feminino implicava um salário reduzido comparativamente ao salário masculino, não tardou muito para que várias empresas comesçassem a contratar mulheres para funcionárias ou até mesmo como telefonistas. Para além de ter um custo salarial mais reduzido, o trabalho feito pelas mulheres demonstrava ser mais eficiente do que o masculino, contribuindo assim para que o número de mulheres nas mais variadas empresas sofresse um aumento significativo.

Com a 1ª República as subidas do custo de vida fizeram-se sentir nesta profissão onde o salário inicialmente constava de 3mil réis anuais. As telefonistas passavam por um período de estágio de um mês em que nada ganhavam, podendo este período ser alargado até 90 dias. No decurso do período de 1910-1911 decorreram três greves gerais na empresa, coincidindo com uma das fases de maior número de greves logo após a implantação da 1ª República. A conjuntura política teve influência no aumento do movimento grevista, sendo a 1ª República estímulo para desencadear greves. No ano de 1910 ocorreram 535, das quais 338 ocorreram no último trimestre e 449 em 1911 (Tengarrinha, 1981, p. 600). Comparativamente com o ano 1909, ou seja um ano antes da implantação da República em Portugal, o maior número de greves registado até então era de 173. A não melhoria das condições de vida foi um grande fator que influenciou a instabilidade social. O ano de 1911 foi um período de grandes dificuldades, com o aumento dos preços, nomeadamente no pão, peixe, azeite e vinho, não esquecendo o forte aumento do desemprego, levando a uma das maiores taxas de sempre na emigração. O aumento do número de greves após a revolução republicana, só mostra que o regime não dominou o movimento operário, demonstrando a forte influência que exerceu no plano social.

Relativamente à greve de telefonistas, exigiam-se aumentos salariais, horários de 8 horas diárias e 12 dias de férias. Estas eram as principais reivindicações pretendidas. Tendo durado 2 dias, a greve foi bem sucedida, tendo sido assinado um contrato entre os representantes do governo, operários e a direção da companhia, onde todas as reclamações em cima referidas foram aceites pela empresa embora com algumas modificações (Santos, 1999, pp. 130-145). No ano de 1930 as mulheres constituem 7,1% do funcionalismo do Estado, sendo que as telefonistas fazem parte de 1.413% deste conjunto. No ano de 1900 existiam 15 telefonistas no Porto e 20 em Lisboa. No final da década de 1940, a relação de mulheres para homens era de 40 para 60 em empresas como os CTT, sendo que o número de empregados atingia os 5mil e destes 2mil eram telefonistas, ou seja cerca de 40%.

Como já referido um dos problemas desta profissão era a impossibilidade de contrair matrimónio, algo que era impedido pela empresa e fazia parte do regulamento de admissão. Essa proibição era justificada pelo dever de sigilo imposto à profissão,

2 The Anglo-Portuguese Telephone Company Limited. S/A. 6 de março de 2018. In <https://historiasdahistoria.blogs.sapo.pt/the-anglo-portuguese-telephone-company-1937>

podendo este ser quebrado com o casamento. A explicação para tal deve-se ao facto de se considerar que, a partir do momento em que a mulher contraísse matrimónio, esta devia ser fiel ao marido e contar-lhe todos os pormenores sobre os mais variados assuntos da sua vida. Devido ao dever de fidelidade e honestidade para com o esposo, não lhe podia esconder pormenores e acontecimentos quotidianos, algo que colidia com o trabalho de telefonista, uma vez que esta, se o quisesse, poderia ouvir muitas das conversas havidas entre clientes da companhia, e eventualmente, partilhá-las em casa. O respeito pela privacidade do outro impunha esta cláusula ao trabalho da telefonista (Costa, 2008, p. 121). Além do mais, era uma profissão que exigia tanto trabalho diurno como noturno, o que se tornava difícil de compaginar com a vida doméstica de uma mulher dona de casa. Como o casamento era algo proibido, ou pelo menos, impedido, nesta profissão, a maior parte das vezes existiam relações ilegais que, com frequência, resultavam em gravidez. Neste caso, o aborto era a única solução para que o emprego não fosse perdido. A luta das telefonistas teve a ajuda da Liga Portuguesa de Profilaxia Social, Tendo em conta que um dos objetivos da Liga passava pela constituição da família e a sua defesa nos mais variados campos, no primeiro trimestre de 1939 deu-se início à campanha pelo casamento das telefonistas. Esta proibição era imposta pela Anglo-Portuguese Telephone Company que limitou às suas funcionárias, no ano de 1939, excepto às de escritório, a possibilidade de se poderem casar. De acordo com a argumentação que foi aduzida pela Liga, no sentido de suspender esta cláusula contratual, tal imposição ia contra as normas tradicionais portuguesas, civis ou religiosas e, mais gravosamente, colidia com a Constituição Política da República Portuguesa, que no artigo 12º expressa claramente o seguinte: “O Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social, e como fundamento da ordem política e administrativa, pela sua agregação e representação na freguesia e no município”³.

Desta forma, a Companhia ia contra esse articulado, e mais grave ainda, demonstrava desrespeito para com o Estatuto Fundamental da Nação. O trabalho da Liga passava assim pelo esforço no sentido de anulação desse clausulado da Anglo-Portuguese Telephone Company. Nesse sentido, no ano de 1939, celebrou-se no Porto a “Semana da Companhia da Família”, da qual a Liga se aproveitou para endereçar ao Senhor Engenheiro Manuel Correia de Barros, professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e Presidente da Junta Diocesana do Porto da Ação Católica Portuguesa, um extenso ofício chamando a atenção para a importância da constituição da família. A campanha realizada pela Liga teve este sempre pretexto, a defesa da constituição da família, que contou com o apoio da Condessa de Rilvas, presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional, bem como médicos. É importante referir o nome da primeira mulher telefonista a casar em Portugal. No dia 27 de outubro de 1940 realizou-se assim o casamento de Luísa Rafael com José Martins de Carvalho Júnior, funcionário do jornal “O Século” (Costa, 2008, p. 122).

UM OLHAR SOBRE A ENFERMAGEM EM PORTUGAL: O CASAMENTO DAS ENFERMEIRAS

Ao longo do regime do Estado Novo, o Estado foi o principal responsável por uma organização hierárquica na metodologia de definição do que significava ser enfermeiro/a naquela época. O Decreto-Lei nº 31:913 de 12 de Março de 1942 foi a legis-

3 Liga Portuguesa de Profilaxia Social. “A Campanha pelo Casamento das Telefonistas”. Porto. 1950. p.7.

lação que mais afetou as enfermeiras. Este Decreto-Lei estabeleceu que “*o tirocínio ou prestação de enfermagem hospitalar feminina são reservados a mulheres solteiras ou viúvas sem filhos*”⁴. No corpo da lei mencionava-se, no entanto, que, no ano de 1938, com o Decreto-Lei nº 28:794, nos hospitais civis também já se reservava os serviços de enfermagem e domésticos a pessoal feminino, só podendo ser admitidas mulheres solteiras e viúvas sem filhos, sendo substituídas logo que essas condições deixassem de se verificar.⁵ Esta medida era criticada no seio do próprio regime, visto que foi visto que foi encarada como atentatória da própria ideologia salazarista e da religião católica, que preconizavam um papel de mãe e esposa para a maioria das mulheres (Melo & Pimentel, 2015, p. 322). Para os homens não eram colocadas tais limitações, porque para eles não estavam reservadas as tarefas familiares que “*competiam por natureza às mulheres*”, segundo o discurso ideológico do regime (Tavares, 2011, p. 54). Depois da intervenção no combate ao impedimento do casamento das telefonistas da Anglo-Portuguese Telephone Company, a Liga de Profilaxia Social teve também um papel fundamental na luta pelo casamento das enfermeiras. A campanha teve início no ano de 1948 e, a exemplo da intervenção noutra situação, a Liga encaminhou uma circular aos deputados, ao Episcopado, incluindo o parecer do cardeal-patriarca de Lisboa, bem como de outras entidades religiosas, de cônsules estrangeiros em Portugal e o testemunho da médica Dra. Berta Morais (Melo & Pimentel, 2015, p. 323). A questão do casamento das enfermeiras foi também uma luta erguida por parte do Movimento de Unidade Democrática Juvenil (MUDJ), movimento de oposição política, no seio da qual duas enfermeiras foram muito ativas. Tratava-se das irmãs Maria Isaura Silva (Borges Coelho)⁶ e Hortênsia Silva (Campos Lima), que foram presas pela PIDE devido ao seu envolvimento na luta pela permissão do casamento das enfermeiras (Melo & Pimentel, 2015, p. 325). Outra figura bastante importante na defesa dos direitos das enfermeiras foi Maria Luísa de Saldanha da Gama Van Zeller (Maria Van Zeller). A opinião de Van Zeller relativamente às enfermeiras, caso estas fossem casadas, é que deveriam dar “o exemplo das virtudes e do perfeito entendimento que deve reinar num lar” (Silva, 2008, p. 130), recebendo a maternidade de braços abertos, visto que era considerada “a mais bela (coroa) a que pode aspirar uma mulher e a que mais a dignifica” (Silva, 2008, p. 130). Na altura em que a deputada se dirigia às enfermeiras casadas, já havido sido publicado o Decreto-Lei 28:794 relativamente à admissão aos lugares femininos dos serviços de enfermagem e domésticos dos Hospitais Civis de Lisboa.

A proibição termina em 18 de março de 1963 com o Decreto-Lei nº44:923 que explicita o seguinte: “ao tirocínio e à prestação de enfermagem hospitalar feminina, em princípio reservados a mulheres solteiras ou viúvas sem filhos, serão também admitidas mulheres casadas e viúvas com filhos, quando as necessidades de serviço aconselhem essa admissão, a qual implicará, sempre que possível, o estabelecimento de horários que melhor se ajustem às particulares condições familiares das tirocinantes ou enfermeiras”⁷.

4 Decreto-Lei nº 31:913 Art.3. Alínea 4.de 12 de Março de 1942.

5 Decreto-Lei nº 28:794. Art.60. 1 de Julho de 1938.

6 Para mais informações sobre a luta de Isaura Borges Coelho ver o documentário “Processo 141/53- Enfermeiras no Estado Novo” da autoria de Susana Sousa Dias.

7 Decreto-Lei Nº44:923. 18 de março de 1963.

AS PROFESSORAS DO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO E AS RESTRIÇÕES AO CASAMENTO

No ano de 1932 é publicado no jornal “Estado Novo”, um jornal de tradição republicana, um artigo onde se afirmava que as mulheres não serviam para desempenhar a profissão de professora primárias devido “ao seu feitio, a sua constituição física, a fragilidade própria do seu sexo, o papel de mãe e mulher” (Araújo, 1990, p. 82), que as tornava incapazes de propagar ideias justas, combater vícios, destruir preconceitos, concitar iniciativas. Durante a primeira república a imagem do professor do sexo masculino, como “sacerdote da democracia” foi fortemente propagada, e não podia ser seguida por mulheres, por questões biológicas que a impediam de desempenhar o prestigiado papel de defensoras de uma democracia frágil, necessitando de ser fortalecida através da instrução e da intervenção da comunidade. A irredutibilidade entre os dois sexos, derivado à sua diferença de instintos biológicos e a sua diferença na relação com a reprodução, relativamente aos papéis a desempenhar, constitui um elemento que foi suficientemente difundido, não só no período posterior ao golpe militar de 28 de maio de 1926, mas também no ambiente intelectual de sectores republicanos específicos. Na passagem da República para o Estado Novo, o papel do professor passou de “sacerdote da democracia” para “moldador de almas”, ou seja, a ação da escola já não passava por ir ao encontro de formas de modernização e de desenvolvimento da realidade social política, mas sim por propagar valores e ideias sustentadores de um regime autoritário.

O professorado foi restringido relativamente às suas formas de associações, sindical e pedagógica, e as condições de trabalho foram afetadas pela introdução de processos de controlo político e ideológico, com implicações que se tornaram visíveis para a qualidade do ensino. As mulheres representavam uma maioria silenciosa de 70% no ensino primário, estando sob o controlo ideológico e a desvalorização do estatuto, em que se encontrava o professorado, sobretudo a partir de 1933. Foi sublinhado a passividade e a sua adaptabilidade às condições sociais, políticas em que se encontrava, devido à origem social de onde provinham: tratava-se de mulheres que tinham origem nas camadas mais baixas do campesinato, particularmente expostas ao crescente sistema do caciquismo local (Araújo, 1990, p. 86). O seu estatuto social era baixo e dependente do marido “provavelmente o farmacêutico da terra, um comerciante ou um funcionário público” (Araújo, 1990, p. 86).

Durante a Primeira República a questão do casamento das professoras não foi muito debatida na imprensa educativa. Porém, após o golpe militar de 1926 começaram a aparecer alguns artigos, sobretudo na Educação Nacional, sendo assunto que aparecia nas primeiras páginas. Uma das questões era referente à licença de maternidade que foi garantida às professoras e às empregadas das escolas, pelo regime republicano, independentemente de serem casadas ou não. Vários setores encararam esta decisão como a “dissolução dos costumes” (Araújo, 1949, p. 268). No ano de 1933, o assunto voltou a ser tema de debate, questionando-se se devia ser autorizado às professoras casadas o direito de trabalhar nas escolas, fazendo-se eco de políticas relacionadas com a proibição do casamento em outros países, como era o exemplo de Inglaterra. O jornal Educação Nacional encontrava-se dividido relativamente ao direito das mulheres casadas ao trabalho pago. Os autores argumentavam que era necessário defender os filhos das professoras e a estabilidade dos seus lares. Os salários dos maridos eram baixos e não existiam perspectivas para algum aumento ou até mesmo dos subsídios familiares. Em outros jornais, como é o exemplo do Escola Moderna, apesar de já estar estabelecida a censura, alguns professores decidiram mostrar o seu apoio ao trabalho das professoras casadas.

O Movimento Escola Moderna é uma associação de professores e outros profissionais de educação, com algumas décadas de tradição em Portugal, tendo sido reconhecido pela Federação Internacional dos Movimentos da Escola Moderna no ano de 1966. O Boletim da Escola Moderna começou a ser publicado em 1978³⁴. Este funcionou como veículo de divulgação dos princípios da Associação e de instrumento de apoio aos professores. António Nóvoa referiu-se a Escola Moderna:

“(...) procura-se divulgar os princípios e fundamentos globais desta tentativa de inovação das práticas da educação formal, sobretudo, apoiar os professores que participam nesta experiência de inovação pedagógica. Escola Moderna é, por isso, um periódico essencial para se compreender a actualidade desta corrente pedagógica apostada na transformação interna do sistema educativo, na esteira dos objectivos que já estão presentes no movimento da Educação Nova dos anos 20, ou de teorias pedagógicas que têm em Freinet um dos nomes mais destacados”⁸.

Em 1936 é promulgado o Decreto-Lei nº27:279 que regula o casamento das professoras primárias. Para que este fosse permitido, teria de ser autorizado pelo Ministro da Educação Nacional:

“O casamento das professoras não poderá realizar-se sem autorização do Ministro da Educação Nacional, que só deverá concedê-la nos termos seguintes:

1º ter o pretendente bom comportamento moral e civil;

2º ter o pretendente vencimento ou rendimentos, documentalmente comprovados, em harmonia aos vencimentos da professora”. (Marcelino, 2009, p. 52).

As interessadas que pretendiam casar deviam requerer ao Ministro, fundamentarem devidamente o seu pedido, e juntar ao requerimento documentos que comprovassem a idoneidade civil e moral, bem como os vencimentos ou rendimentos do seu noivo. Os processos que diziam respeito a pedidos de autorização para o casamento de professoras do ensino primário tinham, também, de ser acompanhados de parecer do diretor do distrito escolar. Era condição indispensável ao respetivo deferimento que os pretendentes comprovassem, à data do pedido, que se encontravam na situação económica que tornasse possível a condição do casamento, bem como a estabilidade que esta lhes poderia oferecer.

A norma de requerimento era a seguinte:

Sr. Ministro da Educação Nacional

Excelência:

F..., (idade, estado, naturalidade e residência), professora de ensino primário na escola de..., concelho de..., distrito escolar de..., desejando contrair matrimónio com B... (idade, estado, naturalidade, residência) o qual tem bom comportamento moral e civil e usufrue um rendimento mensal de ... \$..., como prova com os documentos adjuntos, roga a Vossa Excelência a necessária autorização, nos termos de art.9º. do dec. Nº27:279, de 24-11-1936.

(Data) / F... (assinatura reconhecida) / Pede deferimento. (Roque, 1939, pp- 89-90).

Esta exigência termina no ano de 1969, com a promulgação do Decreto-Lei nº49:473, no qual explicita que:

⁸ “O Movimento da Escola Moderna” In <https://www.escolavirtual.pt/Blogue/Artigos/o-movimento-da-escola-moderna.htm>

(...) A experiência não aconselha a manutenção desta exigência legal, desde há muito convertida em formalidade burocrática que dificulta o casamento das professoras, sem todavia atingir objectivos visados pela disposição.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1ª parte do nº2º do artigo 109º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É revogado o artigo 9º do Decreto-Lei nº27:279, de 24 de novembro de 1936º.

AS HOSPEDEIRAS DE BORDO

A profissão começou inicialmente por ser apenas desempenhada por homens, visto que se considerava que as mulheres eram demasiado delicadas para lidar com uma possível emergência. Só no ano de 1930 é que surgiu a primeira assistente de bordo, Ellen Church, uma enfermeira diplomada, contratada pela Boeing Air Transport (que mudou de nome para United Air Lines). O voo inaugural da assistente foi aos seus 25 anos, de Oakland a Chicago, no dia 15 de maio de 1930¹⁰.

Porém, na TAP iniciou as suas operações com DC-3 Dakota, já com hospedeiras de bordo em funções, sendo Maria de Lourdes Martins Owen uma das primeiras a exercer funções nesta companhia. Maria de Lourdes já havia concorrido para desempenhar funções na SATA (Sociedade Açoriana de Estudos Aéreos), onde teria havido resistência à sua incorporação na companhia, principalmente por motivos de cariz económico¹¹. A incorporação de hospedeiras de bordo nesta companhia aconteceu a 1 de outubro de 1968, quando admitiram as primeiras quatro assistentes, sendo elas, Ana Garcês, Luísa Câmara, Leonor Pacheco e Margarida Branco.

A 20 de janeiro de 1955 é dado a conhecer o regulamento do pessoal, aprovado em reunião do Conselho de Administração, ocorrida no dia 13 do mesmo mês e ano. Para o pessoal feminino, existam 4 cargos, sendo que as hospedeiras eram as únicas sujeitas à proibição de serem casadas. Mais precisamente as suas funções elencam-se assim:

Esteno-tradutora e tradutora dactilógrafa: Habilitações mínimas: 2º ciclo dos liceus ou equivalente. Idade: maiores e não mais que 35 anos.

Esteno-dactilógrafas e dactilógrafas: Habilitações mínimas: 1º ciclo dos liceus ou equivalente. Idade: maiores e não mais que 35 anos.

Assistentes: Habilitações mínimas: 1º ciclo dos liceus ou equivalentes. Idade: não menos que 21 anos, ou em casos especiais, emancipadas, e nem mais que 30 anos. Estado: solteiras, estado que deverá manter-se para o exercício das funções.

Telefonistas e pessoal menor: Habilitações mínimas: 4ª classe da instrução primária. Idade: maiores e não mais que 35 anos.¹²

Contudo, esta proibição não existia apenas na TAP. Na SATA o Regulamento do Pessoal Navegante Comercial, aprovado em julho de 1968, incluiu também a proibição de admissão de mulheres casadas para desempenho da função de hospedeira de bordo:

9 Decreto-Lei nº 49:473 de 27 de dezembro de 1969.

10 Azevedo, Ana. *Dia Mundial do Tripulante de Cabina*.

<https://vistaerea.wordpress.com/2020/05/31/dia-mundial-do-tripulante-de-cabina/>

11 *Idem*.

12 Ordem de serviço nº18. Museu da TAP. Lisboa 20 de janeiro de 1955. p. 2.

Domínio das línguas inglesa e francesa; Boa apresentação;
 Bom comportamento cívico e nível adequado de cultura geral;
 Idade mínima de 18 anos em máximo de 27, sendo que, o limite de idade para exercício da profissão era 35 anos;
 Estado civil de solteira, visto que, ao casarem-se as hospedeiras deixavam de estar ligadas à Companhia;
 Sendo também previsto o despedimento por motivo de gravidez¹³.

Com o 25 de abril de 1974, as regras mudaram e deixou de haver discriminação sexual, de idade e estado civil deixou de existir, como relembra Cristina Salema, antiga hospedeira de bordo na TAP desde 1971 a 2012: “Não nos podíamos casar, quem o fizesse tinha de se ir embora. Depois do 25 de Abril de 1974 as coisas mudaram”.¹⁴

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Araújo, H. C. (2000). *Pioneiras na educação – as professoras primárias na viragem do século: contextos, percursos e experiências 1870-1933*. Porto: Instituto de Inovação Educacional.
- Araújo, H. C. G. (1990). As mulheres professoras e o ensino estatal. *Revista Crítica das Ciências Sociais*.
- Baptista, V. R. (1999). *As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1840-1940)*. Lisboa: Organizações Não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Costa, S. (2008). *Uma Nova Era nas Telecomunicações. (1952-1953): Uma Desordem Perfumada*. Lisboa: Centro Editor PDA.
- Cova, A. & Pinto, A. Costa. (1997). Salazarismo e as mulheres- uma abordagem comparativa. *Penélope revista de história e ciências sociais*, 17.
- Liga Portuguesa de Profilaxia Social. (1950). A Campanha pelo Casamento das Telefonistas. Porto.
- Liga Portuguesa de Profilaxia Social. (1952). A Acção da Liga Portuguesa de Profilaxia Social em prol do casamento das enfermeiras dos hospitais civis. Porto.
- Melo, H. P. & Pimentel, I. F. (2015). *Mulheres Portuguesas - História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.
- Oliveira, C. (s/d). Da ditadura militar à implementação do salazarismo. In Reis, A. (Dir.). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa.
- Rodrigues, J. A. (1983). Continuidade e mudança nos papéis das mulheres urbanas portuguesas: emergência de novas estruturas familiares. *Análise Social*, XIX (77-78-79), 909-938.
- Roque, M. & Santos, A. G. (1939). *Prontuário Escolar*. (2ª Edição). Castelo Branco.
- Santos, R. (1999). *Olhos de Boneca - Uma História das Telecomunicações 1880-1952*. Lisboa: Edições Colibri.
- Tavares, M. (2011). *Feminismos - percursos e desafios (1947-2007)*. Alfragide: Textos Editores.
- Tengarrinha, J. (1981). As greves em Portugal: uma perspectiva histórica do século XVIII a 1920. *Análise Social*, XVII (67-68), 537-601.
- Vaquinhas, I. (2022). “Familiar de faroleiro também é profissão”. Mulheres e trabalho em Portugal no século XIX e inícios do século XX: fontes e problemáticas. In Silva, S. S.; Moscatel, C.; Oliveira, N.; Soares, D. & Valério, B. (Coord.). *Trabalho (no) feminino – histórias de mulheres (séculos XVIII a XX)*. Açores: Letras Lavadas edições.

¹³ Azevedo, Ana. *Dia Mundial do Tripulante de Cabina*.

<https://vistaerea.wordpress.com/2020/05/31/dia-mundial-do-tripulante-de-cabina/>

¹⁴ Ferro, Carlos. *Uma vida dedicada à aviação*. Julho de 2018.

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/22-jul-2018/uma-vida-dedicada-a-aviacao-ainda-sonho-com-a-tap-9621397.html>

ONDE ESTAVAS E O QUE FAZIAS TU, MULHER PORTUGUESA EMIGRANTE, NO DIA 25 DE ABRIL DE 1974?

MARIA IRENE DA FONSECA E SÁ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

A MIGRAÇÃO

Como mulher portuguesa emigrante, inicio minha investigação falando de migração. O fenômeno da migração é uma constante na humanidade. Segundo a International Organization for Migration (OIM Brasil):

- Uma em cada 30 pessoas é migrante.
- Havia cerca de 281 milhões de migrantes internacionais no mundo em 2020.
- O fluxo de migração tem se acentuado nas últimas cinco décadas, pois o total estimado de 281 milhões de pessoas vivendo em um país diferente de seus países de nascimento em 2020 foi de 128 milhões a mais do que em 1990 e mais de três vezes o número estimado em 1970.

Quanto à emigração portuguesa, pode-se afirmar que o povo português tem como característica a emigração. Desde a época das descobertas e da colonização, os portugueses sempre buscaram novas terras e novas vidas, seja por necessidade ou por sonho.

O fenômeno da emigração levou à criação de numerosas e prósperas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, que atingem um número estimado em cerca de 5 milhões de pessoas (com a inclusão dos lusodescendentes), ou seja, em torno de um terço da população portuguesa.

Saramago proclamava que: “Em verdade vos digo que todos os passos do mundo se cruzam e entrecruzam, os tempos vêm e vão, só os lugares permanecem.” (Saramago, 1999a, p. 99). Desta forma, os lugares permanecem, no entanto, a percepção das pessoas sobre esses lugares muda ao longo do tempo, assim como o discernimento sobre novas oportunidades de vida. Atualmente, enquanto os portugueses buscam emprego e melhores condições de vida em outros países da Europa, os brasileiros, e outros imigrantes, chegam a Portugal. Portanto, os seres humanos estão sempre buscando novas oportunidades de sobrevivência, prosperidade, melhores condições de vida e, principalmente, melhores oportunidades de emprego. E, muitas das vezes, é a busca pela dignidade humana. Percebe-se que as ondas de migração vão acontecendo de acordo com as necessidades dos seres humanos, principalmente, ligadas à sobrevivência e à subsistência, e muito impactadas pela política, seja ela interna ou externa.

Apesar da emigração ser uma constante na vida do povo português, desde a época das navegações, verifica-se que houve uma acentuada diáspora durante o período do regime autoritário que vigorou em Portugal, de 1933 a 1974.

No Brasil, após a independência, em 1822, a imigração portuguesa ficou estagnada e voltou a crescer na segunda metade do século XIX, alcançando seu ápice na primeira metade do século XX. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), chegaram ao Brasil cerca de 1.065.000 portugueses, entre 1904 e 1959. Em seguida, a migração para o Brasil foi dificultada em razão de restrições de migração por

parte do governo brasileiro. No entanto, os portugueses continuaram migrando, principalmente para os outros países da Europa, como: França, Inglaterra e Suíça. No *website* PORDATA pode ser verificado que houve um crescimento acentuado da emigração nos anos 60. Analisando o gráfico do PORDATA que apresenta os saldos populacionais anuais da migração em Portugal, ou seja, o número de imigrantes menos o número de emigrantes, de 1961 a 2021, percebe-se que nos anos 60 a emigração era maior que a imigração. Após a Revolução dos Cravos (1974) esta tendência se altera. Atualmente, verifica-se uma tendência para que o número de imigrantes seja maior que o de emigrantes. Tal fato contribui para que a população de Portugal se mantenha praticamente estável (aproximadamente 10.400.000 habitantes), compensando a diferença entre óbitos e nascimentos.

O escritor José Saramago, também ele migrante, discorreu sobre a motivação para a emigração do povo português:

O menos que se pode dizer dos portugueses que emigraram é que não se sentiam bem na sua terra: o mais que deve admitir-se, é que a vida nela se lhes tornara insuportável, e a palavra só pode parecer excessiva a quem nada saiba ou não tenha querido saber das condições de existência desse milhão de compatriotas nossos que, legalmente ou ilegalmente, atravessaram a fronteira. Censurá-los pelo que fizeram, seria absurdo: o patriotismo é muito mais fácil quando o ventre está satisfeito, e se a Pátria (esta ou qualquer outra) tardiamente se lembra ou lhe convém apelar para o emigrante, este tem o direito de perguntar-lhe: “Que fizeste tu por mim, quando eu de ti precisava e para ti trabalhava?” (Saramago, 2014, p. 194).

Assim, os seres humanos estão sempre procurando por melhores condições de vida e, principalmente, oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional. Castells afirma que: “[...] mesmo para aqueles migrantes no nível mais baixo da sociedade urbana, o excesso de oportunidades proporciona melhores chances de sobrevivência, em primeiro lugar, e de promoção de gerações futuras, depois, do que qualquer coisa que poderiam encontrar em áreas rurais cada vez mais marginalizadas e regiões atrasadas” (Castells, 2003, p. 186). Desta forma, muitas vezes a motivação para a migração está relacionada ao futuro dos descendentes.

Quanto aos portugueses que migraram para o Brasil no século XX, outra ditadura os aguardava no Brasil: o Regime Militar brasileiro, que durou de 1964 a 1985.

Eu migrei para o Brasil em 1963, ainda em tenra idade, mas já muito amadurecida pois já trabalhava na agricultura desde os quatro anos. A entrada no Brasil foi possível visto que meu pai já estava no país há mais tempo. De qualquer forma, em qualquer país, a vida de imigrante nunca é fácil! No entanto, no Brasil, tive a oportunidade de desenvolver minha vida acadêmica e de obter sucesso na vida profissional.

A EXPERIÊNCIA DA AUTORA

Nasci na década de 1950, numa pequena aldeia da Beira Alta, em Portugal. A época da minha infância, em Portugal, era a do regime autoritário de António de Oliveira Salazar e das guerras coloniais. Enquanto a comunidade internacional e a Organização das Nações Unidas (ONU) defendiam a implementação de uma política de descolonização, o governo de Portugal recusava-se a conceder a autodeterminação aos povos das regiões colonizadas. Nesse sentido, Salazar, praticando uma política de isolacionismo internacional, levou Portugal e o povo português a sofrer consequências

extremamente negativas a nível cultural e económico. O apego do governo de Portugal por suas colónias acabou por ocasionar muitas vítimas no povo português e nos povos das colónias, que mais tarde acabariam por se tornar independentes. (Campina & Tomás, 2016).

Sophia de Mello Breyner Andresen publicou, em 1967, uma colectânea de poesia intitulada *Geografia*. Nessa obra encontra-se o poema *Esta gente*,

*Pois a gente que tem
O rosto desenhado
Por paciência e fome
É a gente em quem
Um país ocupado
Escreve o seu nome*

*E em frente desta gente
Ignorada e pisada
Como a pedra do chão
É mais do que a pedra
Humilhada e calcada*

*Meu canto se renova
E recomeço a busca
De um país liberto
De uma vida limpa
E de um tempo justo*

Este poema ilustra a esperança do povo português por um novo tempo em que prevaleça a liberdade.

O regime salazarista vinculou a identidade nacional ao modo de vida camponês. A natureza familiar da força de trabalho e a reversão da produção para o autoconsumo são características desse modo de vida. Até o fim do Estado Novo, em 1974, a ação deste foi no sentido de resistir às transformações do contexto pós-guerra. A defesa das colónias ultramarinas, que envolveu uma guerra de treze anos em solo africano, foi o exemplo mais emblemático dessa postura do regime salazarista. Nesse cenário, além da perda da força masculina para a guerra, a emigração, principalmente de homens que fugiam à guerra, ganhou impulso. Começava-se a trabalhar em tenra idade, ainda de corpo franzino. Deixava-se cedo a escola. Assim, muitas mulheres se tornaram a força principal de trabalho no mundo rural e estiveram em tantas outras lutas nos campos. Outras emigraram com suas famílias e foram se desenvolver em outros países. Como já dito, muitas vezes, a motivação para a migração visava o futuro dos descendentes.

Neste sentido, Cova e Costa Pinto (1997), na revista *Penélope*, afirmam:

A maioria das mulheres vivia no campo, à semelhança de mais da metade da população activa: em 1930, 55 por cento da população activa dedica-se à agricultura, em 1940, 52 por cento, e em 1950, 51 por cento. A partir dos anos 50, a tendência para o decréscimo do número de activos a trabalhar no agrícola sofreu uma baixa significativa, devido à forte emigração de mão-de-obra. Estas tendências afectaram também a mão-de-obra feminina. Em 1950, as mulheres representavam 20 por cento da população activa agrícola e apenas 9,1 por cento dez anos mais tarde. Este decréscimo espetacular de mais da metade, advém também do facto de se ter em consideração, nessas percentagens, apenas as mulheres assalariadas agrícolas, excluindo-se as domésticas que trabalham no campo, que eram em grande número. A partir dos anos 60, o número de mulheres activas aumentou em virtude da emigração masculina, que atingiu seu auge, e da guerra colonial. É desde aí que se assiste a uma feminilização marcante na agricultura em 1970, 24,2 por cento dos activos agrícolas eram mulheres.

Desta forma, a força feminina movimentava a vida agrícola apesar de não estar registrada como tal. Samara e Rosas (2021) argumentam que:

No que às mulheres diz respeito, importa pensar como numa sociedade ainda desigual e discriminatória, estas não deixaram de participar. Há, nesse sentido, um processo de construção e de afirmação da sua presença nas dinâmicas políticas e sociais. Muitas delas estiveram lá. Essencialmente a lutar contra o regime, pelo seu fim. Muitas travando também a batalha contra o que a sociedade lhes impunha, contra um papel de gênero previamente definido e limitador. A mulher podia – e deveria – ter uma atividade e participação além do que se entendia ser o seu papel de mãe e de esposa.

Assim, nas terras da Beira Alta, onde nasci e vivi até os 8 anos de idade, praticava-se a agricultura de subsistência e as pessoas começavam a trabalhar na terra quando ainda eram crianças. A ida à escola principiava aos sete anos e, geralmente, estudava-se apenas quatro anos, pois a agricultura demandava muitos braços. Afinal, uma boa parte dos homens estava no exército a servir à pátria, ou no exterior a tentar uma vida com melhor futuro para a família. A jornada começava muito cedo e terminava muito tarde. Também não havia aposentadoria, trabalhava-se a terra enquanto havia força e alegria para tal. Rampinelli (2014) diz que Salazar, quando visitava as aldeias portuguesas, defendia os valores tradicionais dos camponeses e se orgulhava de apresentar o país como a horta e o pomar da Europa. Salazar enfatizava que era “[...] filho duma família pobre. E os parentes, todos eles pobres, lá continuam ainda na sua aldeia, a trabalhar a terra, cavando-a e regando-a. Nada fez – nem fará – para os retirar dali, do seu meio, e onde são tão úteis à Nação, como ele, Salazar, o é no Governo” (Salazar como citado em Rampinelli, 2014, p. 123).

Entretanto, o progresso chegava a outras nações. Os seres humanos, cidadãos portugueses, tinham aspirações de uma vida com mais conforto e que oferecesse a seus descendentes novas oportunidades de viver e prosperar.

Neste contexto, em 1963, cheguei ao Brasil. O Regime Militar foi instaurado, no Brasil, pelo golpe de 1º de abril de 1964 e durou 21 anos, até 15 de março de 1985. O plano político foi marcado pelo autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguição política, prisão e tortura dos opositores, e pela imposição da censura prévia aos meios de comunicação, como aconteceu em Portugal.

Nesse período, apesar de pertencer a uma família com recursos precários, eu estudei, cursei Universidade pública e gratuita e me formei em Informática em 1977, realizei meu Mestrado em Engenharia de Sistemas em 1982, também em Universidade pública e gratuita, e desenvolvi minha vida profissional trabalhando em empresas privadas e multinacionais.

Portanto, em 25 de abril de 1974 eu estava na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na qual havia ingressado em março do mesmo ano. Saí de minha casa às 6 horas da manhã para me deslocar para a aula, na Cidade Universitária às 8 horas da manhã. Nessa época o transporte para a Cidade Universitária era bastante precário. Nessa manhã, ao chegar ao Instituto de Matemática, onde acontecia a aula de Física I, o Professor da disciplina, Professor Maia, já estava em sala de aula. E, ao me ver, sabendo que eu era portuguesa, me saudou: “Finalmente a liberdade, acabou a ditadura em Portugal”. Confesso que, naquele momento, não entendi muito bem o que ele me dizia. Sentei e assisti a aula de Física I e as outras que se seguiram. Só, ao final do dia, já em casa, acompanhando as notícias, pude tomar consciência do fato ocorrido.

A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Assim, a liberdade de poder escolher sobre que religião professar, liberdade para expressar opinião sobre os mais diferentes assuntos, liberdade de viver sem temor e medo, liberdade para exercer a profissão escolhida... são necessidades e direitos dos seres humanos. Neste sentido, vale ler e refletir sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), assinada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU). Conforme o *website* das Nações Unidas Brasil:

Os direitos humanos são comumente compreendidos como aqueles direitos inerentes ao ser humano. O conceito de Direitos Humanos reconhece que cada ser humano pode desfrutar de seus direitos humanos sem distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outro tipo, origem social ou nacional ou condição de nascimento ou riqueza.

Os direitos humanos são garantidos legalmente pela lei de direitos humanos, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interferem nas liberdades fundamentais e na dignidade humana. (Nações Unidas Brasil).

Portanto, a legislação de direitos humanos obriga os Estados a agir de uma determinada maneira e proíbe os Estados de se envolverem em atividades específicas. No entanto, ela não estabelece os direitos humanos, pois os direitos humanos são direitos inerentes a cada pessoa, simplesmente por ela ser um humano.

A DUDH diz em seu artigo I: "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade." (United Nations).

E, no artigo II:

1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2 - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania. (United Nations).

O artigo III afirma: "Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal." (United Nations).

E o artigo XXV proclama que:

1. Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle (United Nations).

Estes artigos já são suficientes para a discussão e reflexão de como a humanidade está longe de observar os direitos humanos, inerentes a cada ser humano. Segundo o *website* das Nações Unidas Brasil, os direitos humanos são:

- fundados sobre o respeito pela dignidade e o valor de cada pessoa;
- universais, o que quer dizer que são aplicados de forma igual e sem discriminação a todas as pessoas;
- inalienáveis, e ninguém pode ser privado de seus direitos humanos; eles podem ser limitados em situações específicas. Por exemplo, o direito à liberdade pode ser restringido se uma pessoa é considerada culpada de um crime diante de um tribunal e com o devido processo legal;
- indivisíveis, inter-relacionados e interdependentes, já que é insuficiente respeitar alguns direitos humanos e outros não. Na prática, a violação de um direito vai afetar o respeito por muitos outros.

Neste sentido, todos os direitos humanos devem ser tratados e observados como de importância igual. Acima de tudo está a dignidade e o valor de cada ser humano.

Em 1998, quando José Saramago ganhou o Prêmio Nobel, ele denunciou: “[...] não parece que os Governos tenham feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que, moralmente, quando não por força da lei, estavam obrigados.” (Saramago, 1998, p. 21).

Portanto, a Carta dos Direitos Humanos, sempre citada e festejada, não é observada. A miséria continua a se alastrar pelo mundo, a fome impera nas populações marginalizadas, a educação é usada para ampliar o fosso entre os que sabem e os que não sabem, as guerras se multiplicam e devassam os territórios, a vida dos seres humanos não é respeitada, a disputa pelo poder não cessa de se expandir e os seres humanos não se veem nos seus semelhantes. De quem é a responsabilidade pelo não cumprimento dos direitos humanos de cada ser humano?

Atualmente, o que fazer para que a Declaração Universal dos Direitos Humanos seja observada?

Parece que a humanidade não aprende com os erros do passado e volta a cometer os mesmos deslizes, e, assim, os erros se repetem.

Neste cenário, é importante lembrar e pensar, refletir e falar sobre o que se passou para não esquecer e não repetir o passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Saramago afirmava que: “Somos muito mais filhos do tempo em que nascemos e vivemos do que do lugar onde nascemos.” (Saramago, 2003, como citado em Aguilera, 2010, p. 161). Desta forma, o tempo que me coube viver me trouxe a ditadura de Salazar, com consequências extremamente negativas a nível cultural e econômico (faltava tudo, não havia dinheiro, não passávamos fome porque comíamos o que plantávamos, mas havia quem não tinha como alimentar a família) e o Regime Militar Brasileiro, marcado pelo autoritarismo, prisão e tortura dos opositores, e pela imposição da censura prévia aos meios de comunicação. Também estas características presentes na ditadura portuguesa.

Considero que a ditadura que me afetou, pela faixa etária que tinha à época das duas ditaduras, foi a portuguesa, pois como consequência: migrei para o Brasil e deixei aqueles que me eram caros. No entanto, tive oportunidades de estudo no Brasil que não teria em Portugal.

O português Saramago, que saiu de Portugal e foi para Lanzarote, e, portanto, um migrante, lembrava “[...] que o nosso futuro não está nas estrelas, mas sempre e somente na terra em que assentamos os pés.” (Saramago, 2009, p. 174). É nessa nova

terra que se alimenta e se cria a descendência, assim como cada ser humano percorre sua trajetória de vida, deixando como rastro a sua cultura, na qual está incluída a língua materna.

Saramago ainda proclama que: “Muito universo, muito espaço sideral, mas o mundo é mesmo uma aldeia.” (Saramago, 1999b, p. 83) e onde quer que se esteja “Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir” (Saramago, 1999a, p. 63). Portanto, onde quer que se estabeleça seu viver, o proceder do ser humano deve ser pautado em valores e responsabilidades. O mundo é o mesmo: seja na Europa ou na América. As necessidades dos seres humanos são as mesmas: alimentação, moradia, cuidados da saúde, educação, ...

Assim, o núcleo de qualquer sociedade é o ser humano. Deste modo, o migrante português, em sua memória, leva sua cultura composta por valores, crenças, religião, costumes, culinária, língua... e se assume sua responsabilidade, como cidadão português, vai mantê-la viva.

No mundo atual, permeado por guerras e disputas pelo poder, onde, constantemente, os direitos humanos são esquecidos e não observados, Saramago conclamava:

“O que faz falta é uma *insurreição ética*. Não uma insurreição das armas, mas sim ética, que ponha bem claro que isto não pode continuar. Não se pode viver como estamos a viver, condenando três quartas partes da humanidade à miséria, à fome, à doença, com um desprezo total pela dignidade humana. Tudo para quê? Para servir a ambição de uns quantos.” (Citado por Aguilera, 2010, p. 120).

E, assim, ele interroga cada ser humano: “Que temos feito do nosso sentido crítico, da nossa existência ética, da nossa dignidade de seres pensantes?” (Saramago, 2013, p. 40).

Torna-se urgente pensar e ir mais além, refletir e agir, de forma a não repetir os erros do passado. Parece uma utopia!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguilera, F.G. (2010). *José Saramago nas suas palavras*. (2a ed.). Caminho.
- Andresen, S. de M. B. (1967). *Geografia*. Assírio & Alvim.
- Campina, A. & Tomás, S. T. (2016). Portugal, O Estado Novo, António de Oliveira Salazar e a ONU: Posicionamento(S) e (I)Legalidades no Pós II Guerra Mundial (1945-1970). http://repositorio.uportu.pt:8080/bitstream/11328/1811/1/Portugal_o%20Estado%20Novo_Ant%C3%B3nio%20de%20Oliveira%20Salazar%20e%20a%20ONU.pdf.
- Castells, M. (2003). *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luíza X. de A. Borges. Revisão Paulo Vaz. Zahar.
- Cova, Anne; Costa Pinto, António (1997). O Salazarismo e as Mulheres: uma abordagem comparativa. In *Penélope: Gênero, discurso e guerra*. Edições Cosmos.
- IBGE. Brasil 500 anos. <http://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1945-1959.html>
- OIM Brasil. About Migration. <https://brasil.iom.int/pt-br>.
- Nações Unidas Brasil. Declaração Universal dos Direitos Humanos. <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao%20universal-dos-direitos-humanos>.
- United Nations. Universal Declaration of Human Rights. <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese?LangID=por>.
- PORDATA. BI de Portugal. <https://www.pordata.pt/Portugal>.
- PORDATA. <http://www.pordata.pt/Portugal/Populacao%20e%20estrangeira+com+estatuto+legal+de+residente+total+e+por+algumas+nacionalidades-24>.

- Rampinelli, W. J. (2014). Salazar: uma longa ditadura derrotada pelo colonialismo. *Lutas Sociais*. São Paulo, vol.18 n.32, p.119-132, jan./jun. 2014. http://www4.pucsp.br/neils/revista/vol.32/waldir_jose_rampinelli.pdf.
- Samara, M. A. & Rosas, L. (2021). As mulheres na Resistência à ditadura do Estado Novo. <https://setentaeequatro.pt/ensaio/mulheres-na-resistencia-ditadura-do-estado-novo>.
- Saramago, J. (1998). *Discursos de Estocolmo*. Fundação José Saramago.
- Saramago, J. (1999a). *Cadernos de Lanzarote*: Diário II. Editorial Caminho.
- Saramago, J. (1999b). *Cadernos de Lanzarote*: Diário III. Editorial Caminho.
- Saramago, J. (2009). *O Caderno 2*. Alfragide, Portugal: Editorial Caminho.
- Saramago, J. (2013). *A estátua e a pedra*. Fundação José Saramago.
- Saramago, J. (2014). *Os apontamentos*. 4a ed. Porto Editora.

NOTAS BIOGRÁFICAS

ANA BARRADAS

Autora, tradutora, consultora internacional e jornalista, Ana Barradas, nascida em Moçambique, foi redactora da revista Política Operária, co-editora das edições Dinossauro e dirigiu a editora Ela por Ela. É autora de várias obras, entre as quais Ministros da Noite, Dicionário de Mulheres Rebeldes, O Império a Preto e Branco, As Clandestinas e Comores, Ilhas da Lua. Foi co-autora de Médicos Nossos Conhecidos. Traduziu muitas dezenas de títulos, nomeadamente de Jack London, Samir Amin, George Orwell e Noam Chomsky.

ANA RITA MONTEIRO

Licenciada em Sociologia pelo Iscte – Instituto Universitário de Lisboa e encontra-se a frequentar o mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação na mesma instituição. No âmbito da sua dissertação, investiga a interseção entre cultura e sociologia da família, com enfoque na representação das dinâmicas familiares no cinema português entre 1974 e 2024. Integrou, na qualidade de bolseira, a equipa do projeto “ABRIL MATER: Maternidade e Parto Antes e Depois da Revolução”, desenvolvido no CIES-Iscte e financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Atualmente, é bolseira de investigação no projeto “CareChild – Licenças Parentais, Desigualdades Sociais e Bem-Estar Infantil”, no ICS-UL, financiado pelo Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP).

ANA RITA DOS SANTOS CARDOSO

Ana Rita dos Santos Cardoso, licenciada e mestre em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. No decorrer do seu percurso académico, ganhou interesse pela área da investigação, principalmente pela história das mulheres na época contemporânea. No âmbito da dissertação de mestrado desenvolveu o trabalho sobre “O Trabalho feminino fora do lar no Estado Novo (1933-1974) - Condicionais e Impedimentos”. Paralelamente à investigação dinamiza sessões de explicações para alunos do 7º ao 12º ano.

ALEX AZEVEDO

Professor de história do ensino básico e secundário. Trabalha no ensino público, numa escola no centro da cidade de Lisboa, desempenhando várias funções. Mestre em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário pela Universidade do Minho. Sempre estudou e realizou trabalhos com questões feministas e diversidade ao longo do seu percurso académico e profissional. É ativista trans feminista, fazendo parte da coordenação do Grupo de Reflexão e Intervenção Trans (GRIT) da ILGA Portugal, onde dinamiza e desenvolve várias atividades.

ANDREIA FILIPA COURELA RODRIGUES

Doutoranda em História (História Contemporânea) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa. É investigadora no projeto História, Território

rios e Comunidades (HTC-CFE NOVA FCSH). A sua investigação centra-se na longa luta pela despenalização do aborto em Portugal (1974-1984), com destaque para a ação do movimento feminista português e os debates parlamentares em torno da interrupção voluntária da gravidez.

ANDREIA SANTOS SILVA

É doutoranda em História da Arte na Universidade de Évora e investigadora do Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA) da mesma Universidade. Bolseira de doutoramento no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo (MMP,E.P.E) com o projecto «(Des)conhecidas da coleção. As mulheres artistas do Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo» - financiado pela FCT, I.P (PRT/BD/153507/2021). Mestre em História da Arte, especialização Arte Contemporânea, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa com a dissertação Ofélia Marques (1902-1952): mulher artista no modernismo português. A menina Ophelia Cruz que é hoje Ofélia Marques e licenciada em História Moderna Contemporânea pelo ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

DALILA MARIA TEIXEIRA MILHEIRO

Doutorada em Estudos Portugueses, Especialidade em Literatura e Cultura Portuguesas pela Universidade Aberta (2021). Mestre em Estudos sobre as Mulheres pela Universidade Aberta (2004). Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, variante de Estudos Portugueses pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1993). Investigadora colaboradora do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Investigadora colaboradora do Centro de Estudos e das Migrações e das Relações Interculturais (CEMRI), no Grupo de Investigação em Estudos sobre as Mulheres — Género, Sociedade e Cultura; Investigadora integrada do Centro de Estudos Globais, Grupo 5 — Literatura, Artes e Transculturais/ Linha E — Literaturas Globais e Hipermídia da Universidade Aberta.

DANIELA SOFIA NETO

Licenciada e Mestre em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. À data da escrita deste texto era Doutoranda em Sociologia na mesma instituição com um projeto de continuidade à investigação iniciada no mestrado, pretendendo analisar as representações sociais de estudantes da Universidade de Coimbra relativamente ao assédio sexual desde a década de 1960. A tese de doutoramento indicada foi financiada através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (2022.12798.BD) e tendo como entidade de acolhimento o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

DULCE MORGADO NEVES

Doutorada em Sociologia pelo Iscte-IUL (2013), é investigadora integrada no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Iscte (CIES-Iscte), onde pesquisa sobre temas de género, parto, parentalidade e mudança social. É fundadora e co-coordenadora do Laboratório de Estudos Sociais sobre Nascimento - nascer.pt (CIES-Iscte), uma estrutura de investigação que se dedica à produção e disseminação de informação relevante sobre nascimento em Portugal e numa base comparada com outros países. Recentemente, coordenou os projetos “Ativismos do Nascimento na Europa: percursos, formas de ação e conquistas” (2018-2024) e “ABRIL MATER: maternidade e parto antes e depois da Revolução” (2023-2024), financiado pela FCT.

MARIA IRENE DA FONSECA E SÁ

Pós - Doutora em Ciências da Comunicação e Informação, Universidade do Porto - Portugal. Doutora em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro

MARIA JOÃO SILVESTRE

Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas, na variante de Estudos Portugueses, Ramo Educacional, pela Universidade Nova de Lisboa, e Mestre em Estudos Portugueses - Literatura e Cultura dos Países Africanos de Expressão Portuguesa, pela Universidade Nova de Lisboa. Leciona Português (3.º ciclo e Secundário) há mais de 30 anos.

Tem artigos publicados na Revista Faces de Eva, na Revista Militar e no Boletim Noesis, a par de comunicações em congressos.

MARÍLIA GAGO

Doutora em Educação, Metodologia do Ensino da História e Ciências Sociais, pela Universidade do Minho; É professora auxiliar no Instituto de Educação da Universidade do Minho, do Departamento Estudos Integrados de Literacia, Didática e Supervisão, responsável pelas Unidades Curriculares de Metodologia do Ensino de História e Supervisão Pedagógica, investigadora integrada do Centro de Investigação em Educação - CIED, do Instituto de Educação da Universidade do Minho; colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar "Cultura, Espaço e Memória" da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; e do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica - LAPEDUH da Universidade Federal do Paraná e do Grupo de Investigação de Didática das Ciências Sociais, da Universidade de Múrcia.

NUNO PRATES

Nasceu em Alpiarça, em 1973, é Museólogo, Técnico Superior de História, do Quadro de Pessoal do Município de Alpiarça, exercendo as funções de Conservador da Casa dos Patudos - Museu de Alpiarça desde 2011. Foi Professor e Coordenador da Pós-Graduação em Museologia na Autónoma Academy (Universidade Autónoma de Lisboa). Licenciado em História (Variante de Arqueologia) pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, frequentou ainda a Licenciatura em História da Arte, na mesma Universidade. Na Universidade de Évora obtém estudos pós-graduados em Museologia. Na Universidade Aberta, Lisboa, obtém o Curso - Inventário do Património Cultural Imaterial. É ainda formador na área e domínio da Didática da História, pela Universidade do Minho. Mestrando em Gestão e Valorização do Património Cultural - especialidade Património Artístico e História da Arte (Universidade de Évora). Investigador em História Local e Regional. Tem colaborado em diversas publicações no âmbito da sua área académica e profissional.

PÂMELA CABREIRA

Doutora em História Social pela Universidade Nova de Lisboa. Possui mestrado em História Social pelo programa de Pós-Graduação em História da UFRRJ (2015-2017) e mestrado em Ensino de História pela Universidade de Lisboa. É graduada em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ, 2010-2014) com um período de estudos na Universidade do Porto (2014). Atualmente é investigadora no Instituto de História Contemporânea (IHC/NOVA) e no Grupo História, Territórios e Comunidades (HTC/NOVA), além de ser pesquisadora no Núcleo de Estudos sobre Capitalismo, Poder e Lutas Sociais/NECAP/UFRRJ. Integra enquanto colaboradora o Centro de Estudos

Globais da Universidade Aberta e é co-fundadora do Observatório para as Condições de Vida e Trabalho (NOVA). O capítulo aqui apresentado tem por base a arte da galardoada tese pelo Prémio Canais Rocha de Estudos Sobre o Movimento Operário, “Operárias em luta: reivindicações e resistência durante o PREC (1974-1975)”. É professora de História na Escola António Sérgio.

PAULO MARQUES ALVES

Licenciado, Mestre e Doutor em Sociologia pelo ISCTE. Professor Auxiliar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tem lecionado disciplinas nos domínios das teorias sociológicas; das metodologias de investigação; do trabalho, emprego e organizações; e das relações laborais. Em Portugal é investigador integrado do DINÂMIA’CET-Iscte e investigador colaborador do IHC – Instituto de História Contemporânea/Nova FCSH, No Brasil, é investigador do NEPTQSAL – Núcleo de Estudos e Pesquisa: Trabalho, Questão Social e América Latina e colaborador estrangeiro do NEGREM – Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Etnia. Tem participado em vários projetos de investigação nacionais e internacionais e é autor de publicações nos campos disciplinares anteriormente referidos. Membro de diversas associações de carácter científico, integra igualmente várias redes de investigação e é membro do conselho de edição de diversas revistas científicas.

RICARDO MANUEL ARRANZEIRO HIPÓLITO

Tem 67 anos, é natural de Alpiarça. Licenciado pelo Instituto Superior de Agronomia. É inspetor superior no Ministério da Cultura.

Nas décadas de 70 e 80 fez parte da Secção Cultural do C.D. Os Águias e do Grupo Amador de Teatro de Alpiarça. Em 1973, na campanha eleitoral para a Assembleia Nacional, colaborou com a organização oposicionista CDE (Coligação Democrática Eleitoral).

Colaborou com a Câmara Municipal de Alpiarça, na década de 80 e, mais tarde, a partir de 2010, na área da Cultura. É colaborador dos jornais «Voz de Alpiarça» e «Correio do Ribatejo». Recentemente publicou na revista «Nova Síntese» um artigo sobre as coletividades recreativas alpiarcenses e o movimento do neorrealismo.

Desde a década de 90 desenvolve recolhas de memórias documentais, fotográficas e orais de alpiarcenses para a salvaguarda do património imaterial e das memórias coletivas de Alpiarça, de onde resultou a edição de livros e artigos na web e em publicações periódicas. A propósito destas recolhas tem proferido diversas palestras.

TATIANA MATOS

Mestre em Estudos de Educação e tem vindo a trabalhar sobre participação política online e competências digitais em jovens adolescentes. Foi também bolsreira no CIES-ISCTE no âmbito do projeto “ABRIL MATER: maternidade e parto antes e depois da Revolução” Está envolvida em diversos projetos na área da educação e tem vindo a desenvolver funções de gestora de projeto e comunicação de ciência na CriA.On. Os seus principais interesses são participação cívica juvenil, medias digitais e género.

VERA ARAÚJO

Vera Araújo é Doutora em Arte Contemporânea pelo Colégio das Artes da Universidade de Coimbra, com pesquisa voltada às temáticas do corpo político e da arte da guerrilha na prática artística de mulheres durante as ditaduras no Brasil e em Portugal (décadas de 1960 e 1970). Possui Mestrado em História, na área de História e Historiografia, pela Universidade Federal de São Paulo, com pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo entre 2015 e 2017. É Bacharela em História pela

Universidade Federal do Ceará, onde também foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET - MEC/SESu) entre 2012 e 2014. Atua como pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa História e Documento: Reflexões sobre Fontes Históricas (GEPHD), cadastrado na plataforma do CNPq-Brasil. Atualmente, exerce a função de Professora de História no Ensino Básico e Secundário e é Investigadora Colaboradora do CEIS20 - Universidade de Coimbra.

O I Seminário História com Mulheres e o 25 de Abril é uma iniciativa que surge partindo de diferentes pontos do conhecimento e da vertente que analisa o sexo, o género, a raça e a classe com o mesmo objetivo: trazer à tona a existência, a presença e a ação concreta de mulheres que, ao longo dos anos e lugares, demarcaram as várias dimensões do quotidiano, e os contornos de um país recém-democrático, através das suas formas de agir durante o Período Revolucionário em Curso (PREC). A escolha deste tema não se deu sem razão. Após 50 anos da ruptura revolucionária do 25 de Abril de 1974, continuamos a deparar-nos com uma historiografia que não privilegia nem demarca as ações de mulheres ao longo deste período. Posto isto, é fundamental salientar que atualmente testemunhamos novos esforços, sobretudo por parte de investigadoras, para compreender o período do 25 de Abril de 1974 enquanto espaço de vitórias, conquistas, disputas, derrotas e contradições, onde desempenharam papéis estratégicos na condução deste processo. Além da perspectiva historiográfica, é relevante destacar o papel da comunicação social como “uma peça importante nas lutas políticas e nas transformações que então se operam” (Rezola & Gomes, 2014). Seja por meio dos jornais ligados a grupos políticos, dos periódicos diários ou das controvérsias que envolveram a rádio e a televisão nas disputas entre militares, partidos e organizações populares, tais tópicos são fontes fundamentais para compreender o passado revolucionário, objetivo que buscamos cumprir com as discussões encetadas ao longo deste encontro.

